

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • VII • Nº 01 • JUNHO 2001

Violência



FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA





Governo do Estado da Bahia
César Borges

Secretaria do Planejamento
Ciência e Tecnologia
Luiz Carreira

Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Júnior



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Conselho Editorial

Cesar Vaz de Carvalho Júnior
Paulo Hermida Gonzalez
Edmundo Figueroa
Ângela Franco
Carlota Gottschall
Conceição Cunha
Renata Proserpio

Coordenação Editorial

Mercejane Wanderley Santana
Cristina Maria Teixeira Campello
Djalma B. N. Ferreira

Normalização

Gerência de Documentação
e Biblioteca GEBI

Fotos

Arquivo UNICEF

Capa

Humberto Farias

Editoração

Designers Associados

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

Trimestral
ISSN 0103 8117

CDD 338.91
CDU 338.984

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador - Bahia
Fone: (0** 71) 370-4823/370-4704
Fax: (0** 71) 371-1853

<http://www.sei.ba.gov.br>
e-mail: sei.info@bahia.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação

A Violência como uma das expressões do cotidiano

Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador	8
<i>Gey Espinheira</i>	
Violência e mídia: uma questão de responsabilidade social	17
<i>Tânia Cordeiro e Victor Sampedro</i>	
Delegacia de Proteção à Mulher: cenário de conquistas cotidianas	23
<i>Entrevista: Isabel Alice de Pinho</i>	
Violência na escola: um protesto contra a exclusão social?	28
<i>Cristina Maria Teixeira Campello</i>	
Violência e políticas públicas - Bahia e RMS	32
<i>Creomar Baptista</i>	
O caráter dual da segunda ocupação na Região Metropolitana de Salvador	38
<i>Wilson F. Menezes e José Carrera-Fernandez</i>	

Violência, crianças e adolescentes

Crianças e adolescentes, sujeitos de direitos	50
<i>Débora Cohim</i>	
Adolescente, sujeito de direito com responsabilidade penal	52
<i>Hélia Barbosa</i>	
Repensando a violência: a construção de um novo olhar	63
<i>Patrícia Portela e Ruy Pavan</i>	
A atuação do Governo do Estado da Bahia no âmbito da Defensoria Pública	67
<i>Entrevista: Mônica Kraychette</i>	
O estado atual do mercado de trabalho juvenil da cidade de Salvador	69
<i>Wilson F. Menezes e José Carrera-Fernandez</i>	
A construção das políticas públicas de combate ao trabalho infantil.....	82
<i>Frederico Fernandes de Souza</i>	

A Paz em Construção

Construindo parcerias para o enfrentamento da violência: a experiência do Fórum de Combate à Violência de Salvador	92
<i>Heloniza Oliveira Gonçalves Costa e Maria Eunice Xavier Kalil</i>	
Nordeste de Amaralina: a violência não é a única medida	99
<i>Patrícia Lima Velame Branco</i>	
Proposta de ação para redução da morbimortalidade por causas externas no Estado da Bahia: relato e experiência	107
<i>Secretaria de Saúde</i>	
Reivindicação, cidadania e direitos humanos	111
<i>Gino Tapparelli</i>	
Construindo uma cultura de paz: um modelo diferenciado de gestão na Prefeitura Municipal de Salvador	121
<i>Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa</i>	
Basta! EU (quem?) quero paz!	129
<i>Zilda Fátima da Silva Paim</i>	
Educação para a paz: uma solução para o grande problema da violência	136
<i>Pierre Weil</i>	
Buscando uma solução para a violência	140
<i>Entrevista: Djalma B. N. Ferreira</i>	
Uma agenda social para os jovens de Salvador	143
<i>UNESCO/FLEM/SEPLANTEC</i>	



APRESENTAÇÃO

Nas análises da evolução dos índices de violência, os dados estatísticos, hoje, revelam-se insuficientes, se desconsideramos o fato de essa violência ter diferentes raízes econômicas, históricas, sociais, culturais, religiosas. As perguntas que deveriam ser feitas, para além do “onde” e “quando” ocorre o ato violento, exigem uma discussão mais ampla e fundamentada.

Predominam interpretações em que são ressaltadas a relação entre a norma e o crime, a solidariedade e o conflito, a ordem e a desordem, e, ainda, a própria violência enquanto uma referência cotidiana. Evidencia-se, portanto, a necessidade de uma outra leitura da violência. De que modo ela nos interpela? Como interfere no nosso cotidiano? Que paisagem urbana ela cria? Que lugares são eleitos como perigosos e modificam, assim, o nosso caminhar pela cidade, a arquitetura das nossas casas, quando construímos muros e colocamos grades, janelas, cadeados? Que tipos são sempre eleitos como “suspeitos”? Quais os sujeitos sociais convocados, além do Estado, para trabalhar por um cotidiano que possua uma outra referência que não a violência? Se a violência é um espetáculo na mídia, que equivalente a Paz poderia oferecer como show?

É justamente com o intuito de aprofundar essas questões que a Revista *Bahia Análise & Dados* agrupou diversos artigos em torno da discussão da violência, do modo como se faz representar no nosso cotidiano. Diferentes interpretações do fenômeno podem ser apreciados no primeiro bloco desta edição, trazendo-se, na segunda parte, artigos sobre a pluralidade de formas pelas quais a violência se manifesta.

Entretanto, o debate acerca da violência não pode ser desarticulado do seu oposto — a Paz. Uma Paz aqui entendida como a realização de uma sociedade cujos princípios da cidadania também se fazem notar no cotidiano da cidade. As alternativas colocadas em debate no terceiro bloco mostram que a construção da Paz exige ações complexas e, algumas vezes, controversas. Às ações locais, pontuais, devem somar-se intervenções que exijam a adoção de políticas públicas de grande amplitude.

Dada a complexidade do tema, chamamos a atenção para a impossibilidade de esta edição guardar-se de qualquer pretensão de uma abordagem definitiva sobre o assunto. Sua importância reside na necessidade de atualizarmos a discussão de uma temática que, de modo algum, pode ser considerada como recente, mas que hoje se reveste de traços muito específicos.

Agradecemos, por fim, aos autores que participaram desta edição. Seus estudos e realizações nos ajudam a compreender melhor a sociedade em que vivemos, na medida em que nos revelamos tanto pelo que desprezamos como prática violenta quanto pelo que prezamos como sinônimo de paz.





**A Violência como
uma das expressões
do cotidiano**

Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador

*Gey Espinheira**

Introdução

A imprensa registra, a partir de registros em delegacias e no Instituto Médico Legal, um número cada vez maior de homicídios, mas também de outras formas de violência, a exemplo de estupros, prisões por tráfico de drogas, assaltos, seqüestros e agressões físicas. Há uma sensação generalizada que se vive em um período em que a violência está sem controle e que a própria segurança pública se encontra despreparada para enfrentá-la, assim como o crime organizado que compromete pessoas situadas em posições elevadas das instituições públicas.

As rebeliões em presídios de São Paulo em fevereiro de 2001, no domingo anterior ao carnaval, demonstraram um poder extraordinário de organização de criminosos que pertencem a diversos grupos que se estruturam como entidades, a exemplo do Primeiro Comando da Capital – PCC – com fins de preservação de indivíduos e grupos envolvidos com o tráfico de drogas, seguramente o ramo mais lucrativo das atividades criminosas da atualidade, mas também o contrabando de armas e assaltos a bancos e outros estabelecimentos. Em outro sentido, as práticas criminosas se multiplicaram, praticadas por indivíduos e grupos (quadri-lhas), cada vez mais numerosos, que assaltam residências, transporte coletivo urbano e interurbano, promovem seqüestros relâmpagos para saques em caixas eletrônicos; há ainda um número extraordinário de estupros e outras agressões. De modo

generalizado se dá a banalização da violência, e isso leva ao sentimento permanente de medo, de angústia, de sofrimento.

A sociedade da violência é também a sociedade violentada e em seus membros verificam-se sentimentos que podem ser traduzidos como: de consumo, de medo, de frustração, de vingança e mesmo de desespero. Em suma, não é uma sociedade boa, mas a sociedade da ameaça, da impunidade e da vingança.

A fala da violência

A temática da violência é freqüentemente retomada, sobretudo no Brasil e particularmente na Bahia, em que acontecimentos extraordinários têm chamado a atenção da sociedade. Falo em extraordinário no sentido da comoção social, em oposição ao banal em que a violência se naturaliza pela repetição ao atingir pessoas comuns e em bairros pobres, como se com essa gente e nesses lugares o que acontece é o esperado e não surpreende.

Estamos todos chocados com o brutal assassinato de uma garota de oito anos, estuprada e afogada por três jovens, de 15, 16 e 18 anos, num dos bairros periféricos de Salvador¹. O que chamou a atenção da imprensa e a forma indignada de comunicar o fato foi a brutalidade, a frieza e as situações em que se envolveram os assassinos, os familiares e vizinhos, sobretudo quando recorreram à polícia e sentiram a falta de empenho, e mesmo a recusa, em socorrer a jovem desaparecida. Aparece na im-

prensa uma declaração de um policial “não vou porque a filha não é minha”.

O fato é recentíssimo, e logo mais cairá no esquecimento porque, como notícia jornalística perde impacto com o tempo, as emoções se saturam e o esquecimento toma o seu lugar. Mas esse fato, em que duas meninas foram raptadas, sendo que a primeira, de sete anos, conseguiu, por sorte, escapar do estupro e a segunda foi vitimada, remete a outros, especialmente ao de um casal jovem, também assassinado; de uma outra, também jovem, embora não mais adolescente, seqüestrada, estuprada e assassinada. E assim a memória vai recolhendo dezenas, centenas e, nos últimos três anos, milhares de assassinatos, de estupros, sem falar em outros tipos de agressões contra a pessoa.

Em quase todos os casos nota-se uma flagrante ineficiência e brutalização da ação policial, como se essa instituição estivesse fora da sociedade e agisse tão-somente a partir de suas próprias motivações. Tal é o quadro em que a instituição policial tem se debatido com a sociedade civil, como algo que não lhe pertence, mas a um segmento governamental, também este como se fosse algo externo e superior à sociedade.

Poderíamos dizer que a violência é uma forma social de ser, um modo de representação de vontades, de interesses de indivíduos e grupos sociais. Não estaríamos equivocados em fazer essa afirmativa, mas precisamos ir além dessa constatação simplista se quisermos falar de violência com propriedade.

Nos exemplos citados expusemos, ainda que implicitamente, a natureza da violência: em primeiro plano, as classes sociais; em segundo, a sua forma de expressão. Pois uma mesma forma de expressão, digamos, comum ou corriqueira, ecoa diferentemente se as personagens envolvidas forem de distintas classes sociais. A morte de uma pessoa rica ou famosa sempre desperta interesse, pois é como se não devesse morrer já que tem possibilidades de realização do que deseja, que tem *validade* social, ao contrário da de uma pessoa po-

bre e descentralizada, isto é, moradora dos arredores, da periferia, para quem a vida é uma dificuldade imensa e essa pessoa é vista como mais uma e, mesmo, uma “inútil”.²

É a forma como o fato social se dá que comove ou entedia, mesmo em se tratando de assassinatos. E esse é o caso que ilustramos no início. A morte da garotinha – e aqui vale, de fato, o diminutivo – traduz a brutalidade do estupro premeditado de uma menina de oito anos, por três jovens

que a classificação do senso comum denominaria de “marmanjos”; a morte do jovem casal de classe média e influente, numa tarde e numa praia deserta, remete à interrupção de um idílio, a uma invasão do paraíso e ao absurdo; a morte da outra jovem, jornalista, espanta pela crueldade, pela brutalidade e pela figura indefesa nas mãos de três homens estranhos e grotescos por dois dias seguidos, desaparecida de seu mundo e vivendo um outro, constituído de pesadelos

intermináveis, até o desfecho final, um tiro na cabeça.

Além desses registros, poderíamos falar de tantos outros, das mortes cotidianas na realidade fragmentada de cada um de nós. São jovens, na madrugada, arrancados de suas casas, às vistas de mães e irmãos, às vezes também dos pais, por homens brutais, encapuzados e mortos a tiros; esses sons que explodem, não antes de preces, de pedidos de misericórdia, e que anunciam a morte. Morrem com pouca idade, adolescentes e jovens adultos, em sua maioria entre 14 e 29 anos³. São centenas por mês, são milhares em dois ou três anos.

Quais as razões para tanta violência? As respostas mais freqüentes apontam na direção das condições estruturais da sociedade brasileira: pobreza, miséria. E esse tipo de resposta tem sua razão de ser. Quando fazemos a distribuição espacial da violência vamos encontrá-la bem mais nítida e ampliada na periferia e é nos bairros que a compõem que estão os mais numerosos registros de casos, sobretudo de homicídios⁴. A correlação é, então, estabelecida: pobreza é causa, pelo menos

A violência é uma forma social de ser, um modo de representação de vontades, de interesses de indivíduos e grupos sociais. Não estaríamos equivocados em fazer essa afirmativa, mas precisamos ir além dessa constatação simplista se quisermos falar de violência com propriedade.

contribuinte, da violência. Poderíamos pensar, também, que pobreza é violência em si mesma, e aí deslocaríamos a causa primeira para outros fatores, mais precisamente para aqueles que fazem a pobreza. Mas como a violência, em quase todas suas formas, não é exclusiva da pobreza, o problema é facilmente deslocado para a “natureza humana”,⁵ como inerente ao ser humano, e assim enveredamos por um caminho que não nos leva a nada e que escamoteia o que queremos ver e sentir.

Se falamos, por exemplo, de três homens numa tarde, ali postos quase que ao acaso, que avistam um casal jovem, 14 e 17 anos, de mãos dadas andando numa praia e para eles se dirigem e tomam violentamente a jovem, eliminam as resistências do rapaz, assim como a ela que a estupram e logo assassina os dois, nos perguntamos que tipos humanos eram aqueles. A mesma pergunta nos exige uma definição desses três jovens, também numa tarde de um bairro periférico, populoso, que miravam crianças para satisfazerem-se sexualmente com elas, talvez num jogo de afirmação de atitudes, e atacam uma e estupram violentamente a outra e a matam asfixiada e logo em seguida a afogam num charco. O que teria degradado essas pessoas a ponto de torná-las, nesse atos, sem nenhuma *humanidade*? Estão dando um troco? Estão descontando o que sofreram?

Mudemos de endereço, vamos a bairros ricos, fitemos jovens saudáveis, bem vestidos e, lá e com eles, vamos também encontrar estupros e assassinatos, mas sempre em menor número do que aqueles que encontramos nos ambientes pobres. O que acontece, então, que diferencia essas duas realidades? Em primeiro lugar vamos falar de relações sociais que são mediadas pela presença e pela disposição de mecanismos sociais institucionalizados, aos quais se recorre quando conflitos se estabelecem; em segundo lugar, falemos das disposições internalizadas, no modo de vida dessas pessoas, que sabem, no mais das vezes, como acionar esses mecanismos. No outro extremo, na pobreza, os meios institucionalizados são vetores de violência, seja pela atuação, no caso da polícia por exemplo, seja na omissão, e aí temos a própria polícia como omissa ou ausente; mas as dificuldades são também em outros setores: educação, saúde, moradia, lazer, infra-estrutura urbana etc. Esse

conjunto de fatores delinea um quadro de precariedade no qual a vida é também precária; a violência, portanto, não é aí uma questão de eventualidade, mas está inseminada e se dissemina em todas as direções, não dependendo, assim, de momentos extraordinários.

Hipóteses sobre as razões da violência

O estudo da “Sociabilidade e violência no cotidiano de vida”⁶ procura conhecer as disposições internalizadas nos grupos mais jovens, sobretudo entre aqueles de 12 a 31 anos, intervalo de idade no qual se encontra a faixa etária com a maior concentração de mortes na cidade do Salvador: 15 a 29 anos. A abordagem desses grupos cobre as duas fases da adolescência e as outras duas, a da juventude de mulheres e homens já adultos. O objetivo principal é conhecer as formas de vida cotidiana, as aspirações, os objetivos de realização de projetos de vida, as animações da vida, por um lado e, por outro, os meios de que esses jovens dispõem para realizá-los: o patrimônio e o capital cultural; as possibilidades e formas de articulação social; as relações sociais instrumentais e afetivas.

As hipóteses principais abrangem as *condições*⁷ de vida dos moradores e praticamente se bifurcam em duas direções, sendo uma a da *violência como necessidade* para determinados indivíduos e grupos que não têm outras possibilidades de realização de projetos, senão através da execução de ações transgressoras e criminosas. São os que já estão marcados por ações anteriores e que se encontram em “situação sem volta”, os “marginais”, os que têm “passagem na polícia”; são também os que não dispõem de possibilidades – habilidades – para o trabalho, nem para o *primeiro emprego*, mas também são os que internalizam a disposição para a violência como meio de sobrevivência, *agressividade necessária*⁸ para superar agressões, medo e frustrações no cotidiano de vida.

A segunda direção nada tem de instrumental, é a dimensão da *violência desnecessária*, ou seja, aquela que se esboça em irrupções de intolerância e resulta em assassinatos por “motivos fúteis”. Nesses casos, o valor da vida está em baixa e desacordos interpessoais terminam na eliminação do outro. Tais situações não são exclusivas dos jo-

vens, mas são eles que aparecem em maior número como vítimas (41,8%)⁹.

Há um grande número de jovens que vivem um cotidiano dramático de privações, de humilhações e agressões, e que têm em mente “descontar” os constrangimentos a que são submetidos; outros tantos avaliam que “não têm nada a perder” e se predispõem a ações de risco como única alternativa possível para realizar seus objetivos, mesmo que estes não sejam racionalizados, mas resultantes da simples existência cotidiana: prover alimentação, diversão, voluptuosidade e outras satisfações corriqueiras ou extraordinárias, em que o dinheiro tem um significado especial, na verdade torna-se imperativo.

Violência e juventude

A cidade do Salvador é particularmente atraente para a juventude por ofertar um leque de possibilidades de participação social na forma concebida como “sociabilidade”, conceito basicamente desenvolvido por Simmel¹⁰, na sua concepção das formas sociais de sociação, de organização e de ação social desinteressada, afetual.

A violência que se funda sobre as desigualdades e a eliminação física do outro é a sua expressão mais extrema. A marginalidade e a exclusão são as fontes da *violência necessária*, enquanto que as *diferenças* são a inspiração da *violência desnecessária*. Esta segunda vertente situa-se no plano cultural e se expressa no lúdico, na festa e na diversão. São formas culturais de resistência social à exclusão, agressividade no sentido da inclusão, da participação efetiva, do estar junto, do compartilhar emoções.

A observação dos “tempos e lugares do crime”¹¹ dá-nos a certeza da correlação entre pobreza e violência e isso nos leva à noção sociológica de desigualdade socioeconômica e de diferenças sociais; enquanto que a primeira noção nos situa no plano econômico da capacidade de consumo e de capital social, sobretudo o educacional, a segunda nos conduz à percepção do campo da cultura e da etnia, que em Salvador tem uma relevância extraordinária por se tratar de uma cidade com população predominantemente afro-descendente.

Essa situação amplia a complexidade da compreensão da violência e de seus significados, e nos leva à hipótese de um processo corrosivo de desvalorização da vida do *tipo comum*, de um ser desvalorizado que forma um contingente numeroso e “inútil”. É preciso observar com cuidado e sem preconceito, que a pobreza na sociedade contemporânea não é mais “virtude” e “virtuosa”, como a reconhecia a ética cristã do catolicismo tradicional, da piedade e da caridade, cuja ideologia era a de fazer

do sofrimento uma virtude, o que assegurava aos sofredores a bênção divina. Concordamos plenamente com a idéia de que essa “inutilidade” e essa *excessiva presença*, levam à desvalorização completa dessa gente como “inútil”¹² ou como “sujeira”¹³.

As reações à ligação de pobreza com o crime estão na base dessa ideologia que já não dá conta do fato de que na sociedade contemporânea as pessoas recusam a idéia de “lugar”, isto é, que tenham um posição predeterminado na sociedade como podia ser expresso na velha imposição: “procure o seu lugar!”, olhe o seu lugar!”¹⁴. Se, por acaso, muitos adultos, sobretudo os mais velhos, ainda conservam essa idéia estratificante, os jovens a recusam plenamente, se rebelam e transgridem todas as formas impositivas que procuram firmá-la como modo de controle social.

Assim, impedidos de trabalhar, pois o sistema produtivo não oferece a chance do primeiro emprego – e isso se agrava com a precariedade da formação educacional, que não predispõe o indivíduo como um trabalhador conhecedor de modos de fazer coisas, mas como um ser destituído de aptidões formalizadas – desencantados da possibilidade de inserção formal, os jovens se entregam a um ócio improdutivo e voluptuoso, no qual a presença de substâncias psicoativas é freqüente, e em seguida se iniciam em práticas transgressoras como única saída para a obtenção de recursos.

Pequenos furtos, roubos e assaltos são as primeiras ações dos recém-iniciados e eles pagam muito caro por esses atos quando são reconhecidos como reincidentes. A “justiceiros”, recorrem os

comerciantes para fazer a “limpeza da área” e logo esses jovens se encontram como vítimas, assassinados em série nos bairros periféricos, o que alimenta a estatística criminal.

Essa relação radicalizada em que a morte é a medida acaba por banalizar a violência em sua forma extrema, a desvalorização da vida. A resposta dos jovens é a mesma, em caso de risco reação eliminando a sua vítima. Essa situação não é nova, mas tem se agravado nos últimos anos de forma exponencial a ponto de ser considerada como uma epidemia pela sua propagação¹⁵. Fica, entretanto, o fato verdadeiro: são os jovens as vítimas desse confronto desigual e obscuro. Vale recorrer a Prado¹⁶:

...Pode-se dizer que quando a violência parte da conduta dos próprios jovens os papéis estão por igual pré-definidos, especialmente naquelas hipóteses em que o adolescente autor do comportamento violento preenche os requisitos que o vinculam ao modelo básico de agressores (preto ou mulato, oriundo das mais baixas camadas sócio-econômicas, inserido este adolescente em uma família 'desequilibrada') (...) O processo de vitimização, difundido principalmente pelos meios de comunicação social, identifica no jovem o sujeito passivo, auxiliado pelos preconceitos sociais que levam o indivíduo a temer converter-se nessa vítima de delito, de sorte a estabelecer paradigmas rígidos, intransponíveis e inconciliáveis, conforme acentuou Garcia-Pablos de Molina, para quem *este medo ou temor ... (é) um problema real com independência de sua etiologia, isto é, tanto se tem uma base certa e objetiva, como se se trata de um medo imaginário e sem fundamento, produto de uma defeituosa percepção da realidade*.

Trata-se da percepção de um *tipo social criminoso* idealizado, que, no caso, é o jovem baiano pobre, numerosíssimo em Salvador, sobretudo nos bairros periféricos. Esse tipo comum e que está nas ruas desses bairros pobres é visto como *vagabundo* e *marginal* pela polícia, que o trata desse modo quando faz batidas ou revistas, humilhando e não raro agredindo fisicamente. Esse é o tipo suspeito e de tal modo que todos os cidadãos são enquadrados nessa suspeição se tiverem o fenótipo afro-descendente.

As direções e a ecologia da violência

A violência tem, assim, diversas direções e uma delas é a da segurança pública, que sempre se ex-

pressa de forma truculenta quando se trata de algum tipo de ação em bairros populares ou em contexto em que as pessoas são do povo, a exemplo das *blitze* nos ônibus urbanos como prevenção aos assaltos numerosíssimos aos coletivos em Salvador, como registra a imprensa: “...Todos dentro de um ônibus são suspeitos, em primeira mão. Por que? Porque são pobres, alguns negros, outros mulatos? Quantos negros, mulatos e pobres há entre os policiais que olham a gente trabalhadora e honesta como se fossem bandidos?”¹⁷. Poderíamos citar matérias dos jornais que diariamente se referem à truculência policial nos bairros pobres de Salvador, uma sucessão de violações dos direitos humanos; também o número de mortes de “suspeitos” quando de ações legais da polícia. Assim, a violência institucional se choca com a outra violência e essa relação cria a “cultura da violência” ou o modo violento de ser e de viver nesses ambientes desamparados.

O número de mortos acumulado nos últimos anos, 1996-1999, é de 3.369 assassinatos na cidade do Salvador e em quase sua totalidade as mortes ocorreram nos bairros populares. Esses dados de *A outra face da moeda*, obra citada, são corroborados nos levantamentos de *A Cidade repartida*, acima citada, particularmente no capítulo “No limite da violência urbana”, em que são destacados os principais bairros ou regiões com maiores incidências de assassinatos, a saber: “Periperi (subúrbio), Beiru (região), Rio Vermelho (Nordeste da Amaralina), São Caetano (região), Pau da Lima (região) e Bonfim (região). Estes dados confirmam a tese da distribuição desigual da violência no espaço urbano”¹⁸.

Consideramos importante o enfoque da urbanização da violência, pois sabemos que uma das causas da violência é o ambiente urbano, ou seja, retomando o conceito operacional de “condição” e aplicando-o à *condição urbana* a que os indivíduos estão submetidos, particularizando modos de ser, de sentir e de resolver problemas que se apresentam na vida cotidiana. Bairros sem serviços ou precariamente atendidos, marcados pela homogeneização da pobreza, de miséria existencial que impede a privacidade e expõe uns aos outros numa intolerável aproximação e visibilidade, seja por conta das terríveis condições de moradia, seja pelo excessivo avizinhamiento delas; de frustração e obstáculos à

realizações dos projetos de animação da vida; tudo isso contribui para o estabelecimento de uma barbárie urbana na qual os assassinatos, estupros, agressões as mais diversas são expressões cotidianas que envolvem direta ou indiretamente todos os moradores. Não se trata, pois, de situar a violência como um componente intrínseco à “natureza humana”, mas às condições sociais que *desumanizam*, que embrutecem, como demonstra o monitoramento do crime nos tempos e nos espaços da cidade.

Vendo desse prisma, o controle da violência estaria na superação das condições mais dramáticas de vida, da ausência de instituições de mediação e de espaços de lazer, e em grande medida da precaríssima formação educacional dos mais jovens, submetidos a um padrão educacional completamente distanciado da realidade contemporânea, seja na forma de composição espacial dos estabelecimentos escolares, seja na sua forma de organização administrativa e pedagógica. A escola é hoje problematizada como um lugar de violência, especificada como “violência na escola”, em que têm acontecido casos de assassinatos dentro dos estabelecimentos e mais comumente brigas, agressões e falta de controle disciplinar por parte da administração da escola. Quando se trata de cursos noturnos o quadro é mais dramático.

No momento, aprofundando os estudos sobre a violência em Salvador, enfocamos uma região da cidade que tem aparecido nos últimos anos como a de maior concentração de assassinatos, estupros e outros crimes – o Subúrbio Ferroviário. O contexto do estudo e o seu recorte estão relacionados com um espaço urbano diversificado, em que há comunidades tradicionais seculares, conjuntos habitacionais da década de 70 e outros mais recentes, e invasões, na típica urbanização de favela, que propõem contrastes sociologicamente relevantes, envolvendo variáveis como: moradia, procedência, cor, sexo, idade, ocupação e religião. É uma fauna humana diversificada e em permanente conflito por território, por sobrevivência em atividades econô-

micas e buscas afetuais, conformando um estilo de vida que pode ser traduzido, de modo geral, por *resistência da pobreza à exclusão*, e isso inclui a transgressão e o crime.

Os bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, espaços da cidade em que ocorrem a maioria dos homicídios, sobretudo de jovens, negros e do sexo masculino; nessa área da cidade, que ainda preserva a denominação de “subúrbio”, de uma época remota em que, ao longo dos trilhos da Rede Ferroviária Federal Leste Brasileira, dos conhecidos “trens da Leste”, nas estações de passageiros surgiram, ainda no século XIX, comunidades quase que autônomas constituindo uma constelação de lugares suburbanos. Posteriormente, quando da implantação do Centro Industrial de Aratu e, em seguida, do Pólo Petroquímico de Camaçari, essa área se modificou por completo, recebendo um contingente populacional de trabalhadores e de desempregados, ultrapassando hoje meio milhão de habitantes, no que se poderia denominar de urbanização de pobreza.

É nesse espaço que mais se morre em Salvador, mas é também aí que se encontra uma juventude inquieta e participante, sobretudo de grupos musicais que vão do pagode ao *rap*, ao *hip-hop*, ao *rock*, ao *funk* e à *axé music*. A *periferia*, com todas suas implicações numa época de exclusão social, de falta de possibilidades de trabalho para uma determinada juventude, de desemprego de uma grande massa de adultos jovens e velhos, na Região Metropolitana de Salvador, recordista de desemprego no País.

É importante compreender o limite entre a conformação com a sociedade formal e legal, moral e comunitária, e a transgressão e o crime como mecanismos eficazes de realização pessoal ou grupal de projetos de vida. Assim, as situações dramáticas e trágicas, ou seja, aquelas em que indivíduos e grupos sofrem desvantagens sociais e lutam para superá-las e aquelas em que o *destino*¹⁹ determina a trajetória de vida e morte. São duas concepções sociologicamente estudadas de condições de vida,

O controle da violência estaria na superação das condições mais dramáticas de vida, da ausência de instituições de mediação e de espaços de lazer, e em grande medida da precaríssima formação educacional dos mais jovens, submetidos a um padrão educacional completamente distanciado da realidade contemporânea.

de envolvimento social, em que os indivíduos jogam com possibilidades de escolha ou vivem a determinação de situações que os aprisionam a um modo de ser e, desse modo, não têm poder de decisão.

Drama e tragédia marcam, assim, a vida de muitos milhares de pessoas e é preciso se conhecer os limites e as possibilidades dos indivíduos no contexto das condições sociais em que vivem e que formas de comunicação e serviços, que outros arranjos podem ser acionados para a superação desse quadro social perverso.

Conclusão

Violência não é, em sua essência, uma questão de polícia; a segurança social sim, ainda que não exclusivamente dependente do policiamento, mas dele necessitando para se efetivar. A violência, como foi vista, está relacionada à negação de um referencial civilizatório que permita o domínio da argumentação e da razão sobre outras formas de expressão da contrariedade e de realização de intenções pessoais. Em outras palavras, mecanismos de coesão social, de sociabilidade e de socialidade em meio a possibilidade de realização de projetos de animação da vida. Obstáculos e frustrações são fatores que operam como anti-sociais e no contexto do individualismo contemporâneo desencadeiam ações violentas.

Não são apenas as condições estruturais – aquelas que remetem ao distanciamento das causas, ao obscurecimento e à sensação de que nada pode ser feito nas instâncias próximas – que provocam a violência como modo de ser, são, em boa medida, situações de desamparo, de falta de cuidado, de humilhação em situações que poderiam ser controladas, mediadas e superadas através de políticas públicas objetivas e próximas. Nenhum fórmula excepcional, é preciso apenas pôr em prática serviços bem organizados nos bairros populares: delegacias, educação, saúde, lazer e outros necessários, capazes de atender bem aos moradores. Portanto, uma modificação simbólica, de início, no ambiente urbano favorável à marginalidade e ao crime, e a necessária reurbanização civilizada de fruição da vida.

A violência não é uma “doença”, mas sim uma resposta social que se manifesta numa pluralidade de ações e de direções.

Nos bairros periféricos a presença de cadáveres nas ruas ao amanhecer do dia é freqüente. Os mortos, assassinados por homens encapuzados que retiraram outros homens de suas casas à noite, em presença de seus familiares, e os levaram para a morte; mas também os assassinatos dentro da moradia, nos bares, nas caçadas. São os grupos de extermínio, a exemplo do caso que noticia a imprensa: “Dois homens executados quando bebiam em bar”: “Três dos quatro homens que ocupavam um Fiat cor vermelha, placa não anotada, mataram a tiros, na noite de anteontem, dois amigos que tomavam cerveja e comiam peixe frito, no balcão do Bar do Buja, localizado na Rua Carlos Gomes, em Periperi, a poucos metros da 5ª Delegacia, subúrbio ferroviário de Salvador”²⁰.

Poderíamos, como dissemos, apresentar uma série de situações que descrevem as formas de assassinatos, as circunstâncias, os envolvidos e as motivações, mas esse é um outro estudo que está em andamento, integrando o projeto que estamos iniciando e que se denomina “Redução de danos sociais nos bairros do subúrbio ferroviário de Salvador”, patrocinado pelo Ministério da Justiça e executado pelo Ministério Público do Estado da Bahia e pela Universidade Federal da Bahia – Centro de Recursos Humanos (CRH). No âmbito desse projeto de formação de agentes sociais de defesa da cidadania, situa-se a pesquisa “sociabilidade e violência no cotidiano de vida”.

Uma nova abordagem do problema da violência urbana, enfatizando a urbanização da violência, assim como a violência das desigualdades sociais e econômicas e a violência da discriminação das diferenças. A partir desses enfoques, relutamos em aceitar a idéia de uma “cultura da violência” e privilegiarmos a do embrutecimento de pessoas que vivem a “*condição de violência*” em decorrência da *urbanização da violência*.

A violência, enfim, não é uma “doença”, mas sim uma resposta social que se manifesta numa pluralidade de ações e de direções. Não há, portanto, patologia social, e sim agressividade e barbárie, nichos de anti-sociedade, de regressão civilizatória no conjunto mais amplo da sociedade que procura se referenciar nos direitos humanos,

que constrói a cidadania no ambiente propício da democracia, única possibilidade para a construção da Civilização.

Notas

- 1 A TARDE. Assassinato de criança causa revolta. Salvador, 23/03/2001, p. 20.
- 2 “Os excluídos estão à margem das relações de produção ou ocupam posições tão frágeis que não se enquadram como proletários. Apesar de numerosas atividades ‘paralelas’, eles não constituem um outro mundo, aquele da economia informal e, à exceção dos assalariados, sua pobreza é *inútil*”. DUBET, François; MARTUCELLI, Danilo. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil, 1994, p. 139.
- 3 Cf. OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- 4 ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: Cf. OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- 5 “...Se fosse removido todo o medo, a natureza humana tenderia com muito mais avidez à dominação do que a construir uma sociedade. Devemos portanto concluir que a origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros”. HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.32.
- 6 Projeto em desenvolvimento no Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa “Cultura, cidade e democracia”, sob a coordenação do professor e pesquisador, sociólogo Carlos Geraldo D’Andrea (Gey) Espinheira.
- 7 O conceito de *condição* é tomado de BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1994, p. 27: “*Condição* traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado”.
- 8 Cf. LORENZ, Konrad. Falhas de padrões comportamentais que perderam o sentido original [122-149] e As dificuldades da juventude na atualidade [176-184]. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. 2. ed.; Tradução de Horst Wertig. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- 9 Cf. OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- Cf. também CARVALHO, José Antonio. (Org.) *Salvador: cidade repartida..* Salvador : Comissão dos Direitos do Cidadão da Câmara Municipal, 2001.
- 10 SIMMEL. Sociologia. In: Evaristo de Moraes Filho (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli, et al. Nome da coletânea? São Paulo: Ática, 1983.
- 11 Cf. ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000. p. 30-43.
- 12 Cf. DUBET, François e MARTUCELLI, Danilo. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris : Seuil, 1998, p. 139.
- 13 BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 24.
- 14 Cf. DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [139-193].
- 15 “Para a USP, aumento de homicídios entre jovens no Brasil é ‘epidemia’ “Em 1980, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes era de 19,9. Em 1998, esse índice chegou a 68,5”. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, 07/11/2000, p. 4.
- 16 PRADO, Geraldo. Violência infanto-juvenil e os processos de vitimização. In: *Tema de vitimologia*. KOSOVISKI, Ester; SÉGUIN, Éliada (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000 [123-129] p. 124.
- 17 A TARDE. Tempo presente: A Truculência da PM, Salvador, 1º/05/2001, p. 2.
- 18 Ob. cit. p. 27-28.
- 19 Tomamos aqui na acepção de *destino* as situações objetivas em que os indivíduos são envolvidos e se envolvem sem meios de voltar atrás, como se condenados *a priori* pelo estilo de vida a que são forçados. São, portanto, situações sociais objetivas que *condenam* esses indivíduos a um *destino*.

Referências bibliográficas

A TRUCULÊNCIA da PM. *A Tarde*, Salvador 1º maio 2001. Tempo presente, p. 2.

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARVALHO, José Antonio. (Org.). *Salvador: cidade repartida*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2001.
- COTIDIANO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 nov. 2000. p. 4.
- DUBET, François, MARTUCCCELLI, Danilo. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil, 1998. 139 p.
- ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; RIBEIRO, José S. et. al. (Orgs.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Arquidiocese de Salvador, 2000.
- HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 32 p.
- LORENZ, Konrad. As dificuldades da juventude na atualidade. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. Tradução de Horst Wertig. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.176-184.
- _____. Falhas de padrões comportamentais que perderam o sentido original. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. Tradução de Horst Wertig. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 122-149.
- MATTA, Roberto da. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 139-193.
- OLIVEIRA, Nelson de, MULERT, Lutz, RIBEIRO, José S. et. al. (Orgs.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Arquidiocese de Salvador, 2000.
- PRADO, Geraldo. Violência infanto-juvenil e os processos de vitimização. In: KOSOVISKI, Ester; SÉGUIN, Élica (Org.). *Tema de vitimologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 123-129.
- SIMMEL. Sociologia. Evaristo de Moraes Filho. (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.
- *Gey Espinheira (Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira) é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Graduação e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA; coordenador da linha de pesquisa "Cultura, cidade e democracia: sociabilidade, representações e movimentos sociais urbanos".

Violência e mídia: uma questão de responsabilidade social

*Tania Cordeiro**
Victor Sampredo **

A relação entre mídia e violência não pode ser percebida através de uma única abordagem. É conveniente esclarecermos, antecipadamente, que os aspectos por nós enfocados no presente artigo não podem ser tomados como capazes de elucidar a mencionada relação em sua totalidade.

Formulamos a nossa análise a partir de uma conceito de violência como forma de relação social, de comunicação desigual e assimétrica. Sua tipificação como violência injusta ou legítima é feita por quem possui os códigos e os instrumentos para definir o que é justo e o que é injusto, assim como os procedimentos legais e os recursos coercitivos para consumá-los. Sabemos, portanto, que para ser reconhecida como violenta, uma situação específica deve preencher os requisitos capazes de propiciar aquele reconhecimento.

Atribuir um sentido de violência a qualquer fato ou processo, e conseguir que essa etiqueta adquira validade, não é uma simples operação. Trata-se, na verdade, de uma disputa de poder, na qual certas agências e instituições detêm, inicialmente, as condições para fazer valer a sua posição.

Cada sociedade, mediante o direito, vai estabelecendo aqueles comportamentos que considera puníveis. Como é sabido o direito, no melhor dos casos, está sempre atrás da realidade social. Antes que um comportamento determinado seja contemplado pelas normas jurídicas já foi submetido à discussão pela sociedade. É neste debate público, onde alguns atores sociais com maior ou menor capacidade de influência vão criar determinado clima de opinião. Neste clima de opinião

vão surgindo uns valores que se apresentam como hegemônicos, a partir dos quais são etiquetados determinados fenômenos como violentos. (Alsina, 1998, p. 21)

Além do campo do direito, podemos indicar o âmbito das instituições religiosas, educacionais, políticas e muitas outras esferas que estão concorrendo pela capacidade de tornarem válido o seu discurso a propósito do sentido da violência. Interessa-nos mais de perto o papel desempenhado pela mídia na construção do significado da violência.

Existe um protocolo de enunciação que nos permite definir que um certo produto como midiático, religioso, político, educacional, etc. Assim, seria possível demarcarmos alguma coisa como o discurso midiático sobre a violência. Nosso interesse, entretanto, não é evidenciar, exclusivamente, a construção de regras de representação da violência nos meios de comunicação de massa. Pretendemos, também, indicar os elementos que constituem regras de não-representação da violência na mídia. Para isto serão válidos alguns esclarecimentos quanto às condições necessárias para que o fato violento adquira o perfil adequado às exigências midiáticas.

Agora eu tenho certeza que Paripe está marginalizada. Um casal de jovens, não tinham nem um ano de casados, ela estava grávida de oito meses, morreram num acidente terrível. Estavam no carro dele, entraram embaixo do caminhão. Morreram todos, até o bebê que ela carregava na barriga. Foi terrível! E não apareceu no jornal.

O que faltou para que esse caso não aparecesse no jornal? Eles eram jovens, ela tinha uma criança no ventre, foram vítimas de um acidente automobilístico. Por que este fato não foi noticiado?

A moradora de Paripe toma essa não veiculação pelos jornais como elemento para medir a significância de seu bairro. Aquele local até produz acontecimentos noticiáveis, entretanto, não é assegurada a visibilidade supostamente óbvia. Ela não está reclamando porque o seu bairro só sai nos jornais quando se trata de violências e tragédias. Ela está constatando que, nem mesmo produzindo fatos apropriados à agenda midiática, o seu bairro é mostrado.

Josefa mora próxima à Base Naval, na favela Bate Coração. Ela é uma daquelas pessoas que tem os filhos matriculados na escola pública e não têm aula todos os dias. Sua vizinha está desempregada e está vendendo a geladeira para pagar dívidas contraídas junto a agiotas. Uma outra vizinha, que chegou recentemente à sua rua, tem apanhado do marido durante a noite. Josefa escuta os gritos. Homens saem para prestar socorro. Em uma dessas noites a vizinhança chamou a polícia, mas ficou sabendo que não seria possível uma ação policial, uma vez que a briga acontecia dentro do domicílio.

Nenhum desses assuntos são referidos por ela como noticiáveis. Mas aquele acidente, aquelas mortes, aquela tragédia tinha tudo para estar no jornal, no programa de Varela...¹

A fala de Josefa é de quem não está reconhecendo a mídia, de quem tem uma expectativa a propósito da agenda midiática: afinal, o que está acontecendo, os jornais não vivem falando dessas coisas? Quais seriam as exigências midiáticas não atendidas na história daquele acidente? A surpresa de Josefa é compreensível, afinal

Os jornais retratam as ruas brasileiras principalmente como uma fonte de violência, medo e ameaça. As ruas são presentes nos jornais através de eventos como saques, seqüestros, crianças de rua (...) (Jovchelovitch, 2000, p. 95).

Nossa entrevistada mora em uma região onde são registradas muitas ocorrências de mortes por violência. No ano de 2000, de acordo com os dados do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, fo-

ram verificados 81 óbitos por violência na região de Paripe à Base Naval. E isto ocorre em Salvador, cidade em que a violência é a segunda causa de morte, sendo a primeira entre os indivíduos de idade compreendida entre 15 a 49 anos. De acordo com o Fórum Comunitário de Combate à Violência (1998), através do estudo intitulado Rastro da Violência, a vítima preferencial é jovem, do sexo masculino, é negro, cursou apenas o primeiro grau, é empregado em trabalho não especializado.

O índice de ocorrências de violência registrado diariamente é muito elevado. Das quatro mortes diárias, duas ocorrem por homicídio; além disso, há inúmeras outras formas de violência, como assaltos, seqüestros, estupros, etc. que não resultam em óbitos. Há também novas modalidades de golpes, novas queixas, novos desvios. Há uma infinidade de eventos à disposição da mídia que, em geral, constrói o seu produto a partir de uma seleção e cria regras de enunciação através de uma classificação temática.

Podemos identificar, nesse volume muito vasto de eventos violentos a ser explorado pela mídia, um elemento para a explicação da questão proposta por Josefa: Por que aquele acidente não foi veiculado? Poderíamos falar de um princípio da não raridade que coloca em desvantagem aquela ocorrência. Em Salvador, os acidentes de trânsito são responsáveis por 25,9% das mortes por violência (Rastro da Violência). Ao princípio da não raridade podemos acrescentar a regra da representatividade, pela qual um tema é referido pela mídia, tendo como base um conjunto limitado de exemplos que representam ou provam a existência do problema, não sendo necessário, portanto, uma exploração exaustiva dos acontecimentos.

As duas regras anteriormente referidas, embora não constem em nenhum manual, são amplamente praticadas e produzem um estranho efeito: à alta densidade de acontecimentos violentos corresponde uma cobertura esvaziada ou uma não cobertura midiática. É a lógica da novidade colocada como critério preferencial para a estratégia de visibilidade. Desse modo, podemos fantasiar uma situação:

Se aquele fato (referimo-nos ao acidente em Paripe) tivesse ocorrido em um local “nobre” da Cidade, criando transtornos aos cidadãos que trafegam pelas vias mais importantes, fazendo com que

indivíduos da classe média se comovessem com as mortes, gerando pedidos de socorro mais imediato, certamente aumentariam as chances de veiculação pela mídia. E se as vítimas, em vez de um casal de pobres, fossem jovens da classe média alta? Certamente aumentariam não mais as chances de publicização mas as oportunidades de geração de debates promovidos pelos meios de comunicação de massa. Trata-se apenas da aplicação da regra da não raridade. A partir daí, podemos dizer que o acontecimento em si é insuficiente como critério de exploração pela mídia.

Podemos, assim, concordar com Josefa quando a mesma constata que Paripe está marginalizada. Quer dizer, aquele local não oferece um adicional simbólico capaz de fazer com que seus acontecimentos sejam bem situados na disputa pela veiculação midiática. E isto independe da produção concreta de fatos.

Não é possível acusar a mídia pela indisponibilidade de espaços para a veiculação de ocorrências violentas. Pelo contrário: o tema tem ocupado, cada vez mais, um lugar na agenda midiática. Podemos, sim, indicar uma domesticação desses espaços, amplamente caracterizados como instâncias nas quais são reportados os discursos oficiais, especialmente a palavra de representantes das polícias. Analisando dentro dessa perspectiva, até as ocorrências veiculadas pelos meios de comunicação de massa estariam sofrendo uma limitação. Agora já não é mais o fato de não aparecerem na mídia, mas o modo “econômico” com que os fatos são narrados. Aos poucos, foi se criando um modelo de reportagem, baseado em uma seleção de possibilidades abertas pelos boletins de ocorrência policial. Ao lado disso, vai se construindo algo como um mapa mental da cidade, baseado no medo.

A construção simbólica das ruas aponta para um espaço caracterizado pelo perigo, violência e crime. O resultado desta situação é o medo, um afeto tão amplamente compartilhado, que ele próprio torna-se notícia (Jovchelovitch, 2000, p. 96).

Os espaços destinados à violência não são, via de regra, considerados nobres pela mídia; geral-

mente, são encontrados em uma posição inferior na hierarquia dos espaços midiáticos. É, pois, nesse lugar não-privilegiado que vem sendo tratado um dos maiores problemas, responsável pela Segunda causa de morte em Salvador.

Assim como o bairro em que mora Josefa, muitos outros espaços de Salvador têm uma atenção reduzida, tanto no que se refere à agenda midiática quanto à agenda política. Nesses locais de “difícil acesso”, habitam a maioria daqueles que fazem

funcionar os espaços mais contemplados pela mídia e pelas políticas. O que sobre eles se diz, geralmente, leva à construção de esterótipos e estigmas. Os recantos pouco conhecidos são descritos por uma alocução de uma fonte oficial. É como se dali só saíssem violência, deslizamentos de terra, catástrofes. Parece que para um

lugar assim, tão difícil, deve corresponder um discurso simplista. Mas a este modo de pensar deve haver uma reação. É necessário

Mostrar que os lugares ditos difíceis (...) são, primeiramente, *difíceis de descrever e de pensar* e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa, sobretudo, veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, as vezes inconciliáveis (Bourdieu, 1997, p.11).

Aquele lugar de “descrição difícil” é, normalmente, tratado por um texto fácil, no plano jornalístico. Sim, em geral, aos bairros populares, quando referidos, não são dispensados muitos cuidados, apesar da complexidade dos problemas mencionados. Normalmente, as fontes não são contrastadas, as versões não são checadas, o acontecimento é tratado de modo isolado, a ponto de não se tornarem claras as responsabilidades coletivas e institucionais. É projetada uma sequência de crimes ao longo do tempo e junto a essa projeção são exibidos procedimentos de busca dos culpados e, neste âmbito, a receita perfeita é a indicação de um nome ou de alguns nomes de pessoas que confessam o delito, diante de um interrogatório cujas regras não são enunciadas pela mídia.

Esse modo de enunciar acontecimentos, ao que parece, não tem tido problemas no que se refere à comercialização e aceitação do produto midiático pelo mercado. Assim, numa leitura bem pragmática, podemos dizer que não há motivos para criticar aquele modo de fazer. Se o critério for estritamente mercadológico, não temos sobre o que discutir, afinal são claros os êxitos dos produtos midiáticos construídos em torno da temática da violência. É evidente, por exemplo, a vantagem que esses produtos levam sobre os outros, em termos de produção. No caso do jornalismo, a visita às delegacias é suficiente para o preenchimento dos espaços. Nos programas televisivos, veiculados ao vivo, baseados na presença de vítimas, em geral, o preenchimento da programação é realizado a partir de uma seleção de uma demanda que, espontaneamente, bate à porta. Nesses casos, o preço pela inclusão é a aceitação tácita da regra que transforma o drama pessoal em um espetáculo, no dizer de Fiske, um *Reality Show* (1993).

Nossa discussão, entretanto, ultrapassa o domínio da prova de sucesso, que se torna importante para que se faça necessária uma crítica a essa espécie de fator único cabível para a avaliação desses produtos. É necessário que nos voltemos ao referente e perguntemos sobre as dívidas da mídia em relação ao problema social que é a violência. E é providencial que adotemos essa postura, para que o domínio do nosso questionamento ultrapasse as possibilidades já executadas pela mídia.

Aqui, vale a pena fazer um esclarecimento sobre o papel da mídia, pois esta não pode ser considerada como responsável única pelos comportamentos violentos na sociedade. Porém, a mídia deve ser vista como a responsável pela circulação cotidiana, hora a hora, também em tempo real, da representação maciça da ordem social. No fundo, mensagens violentas falam às audiências sobre a ordem e sobre a lei: atualizam e põem em prática os valores, os processos e as hierarquias que definem o crime e as soluções, e situam os cidadãos nos papéis de vítima, de agressor ou de agentes da lei. Em sua essência, transmitem normas de conduta e de inter-relação entre os indivíduos e as instituições.

É importante salientarmos, mesmo correndo o risco de uma certa redundância, que a comunica-

ção de massa é marcada por elementos relativos aos avanços tecnológicos e mecanismos poderosos de produção e transmissão. Sua presença na sociedade

Não deve ser vista como um mero suplemento às relações sociais preexistentes, como se fosse a introdução de canais neutros que difundem bens simbólicos dentro da sociedade mas que deixam as relações sociais intactas (Thompson, 1990, p. 296).

A mídia, de certo modo, ao tratar de determinadas modalidades de violência, alcança, através de sua base tecnológica, um universo que jamais poderá ser atingido por um outro meio alternativo. Terá sempre a vantagem da difusão no espaço e no tempo. E é importante recordar que, além do mundo dos esportes, a violência, junto com sua sublimação, é o conteúdo midiático que mais ultrapassa as fronteiras das gerações e de gênero. Qualquer um pode ser objeto ou sujeito de violência e, à parte os códigos culturais cada vez mais diluídos, todas as culturas podem ser cenário da violência. Cabe também recordar que, ao adotar determinados elementos-padrões para a difusão da violência, a mídia está pretendendo, na verdade, obter a confiança dos receptores não apenas sobre a importância do assunto selecionado, como também sobre o modo pelo qual o tema é por ela abordado, contribuindo decisivamente, para a construção de representações sociais relativas à violência.

Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir dessa nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concertadas em relação a ela (Rondelli, 2000, p. 150).

É a mídia que encorajará uma postura mais séria ou mais descontraída, por exemplo, a partir de um marco discursivo com que trata determinado assunto. Por exemplo, quando o tema referido diz respeito

a uma ocorrência de violência “mais corriqueira”, a tendência é que a enunciação seja sucinta, de preferência, dentro de uma chave de leitura econômica, capaz de agregar vários eventos em um texto único: os assaltos do fim de semana, os homicídios, as fugas dos presídios, etc. Há casos, entretanto, que ultrapassam os limites das situações habituais e para enunciá-los são abertas possibilidades investigativas extraordinárias, ampliando, imediatamente, o número de fontes, checando versões, registrando falas autorizadas para a análise da questão. Diante desses casos, a densidade de informação e a riqueza com que é tratado o problema oferecem as pistas para uma indignação coletiva. Então, um problema sofrido por um indivíduo ou grupo de indivíduos pode ser representado como um problema de toda a sociedade.

Os meios de difusão não só promovem um ‘sentimento comum’ (nós), como também favorecem a integração dentro da ordem normativa e dos valores morais da sociedade, dentro do seu sentido do que é correto e do que é incorreto. Por isso os meios de difusão remarcam, de forma regular, os limites do que é aceitável e do que não é (Curran, 1998, p. 201).

No caso específico da violência, encontramos algumas situações que se tornaram emblemáticas e são condutoras da promoção de uma visão hegemônica em torno de questões sociais candentes. Como nos recorda Bondelli,

A partir do registro e transmissão midiáticos destas imagens de extrema violência é que irrompem, na cena pública, a existência de crianças e adolescentes morando nas ruas, exibida no episódio da Candelária; a complexa convivência entre moradores de favelas, traficantes e policiais, exposta nas imagens de Vigário Geral e de Nova Brasília; a existência de recônditos presídios superlotados e de condição subumana revelados no Carandiru (Rondelli, 2000, p. 146).

Estes acontecimentos, multiplicados pela mídia nacional e internacional, tornaram-se extremamente poderosos, capazes de produzir mobilização social em torno das bandeiras da paz, da luta contra as desigualdades sociais, contra a opressão, permitindo ver que a sociedade não aceita aquelas formas de violência e, sobretudo, não aceita assistir àquelas imagens sem rejeitar os fatores que as geram.

Seria importante observar, a partir dos exemplos mencionados, o quanto a mídia pode contribuir para sensibilização social a propósito da violência. Em todos esses casos, os recursos utilizados pela mídia, de um modo geral, ofereceram as condições para um efeito-indignação. E estas mesmas condições não são verificadas quando se trata da “violência avulsa”, aquela que é praticada quotidianamente contra uma população não organizada, nos locais não considerados nobres, não envolvendo atores que tenham projeção social, enfim, quando não se trata de violência que compreenda os temas previamente etiquetados pelo marketing social.

É conveniente esclarecermos que esses casos não representam a regra geral de produção midiática cotidiana, pois, o que alimenta a mídia a respeito da violência são justamente aquelas ocorrências às quais nos referimos como “violência avulsa”. Na realidade, são poucos os espaços midiáticos que atendem os interesses do campo societário. Em todo o caso, vale a pena considerar que novos temas e novos protagonistas, novos contextos e argumentos da violência são impulsionados pela lógica do lucro (Sampedro 1997). Desse modo, impõe-se uma economia do signo midiático do crime (Delgado, 1998), onde, por exemplo, uma vítima com uniforme ocupa três parágrafos mais que um moleque de chinelos; ou um crime contra uma criança, capturado e violentado num shopping center por outra criança na Inglaterra ocupa, no Brasil e na Espanha, mais tempo e espaço na mídia do que a exploração, maltrato ou prostituição infantil exostente nos dois países.

Estão, pois, desenhados critérios de inclusão que tendem a corresponder mais pesadamente aos objetivos mercadológicos, deixando em segundo plano a responsabilidade social sobre a questão. Nem sempre há uma coincidência entre as regras da economia do signo da violência e as necessidades sociais de difusão de imagens dos problemas relativos a esse drama social.

Chegamos a um ponto extremo no qual será sempre necessário que cada drama marcado pela violência possa ser associado a uma fonte legitimadora que reuna as condições para disputar o potencial de indignação através de uma incorporação apropriada pela mídia. E este papel tem sido de-

sempenhado por estudiosos, por organizações não governamentais que gozam de muito respeito no mercado dos bens simbólicos e outras vozes previamente legitimadas.

Não obstante a relevância dessas “falas protetoras”, fica evidente a falta de acesso à mídia pelo cidadão singular que, normalmente, não tem sido considerado como fonte de um saber intransferível, cuja base é a medida do cotidiano. É esse cidadão que sabe, não apenas sobre a morte da vítima, mas da sua vida e, portanto, reúne as condições para informar sobre a sua falta. Ele tem opiniões esclarecedoras sobre a situação da insegurança em seu bairro, no transporte que usa, em seu trabalho, enfim, em seu mundo. Ele não tem sido ouvido, sistematicamente. Ele é Josefa, é Maria, é João. Mora nas Cajazeiras, no Nordeste de Amaralina, no Engenho Velho da Federação, em Sete de Abril, na Mata Escura, em Valéria e tantos outros endereços *difíceis de descrever e de pensar*.

Trata-se de pessoas anônimas que sofrem ou testemunham, diariamente, as mais diversas formas de violência. Estes têm seus endereços condenados através de uma imagem pública construída ou reforçada pela mídia e, como já afirmamos, não são tidos como fontes necessárias. Estes são os sem-mídia (Cordeiro, 2000), aqueles que, em geral, só fazem parte dos produtos dos meios de comunicação de massa na condição do mendicante midiático, naquelas inserções nas quais os seus dramas são tornados espetáculos.

Diante de tudo isso torna-se fundamental e atual a reflexão sobre o papel desempenhado pela mídia na construção de uma cultura política e cívica na qual a violência deve ser combatida com diálogos e interações comunicativas mais equitativas e justas.

Notas

1 Programa de Varela

Referências bibliográficas

ALSINA, Miguel Rodrigo. El impacto social de la violencia en la television. In: *Trípodos*. Barcelona: Facultat de Ciències de la Comunicació, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORDEIRO, Tania. Seminário de comunicação e silêncios: um olhar da saúde sobre a violência. Salvador, 07 de dez. 2000.

CURRAN, James. Repensar la comunicació de massa. In: CURRAN, James et al. (Orgs.). *Estudios culturales y comunicació*. Barcelona: Paidós, 1996.

DELGADO, M. O discurso da violência: la fastamización mediática de la fuerza. In: *Trípodos*. Facultat de Ciències de la Comunicació. Barcelona, 1998.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA. O rastro da violência. Salvador: UFBA, 1998.

FISKE, J. *Power plays, power works*. Londres: Verso, 1993.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto M. et al. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAMPEDRO, Victor. *Movimientos sociales: debates sin mordaza*. Desobediência civil e servicio militar (1970 – 1996). Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. (Colección estudios políticos).

SILVA, Josefa de Jesus. Entrevista. Salvador, nov. 2000 e abr. 2001.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

* Tânia Cordeiro é mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília/UnB, professora da Universidade do Estado da Bahia/UNEB e membro do grupo gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência.

** Victor Sampedro é doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Madri e professor titular da Universidade de Salamanca, Espanha.

Delegacia de Proteção à Mulher: cenário de conquistas cotidianas

A *Bahia Análise & Dados* entrevistou* a Dr^a Isabel Alice de Pinho, Delegada Titular da DPM – Delegacia de Proteção à Mulher, sobre o papel dessa delegacia e a necessidade de realização de um trabalho integrado, envolvendo não somente a mulher vítima versus o homem agressor, mas também a família, as instituições sociais, educacionais e jurídicas, e as áreas da saúde e da segurança pública.

BA&D - Qual o papel social das Delegacias de proteção à mulher?

R - O movimento social que avança neste milênio dá concretude ao papel social da mulher. Sem luta armada, sem banhos de sangue, sem derrubar governos, sem ameaças ao poder, as mulheres, sofrida e heroicamente, mudaram a face do mundo. Por isso, hoje, no lugarejo mais longínquo ou nas mais ricas metrópoles, as mulheres se vêem como sujeitos de direitos. Para uma determinada parcela da população feminina, infelizmente, a verbalização e o uso dos direitos adquiridos sob a forma de lei ainda são viabilizados de um modo muito tímido, é bem verdade; no entanto, essas mulheres acabam incorporando, ao seu cotidiano, as conquistas que, ao longo do tempo, vêm traçando a nova trajetória feminina.

Nos anos setenta, recordo-me de uma cena humilhante sofrida por uma mulher. Ela apresentava o rosto desfigurado e sangrava muito por causa de uma agressão que acabara de sofrer do seu companheiro. Junto com ele, foi recolhida ao xadrez da delegacia, apenas pelo fato de, ao denunciá-lo, afirmar que fora o seu “nêgo” quem lhe batera. A expressão “meu nêgo, doutor” foi decisiva para ela merecer a punição. Foi presa por ter tido a ousadia, àquela época, de denunciar à polícia um problema familiar e, pior ainda, de tratar carinhosamente seu agressor. A autoridade presente sequer mandou medicá-la. Seu crime parece ter sido o de não entender que seu companheiro tinha o direito de agredi-la e, ela, a obrigação de calar-se. Deveria, por isso, ser

presa com o “seu nêgo” para nunca mais solicitar qualquer tipo de providência contra ele. Graças às conquistas femininas, tal procedimento não se faz mais possível. Hoje, mais do que nunca, manifestamos toda a nossa indignação por qualquer tipo de violência praticada contra a mulher. Todos concordam que temos o direito de fazê-lo, embora, para muitas mulheres, denunciar a sua condição de vítima ainda represente um ato de muita coragem. A própria existência de um canal especializado no atendimento de mulheres vítimas de violência representa um avanço. Daí a importância das Delegacias de Proteção à Mulher.

BA&D - Quais as dificuldades encontradas quando da implantação da DPM?

R - No começo da DPM/Salvador, ficou bastante claro que não havia, principalmente, por parte das mulheres policiais – de qualquer nível hierárquico – um comprometimento com os chamados movimentos populares, grupos feministas, militância política, etc. Talvez por conta do nosso cotidiano em diversas unidades policiais, e pelo fato de nunca termos sido motivadas a pensar seletiva e solidariamente como mulheres engajadas na militância sócio-política, com estratégias definidas, em busca de soluções para as mais variadas reivindicações de gênero.

O grupo de fundação da DPM, formado apenas por mulheres, iniciou o trabalho especializado, em 17 de outubro de 1986, após ter passado seis meses em cursos de capacitação para atender à demanda, principalmente, dos crimes contra os costumes – estupro, sedução, atentado violento ao pudor, etc. – e crimes contra a pessoa, exceto o homicídio, ficando também de fora os crimes contra o patrimônio, não obstante ser possível a adoção de outras providências, sempre que a mulher figurasse como vítima, em qualquer situação de natureza delituosa.

Essa nova forma de fazer polícia voltada para a mulher, vista como vítima, em um espaço próprio, apresentava uma filosofia avançada na resolução de questões tão delicadas. Significava uma nova postura no trato das situações delituosas contra a mulher. Contudo, o cotidiano dentro da delegacia especializada, deixou bem claro que, para além da violência, estávamos lidando com

algo que não enxergávamos de modo tão nítido. Existia algo nebuloso, enviesado pelo discurso e pela tolerância sedimentada na sociedade. Necessitávamos mirar os casos que nos chegavam com um olhar diferente.

Nosso sentimento era o de que a DPM crescia em aceitação e credibilidade. A DPM, mais que uma agência institucional, buscava ampliar a sua tarefa, de modo a viabilizar o seu funcionamento como um espaço de solidariedade feminina, de denúncia de todas as formas de discriminação, assédio sexual, de apoio e facilitação para estudos, informações e pesquisas estatísticas nas áreas jurídica, social e afins, de modo a contribuir com a proposição de ações concretas de parcerias com entidades governamentais e ONG's que buscassem a promoção de valores e de uma cultura de paz.

BA&D - *E qual a sua avaliação do trabalho desempenhado pela DPM durante esse período?*

R - Ao longo de quase quinze anos de existência, temos desempenhado um papel institucional que busca não só um melhor atendimento à mulher, mas também a promoção de ações afirmativas importantes para a continuidade e ampliação dos movimentos de luta contra a violência e defesa dos direitos da mulher. Estamos, inclusive, com expectativas de ampliação dos nossos serviços, na medida em que está em fase de construção a nossa sede própria, na qual poderemos oferecer mais conforto à nossa clientela. Teremos todos os serviços informatizados, salas para a realiza-

ção de trabalhos com casais, atendimento psicossocial personalizado para vítimas de violência sexual, um auditório para a discussão de temas ligados à questão feminina, exibição de filmes e estudos de casos, biblioteca-videoteca para consulta e um banco de dados para fins de pesquisas e trabalhos afins, dado o grande interesse em torno do tema “violência doméstica”, “violência contra a mulher”.

BA&D - *Além de um atendimento especializado voltado para a violência contra a mulher, a senhora disse que, naquela época, havia algo que não parecia estar muito nítido. Era necessário, portanto, um “olhar diferente” sobre a questão. Hoje, com que “olhar” a senhora dirige a DPM?*

R - Poder compartilhar das experiências de uma delegacia especializada no atendimento às mulheres, permite-me ter muito mais a dizer do que o simples exercício da atividade jurídico-policial. Na apuração dos fatos, percebemos que os componentes da relação afetiva e da sexualidade, envolvendo a intimidade das partes, fazem a diferença. Na maioria das vezes, vítima e agressor moram sob o mesmo teto. Em tais circunstâncias, traçam um recorte significativo para a manutenção do conflito, dificultando a busca de soluções, pois estas só terão eficácia se efetivamente assumidas pelos seus atores – esposa/esposo, pai/filha, mãe/filho, namorado/namorada. A proximidade entre agressor e vítima, o sentimento de dor e dúvida, raiva e culpa se entrelaçam em uma trama onde os limites

são muito tênues, extremamente frágeis, por vezes imperceptíveis, se buscarmos apenas o foco da lei para punir a conduta. E é com este olhar que o atendimento deve ser realizado.

As demandas aqui solicitadas nos obrigam a oferecer um serviço cuja especificidade vai além de uma perspectiva jurídico-penal. Mantemos um serviço psicossocial com três assistentes sociais e duas psicólogas que trabalham as situações conflituosas vividas pelas mulheres, recuperando sua auto-estima, sua capacidade de superar traumas físicos, psicológicos, de violência doméstica e sexual.

BA&D - *As delegacias de proteção à mulher não acabam funcionando como uma espécie de “balcão” de denúncias de brigas conjugais?*

R - Metade das mulheres do mundo é vítima de algum tipo de violência. O mais chocante é que um grande número de práticas violentas contra a mulher ocorre dentro de casa, proporcionadas pelos próprios maridos, companheiros, pais, filhos, irmãos, etc. Isso não significa, em absoluto, que a violência contra a mulher é uma violência exclusivamente doméstica ou restrita à relação entre cônjuges. A maior inserção da mulher no mercado de trabalho acaba por torná-la um alvo cada vez maior de discriminações, agressões físicas, psicológicas, morais, raciais, profissionais, ideológicas. O aumento das denúncias, nos casos de assédio sexual, é um exemplo disso.

Reconhecemos nossas limitações. A visibilidade que é confe-

rida aos problemas enfrentados pelas mulheres no espaço privado da sua intimidade, da sua convivência intrafamiliar, reflete apenas uma parcela dos problemas. Neste sentido, temos bus-

A visibilidade que é conferida aos problemas enfrentados pelas mulheres no espaço privado da sua intimidade, da sua convivência intrafamiliar, reflete apenas uma parcela dos problemas.

cado soluções legais, criativas, conciliatórias, tendo em vista o interesse da mulher e o grau de menor ou maior potencial ofensivo das condutas e danos dos mais diversos, oriundos de situações violadoras de direitos essencialmente femininos. Para nós, é um dever abrir a possibilidade do diálogo, da conciliação entre aqueles que estão experimentando uma relação baseada na violência. A mulher, sentimentalmente envolvida, acredita poder negociar com seu agressor e, por isso, adia o quanto pode a denúncia dos maus tratos que sofre. O problema é que o adiamento da denúncia faz cair por terra toda e qualquer possibilidade de recuperar o diálogo entre os pares.

Além disso, é preciso reconhecer que homens e mulheres estão mudando, seja pelos exemplos de punições legais, seja pelo aumento de informações, pois em uma relação violenta, e consequentemente de poder, ninguém que tenha um pouco mais de

condição quer abrir mão do controle ou de privilégios.

BA&D - *A casa é socialmente vivenciada como um lugar singular. Um espaço seguro, sagrado, não compatível com a imagem e o sentimento do medo. O próprio funcionamento cotidiano da DPM não revela uma situação contrária, ou seja, o lar não seria, também, um “lugar do medo”?*

R - A questão da violência doméstica é matéria de infindáveis estudos e pesquisas, que se fazem perceber pelos mapas estatísticos. Podemos fazer levantamentos diários com dados sobre as vítimas, números de ocorrências, horários, tipos de delitos praticados contra a mulher, etc. Os números, contudo, estão longe de revelar as histórias de vida que acabam por ocultar. Os gráficos que mostram a violência contra a mulher não revelam os limites da relação homem-mulher. Eles guardam a sua importância porque dão visibilidade a esse tipo de violação dos direitos humanos e permitem viabilizar programas, estudos, projetos, pesquisas, objetivando dimensionar as causas, circunstâncias e fatores geradores de conflitos nas relações familiares, em um vai e vem nocivo de retroalimentação envolvendo os atores desse drama social. O grande problema é que a violência doméstica tem características e contornos diferenciados dos outros tipos de violência, reconhecidamente considerada como fenômeno social.

Apesar de as denúncias terem aumentado desde a criação das delegacias especializadas, um grande número de mulheres ain-

da prefere esconder um olho roxo a denunciar o agressor; silenciando, essas mulheres tornam-se, cada vez mais, cúmplices da dominação masculina. Ao tomar tal atitude, por medo, apatia, a mulher acaba por reforçar a conduta violenta do seu agressor. “Quem cala, consente” – repudiamos tal afirmação. Ninguém consente em ser violentada moral, física e psicologicamente na sua dignidade. Consentir, às vezes, é a única forma de a vítima ainda sobreviver. Seu pensamento, contudo, sempre será o de, um dia, romper com esse círculo de violência.

A violência doméstica é sempre fruto do abuso da força física, psicológica, econômica, cultural e social, onde o agressor não é um desafeto, um inimigo, um marginal desconhecido, mas aquele com quem se convive, sob o mesmo teto. É aquele que sabe a hora, o momento, a vez de agradar, humilhar, acariciar, ferir, beijar, bater, matar. É difícil para as vítimas perceberem seus parceiros, maridos, pais, filhos, irmãos, como homens criminosos, apesar de eles terem infringido as leis da civilidade humana. A percepção da situação delituosa é tão marcante, que é comum a mulher que denuncia buscar uma série de qualificativos para os seus agressores: “ele é um bom filho”; “um ótimo pintor”; “quando ele não bebe, é um bom marido”. Neste contexto, é pertinente pensar e vivenciar o lar como um espaço promotor de sentimentos inseguros, desterritorializando, assim, a violência que se pensava estar “lá fora”, na rua.

BA&D - *A denúncia é sempre uma atitude muito difícil. Envolve a exposição de dores, dos problemas e das falências dos lares. Se é comum a idéia de que a mulher não denuncia os maus tratos que sofre, porque “gosta” da situação em que se encontra, ela não estaria, nesse caso, sendo duplamente penalizada pelo agressor e pela sociedade?*

R - É comum as pessoas não entenderem o silêncio da vítima. Não raro as mulheres são culpabilizadas. Delas se afirma que não têm coragem, que são permissivas com a violência sofrida, que gostam de apanhar. A vítima acaba duplamente penalizada, na medida em que é responsabilizada pela conduta do seu agressor. Constatamos, diariamente, o quanto o vínculo afetivo envolve, permeia e até determina as atitudes tomadas pela vítima. No entanto, em qualquer situação é difícil o reconhecimento, a identificação, o posicionamento, face a uma conduta violenta de alguém que se gosta, convive, compartilha. Estão em jogo os laços de uma união estável, intimidades, segredos e compromissos mútuos, vínculos sexuais, filhos gerados, esperanças, sonhos, patrimônio, histórias de vida, um passado feliz, um presente doloroso e, quem sabe, um futuro.

BA&D - *Ao mesmo tempo em que é percebido socialmente como um lugar seguro, o lar guarda a referência absoluta da privacidade. A denúncia, que também pode e deve ser realizada por terceiros (pais, vizinhos, amigos, parentes), não acaba sendo reprimida em nome do respeito à privacidade*

de do outro, sobretudo, pautando-se no ditado popular “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”?

R - Os números mostram uma situação preocupante: 70% da victimização feminina ocorre dentro de casa e, em 5% dos casos, no horário das 16:00 às 24:00hs. Estes dados revelam que, vencida a jornada diurna do trabalho doméstico ou formal, as mulheres são agredidas moral ou fisicamente dentro de casa pelo companheiro. Nessas circunstâncias, o socorro à vítima é sempre prejudicado pela máxima popular de “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Para nós, da DPM, essa postura é abominável. Em briga de marido e mulher, deve-se, sim, meter a colher. A colher é uma forma emblemática da ajuda: ela serve de medida para o remédio que cura. É o primeiro instrumento que nos auxilia na alimentação do infante, depois do seio materno. A colher, diferentemente do garfo ou da faca não fere, não corta. Deve ser vista como símbolo da não-violência.

BA&D - *Denunciar um companheiro, ou um provedor, pode significar o fim dos maus tratos, mas também um novo posicionamento socio-econômico e cultural para a mulher. Como esta realidade se apresenta no cotidiano da delegacia?*

R - Esse drama não faz distinção entre barracos e mansões – nestas, certamente, o grito será cada vez mais abafado, tanto maior o nível socio-econômico da vítima. Cabe à mulher repensar o seu momento, desapaixoa-

nadamente, projetar novos rumos. Ela precisa acreditar que o término de uma relação não é sinônimo de fracasso, mas a oportunidade de mudar a sua história, refazer o seu caminho, ousar ser novamente feliz; e nós verificamos essa possibilidade, todos os dias, em nossa clientela. São mulheres, em sua grande maioria, pobres, moradoras da periferia, negras, com filhos, semi-alfabetizadas, que nos dão uma lição diária de sentimento de cidadania. Essas mulheres anônimas, que só aparecem como vítimas, nos fascinam, pois são as grandes personagens reais de tudo o que o hoje se busca no enfrentamento a todas as formas de violação dos direitos humanos no mundo. Para o segmento da segurança pública, isso significa que a mulher está em plena posse de seus recursos “humanos”. Exemplo de quem busca fazer da sua vida, apesar de toda a violência que a cerca, uma aventura de crescimento, de encarar o mundo com as suas capacidades, com a riqueza de sua própria cultura.

Em nossos dias, a existência de tantas dessas mulheres nos causa orgulho pelo trabalho que realizamos. E se a violência é a face perversa das nossas conquistas, não podemos, até pelos exemplos dessas mulheres, retroceder na luta. Com elas estamos incondicionalmente, e a DPM é a porta-voz contra todo e qualquer tipo de discriminação. Não podemos abraçar todas as causas, mas somos a mão amiga para qualquer mulher que nos procura. Paradoxalmente, podemos afirmar que alguma coisa profunda e

positiva mudou em nossas sociedades civilizadas: o poder de expressão das mulheres. Reconhecemos a gravidade das questões relativas à violência contra a mulher, mas não nos faltam motivação e firmeza de propósitos para

Essas mulheres anônimas, que só aparecem como vítimas, nos fascinam, pois são as grandes personagens reais de tudo o que o hoje se busca no enfrentamento a todas as formas de violação dos direitos humanos no mundo.

recomeçar a cada dia uma nova etapa; por isso nos orgulhamos do trabalho que desenvolvemos e torcemos pelo futuro que as novas gerações de mulheres trina e ousadamente farão. A denúncia é, portanto, o primeiro passo para a solução negociada, conciliadora, legal e eficaz em um quadro de violência doméstica. A denúncia serve como uma forma de a mulher reavaliar a sua própria posição e preservar a sua integridade física e psicológica.

BA&D - *Se a violência intrafamiliar não se constitui em um problema de polícia, mas em uma questão social que está além dos limites do lar, da família, que começa mesmo “lá fora”, qual o tipo de tratamento a ser adotado? Que iniciativas realizar?*

R - Qualquer tentativa de resolver a questão da violência doméstica carece de uma ação política ou de uma equipe multidisciplinar

que elabore, nacionalmente, um projeto de trabalho não apenas para diagnosticar, mas para propor ações efetivas de intervenção e acompanhamento do problema. Debates, técnicas de mobilização, conscientização e participação comunitária, avaliações de resultados devem caminhar em paralelo com um conjunto de ações integradas nas áreas jurídica, educacional e de saúde. Tais procedimentos se fazem necessários na medida em que o tratamento da violência de gênero, como uma doença social, vai muito além da atividade de Polícia Judiciária. Não envolve apenas a mulher vítima versus o homem agressor. Atinge a família, as instituições sociais, a saúde e a segurança pública. Temos, portanto, um problema social que acaba virando um problema de polícia. Se perdermos de vista esta perspectiva, veremos o ciclo repetir-se, infinitamente, nas portas das nossas delegacias.

* Entrevista concedida a Zilda Fátima da Silva Paim, mestranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e professora auxiliar do curso de Comunicação Social da UNEB.

Violência na escola: um protesto contra a exclusão social?

*Cristina Maria Teixeira Campello**

O crescimento da violência nas escolas tem suscitado as mais diversas opiniões sobre as suas causas. No entanto, os estudos e pesquisas sobre o assunto referem-se, em sua maioria, à violência nas escolas públicas, embora este seja um fenômeno também observado nas escolas particulares.

Baseando-se no livro de Michel Foucault, **Vigiar e Punir**, Áurea Maria Guimarães afirma que regulamentos rígidos, controle, burocracia e padronização de comportamentos dos alunos levam-nos à evasão escolar e a uma crescente depredação da escola.

Outros autores associam marginalidade – local onde a escola está inserida – com pobreza e depredação das escolas, responsabilizando os alunos pelo que acontece nas escolas. Chamando-os de marginais e maloqueiros, esses autores deixam, geralmente, de analisar as causas estruturais da violência.

Para o sociólogo Augusto Caccia-Bava¹, se a violência estoura na porta das escolas é porque o ensino continua alienado da realidade dos adolescentes. A educação formal está cada vez mais distante de oferecer aos alunos o conhecimento como parâmetro de reflexão. A escola tem um papel importante no desenvolvimento de padrões pacíficos de sociabilidade e de projeção para o futuro de seus alunos.

Para esse sociólogo, fatores como pobreza, desemprego, desestruturação da família e falta de perspectiva de vida, quando desvinculados de políticas sociais eficazes, causam a banalização da violência e acabam servindo para explicar a onda de

crimes que assola as escolas públicas situadas em bairros pobres dos centros urbanos.

Ainda segundo Caccia-Bava, o adolescente, oriundo de bairro pobre e violento, não raro vem de família desestruturada, com pais separados e, muitas vezes, desempregados; no entanto, esses conflitos não são levados em conta pelo conteúdo pedagógico. Por outro lado, a partir da quinta série do ensino fundamental, os alunos nem sempre estudam no bairro onde moram, ficando expostos a situações de risco, como pontos de tráfico de drogas e de prostituição. Além disso, perdem o contato com vínculos importantes, formados por amigos de infância, colegas de antigas escolas e, principalmente, professores que serviram de referência inicial no processo de formação educacional.

No artigo “Violência nas Escolas”, Rudá Ricci assegura que a violência juvenil é mais complexa do que pode parecer. Pesquisas demonstram que essa violência pode ser atribuída ao uso de drogas, muito mais do que ao desemprego. Para o autor, pessoa violenta é aquela que se desenvolve em um ambiente de ódio coletivo (racismo, por exemplo), e que é exposta a situações de voracidade (ânsia de poder, narcisismo).

Este mesmo estudo revela que o crack, por ser uma droga compulsiva, parece gerar furtos e outras infrações entre adolescentes. Pesquisa recém-divulgada pela Universidade Federal de São Paulo indica que 28% dos estudantes de escola pública utilizaram ou utilizam drogas. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião-IBOPE, citada

por Rudá Ricci mostra que o maior fator de consumo de drogas entre jovens é o sentimento de abandono familiar (35% dos usuários de drogas).

Estudos elaborados pela UNESCO, desde 1997, assinalam que quase dois mil brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos, morreram vítimas da violência nas escolas e que, de cinco mil jovens, 60% revelam já ter sofrido ao menos uma agressão.

No artigo “Violência nas Escolas: Vamos colocar a tranca depois da porta arrombada?”, Carvalho Neves tece comentários sobre uma pesquisa realizada em 1500 escolas públicas do país, concluindo que os portões e as grades colocados nas escolas, transformando-as em prisões, não resolvem o problema, pois os índices de violência continuam crescendo. No Rio de Janeiro e em São Paulo, alunos e professores vivem um eterno clima de insegurança, lidando com traficantes, assaltantes a mão armada, quase sempre alunos menores de idade protegidos pela lei. Essas gangs e galeiras intimidam os professores, obrigando-lhes a dar-lhes notas altas e a fazerem concessões descabidas em um ambiente escolar.

Em São Paulo, um estudo compreendendo mais de 300 municípios indica que 72% das escolas pesquisadas sofreram alguma espécie de violência. Registraram-se quase 30% de depredações; 19% de brigas; 17% de pichações; 14% de arrombamentos; 8% de invasão de estranhos; 6% de furtos; 5% de danos a veículos; 3% de tráfico e consumo de drogas no interior das escolas; mais de 1% de uso de armas pelos alunos, e outras ocorrências como explosão de bombas dentro das escolas, ameaça de morte por traficantes, tiros contra o prédio escolar e provocação de incêndio.

Os dados estatísticos divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia por bairro ou cidade, revelaram que nas escolas da rede estadual de Salvador e região metropolitana, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2000, dos 50% de delitos observados nas escolas, 12% ocorreram nos bairros situados na zona suburbana, onde houve um alto índice de furtos e uma ocorrência menor de arrombamentos; 7% em Bro-

tas, (furto, ameaça e lesões); 6% em Candeias, (arrombamento, furto e roubo), Camaçari (dano, furto e roubo) e Cidade Baixa (agressão, furto, roubo, agressão); 5% em Lauro de Freitas (furto, ameaça e dano); e 4% em Simões Filho (furto) e Cajazeiras (furto e ameaça).

Tendo como objetivo a prevenção da violência nas escolas consideradas mais violentas, escolas do setor público, aliadas a organizações da sociedade civil e do setor privado, assim como a

organizações internacionais, estão desenvolvendo projetos, voltados para a expressão corporal, a iniciação ao teatro e ao esporte, a capacitação para contar histórias a respeito da própria vida, o desenho e a fotografia, além de outros visando à inserção da comunidade nas escolas.

Gomes da Costa² (2000) relaciona a violência nas escolas à problemática social, propondo

ações que visem mudança na percepção que os pais, as escolas e o governo têm dos adolescentes, oferecendo soluções efetivas para esta questão. Em sua perspectiva, o adolescente deve ser integrado como um dos agentes das ações e das políticas, ou seja, como um dos reais praticantes da cidadania. O autor assinala que a violência está relacionada à falta de uma política para a juventude.

Afirmando ser importante que os jovens possam atuar como protagonistas das atividades a eles destinadas, permitindo-lhes desenvolver um projeto de vida, Gomes da Costa diz que não se deve pensar somente em projetos de profissionalização, mas em políticas de ocupação do tempo livre dos jovens, sobretudo daqueles pertencentes às classes sociais mais pobres, que ficam entregues a si mesmos.

Para o autor, a ocupação do tempo livre deve significar “educação para valores” e uma nova cultura de “trabalhabilidade”, a fim de que o jovem possa enxergar o mundo, conseguindo nele se inserir de variadas maneiras. Além do emprego formal, o autor cita o trabalho associativo, o cooperativo e o auto-emprego como algumas das muitas outras formas de acesso ao mercado de trabalho.

**Não se deve pensar
somente em projetos
de profissionalização,
mas em políticas de
ocupação do tempo
livre dos jovens,
sobretudo daqueles
pertencentes às
classes sociais
mais pobres.**

A família, a escola e os programas sociais têm de apresentar, segundo Gomes da Costa, novas pautas para os jovens. Além disso, a escola deve estar capacitada para relacionar-se com a comunidade e com as famílias.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia vem desenvolvendo quatro projetos para ajudar a minorar a violência nas escolas. O primeiro deles se refere à participação de escolas dos distritos da Barra, Rio Vermelho e da região itapagipana no Fórum da Violência. O segundo é o programa **Resgatando Valores na Escola**, desenvolvido na Escola Henriqueta Catarino. O terceiro, voltado para o desenvolvimento da cidadania e da arte, é realizado em parceria com o Movimento de Intercâmbio Artístico e Cultural pela Cidadania – MIAC e Centro de Referência Integral do Adolescente – CRIA³, no município de Salvador e na região metropolitana.

Discute-se também, na mesma Secretaria, a possibilidade de implementação do programa **Abrindo Espaços: Educação e Cultura da Paz**, que a UNESCO está realizando com sucesso, em Recife e no Rio de Janeiro, visando à abertura de escolas nos fins de semana, como espaços alternativos que possam atrair os jovens em situação de vulnerabilidade, colaborando para a reversão do quadro de violência e construindo espaços de cidadania. Segundo a UNESCO, a estratégia nasceu da observação de experiências similares bem sucedidas, nos Estados Unidos, França, Espanha e outros países, nas quais o trabalho com jovens, nas dimensões artísticas, culturais e esportivas, constituiu-se em uma excelente forma de prevenção da violência. O programa tem três focos: o jovem, a escola e a comunidade.

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Salvador tem implementando diversas ações visando à PAZ nas escolas, destacando-se os projetos:

1. **Prevenção da Violência** – esse projeto, centrado na adolescência, é realizado na Escola Ernesto Mourão Sá, e tem como objetivo ações educativas e a capacitação do professor, permitindo-lhe lidar com o tema da violência na sala de aula. Nesse projeto, os alunos desenvolvem pesquisa-ação com a comunidade. Como parceiro, a Prefeitura conta com o INPAZ – Instituto Nacional de Educação para a Paz.

2. **Educação para a PAZ** – trabalhando a não-violência, em um seminário denominado “A Arte de Viver em Paz”, esse projeto abrange a Escola e a Família. Para implementá-lo, a Prefeitura conta com a parceria da UNIPAZ.
3. **Projeto Bem-Me-Quer** – visa à preservação da escola, através da mobilização da comunidade escolar, da família e dos moradores do bairro.
4. **Escola Música e Meio Ambiente** – trata-se de um festival de música realizado anualmente, no mês de setembro, durante a semana do meio-ambiente. Dele participam todas as escolas de quinta a oitava série e todos os alunos de quarta série. No ano passado, 10 músicas foram selecionadas para a produção de um CD. Nessa ação, a Prefeitura tem a parceira da Organização do Auxílio Fraterno-OAF.
5. **Corrente de Vida SOS Energia** – com o objetivo de prevenir o uso inadequado dos recursos energéticos, a escola mobiliza os alunos para a realização de um acompanhamento dos gastos com energia na comunidade. Os professores são capacitados para desenvolverem este projeto, através de uma parceria com a COELBA.
6. **Escola Entra em Cena** – tendo como objetivo sintonizar a escola com as atividades culturais da cidade do Salvador, esse projeto desenvolve-se em duas etapas: na primeira, os alunos são levados ao teatro e, na segunda, a escola cria suas próprias atividades culturais. O projeto abrange, durante o ano letivo, todas as escolas da Prefeitura.

Além desses projetos, o IRDEB/TVE e o Instituto Anísio Teixeira – IAT gravaram o vídeo “Viver a Escola”, que consiste em um debate sobre drogas e violência nas escolas, do qual participaram o psiquiatra Antonio Nery Filho, coordenador do CETAD – Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas, a psicóloga Tânia Duplat, e os estudantes Luana Constantini e Miguel Ângelo Serra Dourado, da rede pública estadual.

Por último, deve ser citada a **Pesquisa Jovem e Violência na cidade de Salvador: construindo uma agenda social**, coordenada pela Fundação Luís Eduardo Magalhães, UNESCO e SEPLANTEC/Coordenação de Políticas Sociais e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI, consti-

tuindo-se na elaboração de diversos estudos tendo como objetivo traçar o perfil dos jovens de Salvador; fazer o levantamento dos projetos do setor público voltados para os jovens; realizar oficinas com a finalidade de elaborar proposições destinadas à construção de uma política social para os jovens de Salvador. Todas essas ações têm o intuito de prevenir a violência, combater a pobreza e a exclusão social.

Como produto principal dessa pesquisa, cita-se a **Agenda Social para a Juventude de Salvador, na faixa etária de 14 a 24 anos**, que contou com a participação dos setores público, privado, organizações da sociedade civil e grupos de jovens. Os participantes discutiram, dentre outros, problemas relacionados com a ineficiência e a desarticulação da gestão social dos projetos implantados, e com a má qualidade do ensino e do sistema educacional; este foi indicado como deficiente para responder às necessidades de inserção social e econômica dos jovens. Em relação às propostas de intervenção, os participantes da Agenda Social mostraram a necessidade de implantação de novas práticas pedagógicas, assim como da participação da família e da comunidade no espaço da escola, e a necessidade de melhoria dos espaços escolares existentes.

Evidentemente, não foram citados todos os projetos implantados nas escolas públicas de Salvador, com o objetivo de combater a violência. Considera-se, entretanto, que embora todas essas ações sejam importantes para lidar com essa problemática, somente reduzindo-se as desigualdades sociais e implantando-se programas nacionais de combate à pobreza, poder-se-á amenizar a situação de violência e a ausência de coesão social.

A violência na escola, produto da exclusão social, não será resolvida com policiamento, nem com políticas compensatórias, mas com políticas sociais redistributivas, nas quais o caráter multidimensional da pobreza seja levado em consideração. Somente dessa forma será possível alcançar o bem-estar material e o bem-estar psicológico, necessários para a construção de uma sociedade justa e equilibrada.

Notas

- 1 Augusto Caccia-Bava é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em Araraquara.
- 2 Antônio Carlos Gomes da Costa é consultor da Comissão dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas – ONU.
- 3 Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania/ Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA.

*Cristina Maria Teixeira Campello é Socióloga e Técnica da Fundação Luiz Eduardo Magalhães.

Violência e políticas públicas – Bahia e RMS

*Creomar Baptista**

Introdução

Muito do que os jornais, as revistas e a TV noticiam sobre a violência diz respeito à forma como ela passou a afetar, durante as duas últimas décadas, o cidadão pertencente às classes médias e altas, obrigando-o a sujeitar-se a uma situação de quase-reclusão doméstica. Em menor medida tem sido abordada aquela modalidade de violência que deriva tipicamente de condicionantes socioeconômicos, atingindo grupos sociais desfavorecidos, em especial, uma parcela significativa da juventude brasileira.

São variados os fatores subjacentes à questão da criminalidade urbana¹ (que afeta predominantemente os jovens). Merecem destaque os níveis educacionais e o estado do equipamento público de ensino (do ponto de vista quantitativo e qualitativo), a disponibilidade de áreas de lazer, o grau de exposição a atitudes pró-violência presentes na mídia (nos filmes, novelas, seriados e *clips* musicais), as políticas sociais voltadas para a criança e o adolescente e as condições econômicas prevalentes no nível macroeconômico².

Quanto ao estado das políticas sociais, a situação com que se defronta o Brasil é grave: baixas taxas de crescimento econômico conjugam-se à redução do percentual do gasto com crianças e adolescentes, em relação aos valores globais do gasto público federal, e o gasto social federal. Este tipo de gasto governamental, de acordo com o IPEA³ sofreu importante redução no total desses agrega-

dos, tendo representado 7,5% do gasto público federal e 12,4% do gasto social em 1994 e 6,5% e 9,8%, respectivamente, em 1997, além de diminuir em relação ao PIB de 1,24% para 1,18% entre esses dois anos.

Seria por demais ambicioso (para não dizer impossível) abordar de uma só vez toda a complexa rede de fatores que envolvem a temática. A intenção do presente texto, mais modesta, é elucidar aspectos do fenômeno da violência na Bahia e, particularmente, na Região Metropolitana de Salvador. Investiga-se desse modo alguns indicadores da evolução temporal do crime no RMS e traços do perfil do criminoso na capital baiana. Ao final, faz-se considerações sobre políticas que julgamos adequadas para atacar o problema da violência e suas implicações.

A violência na Bahia e RMS

As informações fornecidas por instituições oficiais sobre a violência – em geral enviesadas – não refletem adequadamente a magnitude e a distribuição da criminalidade no país, impedindo por vezes uma análise temporal precisa dos indicadores. Apesar disso, a qualidade dos dados tem melhorado desde a abertura democrática nos anos 80, quando uma série de pesquisas sobre vitimização passou a ser conduzidas por instituições tão diferenciadas quanto o Ministério da Saúde (através do Datasus), Fundação SEADE, IBGE, Núcleo de Estudos da Violência (USP), entre outras.

É certo que a incidência de mortes violentas ampliou-se no período 1980-1988, com aumento de aproximadamente 201,3% do número de mortes resultantes de homicídio no país (de 13.910 para 41.916). Ocorreu, além disso, um acréscimo de 174,5% nas taxas de homicídio cometidos com arma de fogo por 100.000 habitantes, somente no intervalo 1980-1996, com sua percentagem em relação ao número total de homicídios aumentando de 43,6% para 59,0% (NETO 2001).

O risco de morte por homicídio ou agressão encontra-se distribuído desigualmente entre as diversas áreas geográficas e grupos sociais no país. Dados de 1998 (NETO, 2001) mostram que dezessete estados registraram nesse ano taxa de morte resultante de agressão inferior à taxa brasileira, isto é, 10/100 mil. Entre eles a Bahia (9,98), Minas Gerais (8,84), Rio Grande do Norte (8,46), Santa Catarina (8,11), Maranhão (5,17) e Piauí (5,23).

Por outro lado, o crescimento da violência se concentra nas áreas urbanas e regiões metropolitanas, cujo total de mortes por homicídio ou agressão violenta cresceu 262,8% entre 1980 e 1998. As mais altas taxas de homicídio são registradas nas periferias carentes das grandes cidades e regiões metropolitanas. A maioria das vítimas é formada por homens (ainda que entre 1980 e 1996 tenha havido aumento substancial nas taxas de homicídio entre as mulheres, de 91,3%) e jovens ou adolescentes (NETO, 2001).

No Estado da Bahia como um todo a criminalidade não surge com a mesma dimensão de outras unidades federativas. Se tomarmos sua taxa média de homicídios por 100.000 habitantes nos períodos 1985-1989 e 1990-1995, veremos que esta aumentou de 6,6 para 9,7,

enquanto as médias, mesmo em outros Estados do Nordeste, situavam-se em patamares substancialmente mais altos e, em alguns casos (como Pernambuco e Alagoas), visivelmente alarmantes⁴.

A evolução do número de óbitos (incluindo-se os óbitos de jovens entre 15 e 24 anos) permaneceu relativamente constante no Estado, ao longo dos anos 90, com exceções registradas nos anos de 1990 e 1991, quando houve uma queda na taxa de óbitos de jovens (razão percentual entre o número de jovens dos 15 aos 24 anos e o total de óbitos), voltando a série a exibir movimento crescente desde então (1991), com pequenas quedas entre 1994 e 1995 e, novamente, entre 1997 e 1998.

Note-se também no Quadro 1, que a taxa geométrica média de crescimento anual do número total de óbitos por homicídios e no intervalo entre 15 e 24 anos, foi de 1,59% a.a. e 1,95% a.a., bem menores que aquelas registradas para a Região Nordeste (3,08% a.a. e 5,31% a.a.) e o Brasil (4,25% a.a. e 4,74% a.a.).

Dados do “Mapa da Violência II” demonstram que do total de causas externas de morbidade e mortalidade entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, a maior participação percentual é a dos eventos

As mais altas taxas de homicídio são registradas nas periferias carentes das grandes cidades e regiões metropolitanas. A maioria das vítimas é formada por homens.

Quadro 1
Número de óbitos por homicídios e taxa de óbitos
Bahia, 1989-1998

Anos	ESTADOS/REGIÕES					
	BAHIA		NORDESTE		BRASIL	
	TOTAL	15-24	TOTAL	15-25	TOTAL	15-26
1989	1085	380	6416	1978	28757	10022
1990	869	296	6226	1853	31989	10954
1991	586	171	6140	1714	30566	10036
1992	825	259	6010	1676	28387	9181
1993	1504	572	7008	2286	30586	10173
1994	1743	671	6919	2365	32603	11330
1995	1533	535	7283	2341	37128	12603
1996	1880	697	8095	2686	38888	13186
1997	1975	777	8739	3121	40514	14271
1998	1251	452	8433	3151	41836	15201
Var (%)	1,59	1,95	3,08	5,31	4,25	4,74

FONTE: CID-BR

cuja intenção é indeterminada (42,60%). Este grande percentual de “indeterminação” não escusa o pesquisador de considerar a relevância da proporção de agressões no total de causas externas (24,02%) e, ainda, de óbitos (15,23%), isto é, agressões que resultam em morte.

Quadro 2
Causas externas de morbidade e mortalidade
(jovens de 15 a 24 anos)
Bahia, 1998

Causas	% (Causas Externas)	% (Totais Óbitos)
Acidentes de transporte	1,40	0,89
Quedas	0,14	0,09
Afogamento e submersões acidentais	4,19	2,66
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas.	5,03	3,19
Envenenamento, intoxicação por ou exposição à substância nociva.	0,28	0,18
Lesões autoprovocadas voluntariamente	0,28	0,18
Agressões	24,02	15,23
Eventos(fatos) cuja intenção é indeterminada	42,60	27,02
Todas as outras causas externas	22,07	13,99

FONTE: SIM/DATASUS (citado em WEISELFSZ, 2000)

Pesquisas mais recentes sobre a RMS asseguram-nos uma visão mais ampla da criminalidade baiana que aquela retirada dos dados agregados para o Estado. Este é o caso do relatório sobre crimes de homicídio (RIBEIRO, 2000), que ao monitorar as notícias das páginas policiais de jornais da capital Salvador de 1996 a 1999 (“A Tarde”, “Bahia Hoje”, “Tribuna da Bahia” e “Correio da Bahia”) contabilizou, nesse intervalo, 3.369 assassinatos na cidade de Salvador, em bairros que possuem como características básicas a pobreza, superpopulação e falta de equipamentos públicos.

Predominam as vítimas do sexo masculino (92,3%) e os indivíduos entre 15 e 25 anos, que formam um percentual de 41,8% do total de vítimas de homicídio. Não foram obtidas informações sobre a cor das vítimas e, na maior parte dos casos, não há indícios consideráveis de sua ocupação (em 64% dos casos as fontes não mencionaram), não obstante o pequeno percentual ocupacional registrado fosse o de empregados nos setores formal e informal. Por outro lado, em apenas 9,7% dos casos são mencionados ligações das vítimas com o uso de drogas, ainda que a alusão à maconha te-

nha decrescido em relação ao *crack*, ao álcool e às misturas (RIBEIRO, 2000).

Entre os 3.717 acusados de crime, a idade corresponde à das próprias vítimas (a faixa entre 15 e 39 anos), 95% são homens e apenas 2% mulheres (não havendo informações sobre os restantes 3%).

Dos 55,6% cuja ocupação foi identificada, 46% trabalharam com segurança nas polícias e 9,6% em empresas privadas. Nesse sentido, comprova-se a asserção usual de que certos grupos sociais surgem simultaneamente como sujeito e objeto dos atos violentos, como vítimas ou agressores. Em suas linhas básicas, o panorama da vitimização não difere daquele que caracteriza o país.

Todavia, aferir o real comportamento dos indicadores de violência em Salvador requer, como condição *sine qua non*, cotejá-lo ao de outras capitais e regiões metropolitanas, ainda que, *per si*, as taxas de óbitos por homicídios em 100.000 habitantes em Salvador, extraídas do sistema SIM/DATASUS e do IBGE apresentem declínio percentual notável no período 1989/1998 (tanto as taxas totais cuja queda foi -28,1%, quanto aquelas de jovens entre 15 e 24 anos, que experimentaram decréscimo de -23,4).

Confrontada com outras capitais, Salvador ocupava, em 1980, o 17º lugar no “*ranking*” da taxas de homicídios de jovens e adolescentes, alcançando o 25º lugar em 1998, atrás apenas de Palmas e Florianópolis⁵. Contudo, as séries temporais sobre mortes violentas por homicídio não garantem a possibilidade de uma avaliação tendencial correta. É sintomático que os estudos efetuados pelo Observatório da Violência da UFBA e divulgados em junho deste ano⁶ evidenciam uma taxa total de óbitos por homicídios para 100.000 habitantes de 47, 44, contra 15,4 no ano anterior. Seria mais razoável atribuir oscilações tão bruscas (de um ano para outro) no indicador à precariedade dos dados que a qualquer fator de natureza social ou a políticas setoriais.

Informações mais atualizadas sobre tipos de crimes e delitos cometidos em Salvador da SSP-BA e SEI-Seplantec fornecem-nos pistas valiosas sobre o comportamento criminal na RMS. Referentes ao período de janeiro a novembro de 2000, estas abarcam indivíduos de 7 a 18 anos de idade, tendo sido divididas para efeito metodológico em duas faixas etárias (indivíduos de 7 a 14 anos de idade e de 15 a 18 anos).

Quadro 3
Tipos de crimes e delitos (indivíduos de 07 a 18 anos)
RMS, 2000

Grupo	Idade			
	07 a 14 anos		15 a 18 anos	
	% Linha	% Coluna	% Linha	% Coluna
Crimes e delitos contra a pessoa	16,00	15,82	84,00	21,51
Crimes e delitos ligados a drogas	7,81	1,41	92,19	4,32
Crimes e delitos contra o patrimônio	22,84	70,06	77,16	61,30
Crimes e delitos contra a moral e os bons costumes	41,67	2,82	58,33	1,02
Crimes e delitos no trânsito	100,00	0,28	0,00	0,00
Outros	17,78	9,04	82,22	10,83
Sem agrupamento	12,50	0,56	87,50	1,02
Total	20,57	100,00	79,43	100,00

FONTE: SSP-DAI-SEI

No total de cada uma das categorias de crimes e delitos (contra a pessoa, ligados a drogas, contra o patrimônio, a moral e os bons costumes, trânsito e outros) predomina, indiscutivelmente, os indivíduos jovens da faixa etária superior (entre 15 e 18 anos), à exceção do caso dos delitos de trânsito (Quadro 3). No conjunto de crimes e delitos, é maior entre os jovens de 15 a 18 anos a ocorrência de crimes contra o patrimônio (61,30%), seguidos dos delitos contra a pessoa (21,51%) e daqueles ligados a drogas (4,32%).

Na faixa de idade inferior, é digna de nota a maior incidência de crimes e delitos contra o patrimônio (70,06%) – que supera, aliás, o percentual verificado entre o grupo estritamente considerado como “jovem” – e de delitos contra a pessoa (15,82%), à frente dos atos cometidos contra a moral e bons costumes (2,82%) e associados a drogas (7,81%). Em nível menor que a prevalente entre os jovens propriamente dito, a ocorrência de delitos em contingente de indivíduos de

idade tão tenra não deixa de alarmar os responsáveis pelas políticas sociais.

No Quadro 4, estão discriminados por tipo os delitos mais significativos que envolvem o adolescente (com percentual acima de 1%). O furto (36,79%), as lesões corporais (12,92%) e o roubo (11,65%), respondem sozinhos por mais da metade do total dos delitos (61,35%). O tráfico e porte de drogas não aparecem como muito significativos no conjunto

de delitos praticados nessa faixa de idade, confirmando-se, de certa forma, análises anteriores construídas com base em informações jornalísticas. Porém, a participação de 5,45% dos delitos relacionados a porte de arma remete à necessidade de tornar mais rigorosos os controles sobre o comércio formal e de coibir fortemente a venda ilegal de armamentos.

Ressalte-se que os reais condicionantes da criminalidade e violência na

sociedade ainda não foram corretamente detectados pela literatura especializada, e sua relação com níveis de desemprego (em regra, salientada na tradição analítica de natureza sociológica) mostra-se demasiadamente frágil (SAPORI, WANDERLEY, 2001). Contudo, alguns estudos efetuados sobre o Brasil trazem importantes inferências sobre a correlação entre idade, criminalidade e variáveis econômicas (como o salário real e desemprego), assinalando o vigoroso *trade-off* desemprego *versus* taxas de homicídio na faixa etária entre 15 e 20 anos⁷. Por outro lado, ao contrário dos crimes contra o patrimônio, existem evidências de que os crimes contra a pessoa (homicídios e lesões corporais) são pouco condicionados por fatores sócioeconômicos⁸.

Finalmente, o cruzamento efetuado entre idade e gênero do infrator (dos 7 aos 18 anos) permite-nos vislumbrar importantes regularidades. Em primeiro lugar, destaca-se a preeminência dos indivíduos do sexo masculino em todos os anos selecionados,

Quadro 4
Discriminação por tipo de delito
RMS, 2000

TIPO DE DELITO	%
Furto	36,79
Lesões corporais	12,92
Roubo	11,65
Danos materiais	9,56
Porte de arma	5,45
Pichação	3,24
Desordem	2,67
Ameaça	2,43
Porte de drogas	2,09
Agressão física	1,85
Tentativa de homicídio/ homicídio	1,8
Ganância	1,22
Tráfico de drogas	1,22
Atentado violento ao pudor	1,04
OUTROS	6,12
TOTAL	100

FONTE: SSP-DAÍ-SEI

Quadro 5
Número de delitos (%) por idade e sexo
do adolescente infrator
RMS, 2000

Idade (anos)	Masculino		Feminino	
	% Linha	% Coluna	% Linha	% Coluna
7	100,00	0,06	0,00	0,00
10	100,00	0,06	0,00	0,00
11	100,00	0,19	0,00	0,00
12	92,75	4,15	7,25	2,79
13	84,95	5,12	15,05	7,82
14	85,03	10,31	14,97	15,64
15	87,37	16,60	12,63	20,67
16	92,81	27,63	7,19	18,44
17	89,90	35,80	10,10	34,64
18	100,00	0,06	0,00	0,00
Total	89,60	100,00	10,40	100,00

FONTE: SSP-DAÍ-SEI

sendo notável a ausência de meninas infratoras na faixa etária que vai dos 7 aos 11 anos. A proporção dos delitos cometidos, em ambos os sexos, conhe-

ce uma ascensão regular entre os 12 e 17 anos, merecendo atenção especial a queda percentual significativa (para os indivíduos do sexo masculino, de 35,80% para 0,06% e feminino de 34,64% para aproximadamente zero) verificada na passagem entre os 17 e os 18 anos, quando o indivíduo se aproxima da idade adulta legal (21 anos).

Conclusões

A literatura existente sobre a violência na Bahia e Salvador e as evidências empíricas facultam-nos a possibilidade de traçar um perfil relativamente acurado das vítimas/agressores na capital, que de maneira geral não difere dos padrões vigentes no restante do país. As informações não permitem ilações sobre a possível vinculação da violência na RMS com o uso ou tráfico de drogas. Todavia, sugerem inter-relações com o desempenho do aparato público e privado de segurança, além de um desempenho temporal nitidamente decrescente das taxas totais de óbitos e para jovens de 15 a 24 anos, em Salvador e baixa taxa anual de crescimento do indicador no Estado.

Entre os delitos mais comuns cometidos por jovens e adolescentes estão o furto, lesões corporais e roubo. Os primeiro e o último grupo inserem-se no rol dos crimes contra o patrimônio e dispõe-se de alguma evidência estatística da sua dependência das variáveis de cunho sócio-econômico⁹, como taxas de desemprego e rendimento. A ocorrência de lesões corporais pode em tese estar correlacionada à consecução dos atos de furto e roubo (neste caso, dependendo também das mesmas variáveis) ou às conhecidas “explosões” de violência juvenil.

Do exposto, acredita-se que atacar a questão da violência no Estado passa ao largo das fórmulas tradicionais assentadas exclusivamente no componente repressivo (como a ampliação dos efetivos, modernização das polícias, e outras). Deve-se partir do pressuposto de que é preciso combinar um *mix* de políticas preventivas (como a ampliação e difusão dos espaços de lazer e ação social direta sobre o jovem), e estruturais (políticas que produzam impactos nas variáveis sócio-econômicas). Nada disso seria possível, diga-se de passagem, sem a pactuação de compromissos entre os agen-

tes da sociedade civil e do Estado, minimizando-se o elemento político negativo que com frequência emperra quaisquer esforços de cooperação nessa área¹⁰.

Notas

- 1 Naturalmente, nem todo crime é violento. Mas aqui tratamos da violência urbana, que se insere em uma arena maior, a da “questão urbana”, cujos marcos precisos têm sido debatidos com tanto afinco sem que tenha sido alcançado um consenso final. Assim: “A ‘questão urbana nada mais é que uma manifestação particularizada, em conformidade com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais que nele têm seu palco, de processos sociais menos ou mais gerais que se originam e operam nas mais diferentes escalas, assim como, ao menos parcialmente, em um país como o Brasil, de problemas que acometem o espaço rural” (SOUZA, 1999).
- 2 Aspectos que repercutem sobre a magnitude do gasto público social e níveis de emprego e renda.
- 3 Cf. CHAGAS, DA SILVA, CORBUCCI, 2001,
- 4 Para que se tenha uma idéia da pequena magnitude das taxas de homicídios na Bahia, em comparação com outros Estados do Nordeste, faz-se necessário dizer que a taxa média de homicídios por 100.000 habitantes em 1990-1995 situava-se em torno de 9,7 na Bahia, e alcançava 37,2% em Pernambuco, 25,95 em Alagoas 25,9 e 20,1% em Sergipe (cf. NETO, 2001).
- 5 Cf. WASELFISZ, 2000, pg. 54.
- 6 A TARDE. *Salvador é a quarta cidade mais violenta*. 11/06/2001.
- 7 No estudo deveras surpreendente de Mônica Andrade e Marcos B. Lisboa (“Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), citado por SAPORI, WANDERLEY (2001), a influência do coeficiente de desemprego é praticamente nula a partir dos 21 anos, ou seja, essa variável parece deixar de ser relevante para explicar as taxas de homicídio da população adulta.
- 8 Cf. SAPORI, WANDERLEY, 2001.
- 9 Por outro lado, não se dispõe de séries históricas suficientemente confiáveis, que garantam o estabelecimento de qualquer correlação válida entre desempenho econômico e criminalidade na Bahia.
- 10 Nos últimos anos, a generalização da violência nas grandes capitais do país tem contribuído para um clima positivo de cooperação entre organizações não-governamentais e governos que buscam soluções criativas e afirmativas para o problema. Um exemplo a ser seguido é da campanha cario-

ca “Basta! Eu quero Paz!”, iniciada durante a gestão do Prefeito Luís Paulo Conde e lançada pelo movimento “Viva Rio”. A atual preocupação com a eliminação de outra chaga social – a pobreza –, jamais estaria na ordem do dia, por outro lado, não fosse a luta de Betinho para superar preconceitos – inclusive presentes no meio acadêmico – que enxergavam neste tipo de política laivos de “populismo paliativo”.

Referências bibliográficas

- CHAGAS, Ana Maria de Resende; da SILVA, Frederico Augusto Barbosa, CORBUCCI, Paulo Roberto. *Gasto federal com crianças e adolescente*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 778).
- FEDERICO, Vicente. *Um caso de polícia. Reorganização, capacitação profissional e polícia comunitária na PM da Bahia*. Salvador: UFBA, Escola de Administração, 1999.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2000. Estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica*. Rio de Janeiro, 2001.
- NETO, Paulo de Mesquita. *Crime, violência e incerteza política no Brasil. Cadernos Adenauer: A violência do cotidiano*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, v. 2, n. 1, 2001.
- RIBEIRO, Luiz Mulert Souza. Pesquisa sobre crimes de homicídios na Bahia. In: OLIVEIRA, Nelson de; LUTZ, Mulert S. Ribeiro, ZANETTI, José Carlos (Orgs.). *A outra face da moeda – violência na Bahia*. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- SAPORI, Luís Flávio; WANDERLEY, Cláudio Burian. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. *Cadernos Adenauer: A violência do cotidiano*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, v. 2, n. 1, 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano - um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 2000.
- WASELFIZ, Jacobo. *Mapa da violência II – os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2000.

*Creomar Baptista é economista e professor da Fundação Visconde de Cairu (FVC) – Salvador-BA.

O caráter dual da segunda ocupação na Região Metropolitana de Salvador

*Wilson F. Menezes
José Carrera-Fernandez**

Introdução

Uma segunda inserção no mercado de trabalho sempre foi considerada como específica de algumas ocupações tais como médicos, faxineiros e vigilantes noturnos. No entanto, face à necessidade imperiosa de complementar os rendimentos do trabalho, outros trabalhadores, nas mais diferentes atividades, são atividades são, impelidos, cada vez mais, impelidos a procurar uma ocupação adicional. Os determinantes dos rendimentos dessas pessoas, bem como as causas que as levam a procurar uma segunda oportunidade ocupacional, nunca foram seriamente considerados para estudo no Brasil. Além do mais, esse grupo de trabalhadores tem alcançado certo relevo, à medida que esse contingente ganha expressão numérica. Dessa forma, ao analisar-se essas pessoas imagina-se estar contribuindo para o entendimento de um importante fenômeno social que acontece em mercados de trabalho urbanos, principalmente quando se sabe que são escassas as contribuições analíticas que destacam esses trabalhadores como objeto de estudo.

Quando o grande problema que se apresenta hoje para as economias ocidentais é o desemprego e o subemprego, é interessante notar que um grande volume de pessoas consegue um trabalho adicional. Esse trabalho adicional pode advir da natureza da ocupação ou através da dinâmica das pessoas envolvidas, ou seja, por serem mais necessitadas e/ou ativas que a média dos outros tra-

balhadores. Exercendo uma ocupação adicional na Região Metropolitana de Salvador, encontram-se 8,7% da ocupação total. Trata-se, portanto, de um contingente expressivo de trabalhadores, para os quais nenhuma atenção específica tem sido dispensada, fazendo com que essa realidade encontre-se camuflada na imensidão das ocupações que se processam no interior da dinâmica econômica.

Dentre o contingente de pessoas com segundo emprego, observa-se que 68,0% são assalariados. O restante é composto da seguinte forma: 22,4% de autônomos, 8,9% de domésticos e 0,7% são donos de negócios familiares. Percebe-se ainda que 62,1% contribuem com a previdência social. Por sua vez, entre os assalariados, 43,9% têm regularização formal de suas ocupações principais, enquanto 15,5% não têm carteira de trabalho regulamentada e 40,6% são assalariados do setor público. Em termos setoriais, 78,6% das pessoas com ocupação adicional encontram-se nas atividades dos serviços, 10,3% no comércio de mercadorias, 4,1% na construção civil, 5,8% na indústria e 1,2% em outras atividades.

As informações estatísticas e os resultados econométricos obtidos neste trabalho permitem avançar que os trabalhadores optam por uma segunda inserção no mercado de trabalho, basicamente como forma de complementar os rendimentos advindos do trabalho principal, em decorrência dos baixos ganhos de suas ocupações principais. Nesse momento, ser mulher, chefe de família e/ou assalariado são importantes atributos que contribuem

para que os trabalhadores busquem uma segunda ocupação. No caso específico das mulheres, sobretudo quando ela é chefe de família, a inclinação ao segundo emprego se justifica em virtude de suas responsabilidades familiares. No entanto, esse fenômeno é imposto de forma diferenciada às pessoas socialmente mais vulneráveis, como é o caso específico dos chefes de família. Essas pessoas, entretanto, são levadas a optar por uma segunda ocupação, simplesmente por não terem rendimentos no trabalho principal suficientes para a sobrevivência de suas famílias, com um nível de vida compatível às suas exigências sociais.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em três seções. Na segunda analisa-se a inserção das pessoas com segundo emprego no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em busca de um melhor entendimento a respeito da formação da renda do agrupamento de trabalhadores com uma segunda ocupação na RMS, a seção seguinte estuda os determinantes do rendimento das pessoas com trabalho adicional, por meio de um modelo linear nos logaritmos. Finalmente, algumas conclusões e recomendações são avançadas.

A inserção das pessoas com emprego adicional no mercado de trabalho da RMS

Tentando ampliar o conhecimento a respeito do importante contingente de trabalhadores com segundo emprego, fez-se uma avaliação de alguns aspectos referentes às pessoas que detêm uma segunda ocupação no mercado de trabalho da RMS. Procedeu-se então a comparação dos rendimentos, bem como de alguns atributos pessoais, entre as duas classes de trabalhadores com e sem ocupação adicional. Em seguida, foram comparados os rendimentos e horas semanais de trabalho para aqueles que possuem ocupação principal e ocupação adicional. Nesse momento, um corte por faixas de renda foi proposto, permitindo analisar comparativamente os atributos pessoais de escolaridade, experiência e idade desses trabalhadores, para finalmente fazer-se uma apresentação e análise das principais ocupações encontradas entre aqueles que possuem um segundo trabalho.

O Quadro 2.1 permite uma comparação do rendimento médio e de alguns atributos pessoais entre

as pessoas que detêm apenas uma ocupação principal e as pessoas que detêm, além da ocupação principal, uma ocupação adicional. Uma análise desse quadro permite observar que o rendimento médio na ocupação principal é, em média, inferior ao rendimento da ocupação adicional, o que é garantido pelo teste da diferença das médias. De fato, a estatísticas t de -16,17 rejeitam a hipótese de igualdade das médias desses dois agrupamentos de trabalhadores. No mesmo sentido, aparecem os atributos escolaridade, experiência e idade, ou seja, essas variáveis são mais elevadas na ocupação adicional relativamente à ocupação principal – fatos esses garantidos pelas estatísticas t respectivamente de -36,43; -18,11 e -12,94. Padrão caracteristicamente distinto acontece com as horas semanais de trabalho, pois esse atributo aparece, em média, mais elevado na ocupação principal. Esses resultados são garantidos pelas estatísticas t de 30,22.

Especificamente, o rendimento da ocupação adicional apresenta-se 37,9% mais elevado que o rendimento da ocupação principal (Quadro 2.1). Esse diferencial de rendimento pode ser atribuído às diferenças de escolaridade e idade, já que as pessoas, quando detêm uma ocupação adicional, trabalha menor número de horas semanais e têm menos tempo de serviço (experiência) na atividade principal. Uma análise mais conclusiva acerca dos determinantes dos rendimentos dos idosos encontra-se mais adiante.

Quadro 2.1
Rendimento médio e atributos pessoais por condição ocupacional

Discriminação	Ocupação principal	Ocupação adicional	Estatística t
Rendimento médio	482,34	665,28	-16,17
Desvio padrão	725,57	1.038,71	(0,00)
Escolaridade média	7,82	9,67	-36,43
Desvio padrão	4,21	4,59	(0,00)
Horas semanais de trabalho média ⁽¹⁾	42,61	37,05	30,22
Desvio padrão	17,56	16,41	(0,00)
Experiência média ⁽²⁾	5,44	6,35	-18,11
Desvio padrão	7,42	7,53	(0,00)
Idade média	34,00	35,52	-12,94
Desvio padrão	12,24	10,37	(0,00)
Nº de observações	93.235	8.819	-

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.
*As estatísticas t comparam as médias de rendimento e dos atributos pessoais, os níveis de significância encontram-se entre parênteses.
⁽¹⁾ Número de horas dedicadas ao trabalho na semana.
⁽²⁾ Número de anos exercendo a atividade atual.

Considerando-se apenas as pessoas que detêm uma ocupação adicional, pode-se dispor de algumas informações importantes. Inspeccionando-se o Quadro 2.2, percebe-se que as médias de remuneração e de carga horária semanal de trabalho dessas pessoas são mais elevadas na ocupação principal *vis-à-vis* a ocupação adicional, o que é garantido pelo teste da diferença das médias, conforme mostram as estatísticas t de 31,24 e 180,56, respectivamente. As pessoas com ocupação adicional ganham em média R\$ 665,28 na ocupação principal contra uma média de R\$ 415,40 na ocupação adicional; por outro lado, essas mesmas pessoas trabalham em média 37 horas semanais na ocupação principal e apenas 16 horas na ocupação adicional. Tomando-se a remuneração média por hora de trabalho, a qual é obtida dividindo-se o rendimento médio mensal pelo número de horas mensais de trabalho (4,35 vezes as horas semanais de trabalho), pode-se observar que a remuneração média do trabalho secundário (R\$ 6,02) é 46% superior àquela do trabalho principal (R\$ 4,13).

O Quadro 2.3 apresenta uma avaliação de alguns atributos pessoais por faixas de rendimento da ocupação adicional, apenas para as pessoas que detêm uma segunda ocupação. Pode-se então visualizar fortes diferenças de rendimentos médios entre as ocupações principais e as ocupações adicionais para as duas primeiras faixas de renda das ocupações adicionais, ficando praticamente a mesma na terceira faixa de rendimento. De fato, esse

Quadro 2.2
Rendimentos médios e horas semanais de trabalho para quem detêm uma ocupação adicional

Discriminação	Média	DP	Estatística "t"
Rendimento ocupação principal	665,28	1.038,71	31,24
Rendimento ocupação adicional	415,40	679,74	(0,00)
Horas semanais de trabalho ocupação principal	37,05	16,41	180,56
Horas semanais de trabalho ocupação adicional	15,89	9,78	(0,00)
Número de observações	8.834	—	—

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

Obs.: As estatísticas t comparam as médias de rendimento e de horas semanais de trabalho entre as ocupações principal e adicional. Os níveis de significância encontram-se entre parênteses.

É o investimento em capital humano, capturado através do nível de escolaridade do trabalhador, o principal responsável pela redução dos diferenciais de rendimentos entre as ocupações principal e adicional.

diferencial de rendimento entre as ocupações mostrou-se decrescente com o rendimento médio. Isto é, o diferencial de ganhos que era de 174% na faixa de renda até R\$ 300, caiu para 75% na faixa entre R\$ 301 e R\$ 900, chegando a apenas 8% na faixa de renda superior a R\$ 900.

Por outro lado, a escolaridade, medida em anos, mostrou-se crescente com a faixa de rendimento no trabalho adicional. Esse fato já era esperado, tendo em vista ser a escolaridade o atributo pessoal

que mais contribui para a formação de rendimento do trabalho. De fato, é o investimento em capital humano, capturado através do nível de escolaridade do trabalhador, o principal responsável pela redução dos diferenciais de rendimentos entre as ocupações principal e adicional. Isto é, quanto maior for o nível de escolaridade do trabalhador (e, portanto, maior a faixa de rendimento do trabalho), menor será o diferencial de rendimento do trabalho principal em relação ao trabalho secundário.

Quadro 2.3
Rendimentos médios e médias de alguns atributos pessoais por faixas de renda na ocupação adicional

Discriminação	Até R\$ 300		Entre R\$ 301 a R\$ 900		Mais de R\$ 900	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Rendimento trabalho principal	317,31	369,95	802,21	936,79	2.071,62	2.101,33
Rendimento trabalho adicional	115,66	79,93	457,83	135,09	1.924,28	1.404,65
Horas semanais trabalho principal	36,60	17,61	37,88	15,22	36,29	13,60
Horas semanais trabalho adicional	13,86	8,81	17,61	10,01	20,42	11,10
Escolaridade	7,79	4,16	11,12	4,14	14,43	2,60
Experiência	4,82	6,66	7,64	7,87	9,86	8,57
Idade	33,63	10,49	37,07	9,82	39,95	9,38
Número de observações	4.691		3.304		839	

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

Ainda com base no Quadro 2.3, pode-se visualizar que a média das horas semanais de trabalho na ocupação adicional mostrou-se crescente com o crescimento dos rendimentos, enquanto que essa média mostrou-se relativamente estável para as ocupações principais. Esse resultado é interessan-

te porque ele revela que o rendimento do trabalho secundário é fortemente dependente do esforço aplicado.

A experiência, medida em anos, mostrou-se crescente com a renda, de modo que quanto maior o tempo que a pessoa encontra-se em uma mesma ocupação principal, maior será o seu rendimento. Por outro lado, a idade apresenta um padrão caracteristicamente diferente daquele evidenciado pela experiência. Isto é, observa-se que quanto mais elevada é a idade das pessoas com trabalho adicional maior é o seu rendimento nessa mesma atividade. Esse resultado evidencia que o trabalho secundário, em relação ao trabalho principal, valoriza mais fortemente a experiência do trabalhador.

Uma análise do Quadro, 2.4 permite constatar que, dentre os trabalhadores que dispõem de uma segunda ocupação, os assalariados detêm rendimentos mais elevados que os autônomos, tanto no trabalho principal como no trabalho adicional, o que é garantido pelo teste da diferença das médias. Uma explicação para esse diferencial de rendimentos pode ser encontrada na mais elevada escolaridade dos assalariados em relação à dos autônomos, conforme pode ser constatado pela estatística t de 20,79. O teste da diferença das médias também garante que esses trabalhadores praticamente dedicam a mesma quantidade de horas ao trabalho principal (estatística t de -0,90). No entanto, os

assalariados trabalham relativamente mais que os autônomos no trabalho adicional, conforme comprova a estatística t de 8,16. Quando comparado aos trabalhadores assalariados, os trabalhadores autônomos apresentaram uma experiência mais elevada, ou seja, os trabalhadores autônomos encontram-se há mais tempo em suas ocupações principais, além de mostrarem-se mais velhos. Esses fatos são garantidos pelas respectivas estatísticas t de -8,40 e -3,36.

É importante salientar que esse conjunto de agrupamentos representa 46,8% do total de ocupações das pessoas que exercem uma ocupação adicional. As atividades econômicas dessas pessoas mostram-se bastante mescladas entre situações de trabalho precárias, com pouca escolaridade, e outras intensivas em capital humano, conforme pode-se constatar pela simples descrição das ocupações. O maior contingente encontra-se representado pelos trabalhos precários tais como camareiros e empregados domésticos (4,9%), os vendedores e vendedores de jornais (4,2%) e faxineiros, lixeiros e serventes (2,9%). Mas também são encontradas ocupações formais e de alto nível de escolaridade, como é o caso dos professores de primeiro grau (5,1%), dos médicos (3,5%) e dos assistentes administrativos (2,9%). Algumas ocupações podem ser perfeitamente classificadas como atividades tipicamente informais, tais como comerciantes ambulantes (2,8%), motoristas e tratoristas (2,7%), lavadeira e passadeiras (1,8%) e serventes de pedreiro e trabalhadores braçais (1,7%). Outras tantas ocupações podem ser classificadas como formais, por exemplo, professores de segundo grau (2,6%), militares (2,5%) e administradores e gerentes de serviços no comércio (1,7%).

Percebe-se, de maneira bastante nítida, uma dualidade entre as dezessete principais ocupações. Isto é, considerando-se um corte acima e abaixo dos 10 anos de escolaridade, tem-se um primeiro núcleo de trabalhadores mais escolarizados com rendimentos variando entre R\$ 512,05 e R\$ 2.200,09 no trabalho principal, excetuando-se os estagiários; o segundo núcleo de ocupações mais precárias apresenta um rendimento variando entre R\$ 128,85 e R\$ 605,48. Com exceção dos estagiários e das lavadeiras e passadeiras, todos os demais grupos de ocupações apresentam rendi-

Quadro 2.4
Média e desvio padrão dos rendimentos, horas semanais de trabalho e de alguns atributos pessoais segundo a posição na ocupação

Discriminação	Assalariados		Autônomos		Estatística t
	Média	DP	Média	DP	
Rendimento trabalho principal	708,19	1.054,43	421,74	969,76	11,43
Rendimento trabalho adicional	447,49	702,83	308,07	583,47	8,99
Horas semanais trabalho principal	36,94	14,52	37,40	21,56	- 0,90*
Horas semanais trabalho adicional	16,32	10,00	14,44	8,82	8,16
Escolaridade	10,22	4,45	7,83	4,57	20,79
Experiência	5,26	7,02	6,27	8,45	- 8,40
Idade	35,30	10,16	36,22	11,01	- 3,36
Número de observações	6.792		2.027		

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.
* Não significativo.

mentos na segunda ocupação inferiores aos da ocupação principal. Todos esses grupos de ocupações trabalham uma maior quantidade de horas semanais na ocupação principal e, excetuando-se os estagiários e serventes de pedreiro, todos os demais grupos mostram-se com idade média superior aos 33 anos, demonstrando que a segunda ocupação é composta por pessoas de maior faixa etária.

Determinantes do rendimento do trabalhador com segunda ocupação

Em busca de um melhor entendimento a respeito dos determinantes do rendimento do agrupamento de trabalhadores com uma segunda ocupação na RMS, estuda-se a seguir a formação do rendimento dessa ocupação adicional, utilizando-se um modelo linear nos logaritmos. Além de ser o modelo que melhor se ajustou aos dados, ele permite estimativas diretas das elasticidades do rendimento do trabalho adicional em relação às variáveis contínuas. Dessa forma, considerou-se o logaritmo do rendimento do trabalho adicional (LR_i), em reais, em função de um conjunto de variáveis explicativas contínuas e binárias. As variáveis contínuas consideradas, todas logaritimadas, foram escolaridade (LE_i), experiência¹ (LX_i) e idade (LI_i), todas medidas em anos, e esforço aplicado ao trabalho (LF_i), medido em horas semanais de trabalho. As variáveis binárias (qualitativas) utilizadas foram sexo (S_i), cor (C_i) e posição na ocupação (P_i), as quais assumem o valor zero, se a pessoa é respectivamente do sexo feminino, de cor negra ou autônomo, e o valor um, se a pessoa é do sexo masculino, de cor branca ou assalariado². Assim, o modelo utilizado pode ser especificado da seguinte forma:

$$LR_i = \alpha + \beta_1 LE_i + \beta_2 LX_i + \beta_3 LI_i + \beta_4 LF_i + \beta_5 S_i + \beta_6 C_i + \beta_7 P_i + \varepsilon_i \quad (3.1)$$

onde α é o coeficiente linear (intercepto), β_j ($j = 1, \dots, 7$) são os coeficientes dos atributos produtivos e não produtivos e ε_i é o distúrbio, o qual é admitido ser independente e normalmente distribuído, com média igual a zero e variância σ^2 .

O rendimento da segunda ocupação encontra-se diretamente correlacionado com o tempo de escolaridade, de modo que quanto maior o grau de escolaridade, maior será esse rendimento.

Os resultados do ajustamento do modelo (3.1) podem ser encontrados no Quadro 3.1. O sinal positivo do coeficiente da variável escolaridade (ou seja, da elasticidade da escolaridade), significa que o rendimento da segunda ocupação encontra-se diretamente correlacionado com o tempo de escolaridade, de modo que quanto maior o grau de escolaridade, maior será esse rendimento. Os resultados revelam que o nível de escolaridade é, de fato, o atributo produtivo mais importante na deter-

minação do rendimento da segunda ocupação. Esse fato é comprovado pela alta sensibilidade do rendimento do trabalho adicional frente à escolaridade (cuja elasticidade foi igual a 0,800), assim como pela maior estatística t (44,52).

A idade mostrou-se estatisticamente significativa e positivamente correlacionada com o rendimento da segunda ocupação,

indicando que é um atributo pessoal que contribui significativamente para a formação da renda desses trabalhadores. A elasticidade da idade foi a segunda mais alta entre todas as outras (0,668), com estatística t (15,94), corroborando assim a importância dessa variável para a formação desse rendimento, e indicando que o rendimento da segunda ocupação é bastante sensível ao atributo idade.

Os resultados contidos no Quadro 3.1 revelam ainda que o tempo dedicado ao trabalho (esforço) é outro atributo produtivo estatisticamente significativo contribuindo positivamente para a formação da renda da ocupação adicional. A importância desse atributo produtivo para a formação desse rendimento é estabelecida pela própria elasticidade do esforço (0,396), fato esse garantido pela estatística t (25,73).

A experiência (tempo no emprego principal) mostrou-se estatisticamente significativa e positivamente correlacionada com o rendimento da segunda ocupação. Isso significa que aqueles trabalhadores que permanecem por muito tempo no primeiro emprego e buscam novas oportunidades no mercado de trabalho, conseguem aumentar seus rendimentos no trabalho adicional, relativamente àqueles mais acomodados que trocam menos frequentemente de emprego principal.

Quadro 3.1
Determinantes do rendimento
do trabalho adicional

Variável	Parâmetro	Desvio padrão	Estatística t	Nível de significância
Constante	-0,083	0,152	-0,55	0,59
Ln Escolaridade	0,800	0,018	44,52	0,00
Ln Esforço	0,396	0,015	25,73	0,00
Ln Idade	0,668	0,042	15,94	0,00
Ln Experiência	0,059	0,007	9,04	0,00
Sexo (gênero)	0,399	0,023	17,05	0,00
Cor	0,321	0,025	12,70	0,00
Posição Ocupação	0,050	0,025	2,00	0,05
N = 8.565		R² = 0,39	F = 773,73	

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

O Quadro 3.1 revela ainda que existe uma assimetria, estatisticamente significativa, na distribuição dos rendimentos do trabalho adicional por gênero, o que é garantido pelo sinal positivo do coeficiente da variável sexo, na formação desse rendimento. Esse coeficiente foi estatisticamente significativo e positivo, isso implica que o rendimento da segunda ocupação dos trabalhadores do sexo masculino é estatisticamente superior ao do sexo feminino. Isso pode estar evidenciando um processo de discriminação de rendimento contra a mulher no trabalho adicional.

O coeficiente da variável cor, atributo não produtivo, foi positivo e estatisticamente significativo (veja-se Quadro 3.1), revelando uma assimetria nas distribuições de rendimento em favor dos trabalhadores de cor branca, relativamente ao negro. O fato desse coeficiente ter sido positivo, pode estar também evidenciando um processo de discriminação racial contra o negro no segundo emprego³.

Finalmente, a posição na ocupação também se mostrou importante na formação do rendimento do trabalho adicional. O coeficiente dessa variável foi positivo e estatisticamente significativo a 5,0%, evidenciando uma diferença na distribuição de rendimentos do trabalho adicional do assalariado em relação ao autônomo, em favor do assalariado. Esse fato revela a precariedade no padrão da ocupação dos trabalhadores autônomos.

Tentando verificar se o padrão de formação do rendimento do trabalho adicional difere da renda do trabalho principal para as pessoas que dispõem de trabalho adicional, ajustou-se o modelo (3.1) ao rendimento do trabalho principal para aqueles tra-

balhadores com segundo emprego. Os resultados dessa regressão encontram-se dispostos no Quadro 3.2⁴. Pode-se observar que existe um padrão semelhante de formação do rendimento do trabalho adicional em relação ao trabalho principal, para todos os atributos produtivos e não-produtivos considerados na análise. Assim como já havia sido observado para o trabalho secundário, a escolaridade e o esforço (os atributos produtivos) e a idade (atributo pessoal) são também importantes na formação do rendimento principal desses trabalhadores. A experiência (tempo no último emprego) também contribui positivamente para a formação do rendimento principal, apresentando o mesmo padrão observado para o rendimento do trabalho adicional. As variáveis sexo, cor e posição na ocupação também afetam as distribuições de rendimentos do trabalho principal de forma semelhante.

Uma inspeção do Quadro 3.2 revela que as elasticidades e os coeficientes das variáveis, que contribuem para a formação do rendimento do trabalho principal, diferem daquelas encontradas para o trabalho adicional. Com uma elasticidade da idade de 0,594, pode-se observar que este atributo é o que mais contribui (relativamente) para a formação do rendimento do trabalho principal, assim como já havia sido para o rendimento do trabalho adicional. Logo a seguir, em termos de magnitude, vem a elasticidade da escolaridade. Com uma elasticidade da ordem de 0,851 e uma estatística t de 57,76, constata-se que a escolaridade é, de fato, um atributo importante para a formação da renda do trabalho principal. No entanto, constata-se que a escolaridade é mais importante para a formação dessa renda do que a do trabalho adicional (ver Quadro 3.3). A elasticidade do esforço (0,381) foi semelhantemente importante para a formação das rendas dos trabalhos principal e adicional, com uma ligeira vantagem na formação do rendimento trabalho adicional. Assim como já havia sido para o trabalho adicional, a elasticidade da experiência (tempo de trabalho no último emprego) para o rendimento principal é também positiva e baixa (0,098), indicando que este atributo contribui positivamente e pouco para a formação do rendimento do trabalho principal, mesmo que esse resultado seja garantido por uma estatística t bastante significativa (16,24).

Quadro 3.2
Determinantes do rendimento
da atividade principal dos trabalhadores
com segundo emprego

Variável	Parâmetro	Desvio padrão	Estatística t	Nível de significância
Constante	0,279	0,133	2,10	0,04
Ln Escolaridade	0,851	0,015	57,76	0,00
Ln Esforço	0,381	0,016	23,18	0,00
Ln Idade	0,594	0,035	17,01	0,00
Ln Experiência	0,098	0,006	16,24	0,00
Sexo (gênero)	0,391	0,019	20,07	0,00
Cor	0,329	0,021	15,95	0,00
Posição Ocupação	0,122	0,021	5,93	0,00
N = 8.193		R ² = 0,49	F = 1.139,90	

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

O Quadro 3.2 revela ainda um padrão semelhante para o coeficiente da variável cor, o qual foi positivo e estatisticamente significativo, indicando existir uma assimetria nas distribuições de rendimento em favor dos trabalhadores de cor branca. Padrão idêntico foi também observado para o coeficiente da variável sexo, o qual foi positivo e estatisticamente significativo, permitindo constatar que a distribuição dos rendimentos do trabalho principal entre homem e mulher é assimétrica em favor do primeiro. A variável posição na ocupação é também importante para caracterizar o rendimento do trabalho principal, e revela uma assimetria de rendimentos entre assalariados e autônomos, nesse grupo de trabalhadores com segundo emprego.

Tentando verificar até que ponto os coeficientes das variáveis que afetam o rendimento da segunda ocupação diferem daquelas do rendimento do trabalho principal para os trabalhadores com segundo emprego, procedeu-se o teste da diferença das médias, cujos resultados encontram-se no Quadro 3.3. Pode-se observar que todos os parâmetros (incluindo-se aí as elasticidades) foram estatisticamente diferentes, fato esse comprovado pelas altas estatísticas t apresentadas. O teste das médias permite concluir que o rendimento (autônomo) do trabalho adicional é inferior ao rendimento do trabalho principal. Isso é garantido pelo fato da estatística t do coeficiente linear (α), no teste das médias, ter sido negativo e estatisticamente significativo. Esse fato já tinha sido observado na seção anterior, inclusive sendo que essa diferença era

tanto maior quanto menor fosse o nível de escolaridade dos trabalhadores.

Uma inspeção do Quadro 3.3 permite observar que a elasticidade da escolaridade, principal atributo na formação da renda desses trabalhadores, e da experiência contribuem menos para a formação do rendimento da segunda ocupação do que para o do trabalho principal. Esses resultados foram constatados pelo sinal negativo da estatística t do teste da diferença das médias para esses dois atributos. Por outro lado, as elasticidades do esforço e da idade foram maiores para o rendimento do trabalho adicional do que para o trabalho principal, constatado pelo fato das respectivas estatísticas t terem sido positivas. Esse fato permite concluir que um aumento no esforço (horas trabalhadas) contribui proporcionalmente mais para o rendimento da segunda ocupação do que para o do trabalho principal. Da mesma forma, quanto mais avançada é a idade do trabalhador maior será o seu efeito sobre a sua remuneração do trabalho adicional, relativamente ao trabalho principal.

O Quadro 3.3 também permite observar que a assimetria da distribuição do rendimento em favor do homem é maior no trabalho adicional do que no trabalho principal. Isso pode ser constatado pelo fato das estatísticas t do teste da comparação das médias mostrarem-se positivas e estatisticamente significativas. Essa constatação permite concluir que, as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres são mais importantes no trabalho adicional que aquelas verificadas no trabalho principal.

Constata-se ainda que os coeficientes das variáveis cor e posição na ocupação, na formação do rendimento do trabalho principal, são maiores do que na formação do rendimento adicional (Quadro 3.3). Esses resultados são garantidos pelo fato de que ambas as estatísticas t (no teste da comparação das médias) terem sido negativas e estatisticamente significativas. Quanto à variável cor, esse resultado significa que a assimetria da distribuição de rendimentos que existe contra o trabalhador negro (e em favor do branco) é menor no segundo emprego do que no trabalho principal. No que concerne à posição na ocupação, pode-se concluir que a contribuição para o rendimento do trabalho secundário pelo fato de o trabalhador ser assalariado é menos sensível do que sobre o rendimento do trabalho

principal e vice-versa para o trabalhador autônomo. Isso indica que o autônomo comanda um rendimento maior no trabalho adicional que no trabalho principal, assim como o assalariado auferir um rendimento maior no trabalho principal relativamente ao trabalho adicional.

Quadro 3.3

Comparação dos coeficientes do rendimento do trabalho adicional com os rendimentos do trabalho principal para o grupo de trabalhadores com segundo emprego

Coeficiente	Estatística t (Diferença das médias)
α (Intercepto)	-164,27
Elasticidade Escolaridade	-199,59
Elasticidade Esforço	62,546
Elasticidade Idade	124,12
Elasticidade Experiência	-387,78
β Sexo (gênero)	24,59
β Cor	-22,47
β Posição Ocupação	-202,20

FONTE: Cálculos realizados a partir das informações contidas nos QUADROS 3.1 e 3.2.

Para avaliar a contribuição das variáveis explicativas ao modelo, calculou-se ainda a *razão de verossemelhança* (RV), definida da seguinte forma:

$$RV = -2(\ln V_c - \ln V) \sim \chi^2_{k-1}$$

onde, V_c é o valor da função de verossemelhança na hipótese de que o vetor de coeficientes é restrito a zero, ou seja, $v=0$, e V é o valor dessa função com todas as variáveis consideradas, sem restrição, ou seja $v \neq 0$.

Conclusão

Este trabalho analisou o importante contingente de trabalhadores que possuem uma segunda ocupação no mercado de trabalho da RMS. As atividades econômicas exercidas por esses trabalhadores mostram-se bastante mescladas entre situações de trabalho precário, com pouca escolaridade, e outras intensivas em capital humano. De fato, a análise estatística revelou de maneira bastante nítida a presença de uma dualidade entre as principais ocupações exercidas por essas pessoas. Essa dualidade ficou caracterizada por dois núcleos distintos de trabalhadores: um com ocupações de baixa escolaridade e outro com ocupações de mais

alto nível educacional. Este último apresentou rendimentos mais elevados, tanto no trabalho principal quanto no trabalho adicional. Verificou-se que os trabalhadores com mais escolaridade trabalham menos no trabalho principal, mas aplicam um maior esforço no trabalho adicional.

Comparando-se o agrupamento de trabalhadores que detêm apenas uma ocupação principal com aquele que detêm, além da ocupação principal, uma ocupação adicional, observou-se que o rendimento médio na ocupação principal foi inferior ao rendimento da ocupação adicional. Observou-se também que a escolaridade e a idade são mais elevadas na ocupação adicional *vis-à-vis* a ocupação principal. Padrão caracteristicamente distinto foi verificado com as horas semanais de trabalho e a experiência, os quais foram mais elevados na ocupação principal. Esse diferencial de rendimento da ocupação adicional em relação a ocupação principal, que foi de 37,9% favorável ao segundo emprego, pode ser atribuído às diferenças de escolaridade e idade, já que as pessoas, quando detêm uma ocupação adicional, trabalham menor número de horas semanais e têm menos tempo de serviço na atividade principal.

Considerando-se apenas o agrupamento de trabalhadores que detêm uma segunda ocupação, verificou-se a existência de fortes diferenças de rendimentos médios entre as ocupações principais e as ocupações adicionais para níveis mais baixos de escolaridade, mas tende a desaparecer para níveis mais altos de escolaridade. A análise estatística revelou que o rendimento do trabalho secundário é fortemente dependente do esforço aplicado, assim como evidenciou que o trabalho secundário, relativamente ao trabalho principal, valoriza mais fortemente a experiência do trabalhador. Ademais, a menor experiência no trabalho principal, que pode ser associada a uma maior volatilidade do trabalhador na busca de uma melhor ocupação no mercado de trabalho, aumenta as chances dessa pessoa encontrar uma ocupação adicional com uma maior remuneração.

Dentre os trabalhadores que dispõem de uma segunda ocupação, os assalariados detêm rendimentos mais elevados que os autônomos, tanto no trabalho principal como no trabalho adicional. Esse fato pode ser explicado porque o nível de escolari-

dade dos assalariados é mais elevado que o dos autônomos. A análise estatística revelou que os assalariados e autônomos praticamente dedicam a mesma quantidade de horas ao trabalho principal. No entanto, os trabalhadores autônomos apresentaram uma experiência maior (com um grau de confiança de 0,5%) e mostram-se mais velhos.

A avaliação econométrica permitiu confirmar que o nível de escolaridade é, de fato, uma variável importante na determinação do rendimento da segunda ocupação, assim como já havia sido para a atividade principal. Ademais, constatou-se que a idade e o esforço no trabalho adicional são significativos e positivamente correlacionados com o rendimento desses trabalhadores, enquanto que a experiência mostrou-se estatisticamente significativa, mas negativamente correlacionada com o rendimento da segunda ocupação. Esse fato revela que os trabalhadores que permanecem por muito tempo no primeiro emprego e não buscam novas oportunidades no mercado de trabalho, não conseguem aumentar seus rendimentos no trabalho adicional, relativamente àqueles menos acomodados (mais voláteis) que trocam mais freqüentemente de emprego principal.

A análise econométrica permitiu também inferir que existem diferenças importantes na distribuição de rendimentos na RMS, tanto por sexo quanto por cor. Os rendimentos dos trabalhadores masculinos e dos trabalhadores de cor branca são estatisticamente superiores, indicando uma desigualdade distributiva contra a mulher e contra o negro, podendo estar evidenciando um possível processo de discriminação de rendimento contra a mulher e o negro. Muito embora, grande parte dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres e entre brancos e negros seja proveniente de diferenças nas dotações de atributos pessoais produtivos.

Os resultados econométricos mostraram ainda que existe um padrão semelhante de formação do rendimento do trabalho adicional em relação ao trabalho principal, para todos os atributos produtivos e não-produtivos considerados na análise. No entanto,

Os trabalhadores que permanecem por muito tempo no primeiro emprego e não buscam novas oportunidades no mercado de trabalho, não conseguem aumentar seus rendimentos no trabalho adicional, relativamente àqueles menos acomodados que trocam mais freqüentemente de emprego principal.

a escolaridade e a idade, principais atributos na formação da renda desses trabalhadores, contribuem menos para a formação do rendimento da segunda ocupação do que para o do trabalho principal. Por outro lado, o esforço (horas trabalhadas) e a experiência (tempo no último emprego) contribuem proporcionalmente mais para o rendimento da segunda ocupação do que para o do trabalho principal.

A assimetria da distribuição do rendimento em favor do homem é maior no trabalho principal do que no trabalho secundário. Essa constatação permite concluir que o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres é menos importante no trabalho secundário relativamente àquele verificado no trabalho principal. Constatou-se também que a assimetria da distribuição de rendimentos que existe contra o trabalhador negro (e em favor do branco) é menor no segundo emprego do que no trabalho principal.

Na medida em que o principal elemento motor dessa condição é o fator remuneração, pode-se afirmar que esse grande contingente de trabalhadores encontra-se duplamente explorado, dado que as pessoas envolvidas acabam por trabalhar mais horas semanais que a média das demais, caracterizando uma verdadeira violência social. Por outro lado, constatou-se que a decisão de buscar um trabalho adicional depende muito pouco do nível de escolaridade das pessoas envolvidas. Esse resultado se deve ao fato desse agrupamento de trabalhadores se caracterizar, na sua formação, por uma estrutura dual, de forma que pessoas com baixo e alto níveis de educação participam conjuntamente desse mercado, embora em segmentos distintos e polarizados.

O corte segundo a escolaridade desses trabalhadores, principal atributo produtivo na formação do rendimento dessas pessoas, permitiu distinguir essa estrutura dual, tanto em termos de remuneração do trabalho quanto em termos da estrutura ocupacional. Essa estrutura dual da segunda ocupação, envolvendo altos e baixos níveis educacionais, bem como diferentes níveis de qualificação

das ocupações, trata-se de um fenômeno que vem acontecendo, de maneira crescente, na sequência do aumento da complexidade da vida urbana. Não é, portanto, um acontecimento relativo unicamente à pobreza, mas à incapacidade do rendimento do trabalho principal permitir o sustento familiar dentro dos padrões desejáveis e/ou socialmente impostos.

O impacto do segundo emprego sobre o tempo de lazer da mulher é, de certa forma, minimizado, tendo em vista que a sociedade avança em termos técnicos e organizacionais, permitindo, cada vez mais, a produção de bens e serviços fora do seio familiar. Obviamente, que a magnitude desse impacto é maior para as mulheres que se encontram na faixa inferior de rendimentos. Para o chefe de família, a perda do tempo de lazer é imposta pela insuficiência da sua renda no trabalho principal, sem que haja um complemento da renda das demais pessoas que compõem a família, de maneira que uma segunda ocupação encontra-se relacionada à manutenção de uma qualidade de vida. Nos dois casos, são fortes as restrições que essas pessoas enfrentam para se realizarem como indivíduos dotados de um potencial humano que poderia ser desenvolvido em outra área que não o trabalho.

Notas

- 1 Avaliada com base no tempo na atividade principal e atual do trabalhador. Esse tempo de trabalho pode ser considerado como uma *proxy* para a experiência, embora com algum viés, tendo em vista que trabalhadores com muita experiência, mas com pouco tempo na ocupação atual, aparecerem com pouca experiência.
- 2 O sexo e a cor, dois atributos pessoais bastante utilizados em estudos empíricos, foram introduzidos na regressão por terem se mostrado significativamente importantes na determinação do rendimento dos trabalhadores, em estudos econométricos anteriores.
- 3 Deve-se ressaltar, entretanto, que diferenciais de rendimentos entre trabalhadores de cor branca e negra não é evidência suficiente para caracterizar um processo de discriminação contra o negro. Em estudos econométricos anteriores, os autores mostraram que diferenciais de rendimento por cor nem sempre evidenciam discriminação de renda na RMS, de forma que a maior parte da desigualdade de renda dos trabalhadores, por cor, pode ser justificada por diferenças nas dotações de atributos produtivos desses trabalhadores.
- 4 O número de observações dessa regressão difere daquele utilizado na regressão anterior, porque algumas informações referentes ao trabalho principal não foram fornecidas pelos trabalhadores, embora tivessem fornecido as do trabalho adicional.

Referências bibliográficas

- CARRERA-FERNANDEZ, J, MENEZES, W. F. O empresário do setor informal: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, n. especial, 1998. Congresso de Economia Regional , 3. ANPEC/BNB
- GREENE, W. H. *Econometric Analysis*. 3.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1997.
- MENEZES, W. F, CARRERA-FERNANDEZ, J. Mercado de trabalho informal do setor terciário na Região Metropolitana de Salvador (RMS). *Bahia Análise e Dados*, v. 8, n. 1, p. 117-127. 1998b.
- MENEZES, W. F, CARRERA-FERNANDEZ, J. Os determinantes da segunda ocupação: uma análise a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA ABET, 4., 2001, Porto Alegre. [*Anais*]. Porto Alegre, 2001.

* Wilson F. Menezes e José Carrera-Fernandez são professores do curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e respectivamente, doutor pela Université de Paris I e PhD pela The University of Chicago.





Violência, crianças e adolescentes

Crianças e adolescentes, sujeitos de direito

Débora Cohim *

“Conspiram as convenções.

Para que esse forte

Assuma, os mais domésticos tons

E não se veja onde estamos:

Perdidos numa floresta

– *Crianças com medo da noite,*

Longe do bem e da festa.” (W.H. Auden, Poemas)

Violência doméstica contra crianças e adolescentes: uma composição de palavras contraditórias entre si, que se complementam para definir atos praticados diariamente contra crianças e adolescentes, seja por ação, seja por omissão de seus parentes ou responsáveis:

[esses atos} sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO,2001)

No primeiro trimestre de 2001, em Salvador, foram registradas 639 casos de violência doméstica¹, na DERCA – Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra Crianças e Adolescentes – sendo 311 meninos e 328 meninas as vítimas. Sabemos que a estatística registrada na Delegacia corresponde apenas a uma parte dos casos, tornando essa realidade ainda mais alarmante.

Poderíamos nos perguntar, *o que leva adultos a trair expectativa de afeto e cuidado, vinculada ao seu papel na família e usar de violência, contra seres indefesos que estão sobre sua responsabilidade?* A resposta não é simples, pois o fato também não o é, em razão de ser multicausal, pois decorre da interação de fatores psicológicos, socioeconômicos e culturais do pai, mãe e filho, trazendo em si uma hipótese de reprodução do fenômeno. O abuso-vitimização doméstica depende de um modelo abusivo de relação interpessoal desenvolvido na família, modelo este que vai sendo construído de forma processual ao longo da história dos indivíduos. *“A origem social do indivíduo revela-se no final como a força que o aniquila” (ADORNO).*

Para barrar a reprodução desse fenômeno, é necessário que um elo dessa corrente seja rompido: sozinhos, crianças e adolescentes não conseguem romper os elos que os aprisionam, sendo necessário que um número sempre maior de profissionais se comprometa de forma séria e técnica com essa questão, a fim de fazer valer a condição de sujeito de direito dessas crianças e adolescentes.

Educadores e assistentes sociais, nos Estados Unidos, têm se revelado grandes aliados, denunciando os casos que chegam a seus espaços de trabalho. Dos 1.700.000 casos informados em 1990 aos serviços de proteção à infância, 51% das fontes de notificação são representadas por profissionais, sendo que, em vinte estados americanos os educadores foram considerados a fonte básica; em

outros dezoito estados, os assistentes sociais tiveram esta mesma consideração.²

Sabemos que a denúncia, e talvez a punição dos agressores, não é suficiente na intervenção do fenômeno: faz-se necessário criar políticas públicas para promover mudanças de cultura com relação às punições e castigos físicos – violência doméstica – construindo novas possibilidades de educar os filhos, construindo espaços de tratamento e reeducação, como o exemplo da Suécia onde a violência doméstica é vista de forma inaceitável por 89% da população.³

Alguns são os mitos que colaboram para a manutenção desse fenômeno, perpretando o desconhecimento, a ignorância ou o interesse ideologicamente camuflados. **A casa como espaço privado, secreto por excelência**, “garantindo” aos seus membros todas as ações neste contexto, é um deles; um outro mito é aquele segundo o qual os pais têm direitos de vida e morte sobre os filhos, porque os conceberam e/ou são responsáveis por eles. Estes mitos inibem a ação dos profissionais, parentes e vizinhos, que não querem invadir a privacidade do outro, privacidade esta utilizada como espaço de tortura de seres incapazes de se defender.

(...) o escravo raramente tinha a quem apelar. Seu sofrimento, seu aviltamento, as torturas a que era submetido, (...), ocorriam em ermos distantes, longe da ação da justiça. (...) Embora a lei permitisse a cinqüenta o número de chibatadas, os fazendeiros pouco se importavam considerando o escravo propriedade absoluta⁴ (COSTA).

Parece que essa realidade, resguardando-se as diferenças históricas dos fenômenos, se mantém mundo afora com outros atores, mas com a mesma convivência da sociedade. Precisamos somar nossas vozes ao coro daqueles que gritam em defesa das crianças e dos adolescentes vítimas de violência doméstica, seja ela de natureza física, sexual, psicológica, ou seja, por negligência, pois esta infância e adolescência estão, certamente, em perigo.

Notas

- 1 Estatística extraída das ocorrências de 0101 a 31/03 de 2001 da DERCA. REVER
- 2 Estatística apresentada por Dr^a. Maria Amélia Azevedo no módulo do Telalacri 2001 REVER
- 3 Pesquisa realizada pelo Departamento de Estatística, a pedido do Ministério da Saúde – 1994 – REVER
- 4 Grifado pela autora deste artigo.

*Débora Cohim é pedagoga e psicodramista.

Adolescente, sujeito de direito com responsabilidade penal

Hélia Barbosa*

“A criança é o princípio sem fim e seu fim é o fim de todos nós”.

Ser menor de idade é não ter atingido a idade legal para que seja considerado maior e capaz. Significa não ter condições jurídicas para ser autônomo, quer dizer, é dependente de direito e de fato do maior – pais, responsáveis ou Estado. E não é a evolução dos tempos que dará a esse menor a capacidade de exercitar direitos sob a condição de já ter maturidade. Assim, a menoridade compreende a infância, a puberdade, a adolescência e a juventude.

O Direito Civil considera esse menor incapaz para praticar validamente atos jurídicos, atos da vida civil. Essa incapacidade é absoluta para aquele que não atingiu os 16 anos completos, e é relativa para aquele na faixa etária dos 16 aos 21 anos de idade. Quando um ato é praticado no período de capacidade relativa de um adolescente ou de menor púbere, faz-se necessário que este seja assistido pelos seus pais ou responsáveis, a fim de que as suas ações tenham validade.

No âmbito do Direito Penal, o menor de 18 anos é **inimputável**, isto é, não lhe é atribuída responsabilidade criminal pelos atos que praticou, tal como se impõe a um adulto. Isso não significa que o adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional não seja responsabilizado, até porque **inimputabilidade** não implica em **impunidade**, que é a falta de punição ou de aplicação da sanção penal.

Imputar é atribuir a alguém a responsabilidade de alguma coisa. **Imputabilidade** é a capacidade de culpa, constituindo pressuposto e não elemento de culpabilidade. É a condição pessoal de maturidade e sanidade mental que confere ao agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar segundo esse entendimento. É a capacidade genérica de entender e querer, ou seja, de entendimento da antijuridicidade de seu comportamento.

Há **imputabilidade** quando o agente é capaz de compreender a ilicitude de sua conduta e de agir de acordo com esse entendimento. Uma conduta só é reprovável, se o agente tiver um certo grau de capacidade psíquica que lhe permita compreender a antijuridicidade do fato, e adequar sua consciência a essa conduta. Inexistindo tal capacidade, considera-se o agente **inimputável**, eliminando-se a sua culpabilidade.

A responsabilidade penal, desta forma, consiste no dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável. Ensina o Prof. Edson Seda que “é a capacidade humana de responder pelas consequências éticas dos próprios atos.” (1998).

Merece esclarecer que a **imputabilidade** (capacidade penal) atribuída a todo indivíduo maior de 18 anos de idade, ou seja, naquela fase da vida durante a qual a pessoa deve se submeter às regras do Direito Penal, é um critério de política criminal.

Esse discrímen pela idade é uma imposição inserida na Constituição Federal, no Código Penal

e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com base nas regras das Nações Unidas, adotadas por especialistas em prevenção (Regras Mínimas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade – Diretrizes de Riad) e em repressão (Regras Mínimas para a Administração da Infância e Juventude – Regras de Beijing), a partir da criminologia como ciência que considera inconveniente submeter crianças e jovens ao sistema penal dos adultos. Assim, a melhor técnica da política criminal adotada para jovens infratores é o sistema flexível de medidas protetivas e/ou sócio-educativas para prevenir e punir práticas anti-sociais.

Tem-se veiculado equivocadamente que o adolescente infrator é protegido pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente: isso é uma verdadeira heresia jurídica, visto que o Legislador Estatutário não poderia jamais excluir do ordenamento jurídico a responsabilização dos jovens em conflito com a lei.

Em verdade, o ECA é um texto infraconstitucional, sob a égide da Lei Maior, constituído por **direitos especiais e específicos**, concretos, considerando crianças e adolescentes como seres em condição peculiar de desenvolvimento, de modo que todo ordenamento jurídico brasileiro fica submetido ao comando desse princípio e ao da proteção integral, cuja fonte está alicerçada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

É uma norma protetiva, mas também, **responsabilizadora** por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, em razão da conduta da criança e do adolescente. Significa que o ECA atribui aos **jovens em conflito com a lei** responsabilidade estatutária, através de medidas específicas, científicas e jurídicas. Fica, por conseguinte, desmistificada essa falácia de que o menor de dezoito anos permanece **impune** e não responde por seus atos praticados considerados criminosos pela legislação penal. Esta não ampara nem a delinquência, nem a impunidade.

No entanto, há uma suposta afirmação de que se se punir os adolescentes na faixa dos 16 aos 18 anos, pelo sistema penal vigente, a violência diminuirá.

A atual sistemática penal é anacrônica, hermética e desastrosa para a sociedade, pois está contaminada por fatores degradantes, impulsionadores de uma maior deformação do comportamento do indivíduo que a ela é submetido, fomentando sempre o retorno ao crime, à reincidência.

Assim, vem sendo insuflada a sociedade para o rebaixamento da maioridade penal na atual Carta Política, através de emendas em tramitação nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, que podem ser traduzidas em duas hipóteses: os autores dessas emendas desconhecem totalmente o ECA e têm uma absoluta ignorância das diretrizes da política criminal moderna; ou trata-se de uma plataforma eleitoreira, pela qual muitos políticos estão “prometendo” o fim da violência com a prisão

de adolescentes em penitenciárias repletas de mazelas e vícios, portanto, inaptas para recuperar os adultos...

A atual sistemática penal é anacrônica, hermética e desastrosa para a sociedade, pois está contaminada por fatores degradantes, impulsionadores de uma maior deformação do comportamento do indivíduo que a ela é submetido, fomentando sempre o retorno ao crime, à reincidência. Essa sistemática provoca, na sociedade, um total descrédito, levando-a a se

sentir desprotegida e insegura; por outro lado, essa mesma sistemática dometa grupos de extermínio e justiceiros.

Na visão do saudoso Professor Evaristo de Moraes, expert em direito penal,

a prisão incrementa a criminalidade devido aos nefastos efeitos, influido por contágio e por imitação...” afirmava mais que “a prisão degrada e tira do preso as suas últimas energias com que lutava contra a miséria e o abandono da sociedade. Volvendo à liberdade, malvistas, cercados de prevenções quase sempre menos hábeis nos seus ofícios, os egressos das prisões vão forçosamente engrossar as fileiras dos vagabundos.

É indispensável fazer-se uma reflexão sobre o pensamento externado a esse respeito, pelo Desembargador Antonio Fernando do Amaral e Silva:

Criminólogos e penalistas são unânimes: o sistema penitenciário está falido. A pena privativa da liberdade não reeduca, muito menos ressocializa. Perverte, deforma. Não recupera, corrompe. No Brasil, o sistema além de ineficaz, constitui um

dos maiores fatores de reincidência e de criminalidade violenta. O fato, sendo público e notório, dispensa comentários. Basta ver a superpopulação carcerária, o “tratamento” de presos e condenados e os altos índices de reincidência.

Se a falência pedagógica e recuperadora do sistema carcerário levou penalistas a preconizarem a substituição do cárcere por alternativas mais viáveis, encaminhar jovens a tal sistema seria concorrer para o aumento e não para a diminuição da criminalidade.

A forma específica, criada pelo Direito Penal, para cumprimento do princípio da reparação equivalente segundo a noção de castigo, é a privação da liberdade, com tempo determinado, mediante decisão judicial – sentença condenatória. É a expiação da culpa pelo castigo, através da privação da liberdade.

É também do conhecimento público que a pena privativa da liberdade tem se mostrado absolutamente ineficaz, visto que tem contribuído para a reprodução da criminalidade.

Com essa visão, o jurista Jason Albergaria se manifestou com precisão, sobre o rebaixamento da maioria penal:

(...) Com efeito, a pena está em crise. São conhecidos os males da instituição total, caracterizada por seu fator crimínogeno: a desumanização do preso, a contaminação carcerária, a superpopulação prisional. Já se acentuou que a pena de prisão determina a perda da liberdade e da igualdade, que derivam da dignidade humana. A perda dos direitos fundamentais de liberdade e igualdade representa a degradação da pessoa humana” (INESC, 1998).

Fazendo essas observações, não estamos reforçando a prática da impunidade: urge, no entanto, que se busquem os mecanismos e instrumentos que possibilitem a efetiva diminuição da criminalidade praticada por adultos e por jovens, estes representando 10%. Essa impotência de se promover as mudanças necessárias constitui-se um fator de risco, sobretudo se se considerar que desde 1820 são registradas denúncias do fracasso do sistema prisional, repetidas de forma idêntica às observações de Michel Foucault (1987, 234/35):

- As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade

de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda, aumenta;

- A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão se tem mais chance que antes de voltar para ela;

- A prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras. E nesses clubes é feita a educação do jovem delinquente que está em sua primeira condenação.

Merece transcrever o pensamento da advogada Sylvia Helena Terra, pela clareza como interpreta a discussão em torno da temática:

Inaugura-se, pois, a discussão em torno da redução do limite etário da imputabilidade penal, alinhando-se a esta corrente aqueles que, além de pretenderem a manutenção do sistema penal, querem agora incluir e abranger, neste grande fracasso, os adolescentes a partir de seus 16 (dezesesseis) anos.

Como se não bastasse, através de falsos pressupostos, tentam convencer a opinião pública da adequação de tal medida, sob o argumento falacioso de que as leis rigorosas e penas mais severas seriam a solução para os graves problemas enfrentados com a redução da criminalidade.

Todos os argumentos sócio-jurídicos já foram exaustivamente consignados por ilustres e eminentes juristas, contrapondo-se a proposição em questão, que, além de inconstitucional e contrária aos princípios democráticos e de direito, é sobretudo perversa, própria dos Estados totalitários.

Constata-se que são absolutamente contraditórios os discursos daqueles que pretendem conter o índice de violência praticada por jovens com a proposta de, na realidade, torná-los “doutos” nessa sistemática penal, que tem como fundamento o livre arbítrio: o homem tem o domínio sobre sua vontade, sobre sua consciência, sobre o seu comportamento. Não se preocupa em combater as causas, considerando que o indivíduo quer ser criminoso.

Essa falácia busca esconder a “*mea culpa*” pela degenerescência dos nossos jovens vulneráveis ao mundo do crime, sendo impecado, por não considerar a análise primeira e indispensável que se deve fazer da sistemática penal (polícia, justiça crimi-

nal, sistema prisional e norma penal) e, sobretudo, das causas geradoras de comportamentos delituosos, inclusive dos fatores criminógenos, particularmente quando envolvem adolescentes. Deve-se buscar também as causas dos desvios de conduta desses jovens.

As condutas desviantes se distanciam das condutas ordinárias, comuns, pelo fato de serem praticadas sem o propósito de infringir as normas postas e os padrões impostos. Na realidade, trata-se de um escape desviante, provocado pela pressão da crise social vigente e que se escoia em uma diversa gama de desvios, como: furto, roubo, drogas, sexo, moda, gang (esta aliás, é a mais nova forma de desvio que atrai os jovens para o nefasto mundo do crime)

Partindo da análise da Vitimologia, ou seja “a ciência que tem como objeto o estudo da vítima, atual ou potencial (indivíduo, grupo, comunidade) de qualquer fato que seja possível causa ou fator de perigo ou de dano, bem como a participação voluntária ou inadvertida, consciente ou inconsciente, da mesma vítima, na gênese e realização do fato (humano ou mero acontecimento da natureza)”, não há delinqüente se não houver condições ou ocasiões propícias que provoquem a manifestação de seu comportamento criminoso. A criminalidade existe pelo fato de existirem causas, ou seja, nenhum fenômeno existe fora da relação causa-efeito. Não se pode, portanto, exigir conduta diversa do autor de ato infracional, como pretende a sistemática penal vigente.

Há que se avaliar, conseqüentemente, a crise de identidade peculiar dos jovens dessa faixa etária, que envolve: mudança constante de comportamento, de acordo com as circunstâncias e até mesmo como defesa; conflitos com a família; conflitos com a sociedade; conflitos de valores, incluindo também uma vivência de plena existência crítica na busca de novos valores, de onde emergem questionamentos ideológicos, filosóficos, etc., pois esses jovens precisam de auto-afirmação.

Ademais a fantasia é uma peculiaridade específica dessa fase da vida, já que o processo de maturação ainda está em formação biopsicossocial afe-

tiva e intelectual. E, dependendo das mensagens recebidas, os jovens podem chegar à contradição, à instabilidade e ao desequilíbrio. Segundo Costa,

A afirmação da criança e do adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento não pode ser definida apenas a partir do que a criança não sabe, não tem condições e não é capaz. Cada fase do desenvolvimento deve ser reconhecida como revestida de singularidade e de completude relativa, ou seja, a criança e o adolescente não são seres

inacabados, a caminho de uma plenitude a ser consumada na idade adulta, enquanto portadora de responsabilidades pessoais, civis e produtivas plenas. Cada etapa é, à sua maneira, um período de plenitude que deve ser compreendida e acatada pelo mundo adulto, ou seja, pela família, pela sociedade e pelo Estado.

A criminalidade existe pelo fato de existirem causas, ou seja, nenhum fenômeno existe fora da relação causa-efeito. Não se pode, portanto, exigir conduta diversa do autor de ato infracional, como pretende a sistemática penal vigente.

Etimologicamente a palavra *adolescer* de origem latina significa crescer, desenvolver-se, tornar-se jovem. Significa também desafio e inquietação, porque representa o período da vida humana entre a puberdade e a vida adulta. É um novo nascimento, como definiu Stanley Hall, em 1904, marcado por fortes conflitos e tensões.

Ensina a Dra. Maria da Conceição O. Costa, psicóloga:

que o adolescente não conhece relação de causa e efeito porque esta não se estabelece pela imaturidade psicológica. Nessa fase vivencia várias crises num mesmo momento: crise de mudança do corpo, da desidealização dos pais que passam a ser indivíduos comuns; crise da perda de privilégios da infância em relação à família: crise da solidão em relação às suas mudanças por não receber amparo e entendimento da família e crise das mudanças psicológicas. Não existe, por outro lado, a possibilidade de riscos: são os adolescentes onipotentes e imortais. (CEDECA, 1994).

Para que se possa prevenir as violências juvenis, é necessário conhecer-se as raízes e as circunstâncias específicas que as influenciam, como por exemplo a falta de amor dos pais, a pobreza, a ausência de marco educativo, a rua, as drogas e o fácil acesso às armas de fogo. Também é indispensável estudar se os jovens são afetados pela vulne-

tabilidade neurológica, provocada pela cultura dos meios audiovisuais, que lhes oferecem constantemente imagens de violência, de corrupção do sistema nacional, levando-os à insegurança quanto ao futuro de uma sociedade globalizada. Esses elementos atuam como técnicas de insensibilização, que ensinam os jovens a matar e a serem agressivos.

Torna-se imperioso fazer uma avaliação científica sobre essa vulnerabilidade neurológica dos jovens em conflito com as leis, principalmente dos atos de agressividade e violência que tanto têm levado a sociedade a indignar-se.

É preciso levar ao conhecimento da opinião pública que:

as crianças e os adolescentes de hoje mesmo protegidos pelas leis ou processos biogenéticos de maturidade e aprendizagem absolutamente diversos aos dos adultos, tanto mais porque nessa idade não existem “**filtros cognitivos**” próprios das estruturas impulsivo-motivacionais éticas, estão sendo moldados, forçados, de forma prematura e lesivamente à aprendizagem social de suas condutas, com grosseira violação de todas as regras da evolução ontogenética (CAPOLUPO, 1999).

Do ponto de vista criminológico, o homem é o resultado da herança e do meio em que vive. Daí estarem sendo estudados a causalidade biológica do delito e o equilíbrio químico do cérebro, como elementos de desajustes de condutas, através do sistema límbico-hipotalâmico, que regula o equilíbrio interno em relação com as variáveis ambientais, mediante a psiconeuroendocrinologia.

De acordo com o biólogo Michael Meaney, a biologia e a hostilidade do meio podem pré-ordenar o comportamento de um jovem, de tal modo que, quando ele aponta uma arma de fogo para uma pessoa e diz “hoje, tenho vontade de matar”, matando-a em seguida, ele está matando a sua própria “desventura”, representada pela vítima (CAPOLUPO, 1999).

É tão grave, assim explica o referido autor, “que alguns jovens com personalidades já formadas anti-sociais, expostos a constantes violências, podem insensibilizar o sistema de hormônios de *stress* cerebral, como uma espécie de botão que de tanto ser usado deixa de funcionar. A manifesta indiferença desses jovens em relação a vida humana é

resultado de metamorfose biológica e meio ambiente.”

Deve-se evidenciar, nesse estudo, a investigação sobre a conduta moral e o *modus vivendi* de crianças e adolescentes, como uma resposta à forma pela qual são tratados em casa e em centros escolares; deve-se também salientar o desenvolvimento do comportamento moral, como uma resposta às experiências morais que têm nesses ambientes.

Esse comportamento é entendido como sendo a **inteligência moral** revelada através da maneira de falar e agir com os semelhantes. Essa população infanto-juvenil é testemunha da existência ou inexistência da moral dos adultos. É a formação da chamada **cultura da juventude** : hábitos, interesses, linguagem, maneira de vestir, música, política, sexualidade em desenvolvimento. É a fase em que adotam uma indiferença em relação aos outros, e se sentem sozinhos, tristes e irritados. Buscando a independência, correm riscos e têm conseqüências morais, decorrentes da alienação moral aberta ou disfarçada de diversas maneiras.

Como transmitir princípios morais a um adolescente que defende sua independência, suas iniciativas e ideais para poder ser escutado e aceito? Para ser reconhecido pela sociedade como uma pessoa capaz de trabalhar, de ter valores, opiniões e direitos? Posto que, estes são nossos herdeiros e testemunhos duradouros de nossas vidas!

Com mais de 30 anos de magistratura e 15 especificamente como titular da 2ª Vara Criminal Especializada da Infância e Juventude, a Juíza Maria Helena Maia afirma que os jovens não têm maturidade e capacidade para entender o caráter ilícito de um fato ou de determinar-se de acordo com essa apreciação. Isso porque lhes falta o **discernimento ético**, tal como é encontrado nos adultos, e que é usado pelo Legislador para os inimputáveis **biológico, psicológico e o misto biopsicológico**.

Trata-se da **inteligência moral** do adolescente, isto é, da capacidade desenvolvida gradativamente para refletir, com todos os recursos emocionais e intelectuais da mente humana, sobre o que é bom e o que é ruim. Essa inteligência é formada pelo caráter, desenvolvido desde o início da vida até o período da adolescência, seus valores, comportamentos e sua conduta. Naturalmente que não de-

vem ser equiparados aos insanos, razão inclusive de serem punidos.

Ensina o psicólogo Armando Joaquim Alves Pereira (1994) que:

a delinqüência integra-se no grupo das chamadas doenças do agir, em que toda a perturbação se traduz por um comportamento que não está de acordo com as normas correntes e em que a frustração leva a agir. É caracterizada principalmente pela passagem ao ato; no entanto, esta é uma das características importantes da adolescência sem ser uma manifestação exclusiva da patologia. Torna-se patológica quando se enquadra numa deformação egóica da personalidade e revela a revivência de conflitos anteriores não resolvidos. Na delinqüência, há um comprometimento das funções do Eu, com interferências dos processos primários.

Têm sido realizados estudos no campo da psicologia, visando uma melhor compreensão dos fatores da delinqüência juvenil, através da **etiopatogenia da delinqüência**, que se revela como frustração precoce, de modo que se a relação primária for ruim, perturbada por acontecimentos circunstanciais, toda a conduta libidinal e agressiva também será afetada. Identificou-se ainda a **síndrome de desordens psicopáticas do comportamento**, relacionada com a carência maternal precoce, quer por rupturas constantes com a mãe, quer por permanência prolongada em instituição, provocando a incapacidade de relacionamento com outras pessoas. A persistência dessa precocidade leva à ausência de um modelo de identificação paterna ou de boa qualidade, gerando a patologia do **“Pai Cintilante”**, ou seja, pais que aparecem e desaparecem constantemente, ora por ser pouco interessado, ora porque a mãe impede a aproximação da figura paterna. Todos esses fatores influem de forma negativa no conflito edipiano, não permitindo uma organização da experiência nem das normas sociais. (PEREIRA, 1994).

O jurista Prof. Antonio Maron Agle, assim se expressou em relação à proposta de rebaixamento da idade:

a proposição representa uma leviana experiência a que se pretende lançar o adolescente tão ávido e cheio de esperanças no mundo, como é do nosso dever, penso, incuti-lo e cultivá-lo. Na realidade, entendida a responsabilidade, notadamente a criminal, como a assunção, pelo agente, das con-

seqüências do fato, fundada na plena capacidade de discernimento da prática de um ato reputado criminoso, não há como deixar de condenar a projetada proposição, reveladora de, no mínimo, precipitada ou aleatória reflexão.

Pouco importa que o progresso material (e científico) tenha conduzido o homem ao conhecimento, mais rápido e mais cedo, da realidade social; Não é o conhecimento teórico, abstrato, hipotético, que nos dá a exata dimensão da realidade e a necessidade para a obtenção do que se chama, em psicologia, **saúde mental**. Para obtê-la, a esta, o ser necessita de condições fisiológicas, também responsáveis na sua plenitude, pela recepção, captação e filtragem das mensagens que o mundo lhe envia.

É como vejo e enxergo o que se pretende fazer e impor ao adolescente: dar-lhe liberdade, para escravizá-lo; dar-lhe discernimento para acusá-lo; dar-lhe frêmito e agitação à custa da perda do calor humano real, válido, do colorido da vida, dos valores que, em cada tempo devido, nos dão sentido à existência, sem instauração de conflitos, complexos de culpa ou remorsos. Será ou seria Deus nos livre – uma marcha ré, no tempo, no espaço, na vida, na história” (CEDECA, 1994).

Todavia, diante desses fatores, o Legislador não quis que fossem tratados como “coitadinhos”: pelo contrário, devem ser submetidos à responsabilidade criminal estatutária, através das medidas socioeducativas, que buscam sobremaneira manter os vínculos familiares e comunitários, respeitado o caráter pedagógico que essas medidas oferecem. Tanto mais que “o crime não pode ser fruto caprichoso da livre vontade humana, mas das condições do ser humano e do meio em que ele cresce e vive, dos fundamentos e das causas da criminalidade.” Hipócrates, já dizia há 400 Antes de Cristo, que: “o delito é um desvio anormal da conduta humana.”

Por outro lado, fundamenta-se o discurso da menoridade a partir dos 16 anos de idade, pelo fato de os jovens com essa idade serem induzidos por terceiros – “os cabeças” – e pela certeza de que a punição conterà o ingresso desses jovens na criminalidade.

Não passa de uma visão distorcida dessa realidade, posto que as causas e os motivos que levam esses “cabeças” a teleguiar jovens para a prática de crimes, vão permanecer, e com maior perversidade, porque passarão a atingir os mais vulnerá-

veis ainda, ou seja, aqueles com menos de 16 anos. Isso decorre do fato de que não é e nem será tratado o crime pelo crime; inexistente um sistema de segurança pública eficiente e eficaz; permanece mantida a violação aos direitos fundamentais; a omissão da família e da sociedade, assim como a falta de mudanças na política criminal permanecem inalteradas.

Com a precisão técnico-científica que lhe é peculiar, o jurista Emilio García Méndez trata dessa temática, fazendo uma abordagem sobre a dimensão política da responsabilidade penal do adolescente, conclamando que se faça

uma análise crítica da diversas resistências à implantação de um modelo de Justiça – como oposição ao modelo da compaixão-repressão, próprio dos sistemas pseudo tutelares inspirados na doutrina da situação irregular, na relação do Estado e adultos com a infância. O estudo da dimensão política deste problema constitui, em definitivo, uma boa oportunidade, tanto para reflexionar sobre um motivo importante de mal-estar social contemporâneo (a insegurança) como para entender algumas questões de importância sobre a infância e a democracia num contexto latino-americano.

Como modelo de justiça, o referido jurista cita o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e outras legislações sobre responsabilidade penal com base jurídica na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Segundo este,

o conteúdo essencial desta transformação se deixa explicar em poucas e simples palavras: os adolescentes deixam de ser responsáveis penalmente pelo que são (recordam-se que a dimensão penal da responsabilidade deve medir-se pelas consequências reais que gera e não pelo mero discurso declarado) para começar a sê-lo unicamente pelo que fazem e isso somente quando este fazer implica uma infração às normas penais. Poucas transformações jurídicas têm enfrentado e enfrentam tantas resistências.

Por todas estas e tantas outras incontáveis razões, há que se exigir a aplicação do ECA – Lei nº 8.069/90, Art. 112, que impõe medidas capazes de recuperar jovens com desvios de conduta e em conflito com a lei. São as medidas sócio-educativas que compreendem “a advertência, reparação de danos materiais; prestação de serviços à comuni-

dade; regime de liberdade assistida; regime de semi-liberdade e internação.”

Observa-se que são medidas responsabilizadoras, cuja natureza é a recuperação e socialização do autor de ato infracional, contendo privação da liberdade na hipótese da internação. Constatase que todo adolescente em conflito com a lei é punido pela prática dos seus atos. A diferença está na terminologia usada pelo Legislador Estatutário e naquela prevista pelo Código Penal e pelo Processo Penal. Em vez de “pena”, usa-se “medidas sócio-educativas”; em lugar de “prisão” usa-se “acolhimento”, sem contudo afastar o flagrante e a sentença condenatória.

Ocorre que não são divulgados esses atos da Justiça da Infância, cujo percentual de recuperação, segundo informações da FUNDAC, é significativo: 75% dos jovens infratores que deixam os Centros de Recuperação são portadores de certificados de profissionalização em várias áreas. Aliás, merece destacar que a Bahia, através da CAASE, vem comprovadamente recuperando jovens infratores, e, hoje, serve de modelo para a América do Sul.

Faz-se um alerta àqueles que insistem nas teorias do livre-arbítrio, sustentadas no Direito Penal e nas instituições estatais repressivas, nos quais imperam o hermético jurisdicismo, a repressão pela vingança pública, e nos princípios da retrógrada sistemática penal vigente, como uma maneira de recuperar jovens autores de atos infracionais: longe de obter sucesso, essas teorias estarão favorecendo o aumento da criminalidade, e o que é pior, estarão expondo os menores de 16 anos a uma maior vulnerabilidade ao crime, pois as crianças não são motivo de preocupação nacional e os jovens são bandidos! Resta-nos indagar: e o livre-arbítrio dos que matam crianças e adolescentes?

Indispensável socializar o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Ministro José Celso de Mello Filho, à época, Presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre “Da Severidade da Reação Penal do Estado à Proteção Integral de Crianças e Adolescentes”:

O encontro que hoje tem lugar no Supremo Tribunal Federal representa a demonstração mais expressiva de que a busca de soluções justas que viabilizem, de modo efetivo, o inte-

gral atendimento ao adolescente em situação de conflito com a lei somente poderá resultar do esforço de todos os que, conscientes de que o adolescente infrator é uma pessoa em desenvolvimento e de que necessita de proteção e orientação para a sua plena reinserção na sociedade, compreendem que o jovem tem o direito básico de ver sempre respeitados os grandes princípios consagrados em nosso sistema jurídico (notadamente na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente) e proclamados solenemente pela comunidade internacional sobre os Direitos da Criança, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude (Regras de Pequim ou de Beijing) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade.

Ainda acrescentando:

Mais do que um desafio, a efetivação concreta dos direitos básicos das crianças e dos adolescentes representará, na verdade, a realização do compromisso das presentes gerações com o futuro de nosso País. A questão da criminalidade juvenil – que se vincula, em sua própria origem, ao desprezo inconsequente e irresponsável pelos direitos dos adolescentes, a quem se nega, injustamente, em diversos pontos de nosso País, o acesso à educação, ao lazer, à profissionalização e à saúde, dentre outras prerrogativas básicas – representa, em seus aspectos essenciais, uma questão de caráter político-social, que reclama o cumprimento, pelo Poder Público e pela comunidade, de deveres impostergáveis resultantes de um contrato social por eles nem sempre cumprido.

Com essa determinação de quem tem o poder da Suprema Corte de Justiça, o emérito Presidente impõe a todos – poder público e comunidade – o cumprimento da lei, de deveres e obrigações. E, ao concluir, faz uma análise perfeita sobre a criminalidade juvenil e maioridade penal:

Torna-se necessário repudiar, por isso mesmo, o argumento de que a redução da maioridade penal representará fator de inibição dos atos infracionais... **Não é necessário reduzir a maioridade penal** para resolver os problemas derivados da criminalidade juvenil. **É necessário, sim, reduzir e suprimir, de vez, as condições socialmente degradantes e**

economicamente opressivas que expõem enormes contingentes de crianças e de adolescentes, em nosso País, a situação de injusta marginalidade social.

O problema da criminalidade juvenil, longe de demandar a severidade da reação penal do Estado e de estimular a utilização indiscriminada da providência radical da internação do infrator, com grave prejuízo do emprego positivo das medidas sócio-educativas em regime de liberdade, deve impor ao Poder Público a identificação dos fatores sociais que ge-

ram o estado de abandono material e a situação de exclusão social das crianças e dos adolescentes, que, vagando, dramaticamente, pelas ruas das grandes cidades, sem teto, sem afeto e sem proteção, constituem a denúncia mais veemente de que são vítimas – muito mais do que autores de atos infracionais – das condições opressivas que desrespeitam a sua essencial dignidade, advertindo-os, mais do que nunca, de que é chegado o momento de construir, em nosso País, uma sociedade livre, justa e solidária, que permita erradicar a pobreza e suprimir a marginalização, cumprindo, desse modo, as

promessas solenemente proclamadas no texto de nossa própria Constituição.”

Crianças, adolescentes e adultos têm diferenças substanciais, não são pessoas iguais, logo não podem ser tratadas de maneira igual. A criança fica isenta da responsabilidade e, se pratica atos ou delitos, é encaminhada ao Conselho Tutelar, sujeita às medidas preventivas.

Os adolescentes têm responsabilidade penal com base em sólidas doutrinas de ordem mundial. São **inimputáveis** frente ao Direito Penal comum, mas **imputáveis** diante das normas da Lei Especial – ECA. Assim, respondem penalmente, face ao nítido caráter retributivo e sócio-educativo das respectivas medidas, o que se apresenta altamente pedagógico sob o ângulo dos Direitos Humanos de vítimas e vitimizadores. Além disso, respostas justas e adequadas são de boa política criminal, exsurgindo como elementos indispensáveis à prevenção e à repressão da delinquência. O que não se admite são respostas mais severas e duradouras como as que são impostas aos adultos. Podem ser definidas as medidas sócio-educativas como pe-

nas especiais, com caráter predominantemente pedagógico e excepcional, porém de **natureza penal**.

Embora permeie a discussão sobre a capacidade ou incapacidade de o jovem responder por seus atos, acreditamos que ela é ineficaz pois o Estatuto já exige do jovem infrator um mínimo de discernimento ético, ao lhe atribuir responsabilidade penal. Sobre esse conflito de interpretação o Prof. Edson Seda (1998) é bastante concreto:

Adultos e adolescentes são responsáveis no Brasil ante um juiz (criminal e da Juventude). Ambos são imputáveis. Aos dois se lhes atribui (imputa) um ato condenável. A ambos se lhes imputa responsabilidade por esse ato. Aos dois se lhes vão atribuir (imputar) medidas retributivas, desagradáveis e restritivas (pena para um e medida sócio-educativa para o outro). Nessas circunstâncias não há que se falar em baixar a imputabilidade.

O Prof. César Leal Barros (1983), referindo-se às causas, assim explica o fenômeno:

No Brasil, a delinquência juvenil é um problema eminentemente estrutural. Os menores delinquentes ou infratores não importa como sejam rotulados em sua maior parte são procedentes das classes desfavorecidas e praticam, no mais das vezes, delitos contra o patrimônio, destacando-se entre eles o furto.

Trata-se, a delinquência juvenil, de um problema complexo, de múltiplas variáveis. Por isso mesmo, pela diversidade de seus fatores endógenos e exógenos, essa, de forma alguma, pode ser vista de um ângulo isolado. Entre os fatores exógenos estão incluídos: a) o desenvolvimento; b) a urbanização; c) a pobreza; d) a família; e) a falta de escolaridade; f) o convívio social impróprio e g) os meios de comunicação social.

Pesquisa nacional realizada pelo Departamento da Criança/ Secretaria de Estado e Direitos Humanos/Ministério da Justiça, sobre atendimento ao adolescente em conflito com a lei, constatou que o tipo de delito praticado por adolescente com maior índice é **contra o patrimônio**, reflexo da desestruturação social, afirmando “que crianças e adolescentes em situação de risco e de indigência são expostos às mais variadas e divergentes estratégias de sobrevivência, culminando na autoria de crimes e contravenções.”

Não é o rebaixamento da idade que inibirá o acesso desse jovem ao mundo da criminalidade, mas a garantia dos seus direitos fundamentais. Essa pesquisa revela, ainda, que a **medida de internação** tem atingido **100% de aplicação**. Significa que adolescentes autores de atos infracionais estão sendo responsabilizados – “punidos”.

Diante da polêmica implantada no país sobre o rebaixamento da maioridade penal, merece resgatar uma parte da história da responsabilidade penal do adolescente nos anos 1830, estabelecida no limite de 14 anos pelo Código Penal, cujo critério era o discernimento, sendo assim mantido no Código de 1890, todavia, sem eficácia.

A severidade da lei proporcionou o aumento das violações praticadas contra os infratores, levando juristas, médicos e pedagogos a protestarem; o pensamento da época pode ser sintetizado pelas palavras do jurista Galdino Siqueira *apud* Barbosa (2000):

O Código não dá solução integral ao problema da criminalidade dos menores, quando, entretanto, na época de sua promulgação, a ciência, pelo estudo do homem e do meio social, já tinha trazido contribuições estimáveis, e o exemplo de outras nações, actualizando medidas adequadas, habilitavam o legislador a estatuir com eficacia e proveito no melindroso e grave assumpto.

Surge a idéia de se criar uma norma especial para o menor autor de ato infracional, derogando o principio do discernimento sob o fundamento de que: “...outro inconveniente surgira em fazer depender a repressão da prova de discernimento que, por vaga e obscura e além disso restrita à maturidade intelectual olvidando a dos sentimentos e volições, objeto mesmo de divergências acentuadas entre os autores não podia, por isso mesmo, servir de critério certo.” (ibidem).

Após 4 décadas de República é promulgado outro Código Penal, vigente até a presente data, estabelecendo a responsabilidade penal aos 18 anos de idade, adotando o critério biopsicológico para a aferição da responsabilidade, no entendimento de que a imaturidade biológica é suficiente para excluir a responsabilidade penal, mediante correção pedagógica por Lei Especial. Assim comentou o renomado jurista Nelson Hungria *apud* Barbosa (2000):

Este preceito resulta menos de um postulado de psicologia científica do que de um critério de política criminal. Ao invés de assinalar o adolescente transviado com o ferrete de uma condenação penal, que arruinará, talvez irremediavelmente, sua existência inteira, é preferível, sem dúvida, tentar corrigi-lo por métodos pedagógicos, prevenindo sua recaída no malefício.

Para complementar nosso raciocínio técnico-científico contra o rebaixamento da maioridade penal, buscamos luzes no Direito Comparado e vamos encontrar o percentual de 55% de adoção da idade limite de 18 anos para determinar a responsabilidade penal. E, na América Latina quase todos os países adotaram os 18 anos para fixar a inimputabilidade. Segundo César Barros Leal:

Preveni-la, a delinquência juvenil, é impedir um genocídio social que se permite esteja sendo praticado contra milhares de menores, espalhados nos quatro cantos deste país e que, produtos de um processo de socialização divergente, disfuncionados, convertem-se em infratores porquanto não se lhes oferecem outras opções, não se satisfazem, a tempo próprio, as suas necessidades básicas (suas carências, isoladas ou não, são múltiplas: econômicas, sociais, físicas e psíquicas) nem se busca desenvolver as suas potencialidades positivas.

Estamos em um novo milênio. É incompreensível e intolerável que tenhamos as mesmas práticas do século passado em relação às crianças e aos adolescentes – **indiferença**. Acreditamos que se deva afastar a visão distorcida que vem sendo veiculada sobre a delinquência juvenil, revertendo-se a proposta de rebaixamento da maioridade penal para uma exigência da adoção de políticas de prevenção, de garantia dos direitos fundamentais e atendimento das necessidades básicas, de cumprimento de paternidade e maternidade responsáveis, e de incorporação nos discursos falaciosos dos fatores técnicos-científicos que levam os jovens a esse processo de marginalidade.

Nós adultos, devemos ter sempre o **discernimento ético** e o **compromisso moral** para com as nossas crianças e juventude, a fim de podermos lhes oferecer um modelo de **identificação** de qualidade.

Para tanto, basta que cumpramos, todos, a lei – ECA e respeitemos o **Interesse Superior** da população infanto-juvenil – patrimônio comum da Humanidade! Proteger a sua inteligência moral é um exercício de cidadania, é a garantia da Democracia.

Precisamos de um novo fundamento: solidariedade de princípio com os excluídos de nossa formação social no sentido da dignificação de suas vidas!

**Estamos em um novo milênio.
É incompreensível e intolerável que tenhamos as mesmas práticas do século passado em relação às crianças e aos adolescentes – indiferença.**

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Adolescência, Ato Infracional & Adolescência. São Paulo: ABONG, nov. 1999.

BARBOSA, Hélia. A história do direito da criança e do adolescente – Brasil 500 Anos. 2000. Monografia (Curso Doutorado) – Universidade do Museo Social Argentino.

BARROS, César Leal. A delinquência juvenil seus fatores exógenos e prevenção. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1983. p. 168-169.

BRASIL. Lei nº 8.069/94. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1994.

CAPOLUPO, Enrique Rodolfo. Auge de la criminalidad juvenil y las variables más significativas de nuestros días. *Boletim Oficial do Congresso Legislativo de Argentina*. Buenos Aires, 08.07.99. p. 3.

ROUSSAN. Yves de. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA. *Arquivos do Banco de Referência e Jornal Saci*. Salvador, mar. 1994.

COLES, Roberto. *La inteligencia moral del niño e del adolescente*. Barcelona: Kairós, 1998. Premio Pulitzer.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. Pedagogia e Justiça. *ESMESC*. v.4, n. 5.

MELLO FILHO, José Celso de. *Da severidade da reação penal do Estado à proteção integral de crianças e adolescentes*. ABONG. [s.d.].

GOIÁS, Jussara; SILVA, Amaral e; CURI, Munir; PINOTI, Antonio Jurandir. *Inimputabilidade não e impunidade*. INESC, v. 3, n. 24, jun. 1995.

MÉNDEZ, Emilio Garcia. La dimensión política de la responsabilidad penal de los adolescentes en América Latina: Nota para la construcción de una modesta utopia.

PEREIRA, Armando Joaquim Alves. Instituto da Guarda da Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores do Ministério da Justiça – Revista janeiro-março, 94.5. Lisboa-Portugal.

REVISTA DO ESMESC. Florianópolis: Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, v. 4, n. 5, 1998.

SEDA, Edson. *Comentário ao Processo de Reforma Legislativa no Brasil. Infancia, ley y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Depalma. 1998.

SOLARI, Ubaldino Calvento. *Legislación atinente a la niñez en las Américas*. Buenos Aires: Depalma, INN-Instituto Interamericano del Niño – OEA-Organización de los Estados Americanos, 1995.

TERRA, Sylvia Helena. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a imputabilidade penal. São Paulo: ABONG. *Adolescência – Ato Infracional & Cidadania*. [s.d.]

* Hélia Barbosa é Defensora Pública e doutoranda em Ciências Jurídicas.

Repensando a violência: a construção de um novo olhar

*Patrícia Portela**

*Ruy Pavan***

Distante da violência banalizada pelas antenas de TV e páginas de jornal, que acabam transformando o nosso dia-a-dia em cenas de um filme de guerra, terror e medo, entre assaltos, homicídios e latrocínios contra homens, mulheres e crianças, há uma violência tão daninha quanto essa ou talvez ainda mais perversa, que aos poucos vai minando, agredindo e insultando a pessoa, ao negar sua condição básica: a de ser humano sujeito de direitos.

Estamos falando da violência à cidadania, da falta de profissionais nas unidades de saúde na hora em que a mulher vai parir o seu filho, ou da criança que não consegue alcançar sequer o primeiro ano de vida; da escola que não acolhe o aluno e do professor que não está na sala de aula enquanto a criança o espera na esperança de construir uma vida um pouco melhor do que aquela que lhes foi legada por seus pais; da violência que é o pai de família desempregado porque não há mais espaço no mercado de trabalho, enfim, das violências cotidianas que atingem milhões de brasileiros e brasileiras de norte a sul do País.

Violência também é aquela praticada por homens públicos quando optam por investir o dinheiro, recolhido com os impostos pagos pela população, no pagamento de dívidas bancárias internacionais quase imensuráveis, ao invés de aplicar mais recursos para suprir as necessidades básicas das pessoas, ampliando e qualificando os serviços de saúde, educação e bem-estar social. A violência nesse sentido ocorre desde o momento em que são planejados os gastos dos recursos até a exe-

cução das políticas e programas públicos, quando, muitas vezes, percebemos que milhões de reais são desviados do seu caminho para engordar os cofres de pessoas e empresas participantes de uma pequena elite nacional.

Se focarmos a nossa análise nas crianças e adolescentes, perceberemos que essas violências são ainda mais gritantes, pois diferente dos adultos, meninos e meninas ainda não dispõem de instrumentos e maturidade suficientes para exigir seus próprios direitos previstos na Constituição Federal e reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao debruçarmos nossa análise sobre a Bahia, notamos que algumas violências nessa área estão impedindo que leis saiam do papel e se torne realidade para 5,3 milhões de crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, residentes no Estado. Considerando que 52,3% das crianças baianas de 0 a 14 anos se encontram nas famílias que têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2000), podemos ter uma idéia da realidade socioeconômica que eles estão inseridos. São crianças e jovens vivendo um “mal-estar” social constante, muito ainda nem conseguiram ingressar na escola e outros tantos carregam em seus ombros a dura tarefa de complementar a parca renda familiar no final do mês, sofrendo as mais variadas formas de exploração. Do trabalho infantil ao abuso sexual.

“Faço ousadia com adulto por 50 centavos”, declarou calmamente uma menina de 9 anos de idade, moradora da periferia de uma cidade da região

do Baixo Sul da Bahia, ao repórter que a entrevistava para um programa da TV Cultura de São Paulo. A ousadia que ela se referia era o sexo oral praticado com pessoas adultas para levar uns trocados para casa. Cenas semelhantes podem ser vistas em vários pontos do Estado, tanto na capital como no interior. É essa violência brutal e vergonhosa que precisamos enfrentar para acabá-la de uma vez e não escondê-la debaixo do tapete de uma sociedade envergonhada.

Somente no ano de 1999, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan acolheu 57 vítimas de abuso e exploração sexual em Salvador. No ano 2000, foram acolhidas 48 vítimas. Se acrescentarmos a esses dados outras 70 crianças vítimas de maus tratos, 84 de espancamento, 15 de lesões corporais e mais 44 vítimas de negligências (CEDECA, 1999/2000) têm um triste retrato da infância soteropolitana nos dias atuais. Somam-se a esses dados, as dificuldades de denunciar esses crimes e punir os agressores. “Sempre tive medo de contar pra minha mãe porque sabia que ela não iria acreditar em mim”, conta uma jovem de 18 anos, violentada sexualmente pelo vizinho dos 5 aos 11 anos de idade. São depoimentos, dados e informações que precisam se transformar em políticas públicas voltadas para a erradicação e a prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescente, para que suas vidas não se transformem em um grande pesadelo.

Se partirmos para a área de educação, apesar dos avanços registrados nos últimos anos, principalmente em relação ao ensino fundamental, ainda constataremos que muitas violências são cometidas. Enquanto o mundo todo fala da necessidade da educação infantil (0 a 6 anos) para que a criança tenha desenvolvimento motor, psíquico e social adequados, infelizmente, registramos na Bahia uma taxa de escolarização de crianças de 0 a 6 anos de idade de apenas 6,7% (IBGE, 2000). Ou seja, 93,3% das crianças só terão o primeiro contato com a escola a partir dos 7 anos de idade. A negação do direito à educação é também uma forma de violência. Assim como os outros indicadores sociais, quanto melhor a escolaridade e a renda dos pais, mais cedo eles vão garantir direitos a seus filhos.

A negação do direito à educação é também uma forma de violência.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI/2000) do Unicef, que considera indicadores de educação e saúde da criança e de seus pais, o Estado da Bahia ocupa a 25ª posição do País, com um IDI de 0,451, enquanto a média nacional é de 0,539. Quanto mais se aproximar do número 1, melhores serão os indicadores de qualidade de vida da criança.

No setor saúde, para cada grupo de 1000 crianças que nascem vivas, 49 morre na Bahia antes de completar um ano de idade, realidade essa que se contrapõe com a taxa de mortalidade infantil do Brasil que é de 36 mortes por mil nascidos vivos. Entretanto, a violência

começa antes mesmo do nascimento da criança, quando é negado à mãe o direito a uma gestação saudável, com um mínimo de 6 consultas de pré-natal. Cerca de 50% das gestantes baianas não fazem as seis consultas mínimas previstas pela Organização Mundial de Saúde e para a outra metade que tem acesso a esse tipo de serviço, a qualidade das consultas nem sempre atende aos requisitos básicos. De acordo com pesquisa realizada pelo Unicef em parceria com o Comitê Municipal de Mortalidade Materna e o Instituto de Saúde Coletiva, as complicações da gravidez e do aborto são as principais causas de óbitos maternos em Salvador. Os maiores coeficientes de mortalidade materna, superiores a 200 óbitos por 100.000 nascidos vivos, foram registrados nos Distritos Sanitários de Pau da Lima, Subúrbio Ferroviário e São Caetano/Valéria. A assistência ao parto também é precária, provocando mortes de mães e filhos que poderiam ser evitadas.

Outra violência que começa a ficar no centro das atenções da cooperação do Unicef com o Brasil, é a violência racial. A discriminação à qual negros e mestiços são submetidos diariamente em suas comunidades, locais de trabalho e nas políticas governamentais. Novamente a Bahia se destaca nesse cenário, com um grande contingente da população de afro-descendentes. Segundo dados do IBGE, em 1999, um terço da população brasileira se encontrava abaixo da linha de pobreza. Destes brasileiros, dois terços são pardos e negros. A escolaridade média da população adulta de brancos é de 6,6 anos, enquanto a dos negros é de 4,2

anos. Não é à toa que as possibilidades de um afro-descendente tornar-se juiz, médico, engenheiro ou acadêmico são muito mais remotas, com raras exceções que confirmam as regras. No Parlamento nacional, dos 513 deputados federais, apenas 25 são negros.

Enfrentando os desafios

Para enfrentar essas diversas formas de violência, algumas delas, invisíveis, podemos apontar alguns caminhos e saídas que organismos governamentais e não-governamentais têm percorrido na busca de soluções tanto na Bahia como no Brasil. Citamos, por exemplo, o esforço dos governos federal e estadual e da sociedade civil no sentido de erradicar o trabalho infantil nas zonas rural e urbana. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da Bahia já atende a 75 mil crianças de 7 a 14 anos, que antes eram exploradas na lavoura do sisal, nas pedreiras, olarias e na catação de lixo de 48 municípios baianos, oferecendo bolsa-escola e educação complementar. Trata-se de uma política compensatória para corrigir a violência que é roubar a infância de uma criança.

Em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, o Unicef, através do seu escritório de Salvador, iniciou em 1999 um projeto que visava tratar três temas que consideramos cruciais: o fim do trabalho infantil doméstico; a proteção do trabalho das adolescentes trabalhadoras domésticas e o enfrentamento da discriminação racial. Enfocando essas três vertentes, entendemos que estamos contribuindo com a redução dessas formas de violência.

Programas governamentais como o Agente Jovem (ensaio de programa de extensão da bolsa-escola para as pessoas acima de 15 anos, estimulando o trabalho comunitário); o Projeto Sentinela (combate à exploração sexual) e a bolsa-escola são também formas de enfrentamento da violência, procurando atuar nas causas do problema que são as desigualdades sociais, a pobreza e a necessida-

de de se obter uma renda mínima para a inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias, resgatando a dignidade humana dessas pessoas. Destacamos também o trabalho que tem sido desenvolvido pela sociedade civil junto aos jovens, procurando buscar alternativas viáveis para o desenvolvimento saudável desse segmento populacional, longe da violência, dos conflitos familiares, das drogas, da gravidez indesejada e da falta de oportunidades no campo da educação profissional e do mercado de trabalho.

Na Bahia, grupos de profissionais de diversas entidades têm discutido junto com os jovens questões que lhes dizem respeito diretamente, traçando caminhos possíveis e tentando impactar as políticas públicas desenhadas para crianças e adolescentes. Somente nos últimos anos, uma série de encontros e seminários têm aberto espaços para os adolescentes, educadores e profissionais especializados discutirem questões da juventude,

procurando desenhar projetos de vida individuais e coletivos. As respostas têm sido muito boas, com a criação de grupos e articulações de jovens entre si que se organizam em torno da melhoria da sua qualidade de vida e da sua comunidade. Esses garotos são fortes aliados para a construção de medidas e ações de combate à violência, devendo ser devidamente reconhecidos pelas políticas públicas. Ao contrário do que diz o senso comum, os jovens são muito mais vítimas do que protagonistas dos atos violentos registrados no País. A diferença é que quando ele é vítima, o fato passa despercebido, mas quando é protagonista, ocupa as manchetes dos jornais. E ainda há quem discuta o rebaixamento da idade penal como mecanismo para a redução da violência...

Duas outras instâncias têm trabalhado pela redução dos índices de violência em Salvador: o Fórum Comunitário da Combate à Violência e o Movimento Estado de Paz – Uma Ação pela Vida, conduzido por jornalistas e formadores de opinião. O primeiro engloba 130 instituições governamentais e não-governamentais - incluindo a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, Polícia

Na Bahia, grupos de profissionais de diversas entidades têm discutido junto com os jovens questões que lhes dizem respeito diretamente, traçando caminhos possíveis e tentando impactar as políticas públicas desenhadas para crianças e adolescentes.

Militar, Associações de Moradores, Universidade e outras –, e lida com a violência como um problema de saúde pública que precisa ser encarado pela sociedade e políticas públicas como tal. Já o Estado de Paz visa a mobilização da sociedade através da mídia, buscando alternativas para o enfrentamento da violência. Ambos trabalham de forma articulada e são agentes promotores de importantes debates e discussões em relação ao tema, abrindo o diálogo entre organizações sociais e poderes públicos. A idéia para o ano de 2001 é criar uma espécie de “observatório da violência” para medir os índices de atos violentos da cidade de Salvador. Os conselhos e comitês públicos também são espaços privilegiados para o debate e a busca de soluções, que precisam ser ocupados pelas pessoas e suas respectivas entidades. Acreditamos nessa fórmula simples, democrática e eficaz para definirmos metas e estratégias que podem minimizar as seqüelas da má distribuição de renda, da corrupção, desigualdade social e violência têm deixado no País.

Entendemos que é urgente buscar formas para reduzir as brutais desigualdades brasileiras, procurando alternativas possíveis para se alcançar um patamar mínimo de bem-estar social. Um dos caminhos seria, por exemplo, a discussão do imposto de renda negativo, ou seja, a concessão de uma renda mínima familiar para a maioria excluída da população brasileira. A parceria entre sociedade civil e governo é também uma estratégia fundamental para o enfrentamento da violência; entretanto, se faz necessário definir papéis para não dispersar as responsabilidades ou confundir a opinião pública. A população precisa saber onde e como recorrer para a efetivação de seus direitos fundamentais. Assim, estaremos consolidando uma democracia verdadeira no Brasil, baseada no Estado de Direitos. Como já disse o artista e mobilizador social Carlinhos Brown, “a paz começa com três refeições por dia”.

*Patrícia Portela é Oficial de Comunicação do Unicef.

**Ruy Pavan é coordenador do Unicef para os Estados da Bahia e Sergipe.

A atuação do Governo do Estado da Bahia no âmbito da Defensoria Pública

Entrevista concedida à *Bahia Análise & Dados** pela Dra. Mônica Kraychette, advogada e assessora técnica da Secretaria da Justiça do Estado da Bahia, responsável pela Assistência Judiciária à Criança e ao Adolescente – AJUCA. Essa entidade, instalada pela Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e sediada nos Centros Sociais Urbanos de Salvador, espécie de “clube” dos bairros carentes e periféricos, tem como objetivo a implementação de medidas educativas, recreativas, sanitárias e ambientais.

BA&D - Quando foi instalada a AJUCA?

R - A AJUCA começou a funcionar, inicialmente, em janeiro de 1992, no Centro Social Urbano da Caixa D'Água; em seguida, foi também instalada nos Centros Sociais Urbanos de Mussurunga, Narandiba, Liberdade e Vasco da Gama. Funcionando no turno da tarde, quatro dias por semana, esses centros oferecem às comunidades de baixa renda um atendimento gratuito, durante o qual podem ser pleiteados todos os direitos pertinentes à criança e ao adolescente.

BA&D - Qual o papel social da AJUCA – Assistência Jurídica à Criança e ao Adolescente?

R - A AJUCA presta consultoria jurídica gratuita, propondo e procedendo o ajuizamento, acompanhamento e conclusão de pedidos e ações decorrentes de direitos ligados à criança, adolescente e suas famílias carentes.

BA&D - A AJUCA atua predominantemente em que domínios?

R - O atendimento da AJUCA abrange casos de Separação, Divórcio, Investigação de Paternidade, Pensão Alimentícia, Retificação de Registros, Termo de Guarda e Responsabilidade, Termo de Tutoria, Alvará Judicial e Defesa de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência.

BA&D - Em Salvador, quais os locais onde a AJUCA presta assistência à população carente?

R - Os serviços são prestados no Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC da Liberdade, Centro Social Urbano de Narandiba e Centro Social Urbano de Mussurunga.

BA&D - Qual é o público-alvo atendido pela AJUCA?

R - O nosso público é constituído, concretamente, pela população pobre de Salvador e envolvem ações com menores de 21 anos.

BA&D - Na área da advocacia, que serviços a AJUCA proporciona?

R - Os serviços de advocacia da AJUCA se iniciam com a investigação preliminar do caso, passando pelo seu ajuizamento e acompanhamento, e se estendem até a conclusão das ações propostas, perante uma das Varas do Fórum da Comarca de Salvador.

BA&D - Quem faz os atendimentos da AJUCA?

R - O atendimento é feito por estagiários contratados pela Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, supervisionados e monitorados por assessores-técnicos/advogados dessa Instituição.

BA&D - Cite as Ações Judiciais mais freqüentes no âmbito da AJUCA.

R - Em primeiro lugar, estão as ações de alimentos, em razão do abandono praticado pelo genitor

em relação aos filhos, da baixa renda, do desemprego e da fragilidade da família carente. Também são muito freqüentes as investigações de paternidade, separações, divórcios, retificações de registros, guarda e responsabilidade, tutoria, alvarás judiciais, entre outros.

BA&D - *Há uma perspectiva de ampliação dos serviços prestados pela AJUCA a outras zonas carentes de Salvador?*

R - Será assinado, nos próximos dias, um protocolo de cooperação técnica entre o Ministério Público do Estado e a Secretaria da Justiça, para implantação de atendimento no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude – Pitangueiras/Brotas e na Penitenciária feminina de Mata Escura, visando atender às necessidades das internas na área cível, principalmente nas áreas de ação de alimentos e investigação de paternidade.

BA&D - *Por que surgiu essa necessidade?*

R - Muitas das internas dão a luz nas prisões, e não têm mais contato com os pais de seus filhos; geralmente, são abandonadas pelos seus companheiros, que não reconhecem a paternidade e, conseqüentemente, não prestam qualquer auxílio para a sobrevivência de seus filhos. Por outro lado, essas crianças só podem permanecer com as mães até a idade de um ano; por isso, torna-se necessário que essas crianças sejam acolhidas por seus pais, pelo menos em relação à sobrevivência física.

BA&D - *Há alguma avaliação estatística sobre os serviços prestados pela AJUCA?*

R - Em 2000, foram atendidas 6.550 pessoas, nos Centros Sociais Urbanos da Liberdade, Mussurunga, Narandiba. Dentre os casos de atendimento, 40% eram acordos extraconjugais; nesse mesmo ano, foram ajuizadas 327 Ações Judiciais.

BA&D - *E no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes?*

R - Não se dispõe ainda dos dados estatísticos concernentes à faixa etária das crianças e adolescentes atendidas e beneficiadas pela AJUCA. Contudo, pode-se afirmar que os serviços jurídicos gratuitos assistem as crianças e adolescentes de 0 a 6 anos (70%) e de 15 a 21 em (30%).

Se confrontarmos os relatórios dos anos de 1999 e 2000, verificaremos um significativo aumento dos dados da assistência jurídica prestada à população carente nessa faixa etária, decorrente, inclusive, da grande divulgação e da presteza do serviço.

Os serviços realizados beneficiaram 6.032 crianças e adolescentes, conscientizando-os e garantindo-lhes os seus direitos.

Em resumo, a Assistência Jurídica à Criança e ao Adolescente, desde a sua criação em 1992, diligenciou mais de 1300 ações judiciais.

BA&D - *Há também dados estatísticos disponíveis sobre os demais serviços?*

R - Durante o ano de 2000, foram realizadas 174 audiências de conciliação, instrução e julgamento de processos, que podem ser discriminados da seguinte forma:

- Divórcios consensuais - 43
- Divórcios litigiosos - 28
- Alimentos - 72
- Oferta de alimentos - 02
- Dissolução de sociedade de fato - 04
- Regulamentação de visitas - 03
- Separação consensual - 11
- Separação litigiosa - 02
- Investigação de paternidade - 05
- Separação de corpos - 02
- Busca e apreensão - 02

BA&D - *Na sua opinião, que novos casos de violência estão surgindo e merecem uma atenção especial da AJUCA?*

R - A medida que os índices de pobreza crescem, algumas ações se avolumam, principalmente o abandono de crianças. Porém, novos casos estão recrudescendo e aparecendo com freqüência, relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes.

BA&D - *A AJUCA mantém relações interinstitucionais?*

R - A AJUCA se relaciona com os seguintes órgãos: Comissão Interinstitucional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil na zona sisaleira; Conselho Curador da FUNDAC; Câmara Técnica de Proteção Especial do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual de Assistência Social.

Entrevista concedida a
Cristina Maria Teixeira Campello,
mestre em Ciências Humanas
e assessora técnica da Fundação
Luís Eduardo Magalhães.

O estado atual do mercado de trabalho juvenil da cidade de Salvador

Wilson F. Menezes
*José Carrera-Fernandez**

Introdução

A inserção do jovem no mercado de trabalho tem se caracterizado como problemática no mundo inteiro. Por isso mesmo, essa inserção vem se constituindo em um campo de preocupação especial para organismos governamentais e não-governamentais. Esse tipo de trabalho enfrenta inúmeras dificuldades, na medida em que se trata de uma mão-de-obra ainda sem as condições de qualificação e informação exigidas pelo mercado de trabalho. Dessa maneira, fica a juventude, em decorrência de uma necessidade pessoal ou familiar, exposta a muitas formas de exploração, as quais se exteriorizam através de remunerações menos significativas, quando comparadas às de outros extratos etários, e de jornadas de trabalho extensivas e árduas.

A questão do trabalho juvenil é muito complexa por envolver inúmeros fatores sociais e econômicos, além de individuais e familiares. Políticas voltadas à regulação do trabalho juvenil fazem-se necessárias, mas a implementação adequada dessas políticas exige que se conheça em profundidade a natureza e a dimensão dessa problemática. Dessa forma, não se pode esquecer que o aumento do uso do trabalho juvenil acompanha as necessidades do capital em sua expansão acumulativa e transformação das suas formas de absorção da força de trabalho. Existe, portanto, uma simultaneidade do uso de mão-de-obra juvenil, por ser mais facilmente amoldável, com as recentes transformações técnicas e organizacionais que envolvem a economia mundial

desde meados dos anos 80. Com efeito, o aumento dos níveis de concorrência entre grandes empresas, alterando os padrões de regulação no plano internacional, tornando precárias as relações de trabalho através de terceirizações socialmente perversas, além das reduções dos gastos governamentais voltados para as áreas sociais, que vêm permitindo uma ampliação da utilização da mão-de-obra juvenil, como forma de redução dos custos na atividade econômica.

A presente análise objetiva apresentar o problema do trabalho juvenil em Salvador, com base nas informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)¹. Nesse contexto, coloca-se como primeira questão à idade dos jovens que trabalham. Foram incluídos na categoria jovens, todos os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, dividida em duas faixas etária: (i) adolescentes entre 15 e 17 anos, e (ii) jovens adultos entre 18 e 24 anos.

Este artigo contém, além da introdução, cinco partes. Na segunda, avançam-se algumas questões relacionadas à inserção do jovem no mercado de trabalho. Em seguida, estuda-se detidamente a situação ocupacional dos jovens em Salvador. Na quarta parte, é feita uma análise sobre a problemática do desemprego dessa força de trabalho. Na sequência, faz-se uma avaliação da formação dos rendimentos dos jovens ocupados. Finalmente, apresentam-se as conclusões, esperando que este trabalho sirva para subsidiar o setor público na formação de políticas, que visem melhorar a qualificação dessas pessoas, proporcionando condições ade-

quadas para que elas possam acompanhar a evolução e as transformações do mercado de trabalho.

Inserção do jovem no mercado de trabalho

Os dados da PED demonstram que o problema do trabalho juvenil em Salvador, diferentemente do trabalho da criança, deixa de ser um problema social meramente qualitativo, na medida em que o peso dessa participação torna-se compatível ao de outras faixas etárias. A Tabela 1 ajuda a esclarecer esse ponto. A taxa de participação dos jovens entre 15 e 24 anos é de 62,9%, quando essa taxa é de aproximadamente 60,7% para o conjunto da população em idade ativa de Salvador, de maneira que 47,1% das pessoas nessa faixa etária encontram-se inativas. A taxa de desemprego mostra-se bastante elevada (38,1%), quando a média para o mesmo período, em Salvador, foi de 24,6%; dessa forma 61,9% dos jovens em idade ativa encontram-se ocupados.

Tabela 1
Indicadores do mercado de trabalho
juvenil de Salvador

Indicador	Taxa	Indicador	Taxa
Taxa de participação	62,9	PIA ocupada	38,9
Taxa de ocupação	61,9	PIA desempregada	23,9
Taxa de desemprego	38,1	PIA inativa	37,2
Taxa de inatividade	37,1	TOTAL	100,0

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBA, Setras.

Dentre os jovens que se encontram em idade ativa tem-se que 38,9% são ocupados, 23,9% são desempregados e 37,2% são inativos. Considerando-se o total dos jovens desempregados, tem-se que 63,1% tiveram experiência anterior de trabalho e 36,9% delas procuram trabalho pela primeira vez. Essa condição de ter ou não experiência anterior de trabalho mostra-se diferenciada nas duas subfaixas etárias. Assim, dentre as pessoas que tiveram alguma experiência anterior de trabalho, apenas 15,5% encontram-se na faixa de 15 a 17 anos, enquanto os demais 84,5% pertencem à faixa etária de 18 a 24 anos. Por outro lado, dentre as pessoas com idade entre 15 e 17 anos, tem-se que 42,9% tiveram experiência anterior de trabalho, sendo que os demais (57,1%) buscam pela primeira vez uma inserção no mercado de trabalho. Entre os jovens adultos, com idade entre 18 e 24 anos, 69,1% tive-

ram experiência anterior de trabalho, enquanto que os demais (30,9%) procuram trabalho pela primeira vez.

Esse quadro global naturalmente esconde uma realidade muito desigual para aqueles que apenas iniciam uma nova etapa de suas vidas, mas se encontram, desde então, expostos a um mercado de trabalho que não poupa idade, sexo e raça, com seus padrões de exigência. Com auxílio da Tabela 2, algumas dessas desigualdades podem ser visualizadas segundo o sexo, a cor, faixas de escolaridades e faixas etárias dos jovens. Assim é que, considerando-se a população compreendida entre 15 e 24 anos, a taxa de participação é mais elevada para o homem (67,4%) que para a mulher (58,8%); por outro lado, as taxas de desemprego e de inatividade são menos elevadas para o homem que para a mulher (respectivamente 35,7% e 32,6% contra 40,5% e 41,2%).

Em relação à raça, tem-se que taxa de participação é inferior em 10,9 pontos percentuais para os brancos em relação aos negros. A taxa de desemprego é menor para os brancos (34,8%) em relação aos negros (38,7%), enquanto a taxa de inatividade é menor para os negros (35,1%) que para os brancos (46,0%). Os negros são, portanto, mais presentes no mercado de trabalho, mas também se encontram relativamente mais desempregados.

Em termos de escolaridade, tem-se que a taxa de participação é mais elevada para as pessoas que detêm pelo menos o segundo grau completo (75,4%), ficando a menor taxa de participação para aqueles que compõem a faixa do primeiro grau completo e segundo grau incompleto, em uma demonstração de que há uma escolha deliberada nessa faixa para a continuidade de uma escolaridade e qualificação, provavelmente porque é nessa faixa de escolaridade que se encontra a mais elevada taxa de desemprego (44,8%). Interessante notar que as mais baixas taxas de desemprego encontram-se nas faixas extremas de escolaridade, ou seja, analfabetos (31,1%) e segundo grau completo e mais (32,0%). Quanto à taxa de inatividade, tem-se a mais baixa para aqueles que compõem a faixa de escolaridade do segundo grau completo e mais (24,6%); em seguida estão os analfabetos (34,9%), os que possuem o primeiro grau incompleto (39,7%) e finalmente, os que possuem esco-

laridade entre o primeiro grau completo e o segundo grau incompleto (44,9%).

Ainda com o auxílio da Tabela 2, pode-se observar que a taxa de participação é mais elevada para as pessoas com idade entre 18 e 24 anos (74,7%) do que para aquelas com idade entre 15 e 17 anos (36,8%); essa grande diferença denota que a passagem do fim da adolescência para o início da idade adulta representa, efetivamente, um rito de passagem da inatividade para o mundo do trabalho, alterando de maneira significativa à forma e a qualidade da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Entretanto, uma elevada taxa de participação do jovem, sobretudo na faixa dos 18 aos 24 anos, não necessariamente se traduz em termos de ocupação, pois a taxa de desemprego apresenta-se elevada nos dois segmentos etários da juventude trabalhadora. Essa taxa mostra-se mais elevada (47,7%) para os adolescentes (com idade entre 15 e 17 anos) do que para os jovens adultos (35,9%). Segundo o sexo, a taxa de desemprego foi calculada em 40,5% para as mulheres jovens e 35,7% para os homens jovens. Quanto à raça, têm-se também taxas de desemprego bastante altas, ou seja, 38,7% para os negros e 34,8% para os brancos. Quando vista por faixa de escolaridade, a taxa de desem-

prego apresenta-se menos acentuada para os jovens analfabetos funcionais (com até dois anos de estudos formais) (31,1%) e para aqueles que possuem o segundo grau completo e mais (32,0%); essa é uma taxa superior à média encontrada para Salvador no mesmo período (23,2%).

Uma explicação para tão elevada taxa de participação do jovem pode ser encontrada no alargamento dessa faixa etária. Isso faz com que aumente o quantitativo de jovens no mercado de trabalho.

Como esse mercado não criou postos de trabalho suficientes para atender a demanda adicional, resultante desse alargamento, isso foi traduzido em elevação da taxa de desemprego, a despeito do aumento do nível de escolaridade dessas pessoas. A redução das oportunidades ocupacionais dos jovens passa a verificar-se, sobretudo na década de 90, nos setores tecnicamente mais modernos, fortalecendo o movimento de exclusão social até então verificado apenas nos setores tradicionais da economia.

A redução das oportunidades ocupacionais dos jovens passa a verificar-se, sobretudo na década de 90, nos setores tecnicamente mais modernos, fortalecendo o movimento de exclusão social até então verificado apenas nos setores tradicionais da economia.

Avaliação da situação ocupacional dos jovens

A população de ocupados na faixa dos 15 a 24 anos em Salvador, de acordo com os dados da PED, corresponde a 23,2% do conjunto global de ocupados. Esse percentual encontra-se distribuído: 3,6% para as pessoas na faixa dos 15 aos 17 anos e 19,6% para a faixa dos 18 aos 24 anos. A população jovem ocupada representa, portanto, um percentual global bastante significativo dos ocupados de Salvador, ou seja, quase 1/4 dos ocupados dessa cidade é constituído de pessoas jovens entre 15 e 24 anos. No que se refere ao sexo, tem-se

Tabela 2
Indicadores do mercado de trabalho juvenil de Salvador por sexo, cor, faixas de escolaridade e etárias

Especificação	Taxa de participação	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego	Taxa de inatividade
Sexo				
Mulher	58,8	59,5	40,5	41,2
Homem	67,4	64,3	35,7	32,6
Raça				
Negros	64,9	61,3	38,7	35,1
Brancos	54,0	65,2	34,8	46,0
Escolaridade				
Analfabetos	65,1	68,9	31,1	34,9
1º grau incompleto	60,7	59,6	40,4	39,7
1º grau completo e 2º grau incompleto	55,1	55,2	44,8	44,9
2º grau completo e mais	75,4	68,0	32,0	24,6
Faixas etárias				
15 a 17 anos	36,8	52,3	47,7	63,2
18 a 24 anos	74,7	64,1	35,9	25,3

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBA, Setras.

que 47,5% do total dos ocupados jovens são mulheres e 52,5% são homens; no quesito cor, observa-se que 83,2% dos jovens são negros e 16,7% são brancos. Considerando-se o total dos jovens ocupados, tem-se que a faixa etária com idade entre 15 e 17 anos representa 15,7%, enquanto a faixa entre 18 e 24 anos constitui 84,6% do total de jovens. Finalmente, quanto à posição na ocupação, 59,7% dos jovens trabalhadores são assalariados e 40,3% recebem através de outras formas de remuneração.

Escolaridade por sexo, cor, faixa etária e posição na ocupação

As faixas de escolaridade, desagregadas por sexo, permitem revelar que as mulheres mostram-se mais escolarizadas que os homens: grande parte delas possui o 2º grau completo e mais (35,6%), enquanto que a maior parte dos homens tem apenas 1º grau incompleto (37,4%), sendo que entre os analfabetos funcionais 54,7% são homens e 45,3% são mulheres.

O cruzamento da escolaridade segundo a cor mostra que, do total de analfabetos funcionais 93,5% dos adolescentes são negros e apenas 6,4% são brancos. Dentre os negros, a maioria tem 1º grau incompleto (37,6%), enquanto que a maioria dos brancos (55,5%) tem 2º grau completo e mais. O percentual de brancos com 2º grau completo e mais representa mais do dobro em relação aos negros nessa mesma condição de escolaridade (25,4%).

Classificando-se a população de ocupados entre 15 e 24 anos em duas faixas de 15 a 17 e de 18 a 24 anos, tem-se que a maioria encontra-se na segunda faixa (84,6%). Isso porque é a partir dos 18 anos que os jovens inserem-se, efetivamente, no mercado de trabalho. Quanto à escolaridade, observou-se que a maioria dos adolescentes de 15 a 17 anos tem 1º grau incompleto (53,3%); já entre 18 e 24 anos, uma grande parte detém o 2º grau completo e mais (35,7%). Essas pessoas são seguidas

de perto pelas que têm apenas o 1º grau incompleto (30,9%).

Do total de adolescentes, 59,7% são assalariados e 40,3% são não assalariados. Tomando-se as posições de assalariados e não assalariados em relação à escolaridade, a maioria dos assalariados possui 2º grau completo e mais (42,8%), enquanto que a maior parte dos não assalariados tem 1º grau incompleto (47,0%). Dentre os que têm maior número de anos de estudos 84,10% são assalariados, e entre os analfabetos funcionais 69,3% são não assalariados.

A Tabela 3 oferece uma possibilidade de comparação dos níveis de escolaridade entre a população jovem ocupada e o total de ocupados de Salvador. Percebe-se assim que as mulheres jovens mostram-se menos analfabetas que o total de mulheres da Cidade do Salvador. No outro extremo de escolaridade, tem-se que o percentual de mulheres jovens com segundo grau completo e mais (35,6%) é menor que o percentual do total de mulheres ocupadas em Salvador, na mesma condição de escolaridade. As mulheres jovens mostram-se assim, ao mesmo tempo, menos analfabetas e menos escolarizadas em relação ao total de mulheres ocupadas em Salvador. Apesar do menor nível de analfabetismo, esse números mostram que a escolaridade das mulheres jovens não chega a alcançar o padrão já verificado pelas mulheres de Salvador como um todo.

Em comparação às mulheres, os homens mostram uma realidade distinta, ou seja, a proporção de jovens analfabetos do sexo masculino é similar à dos homens analfabetos do total de ocupados de Salvador. Entretanto, a participação desses jovens mostra-se mais freqüente nas duas faixas centrais

Tabela 3
Escolaridade dos ocupados de Salvador por sexo, raça e faixa etária

Especificação	Analfabetos funcionais		1º grau incompleto		1º grau compl. e 2º grau incompleto		2º grau completo e mais	
	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total
Sexo								
Mulher	12,5	14,5	31,0	23,0	20,9	13,5	35,6	49,0
Homem	13,6	14,7	37,4	27,1	23,3	17,2	25,7	41,0
Raça								
Negros	14,7	17,1	37,6	28,7	22,4	16,4	25,4	37,7
Brancos	5,0	5,3	18,3	11,7	21,2	11,8	55,5	71,3

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBa, Setras.

de escolaridade e menos na última faixa de escolaridade (Cf. Tabela 3). A distribuição racial em termos de escolaridade é praticamente a mesma, quando comparados os ocupados negros e brancos jovens com o total de negros e brancos ocupados de Salvador.

Horas semanais de trabalho

Considerando-se a variável “horas semanais de trabalho”, pela ótica do sexo, percebe-se que essas horas são bastante equitativas entre as três faixas consideradas (1 a 20 h, 21 a 44 h e 44 h e mais). Dentre os que estão na segunda e terceira faixas, os homens trabalham mais horas que as mulheres (55,2% e 52,4% respectivamente), enquanto que na primeira faixa as mulheres são maioria (52,6%). Em pesquisa recente, percebe-se que a mulher, relativamente ao homem, trabalha menor quantidade de horas semanais, porém ela aparece proporcionalmente mais em uma ocupação adicional, de forma que trabalhar menos horas no trabalho principal (campo de observação desta pesquisa), não necessariamente significa trabalhar menos no conjunto das ocupações, isso porque as mulheres exercem relativamente mais uma ocupação adicional.

Quando relacionada com a cor, o número de horas mostra que os negros trabalham mais que os brancos, sendo que a maioria dos negros trabalha mais de 44 h (46,6%) e a maioria dos brancos de 21 a 44 h (47,4%).

Na faixa de horas semanais de trabalho de até 20 horas, encontram-se mais presentes os jovens com 2º grau completo e mais (37,7%); na faixa entre 21 e 44 horas semanais de trabalho, a maior frequência é também de jovens com 2º grau completo. Entretanto, aqueles que trabalham mais de 44 horas semanais possuem, preferencialmente, o 1º grau incompleto.

Por outro lado, dentre os jovens analfabetos, 60,1% trabalham mais de 44 horas semanais; nessa mesma condição de jornada de trabalho também se encontram 56,0% dos que possuem o 1º grau incom-

pleto e 39,7% dos jovens com escolaridade entre o 1º grau completo e o 2º grau incompleto. Dentre os jovens que possuem o 2º grau completo e mais, 51,9% trabalham entre 21 e 44 horas por semana. É bom lembrar que é nessa última faixa de escolaridade que se enquadram os estagiários, posição característica de estudantes dentro das ocupações.

Ao relacionar-se as horas semanais de trabalho com a posição na ocupação (assalariados, domésticos, conta-própria), constata-se que grande parte

dos assalariados (45,8%) trabalha na faixa de 21 a 44 h. A maioria dos domésticos trabalha mais de 44 h (76,1%), enquanto os conta-própria distribuem-se mais igualmente entre as três faixas estabelecidas, sendo que, no total de ocupados que trabalham até 20 h, eles representam 29,7%. Cruzando-se as horas semanais de trabalho com as faixas de idade, pode-se observar que 86,3% do total de adolescentes, que trabalham maior número de horas têm entre 18 e 24 anos.

As alternativas ocupacionais mais comuns entre os jovens são, grosso modo, bastante precárias, ou seja, trata-se de ocupações que não exigem níveis elevados de qualificação, mas que vêm sendo preenchidas por pessoas com alguma escolaridade formal.

Principais ocupações dos jovens

As alternativas ocupacionais mais comuns entre os jovens são, grosso modo, bastante precárias, ou seja, trata-se de ocupações que não exigem níveis elevados de qualificação, mas que vêm sendo preenchidas por pessoas com alguma escolaridade formal. Isso acontece em virtude do crescente movimento da escolaridade, sobretudo daquela referente à faixa dos 18 aos 24 anos. O número reduzido de ocupações absorvedoras de trabalhadores jovens faz com que se verifique uma intensificação da concorrência entre essas pessoas, fazendo até mesmo com que cresçam formas discriminadoras nesse segmento do mercado de trabalho.

A Tabela 4 mostra os dez principais grupos de ocupação que são exercidas pelos jovens em Salvador. Essas ocupações representam 68,8% do total das ocupações de jovens em Salvador. O grupo de empregados domésticos é o principal (20,5%). Nesse grupo, estão as cozinheiras, faxineiras, passadeiras, babás, acompanhantes de idosos, lavadeiras, jardineiros, motoristas, que exercem seu

trabalho no âmbito dos domicílios. Os estagiários são o segundo grupo com 10,0% dos jovens. Nesta categoria, incluem-se todos os estagiários de nível médio e superior, além do grupo de aprendiz, que engloba o trabalho de adolescentes em oficinas, ONGs, associações comunitárias, etc. Essa observação fica fortalecida quando se sabe que, nos últimos anos, vem crescendo o número de empresas que contratam jovens universitários com jornada semanal de 36 a 48 h, para que exerçam as mais diversas funções, na categoria de estagiários, o que reduz o custo com empregados.

Os vendedores de jornais, revistas etc. vêm em terceiro lugar (6,6%), seguidos dos serventes de pedreiros e trabalhadores braçais (6,3%) e dos vendedores ambulantes (5,0%), dos quais fazem parte os

Tabela 4
Principais ocupações dos jovens de Salvador

Ocupações	Percentual
1. Domésticos	20,5
2. Estagiários	10,0
3. Vendedores	6,6
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	6,3
5. Vendedor ambulante	5,0
6. Copeiro, garçom, atendente de bar e lanchonete	4,6
7. Balconista no comércio	4,4
8. Auxiliar de escritório	4,3
9. Caixa e auxiliar de contabilidade	3,6
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	3,5
Total	68,8

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBa, Setras.

Tabela 5
Faixas de escolaridade por grupos de ocupação dos jovens de Salvador

Ocupações	Analfabeto funcional	1º grau incompleto	1º grau completo e 2º grau incompleto	2º grau completo e mais
1. Domésticos	28,8	54,5	14,0	2,7
2. Estagiários	0,7	4,5	31,2	63,5
3. Vendedores	6,9	28,5	27,4	37,1
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	35,2	50,8	11,5	2,5
5. Vendedor ambulante	26,6	47,9	18,7	6,8
6. Copeiro, garçom, atendente de bar lanchonete	9,8	47,8	32,9	9,5
7. Balconista no comércio	6,7	35,5	30,3	27,5
8. Auxiliar de escritório	0,8	7,0	21,9	70,4
9. Caixa/auxiliar de contabilidade	1,6	10,5	25,0	63,0
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	17,3	55,1	23,5	4,1

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBa, Setras.

baleiros, fruteiros, bilheteiros, feirantes, vendedores de cosméticos, etc. Os outros grupos ocupacionais, compreendendo copeiros, balconistas no comércio, auxiliares de escritório, caixas e faxineiros, completam o conjunto das dez principais ocupações.

A Tabela 5 apresenta as faixas de escolaridade por grupos de ocupações dos jovens na Cidade do Salvador. Fica evidenciado que os jovens com menor número de anos de estudo ocupam as posições de trabalho mais precárias, como serventes de pedreiro e trabalhador braçal e serviços domésticos, enquanto que os que têm maior número de anos de estudos estão alocados em outras posições, tais como auxiliares de escritório, estagiários e caixas. No quesito sexo, as mulheres são maioria nos serviços domésticos, estagiários, auxiliares de escritório, caixas e auxiliares de contabilidade; os homens aparecem mais freqüentemente entre os vendedores, trabalhadores braçais, vendedores ambulantes, garçons e atendentes de bar e lanchonete, balconista no comércio e faxineiros. Vale salientar que 98,2% dos trabalhadores jovens domésticos são mulheres e 99,0% dos trabalhadores braçais jovens são homens.

Observando-se os principais grupos ocupacionais em uma perspectiva da cor (Tabela 6), fica evidenciado que os jovens negros, por disporem de escolaridade menos elevada, ocupam os postos de trabalho mais precários (trabalhadores braçais, faxineiros, domésticos e vendedores ambulantes); por sua vez, os brancos inserem-se como estagiários, auxiliares de escritório, auxiliares de contabilidade. O único grupo de ocupação em que há um equilíbrio com a composição étnica da cidade é o de balconista no comércio, no qual os jovens alocados têm entre 1º grau incompleto e 1º grau completo, indicando que, de modo geral, o mercado de trabalho reflete uma exclusão social anterior, diretamente ligada ao acesso da criança à escola.

Tabela 6
Principais ocupações dos jovens de Salvador por cor

Ocupações	Negros	Brancos
1. Domésticos	92,8	7,1
2. Estagiários	67,2	32,7
3. Vendedores	75,4	24,5
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	94,2	5,8
5. Vendedor ambulante	90,6	9,2
6. Copeiro, garçom, atendente de bar e lanchonete	86,7	13,3
7. Balconista no comércio	79,3	20,3
8. Auxiliar de escritório	72,5	27,4
9. Caixa/auxiliar de contabilidade	74,8	25,2
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	93,10	6,9

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBA, Setras.

Rendimentos dos ocupados jovens

A distribuição da renda dos jovens de Salvador encontra-se em um quadro de acentuada desigualdade. Essa desigualdade distributiva, como pode ser vista na Tabela 7, aparece tanto entre as faixas etárias selecionadas, como em termos de posição na ocupação, níveis de escolaridade, sexo e cor. Uma leitura dessa tabela permite verificar que, à medida que os jovens pulam da condição de adolescentes para a condição de jovens adultos, reduz-se à participação relativa na faixa de rendimentos que ganha até um salário mínimo; mesmo assim, é forte a participação dos jovens adultos nessa faixa de rendimentos (46,0%). Tem-se ainda que 22,4% dos jovens adultos recebem mais de dois salários mínimos, quando para os adolescentes esse percentual é de apenas 1,9%.

Ainda analisando a Tabela 7, percebe-se que os não assalariados encontram-se mais concentrados na faixa de rendimentos de até um salário mínimo (76,3%), enquanto que os assalariados aparecem mais distribuídos nas faixas de rendimentos, de maneira que 25,9% deles ganham mais de dois salários mínimos, contra apenas 9,3% dos não assalariados.

Em termos de escolaridade, fica nítida a contribuição dessa variável nos rendimentos dos jovens trabalhadores. O percentual de jovens apresenta-se decrescente à medida que o nível de escolaridade se eleva, ou seja, 77,2% dos analfabetos funcionais (com até dois anos de estudos formais) recebem

até um salário mínimo. Para aqueles que têm o primeiro grau incompleto, esse percentual diminui para 67,7%; para os que detêm um nível de escolaridade entre o primeiro grau completo e o segundo incompleto, esse percentual passa para 53,1%; e para os que conseguiram completar o segundo grau ou mesmo alcançaram um nível superior de escolaridade, o percentual que ganha até um salário mínimo é de 24,3%.

O sexo e a cor também são atributos que evidenciam desigualdade distributiva. Assim é que, enquanto 61,5% das jovens mulheres ganham até um salário mínimo, esse percentual é de 44,6% para os jovens do sexo masculino. No extremo oposto dos rendimentos, faixa dos que recebem mais de dois salários mínimos, a situação se inverte, ou seja, o percentual das mulheres (14,7%) é inferior ao percentual de homens (23,4%). Tem-se assim uma situação socialmente desfavorável para as jovens mulheres, pois apesar de serem mais escolarizadas, elas se encontram mais desempregadas e recebem menos que os homens.

Tabela 7
Faixas de rendimento dos jovens de Salvador por algumas atributos pessoais

Especificação	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Faixas etárias			
Adolescentes (15 a 17 anos)	88,6	9,5	1,9
Jovens Adultos (18 a 24 anos)	46,0	21,5	22,4
Posição na ocupação			
Assalariado	36,8	37,4	25,9
Não assalariado	76,3	14,4	9,3
Faixas de escolaridade			
Analfabetos funcionais	77,2	19,0	3,8
1º grau incompleto	67,7	24,8	7,5
1º grau completo e 2º grau incompleto	53,1	31,5	15,4
2º grau completo e mais	24,3	33,2	42,5
Sexo			
Mulher	61,5	23,8	14,7
Homem	44,6	32,0	23,4
Cor			
Negro	56,0	28,2	15,8
Branco	36,2	27,6	36,2

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBA, Setras.

Quanto ao atributo cor, tem-se que os jovens negros ganham relativamente menos que os jovens brancos. Tem-se assim um percentual de jovens negros na faixa de rendimentos de até um salário

mínimo (56,0%) mais elevado que o percentual de jovens brancos na mesma faixa de rendimentos (36,2%); na faixa mais elevada de rendimentos, esses percentuais também se invertem, ou seja, dentre os jovens negros apenas 15,8% ganham dois ou mais salários mínimos, quando esse percentual é de 36,2% para os jovens brancos.

Uma análise do desemprego juvenil

Desemprego e precariedade das condições de trabalho encontram-se bastante presentes no trabalho juvenil de Salvador. De um lado, cresce o número de postos de trabalho em tempo parcial, temporário e/ou por tempo determinado para os jovens; do outro, aparece também o desemprego impondo uma sistemática perversa de regulação do mercado de trabalho dessas pessoas. Como será apresentado nesta parte do trabalho, esse desemprego aflige esse contingente de trabalhadores de maneira muito desigual. Ele é mais acentuado para os menos escolarizados, para as mulheres e para os negros. Por outro lado, a duração do desemprego mostra-se bastante elevada e diferenciada, segundo os atributos pessoais dessa população. Por fim, as formas de sobrevivência mostram-se dentro de perfis bastante heterogêneos, segundo esses mesmos atributos.

Escolaridade dos desempregados jovens

A composição das mulheres desempregadas segundo a escolaridade apresenta, relativamente aos homens na mesma condição, um perfil mais concentrado no nível mais elevado de educação formal, ou seja, na faixa do segundo grau completo e mais (Tabela 8). Para os homens desempregados, a maior concentração encontra-se na faixa do primeiro grau incompleto.

Desemprego e precariedade das condições de trabalho encontram-se bastante presentes no trabalho juvenil de Salvador.

Quanto à raça, tem-se que a escolaridade dos negros desempregados encontra-se mais concentrada na faixa do primeiro grau incompleto (36,0%); os brancos figuram mais na faixa do segundo grau completo e mais (53,1%); em contrapartida, nessa faixa, estão presentes apenas 25,4% dos negros.

Os adolescentes encontram-se fundamentalmente na faixa de escolaridade referente ao primeiro grau incompleto, ficando, como era de se esperar para essa faixa etária, apenas 1,9% na faixa do se-

gundo grau completo e mais. Os jovens adultos (entre 18 e 24 anos) ficam mais uniformemente distribuídos nas faixas de escolaridade, mesmo assim 8,5% são analfabetos funcionais.

Duração do desemprego jovem

De acordo com a Tabela 9, o tempo médio de desemprego dos jovens mostra-se elevado (10,9 meses), porém muito inferior ao tempo médio do conjunto da população desempregada de Salvador, que é de 20,1 meses; da mesma forma, a variação do desemprego da população jovem mostra-se muito próxima da média (12,8 meses), enquanto que para o total da população o desvio em torno da média é muito mais elevado (30 meses).

O tempo de desemprego do jovem adulto (11,5 meses) mostra-se maior que o tempo de desemprego do adolescente (7,7 meses). Visto por sexo, o tempo de desemprego dos homens (10,2 meses) é

Tabela 8
Escolaridade dos desempregados jovens de Salvador
segundo o sexo, a raça e a faixa etária

Especificação	Analfabetos funcionais		1º grau incompleto		1º grau compl. e 2º grau incompleto		2º grau completo e mais	
	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total
Sexo								
Mulher	6,5	10,9	32,4	29,4	32,0	23,9	29,2	35,8
Homem	13,1	17,8	43,8	38,0	26,3	21,7	16,8	22,5
Raça								
Negros	10,7	15,6	40,7	36,0	29,2	23,0	19,4	25,4
Brancos	3,4	8,1	20,7	18,6	29,7	22,1	46,1	53,1
Faixas etárias								
15 a 17 anos	13,5	13,5	56,8	56,8	27,9	27,9	1,9	1,9
18 a 24 anos	8,5	8,5	32,2	32,2	29,7	29,7	29,6	29,6

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBA, Setras.

menos elevado que o das mulheres (11,5 meses); além disso, a variação desse tempo em torno da média é mais elevada para as mulheres (13,5 meses) que para os homens (11,9 meses). O tempo de desemprego dos jovens, homens ou mulheres, é, no entanto, bastante inferior ao tempo de desemprego da população como um todo (22,8 meses).

O tempo de desemprego do jovem negro (10,9 meses) é relativamente igual ao do jovem branco (11,1 meses), mas, tanto para jovens negros quanto para jovens brancos, esse tempo de desemprego é muito inferior quando comparado ao tempo de desemprego de negros (20,1 meses) e brancos (20,3 meses) da população como um todo. Segundo a escolaridade, o tempo médio de desemprego é relativamente o mesmo para todas as faixas, o que não acontece para a população de Salvador como um todo; entretanto, relativamente a essa população, esse tempo de desemprego apresenta-se bastante inferior.

A Tabela 10 mostra que o desemprego de curto e longo prazo foi, no período analisado, praticamente o mesmo para as mulheres e para os homens. Entretanto, quando visto pelo ângulo da raça, percebe-se um desequilíbrio no desemprego entre negros e brancos, pois os negros, compondo 80,0% da população da RMS, registraram 86,3% do desemprego de curto prazo e 85,6% do desemprego de médio prazo.

Tabela 9
Tempo médio e desvio padrão de desemprego dos jovens em Salvador (em meses)

Especificação	Tempo de desemprego jovem	Desvio Padrão	Tempo de desemprego pop total	Desvio padrão
População Jovem	10,9	12,8	20,1	30,0
Faixas etárias				
15 a 17 anos	7,7	9,5		
18 a 24 anos	11,5	13,2		
Sexo				
Mulher	11,5	13,5	22,8	34,0
Homem	10,2	11,9	17,3	24,5
Cor				
Negros	10,9	12,8	20,1	29,8
Brancos	11,1	12,5	20,3	30,9
Escolaridade				
Analfabetos	10,0	13,4	22,2	36,5
1º grau incompleto	10,7	13,0	18,4	28,4
1º grau completo e 2º grau incompleto	11,7	13,0	19,4	27,1
2º grau completo e mais	10,8	11,7	21,5	29,8

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBa, Setras.

Tabela 10
Proporção dos desempregados jovens de Salvador de curto e médios prazos por sexo, cor e faixas de escolaridade e etárias

Especificação	População Jovem		
	Curto prazo (até 3 meses)	Médio prazo (+ de 3 meses)	Média
Sexo			
Mulheres	48,4	51,8	50,6
Homens	51,6	48,2	49,4
Raça			
Negros	86,3	85,6	85,9
Brancos	13,7	14,4	14,1
Escolaridade			
Analfabetos	13,0	10,3	11,2
1º grau incompleto	42,5	39,0	40,1
1º grau completo e 2º grau incompleto	21,6	26,1	24,6
2º grau completo e mais	23,0	24,6	24,1
Faixas etárias			
15 a 17 anos	19,2	13,7	15,5
18 a 24 anos	80,8	86,8	84,5

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBa, Setras.

Em relação à escolaridade, pode-se observar que os mais elevados percentuais de desemprego de curto (42,5%) e médio (39,0%) prazos encontram-se na faixa do primeiro grau incompleto, enquanto os menores percentuais de desemprego de curto e médio prazo pertencem aos analfabetos, ou seja, parece existir uma maior rotação das pessoas que compõem essa faixa de escolaridade no desemprego. Pode-se ainda observar que o percentual de pessoas na condição de desemprego de curtos e

médios prazos é decrescente com o aumento do nível de escolaridade, excetuando-se os analfabetos que mostraram um percentual de desempregados inferior à média.

Formas de sobrevivência do jovem desempregado

As formas de sobrevivência dos jovens desempregados revelam algumas diferenças essenciais, que estão estruturalmente presentes na realidade da Cidade do Salvador. Em pri-

meio lugar, é interessante notar que as principais formas de sobrevivência dos jovens desempregados evidenciam situações não institucionalizadas. Na análise que se segue, é preciso chamar atenção para a soma dos percentuais que ultrapassam os 100,0%, isso porque cada indivíduo desempregado, que responde o questionário, tem direito a apontar duas dentre as possibilidades oferecidas. A Tabela 11 ajuda a esclarecer esse ponto.

Assim, 67,1% dos jovens desempregados usam o auxílio de familiares que trabalham, 54,2% recebem ajuda de parentes e 21,4% sobrevivem por meio de trabalhos irregulares. Com percentuais bem inferiores aparecem as opções mais formalizadas, tais como seguro desemprego (0,9%), FGTS (0,7%) e aposentadorias e pensões, meios utilizados por apenas 0,3% dos jovens desempregados.

Em segundo lugar, percebe-se que as formas de sobrevivência menos institucionalizadas encontram-se mais presentes nas populações jovens feminina, negra e menos escolarizada, embora, proporcionalmente ao peso relativo que possuem na população como um todo, os indivíduos negros utilizem muito mais o seguro desemprego (87,0%) e mesmo o FGTS (82,4%). Vale destacar ainda que os adolescentes (com idade entre 15 e 17 anos) usam mais os expedientes familiares e trabalhos irregulares; os jovens adultos usam mais as opções formalizadas (FGTS, seguro desemprego e apo-

sentadorias e pensões). Entretanto, em virtude do peso relativo das opções de sobrevivência, pode-se concluir que o grosso dos jovens desempregados encontra os mecanismos mais frequentes de sobrevivência, na informalidade do seio familiar e na do trabalho irregular.

Determinantes dos rendimentos dos jovens

Em busca de um melhor entendimento a respeito da participação dos jovens no mercado de trabalho de Salvador, passa-se a analisar os principais determinantes dos seus rendimentos. Para tanto, fez-se uso de um modelo linear nos logaritmos e utilizou-se uma base expandida que considera informações no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2000. Além de ser o modelo que melhor se ajustou aos dados, ele permite estimativas diretas das elasticidades da renda do trabalho em relação às variáveis contínuas. Dessa forma, considerou-se o logaritmo da renda do trabalho principal (LR_i) em reais, em função de um conjunto de variáveis explicativas contínuas e binárias. As variáveis contínuas consideradas, todas logaritimadas, foram escolaridade ($LEsc_i$), esforço aplicado ao trabalho ($LEsf_i$), medido em horas mensais de trabalho, idade em anos ($LIda_i$), experiência² ($LExp_i$) e estabilidade no emprego³ ($LEst_i$), todas medidas em anos. As variáveis binárias (qualitativas) utilizadas foram

cor (C_i), posição familiar (P_i) e número de filhos menores (F_i); essas variáveis assumem o valor um, quando o jovem é respectivamente de cor branca, chefe de família e tem filho menor. Essas variáveis assumem o valor zero quando o jovem é de cor negra, não é chefe de família e não tem filho menor, respectivamente⁴. Assim, o modelo utilizado pode ser especificado da seguinte forma:

$$LR_i = \alpha + \beta_1 LEsc_i + \beta_2 LEsf_i + \beta_3 LIda_i + \beta_4 LExp_i + \beta_5 LEst_i + \beta_6 C_i + \beta_7 P_i + \beta_8 F_i + \epsilon_i \quad (4.1)$$

Tabela 11
Formas de sobrevivência dos jovens desempregados

Especificação	Fam. q trabalh	Ajuda parente	Trab. irregul	FGTS	Seguro desemp	Apos. e pension	Outros meios
% dos desempregados	67,1	54,2	21,4	0,7	0,9	0,3	2,2
Sexo							
Mulher	55,1	53,9	32,3	28,4	37,0	66,7	46,7
Homem	44,9	46,1	37,7	71,6	63,0	33,3	53,3
Raça							
Negros	84,9	84,0	89,0	82,4	87,0	78,8	84,4
Branco	15,1	16,0	11,0	17,6	13,0	21,2	15,6
Escolaridade							
Analfabetos	8,1	10,2	15,6	10,8	2,2	0,0	9,3
1º grau incompleto	37,0	36,5	47,6	31,1	26,1	36,4	38,7
1º grau completo e 2º grau incompleto	31,2	28,8	22,1	25,7	30,4	21,2	23,6
2º grau completo e mais	23,7	24,5	14,7	32,4	41,3	42,4	28,4
Faixas etárias							
15 a 17 anos	24,9	22,0	18,0	2,7	1,1	12,1	10,7
18 a 24 anos	75,1	78,0	82,0	97,8	98,9	87,9	89,3

FONTE: PED-RMS, Sei, Seade-Dieese, UFBA, Setras.

onde α é o coeficiente linear (intercepto), β_j ($j = 1, \dots, 8$) são os coeficientes dos atributos produtivos e não produtivos e ε_i é o distúrbio, o qual é admitido ser independente e normalmente distribuído, com média igual a zero e variância σ^2 . Os resultados do ajustamento do modelo (4.1) podem ser encontrados no Quadro 1.

O rendimento do jovem ocupado em Salvador mostrou-se diretamente relacionado com a idade. A importância dessa variável para a formação dos rendimentos dos jovens ocupados de Salvador fica garantida pela mais alta elasticidade, que foi de 0,787, assim como pela estatística t de 15,83. Essa alta elasticidade da idade permite concluir que o rendimento do jovem tem origem em ocupações não qualificadas que exigem vigor físico. Fato esse que é comprovado pela baixa elasticidade da escolaridade.

O sinal positivo do parâmetro relativo ao esforço mostra que essa variável é positivamente correlacionada com o rendimento do jovem trabalhador de Salvador. Isso demonstra que o rendimento do trabalho jovem flutua na mesma direção das horas mensais de trabalho, o que é garantido pela maior estatística t (114,19). Essa variável mostra-se como o mais importante atributo produtivo na determinação dos rendimentos dos jovens de Salvador. Esse resultado pode estar revelando um padrão característico de exploração do jovem pelo mercado, na medida em que, para essas pessoas, a garantia

de maiores rendas está diretamente relacionada com um maior número de horas trabalhadas por mês.

O número de filhos menores apresentou-se como a terceira em importância, muito embora seu sinal seja negativo, o que significa dizer que a capacidade de ganhos dos jovens ocupados em Salvador diminui à medida que o número de filhos aumenta. Esse sinal é garantido pela estatística t de -9,87.

A posição familiar, como já se esperava, mostrou-se positiva e estatisticamente significativa (com estatística t de 7,85) na formação do rendimento do jovem, indicando que os jovens chefes de família comandam uma renda do trabalho maior, relativamente àqueles que não chefiam uma família.

Surpreendentemente, a escolaridade figura em quinto lugar, em termos de importância, na explicação da determinação dos rendimentos dos jovens. A elasticidade dessa variável foi pequena (ou seja, 0,09) e a sua estatística t foi de 7,14. Isso significa dizer que cada ponto percentual de aumento na escolaridade do jovem contribui, quando ocupado, em apenas 0,09% para a formação do seu rendimento.

O atributo pessoal cor foi positivo e estatisticamente significativo, com elasticidade igual a 0,07, indicando que a renda do trabalho é maior para os jovens brancos. Esse fato pode estar evidenciando um processo de discriminação de rendimento contra o jovem negro no mercado de trabalho de Salvador.

O atributo produtivo experiência mostrou-se estatisticamente importante (com estatística t de 4,53), e positivamente correlacionado com a renda do jovem. A elasticidade dessa variável foi de 0,05, podendo-se afirmar que cada ponto percentual de aumento na experiência adquirida no mercado de trabalho, aumenta o rendimento do jovem em 0,05%. Esse resultado evidencia que esse mercado valoriza pouco a experiência do jovem.

A estabilidade na ocupação mostrou-se também positiva e estatisticamente correlacionada com o rendimento do trabalho do jovem, mas com uma pequeníssima elasticidade (0,02). Isso significa que conseguem aumentar os rendimentos àqueles jo-

Conseguem aumentar os rendimentos àqueles jovens que não mudam periodicamente de ocupação, sendo-lhes mais favorável uma maior permanência na ocupação que exercem.

Quadro 1
Determinantes do rendimento do trabalho juvenil

Variável	Parâmetro	Desvio Padrão	Estatística t	Nível de significância
Constante	2,529	0,124	20,381	0,000
LN Escolaridade	0,09	0,013	7,135	0,000
LN Esforço	0,63	0,005	114,187	0,000
LN Idade	0,79	0,050	15,834	0,000
LN Experiência	0,05	0,011	4,531	0,000
LN Estabilidade	0,02	0,003	6,977	0,000
Cor	0,07	0,011	6,743	0,000
Posição familiar	0,10	0,013	7,846	0,000
Filho menor	-0,08	0,008	-9,869	0,000
N = 15.678		R ² = 0,626		F = 3.284,516 (0,000)

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

vens que não mudam periodicamente de ocupação, sendo-lhes mais favorável uma maior permanência na ocupação que exercem. Dessa forma, os jovens que desejam aumentar suas rendas do trabalho são levados a se manterem no mesmo emprego, contribuindo para uma maior fidelidade à ocupação e/ou empresa em que trabalham.

Conclusões

Este trabalho abordou a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho, tema que tem atraído a atenção dos organismos governamentais e não-governamentais em todo o mundo. Por tratar-se de uma mão-de-obra ainda com pouca qualificação e informação, em relação aos níveis exigidos pelo mercado de trabalho, o trabalho do jovem apresenta alguns problemas, na medida em que fica exposto a muitas formas de exploração. Objetivando ampliar o conhecimento a respeito desse importante tema, este artigo estudou a participação do jovem no mercado de trabalho e a formação do seu rendimento, procurando estabelecer os princípios, determinantes e condicionantes que o levam a buscar uma ocupação nesse mercado.

Fazendo-se uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), e tomando-se como referência a Cidade do Salvador, extraíram-se alguns resultados interessantes. Pelo lado da oferta, a alta taxa de participação da população jovem tem se traduzido em elevada taxa de desemprego. Esse fato é agravado também pelo lado da demanda, tendo em vista que é pequena a capacidade de absorção ocupacional dessas pessoas, pelo mercado de trabalho. Além do mais, observou-se um número reduzido de ocupações absorvedoras de trabalhadores jovens, intensificando a concorrência entre essas pessoas, e fazendo surgir novas formas discriminatórias nesse segmento do mercado de trabalho. Ficou evidenciado que o percentual de jovens na condição de desemprego de curtos e médios prazos declina com o aumento do nível de escolaridade. No entanto, a baixa elasticidade do rendimento do trabalho em relação à escolaridade e a alta elasticidade em relação à idade e ao esforço permitiram concluir que o rendimento do jovem se origina, principalmente, de ocupações não quali-

ficadas, mas que exigem um grande vigor físico.

Ao analisar a estrutura do mercado de trabalho e da inatividade do jovem na cidade de Salvador, espera-se que este estudo possa contribuir para melhorar as relações de trabalho e reduzir o alto índice de desemprego desse importante contingente de pessoas. Ademais, espera-se que este trabalho possa subsidiar o setor público na elaboração de políticas sócio-econômicas, no sentido de ampliar a qualificação do jovem trabalhador, permitindo assim que ele possa acompanhar o dinamismo do mercado de trabalho, em fase de experimentação de grandes transformações e, por isso, exigindo maiores níveis de investimento em seu capital humano.

Notas

- 1 A PED segue orientação metodológica da Fundação Seade, do Estado de São Paulo, e do Dieese. Essa pesquisa vem sendo realizada na RMS, desde julho de 1996, em convênio entre o Estado da Bahia (através da SEI e da SETRAS) e a UFBa. Toda a estatística aqui apresentada considerou o levantamento realizado entre janeiro de 1997 e dezembro de 1999, de forma que os resultados podem ser considerados como representativos da média desse período.
- 2 Avaliada com base na diferença entre a idade e o tempo necessário para educação (investimento em capital humano) gasto na escola mais o tempo na atividade principal e atual do trabalhador. Essa experiência pode ser considerada como uma *proxy* para o *learning by doing*, embora com algum viés, tendo em vista que as jovens que ficaram desempregadas por algum período de tempo, ou se retiraram do mercado de trabalho, temporariamente, para cuidar de seus filhos, aparecerem com uma experiência maior.
- 3 Avaliada tomando-se por base o tempo no emprego ou na atividade (principal) atual do trabalhador.
- 4 A cor e a posição familiar, dois atributos pessoais bastante utilizados em estudos empíricos, foram introduzidos na regressão por terem se mostrado, em estudos econométricos anteriores, significativamente importantes na determinação do rendimento dos trabalhadores.

Referências bibliográficas

CARRERA-FERNANDEZ, J, MENEZES, W. F. Impactos da previdência social sobre as decisões de investimento em capital humano e a entrada e saída precoce da força de trabalho: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 28., 2000, Campinas/SP. *Anais...* Campinas/SP: ANPEC, 2000.

- FERNANDES, C. M., MENDONÇA, L. K. O trabalho da criança e do adolescente na RMS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6., 1999, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABET, 1999.
- AZÊVEDO, J. S. G. de, MENEZES, W. F, FERNANDES, C. M. *Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo: ABET, 2000. (Coleção teses e pesquisas, 2).
- MENDONÇA, L. K. *As transformações no mercado de trabalho e a inserção ocupacional do jovem: o caso da RMS*. Salvador: FCE-UFBa, 1999. Monografia.
- MENEZES, W. F, CARRERA-FERNANDEZ, J. Determinantes da renda do setor terciário informal: uma análise da Região Metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 29, n. 3, p.305-318, jul./set. 1998a.
- PAES DE BARROS, R., MENDONÇA, R. S. *Infância e adolescência no Brasil: as consequências da pobreza diferenciada por gênero, faixa etária e região de residência*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. (Textos para discussão, 202).
- POCHMANN, M. *Inserção ocupacional e emprego dos jovens*. São Paulo: ABET, 1998. (Coleção mercado de trabalho, 6).
- SARTORI, E., LONGO, I. O impacto do ECA nas políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente e no trabalho infanto-juvenil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6., 1999, Belo Horizonte. *Anais ...* Belo Horizonte: ABET: 1999.

* Wilson F. Menezes e José Carrera-Fernandez são professores do curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia e, respectivamente, doutor pela Université de Paris I e PhD* pela The University of Chicago.

A construção das políticas públicas de combate ao trabalho infantil

*Frederico Fernandes de Souza**

A partir da década de 80, começam a se ampliar e a se reproduzir no Brasil iniciativas, experiências e movimentos sociais favoráveis aos direitos de crianças e adolescentes: promulgação da Constituição Federal, em 1988; adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, em 1989; aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, regulamentando as determinações da Constituição Federal sobre os direitos de crianças e adolescentes; criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e, nos âmbitos estadual e municipal, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares; ações do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; implementação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1992. No decorrer da década de 90, tudo isso se constituiu em marcos essenciais da inclusão do trabalho infantil na agenda nacional das políticas sociais.

O surgimento de experiências localizadas em alguns municípios do país que começavam a enfatizar o combate ao trabalho infantil, e a crescente articulação entre múltiplas iniciativas desenvolvidas por entidades governamentais e não-governamentais, resultariam na constituição, em 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Espaço de articulação dos diversos níveis do setor público e da sociedade envolvidos em ações direcionadas para o combate ao trabalho infantil no

País, o Fórum Nacional iria se constituir, a partir daí, em instância decisiva para o debate e a formulação de propostas relacionadas ao tema. Integrado por 43 entidades representativas do Governo Federal, de organizações dos trabalhadores, empresariais e de ONGs, o Fórum tem tido papel de destaque na missão de dar visibilidade à questão do trabalho infantil, e na luta para que a avançada legislação brasileira de proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes se concretize na implementação de políticas públicas, voltadas para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil.

Influenciado pelo debate e pelas iniciativas implementadas no âmbito do Fórum, bem como por experiências desenvolvidas no Distrito Federal (o Programa Bolsa Escola) e no município de Campinas, dentre outras ações, o Governo Federal criaria, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, sob a coordenação do Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, Programa que iria se expandir, no final da década de 90, configurando-se como a mais ampla e diversificada política social em curso no país, voltada para o enfrentamento da questão do trabalho infantil.

A dimensão do trabalho infantil e algumas características

A despeito do decréscimo do número de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhando em todo o país, no decorrer da década de 90 – de

9,7 milhões, em 1992, para 7,7 milhões, em 1998, é ainda extremamente elevada essa participação, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE, relativa a 1998. Cabe frisar que o termo trabalho, segundo a metodologia da PNAD, possui um sentido bastante amplo, abrangendo o trabalho remunerado ou não, para a produção de bens e serviços para terceiros e para consumo próprio. Inclui, dessa maneira, desde o emprego formal, até a ocupação domiciliar sem remuneração, o trabalho por conta própria, as diversas atividades informais e o emprego doméstico.

Ainda que declinante, o universo de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, que trabalhavam em todo o país, em 1998, segundo os dados da PNAD/IBGE, - 7,7 milhões – era, portanto, bastante elevado. Esses números abrangem desde a idade de 5 anos, que apresentava cerca de 26.500 crianças trabalhando, até a idade de 17 anos, com 1,7 milhão de adolescentes no trabalho, a metade da população do país nessa idade, de acordo com a tabela 1. Observa-se, uma maior concentração das que trabalham a partir dos 15 anos – embora a participação das crianças entre 5 e 14 anos seja muito expressiva, cerca de 42% do total, perto de 3,2 milhões – uma presença maior de meninos do que meninas e, mais elevada, proporcionalmente, entre as crianças de cor preta ou parda do que entre as de cor branca.

Os dados revelam que, embora haja uma predominância do trabalho infantil nas áreas urbanas, com cerca de 57% do total, a proporção da população que trabalha em áreas rurais, em relação à população rural, algo em torno de 33%, é bem mais elevada do que o percentual das crianças e adolescentes que trabalham em áreas urbanas, quando relacionadas com a população urbana, pouco mais de 13%.

A distribuição das crianças e adolescentes que trabalham, por regiões, evidencia o predomínio da região Nordeste nesse universo: quase 3,3 milhões das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, cerca de 42% do total, estão nessa região. Proporcionalmente, em relação ao total da população nordestina entre 5 e 17 anos, esse universo de crianças e adolescentes que trabalham significa algo em torno de 23%, o maior percentual do país. Chama a atenção a proporção observada na região Sul, a segun-

Tabela 1
Características de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil

		Total	% em relação ao total que trabalha (1)	% em relação à população no grupo (2)
Idade (Anos)	5	26.423	0,3	0,9
	6	34.263	0,4	1,1
	7	80.202	1,0	2,6
	8	128.522	1,7	4,1
	9	176.301	2,3	5,5
	10	314.472	4,0	9,2
	11	397.633	5,1	11,9
	12	553.729	7,1	16,2
	13	709.391	9,1	20,9
	14	878.703	11,3	25,6
	15	1.222.193	15,7	34,4
	16	1.530.589	19,7	43,0
	17	1.724.559	22,2	50,7
Sexo	Masculino	4.979.243	64,0	22,7
	Feminino	2.797.737	36,0	13,3
Cor ou Raça	Indígena	36.614	0,5	30,6
	Branca	3.307.493	42,5	15,7
	Preta	414.871	5,3	19,0
	Amarela	21.025	0,3	13,7
	Parda	3.995.413	51,4	20,5
Região	Norte	409.688	5,3	16,2
	Nordeste	3.292.879	42,3	23,3
	Sudeste	2.293.434	29,5	13,3
	Sul	1.246.010	16,0	20,3
	Centro-Oeste	534.969	6,9	17,7
Localização	Urbana	4.421.891	56,9	13,4
	Rural	3.355.089	43	33,3
TOTAL		7.776.980	100,0	

1) Nestas colunas, as percentagens somam 100% na vertical. Assim, por exemplo, elas indicam que 19% das crianças que trabalhavam no Brasil tinham 17 anos de idade em 1992, e, em 1998, esta percentagem havia subido para 22,2%.

2) Nestas colunas, as percentagens foram calculadas com base nos totais de população de cada grupo (não incluídos na tabela). Assim, por exemplo, em 1982, 61,4% dos adolescentes de 17 anos trabalhavam; em 1998, esta percentagem havia caído para 50,7%.

Fonte: PNAD 1992, 1995 e 1998, tabulações especiais.

da mais elevada do país, em torno de 20%, demonstrando a complexidade e a multiplicidade dos fatores sociais e culturais que determinam o trabalho infantil, abrangendo não somente as situações diretamente relacionadas à pobreza, a exemplo das verificadas nas áreas rurais do Nordeste, como também as que se registram em regiões de maior renda familiar, como a região Sul, mas com tradição de agricultura familiar bastante arraigada.

De fato, observa-se na tabela 2, que quase 43% da população de crianças e adolescentes da região Sul, cujos pais estão vinculados à atividades agropecuárias, também trabalham nesse setor. A agropecuária é, de longe, o setor de atividade em que

se registra a maior participação de crianças e adolescentes, com cerca de 35% do total do país, sendo mais acentuada nas regiões Sul (42,9%) e Nordeste (38%). Tais dados são confirmados quando são detalhadas as diversas atividades e ocupações de crianças e adolescentes em distintas situações. Dos 6.246.253 crianças e adolescentes ocupadas, entre 10 e 17 anos, 2.596.135, ou seja, cerca de 41%, eram trabalhadores rurais.

Tabela 2
Percentual de filhos (crianças e adolescentes) que trabalham, pela ocupação e região de residência dos chefes de família (*)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	TOTAL
Agropecuária	22,99	38,05	28,26	42,96	32,37	35,62
Prestação de Serviço	19,17	16,59	17,27	16,32	20,36	17,37
Comércio	19,59	18,97	12,52	14,70	15,45	15,71
Outras Ocupações	14,20	17,24	10,60	15,45	13,35	13,81
Indústrias	15,52	14,62	11,60	15,92	14,64	13,47
Administração	12,50	14,89	9,06	13,79	12,87	11,66
Transportes	9,70	9,55	11,09	11,87	13,40	10,96
Atividades Técnicas	8,59	8,89	6,80	7,72	9,31	7,76

FONTE: PNAD

(*) As percentagens representam a proporção dos filhos que trabalham em cada grupo ocupação/região

No âmbito nacional, em áreas rurais, aproximadamente 70% do trabalho infantil, entre 10 e 15 anos, são exercidos em atividades não remuneradas, percentual que cai para 33% em áreas urbanas. Na região Nordeste, do total dos que trabalham em atividades urbanas e rurais, nesse grupo etário, pouco mais de 64% não possuem remuneração, o maior percentual do país, dentre as regiões. Já no que se refere ao trabalho rural, nessa faixa etária entre 10 e 15 anos, o percentual dos que trabalham sem remuneração na região Nordeste é exatamente igual ao registrado na região Sul – 74,4%.

Nas áreas urbanas, prevalece o trabalho infantil exercido em ocupações informais, abrangendo algo em torno de 35% do total, seguido pelo trabalho não remunerado, que alcança quase 33% desse universo. O trabalho informal remunerado, mas sem carteira de trabalho, abrange diversas ocupações, concentrando-se em balconistas, ajudantes de pedreiro e serviços domésticos gerais – empregadas domésticas, babás, diaristas, cozinheiras e aten-

dentes. Já o trabalho formal, quando ocorre (5,9% dos que trabalham, nas áreas urbanas, entre 10 e 15 anos, e 0,9%, na mesma faixa etária, na zona rural), é concentrado nas ocupações de balconistas, contínuos e serviços domésticos.

Em síntese, os dados da PNAD evidenciam que, nas áreas urbanas, prevalece o trabalho infantil exercido por balconistas e serviços domésticos, enquanto que, nas áreas rurais, a predominância absoluta é de trabalhadores rurais, situação que incorpora cerca de 80% das crianças e adolescentes que trabalham.

Dentre os diversos efeitos perversos que o trabalho precoce provoca no desenvolvimento de crianças e adolescentes, um dos mais importantes refere-se às desvantagens quanto à situação educacional. As informações da PNAD sobre as características de escolaridade de crianças e adolescentes, entre 7 e 17 anos, que trabalham, atestam esse fato. Além de dificultar o acesso e a permanência na escola, o trabalho precoce influencia negativamente o desempenho de crianças e adolescentes, traduzindo-se pelos dados referentes à defasagem idade-série. Em todas as idades consideradas (tabela 3), a defasagem escolar é mais acentuada entre os que trabalham, notando-se que, aos 17 anos, ela é superior em quase um ano em relação àquela dos jovens que não trabalham. Aos 17 anos, quando já deveriam estar concluindo o ensino médio, os jovens ainda estão terminando a oitava série do ensino fundamental, apresentando, portanto, uma defasagem escolar de 2,7 anos, em média; essa situação se agrava entre os jovens que trabalham, cuja defasagem é de 3,1 anos.

Da mesma forma, os dados sobre o percentual dos que freqüentam a escola também evidenciam os impactos adversos do trabalho precoce, em todas as idades consideradas, onde se observa que a proporção dos que trabalham é sempre menor do que a verificada entre aquelas que apenas estudam. Aos 17 anos, 40% dos que trabalham já estão fora da escola, percentual que se reduz a 23% dentre os que não trabalham. No conjunto dos adolescentes de 17 anos, a proporção de 32% fora da escola aponta para um dos mais graves problemas do sistema educacional brasileiro, sobretudo para as crianças obrigadas a uma inserção precoce no mundo do trabalho.

Tabela 3
Características de escolaridade de crianças e adolescentes
que trabalham e não trabalham

Idade	Defasagem idade-série (*)			% que freqüenta a escola (**)			% que sabe ler e escrever (**)		
	Trabalham	Não Trabalham	Total	Trabalham	Não Trabalham	Total	Trabalham	Não Trabalham	Total
7	-0,21	-0,17	-0,17	89,85	92,68	92,61	43,97	62,96	62,46
8	0,38	0,24	0,25	91,04	95,87	95,67	54,71	78,84	77,85
9	0,98	0,47	0,50	94,20	97,06	96,90	63,67	87,10	85,82
10	1,55	0,75	0,81	92,35	97,52	97,05	67,85	91,71	89,51
11	1,83	1,00	1,10	94,24	97,20	96,85	81,78	93,28	91,91
12	2,34	1,33	1,48	90,88	96,11	95,26	86,16	95,58	94,06
13	2,63	1,53	1,74	89,59	94,95	93,20	86,87	96,43	94,43
14	2,78	1,72	1,97	81,70	93,31	90,34	91,56	97,06	95,65
15	2,77	1,96	2,20	71,96	89,57	83,51	92,49	97,20	95,58
16	2,84	2,13	2,39	67,77	84,44	77,27	94,00	96,67	95,52
17	3,17	2,31	2,69	59,59	77,22	68,28	93,52	96,88	95,17

(*) A defasagem é zero quando a criança de sete anos está na primeira série do primeiro grau; com oito anos, está na segunda série, e assim sucessivamente.

(**) As percentagens indicam, na primeira linha, que 89,85% das crianças que trabalham freqüentam a escola, comparado com 92,68% das crianças que não trabalham, ou 92,61 do total das crianças da mesma idade. Da mesma maneira, 43,97% das crianças de sete anos que trabalham, sabem ler e escrever, comparando-se com 62,96% das crianças desta idade.

Fonte: PNAD 1998, tabulação especial

Os fatores negativos advindos do trabalho sobre a permanência das crianças e adolescentes na escola – as distorções idade-série, a instabilidade das trajetórias de evasão e retorno ao sistema escolar, assim como as sucessivas reprovações – terminam afetando o desempenho escolar e determinando o abandono definitivo dos estudos. Como conseqüência, as crianças que trabalham tendem a se tornarem adultos com reduzido grau de escolaridade, cujas chances de uma melhor inserção no mercado de trabalho são escassas, sendo também ínfimas as possibilidades de superarem as suas condições de pobreza.

Fatores determinantes do trabalho infantil

O trabalho infantil é um fenômeno de natureza extremamente complexa, com múltiplos aspectos, acentuadamente influenciado por fatores relacionados com as situações de pobreza, desigualdade e exclusão social. As estatísticas que relacionam a incidência do trabalho infantil e o baixo nível de renda familiar evidenciam o papel preponderante da pobreza na determinação do trabalho de crianças e adolescentes. O reduzido nível de renda dos adultos, a precariedade a instabilidade das ocupações em que a maioria dos trabalhadores adultos se insere no mercado de trabalho e os baixos ní-

veis de escolaridade relacionados à pobreza, configuram uma situação em que o ingresso precoce de crianças no trabalho torna-se uma necessidade, para assegurar a subsistência da família. Essa inserção se realiza, preponderantemente, em ocupações pouco qualificadas, cuja remuneração (quando há) é escassa, e caracterizando-se, muitas vezes, pela vigência de extensas jornadas de trabalho, em condições adversas, arriscadas, insalubres, penosas e degradantes.

Embora a pobreza e a exclusão social sejam os fatores de maior relevância na determinação do trabalho infantil, outros aspectos devem ser observados. Dentre eles, deve-se ressaltar a ineficiência e a má qualidade do sistema educacional brasileiro. Embora a cobertura do sistema tenha se ampliado, e se tenha registrado, em décadas recentes, um declínio do analfabetismo, ainda persistem graves problemas vinculados ao sistema escolar do país, sobretudo nas regiões mais pobres e, particularmente, nas áreas rurais. Tais problemas, caracterizando também uma escola pouco atrativa, desempenham um papel decisivo nas altas taxas de repetência e evasão escolar entre as crianças de famílias de menor renda, expulsando-as do universo escolar e concorrendo para a sua inserção precoce no mundo do trabalho.

Um outro fator importante na determinação do trabalho infantil são os valores e padrões culturais e comportamentais ainda fortemente arraigados em expressivos segmentos da população, que legitimam e justificam o trabalho de crianças e adolescentes. O trabalho infantil é visto, pois, como um espaço de socialização, valorizado como contraponto aos riscos que poderiam decorrer da convivência com a rua, com as drogas, com a marginalidade, e enfatizado como um princípio educativo, responsável pela disciplina, a responsabilidade e a

experiência necessárias à construção de uma trajetória profissional.

Deve-se destacar também um outro condicionante, relacionado à vontade de ganhar o próprio dinheiro, que impulsiona crianças e, sobretudo, adolescentes moradores dos centros urbanos, para o trabalho precoce. O trabalho significa a possibilidade de independência em relação à família, e de acesso a bens de consumo considerados essenciais, na escala de valores vigentes em uma sociedade de consumo de massa, particularmente nos circuitos envolvendo e se destinando a adolescentes.

Além destes fatores, fundamentais na determinação de uma oferta de mão-de-obra infantil, devem ser sublinhados os aspectos vinculados à demanda do mercado de trabalho, seja por sua estrutura e dinâmica, seja pelo aparato institucional e jurídico referente ao trabalho infantil. No que diz respeito à estrutura do mercado de trabalho, alguns elementos podem ser destacados: o custo mais baixo da força de trabalho infantil, sua incapacidade organizacional e de reivindicação e suas características biológicas, que as tornam, sob a ótica de diversos produtores e/ou empregadores, mais apropriadas para determinadas tarefas.

No que se refere à dinâmica do mercado de trabalho, sobretudo em atividades agrícolas, responsáveis pela maior absorção do trabalho infanto-juvenil no país, a presença do trabalho precoce decorre, de um lado, das formas de organização da produção, ainda predominantemente baseada na mão-de-obra familiar, o que concorre decisivamente para a participação da criança no trabalho desde cedo. De outro lado, nas atividades agrícolas vinculadas à monocultura, ou à agroindústria, que empregam de maneira intensiva, (particularmente em algumas etapas da produção, como na colheita), a mão-de-obra da família; esta, com a remuneração relacionada ao volume da produção, é impulsionada a utilizar a força de trabalho de todos os seus membros, inclusive das crianças, na tentativa de ampliar a sua renda.

Finalmente, um outro fator condicionante do trabalho infantil, relaciona-se ao sistema de fiscalização existente no país, encarregado de fazer cumprir o avançado arcabouço jurídico de proteção à infância e à adolescência. A despeito de dispor de um aparato legal moderno, sintonizado com as con-

venções internacionais que abrangem o trabalho infantil, o país ainda não dispõe de um sistema de fiscalização eficiente, com a estrutura necessária ao cumprimento da legislação vigente.

Uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil

A partir de 1998, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil iniciou um debate que iria resultar na elaboração de uma proposta, apontando diretrizes básicas para uma política de combate ao trabalho infantil. Ao final de 1999, um documento de propostas para uma política nacional havia sido formulado e, em julho de 2000, seria aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

A política nacional de proteção à crianças e adolescentes contra os riscos e a exploração do trabalho foi estruturada a partir de seis eixos básicos, integrados e complementares entre si:

- 1) Integração e sistematização de dados sobre o trabalho infantil:** esta diretriz propõe a necessidade de se cobrar do Estado a função de produzir estatísticas primárias sobre os múltiplos aspectos relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes, a partir de instituições especializadas, em intervalos regulares, para atender às necessidades das organizações que atuam na prevenção e erradicação do trabalho infantil, bem como assegurar a produção de estudos e pesquisas relacionadas com o tema, e a constituição de um banco de dados integrado e sistematizado, que subsidiaria a implementação de ações mais eficazes e consistentes, no combate ao trabalho infanto-juvenil;
- 2) Análise do arcabouço jurídico relativo ao trabalho infantil:** este eixo propõe a necessidade de se analisar, constantemente, o arcabouço jurídico relativo ao trabalho infantil, até porque o país dispõe de uma legislação de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente bastante avançada. No entanto, esse aparato legal possui uma eficácia limitada, confrontando-se com ações de caráter econômico, social e político pouco relevantes e de escassa abrangência. Torna-se fundamental, portanto, dar visibilidade a esse aparato jurídico e institucional,

ampliar e aprofundar o debate sobre os temas pertinentes, torná-lo aceito e aplicado em toda a sociedade, buscando a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em todas as suas dimensões;

3) Promoção da articulação institucional quadripartite: o terceiro eixo, essencial à formulação de uma política nacional de combate ao trabalho infantil, diz respeito à necessidade de um processo de articulação institucional entre organizações do governo, da sociedade organizada, dos trabalhadores e de empregadores, que configure o espaço decisivo de formulação, execução, gestão e avaliação de políticas públicas, da definição de prioridades e estratégias voltadas para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil, e da integração e fortalecimento das diversas iniciativas e experiências, direcionadas ao enfrentamento da exploração do trabalho de crianças e adolescentes;

4) Garantia de escola pública gratuita e de qualidade para todas as crianças e adolescentes: esta diretriz assinala que a centralidade da política de combate ao trabalho infantil está na educação, que deve considerar entre os seus objetivos permanentes o ingresso, o reingresso, a permanência e o sucesso de todas as crianças e adolescentes na escola. Associada à educação de qualidade, mecanismo fundamental das estratégias de prevenção e erradicação do trabalho infantil, devem ser desenvolvidas outras ações direcionadas à permanência e ao sucesso das crianças na escola, como a complementação da renda familiar, vinculada à frequência escolar, e o desenvolvimento de programas sócio-educativos, no período complementar à escola.

5) Implementação dos efetivos controle e fiscalização do trabalho: este eixo enfatiza a necessidade de se dar efetividade à fiscalização do trabalho infantil e à proteção do trabalho de adolescentes. Ao lado da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, devem-se integrar as ações de inúmeras organizações governamentais, de sindicatos patronais e de trabalhadores, entidades não-governamentais, conselhos de direitos, tutelares, procuradorias e promotorias da infância e da juventude, enfim, toda a heterogeneidade de protagonistas com-

prometidos com a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, fortalecendo o controle social, sensibilizando e mobilizando a sociedade em torno do tema, aperfeiçoando e consolidando códigos de conduta e pactos empresariais.

6) Melhoria da renda familiar e promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável: a sexta diretriz propõe o desenvolvimento de ações eficazes de atendimento às necessidades básicas das famílias, nas quais se constata a ocorrência do trabalho infantil, ressaltando que as ações públicas devem estar relacionadas a políticas econômicas e sociais de maior amplitude e consistência, que extrapolem iniciativas pontuais. A implementação de políticas públicas que propiciem o desenvolvimento local integrado e sustentável, requer o estabelecimento de políticas ativas de trabalho e renda, executadas de maneira contínua, abrangente e universal, ao lado de ações integradas que priorizem o acesso ao microcrédito ou crédito popular, o acesso à terra e valorização do trabalho no campo, o fomento à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos associativos e comunitários e o reforço da renda familiar por intermédio de programas de renda mínima e de bolsa-escola.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Bahia

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI surgiu em 1996, no âmbito da assistência social, coordenado pelo Ministério da Previdência Social/Secretaria de Estado da Assistência Social – MPAS/SEAS. Ainda circunscrito às áreas rurais do país, o Programa teve início em 1996, nas regiões de carvoaria do Mato Grosso do Sul, estendendo-se, em janeiro de 1997, aos canaviais da Zona da Mata Sul de Pernambuco e, logo após, em julho do mesmo ano, seria implementado na região sisaleira do Estado da Bahia.

O PETI destina-se às famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão, com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos, submetidos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penosos e perigosos. Desde o seu surgimento, até o final de

1999, o Programa tinha também um caráter preventivo. A partir de 2000, passa a ser exclusivamente direcionado às crianças e adolescentes que efetivamente trabalham, estendendo-se, por outro lado, às atividades urbanas.

O Programa adota como estratégia a concessão de uma complementação da renda familiar, buscando compensar a perda financeira decorrente da retirada das crianças e adolescentes do trabalho, de forma a recriar as condições mínimas para as famílias proverem suas necessidades básicas, assegurando a possibilidade do acesso, regresso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes na escola. Para tanto, a família recebe, por cada criança e adolescente contemplada pelo Programa (no máximo, seis crianças que efetivamente trabalham, por família) R\$ 25,00, valor que se eleva para R\$ 40,00 nos municípios de áreas metropolitanas ou naqueles que possuem população acima de 250.000 habitantes.

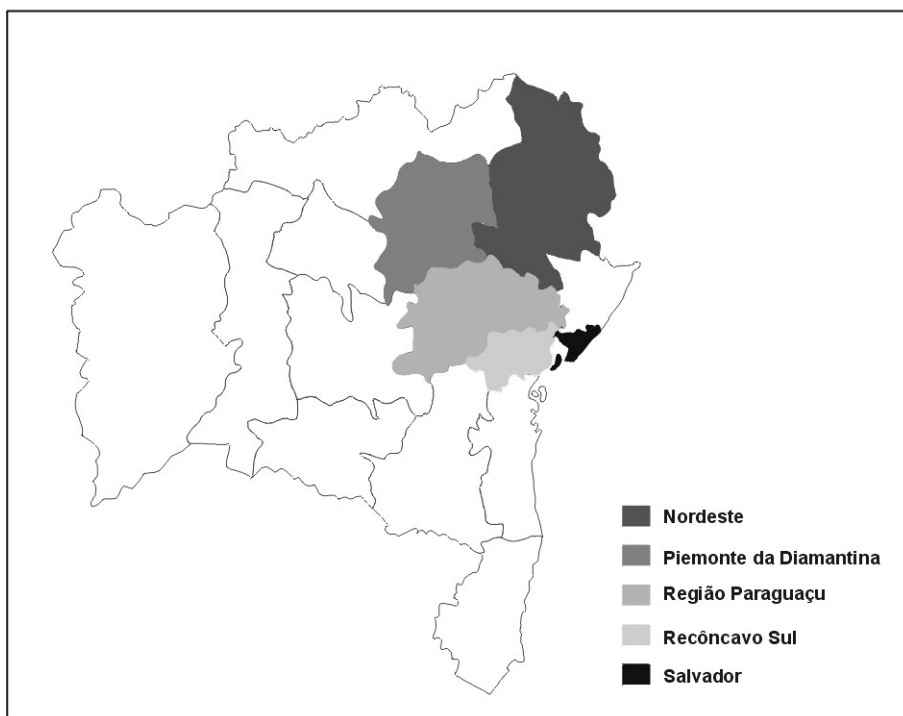
Além da bolsa-escola, que só pode ser recebida pela família se a criança ou adolescente tiver, mensalmente, uma frequência mínima de 85% na escola e nas ações socioeducativas, o Programa proporciona também um segundo turno de atividades, denominado de Jornada Ampliada, no qual são desenvolvidas atividades culturais, desportivas, de lazer e o reforço escolar, assegurando ainda a alimentação de todas as crianças por ele abrangidas. O custeio da Jornada Ampliada é feito mediante a atribuição de R\$ 20,00, relativos a cada criança e adolescente participante do Programa, sendo que nos municípios com população acima de 250.000 habitantes o valor *per capita* é de R\$ 10,00; esses recursos são repassados para os municípios por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo direcionados exclusivamente para a alimentação e a compra de material didático,

esportivo e outros materiais necessários à manutenção da Jornada. Desse modo, a efetiva complementação da renda da família, seja pelo repasse financeiro através da bolsa, seja por intermédio da realização da Jornada Ampliada, é de R\$ 45,00 *per capita* nos municípios com população de até 250.000 habitantes, e de R\$ 50,00 naqueles situados em áreas metropolitanas ou com população superior a esse limite.

O Programa foi implementado na Bahia a partir da constituição de uma Comissão Estadual, presidida pela Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, integrada por 32 entidades governamentais, não-governamentais, universidades e instituições como o UNICEF. Essa composição diversificada, que busca consagrar a efetiva parceria entre Governo e Sociedade, é também reproduzida no plano municipal, através de um Grupo Gestor do Programa, integrado por representantes do poder público e da sociedade civil local.

O Programa iniciou-se em 1997, abrangendo cinco municípios da região sisaleira e atendendo cerca de 8.500 crianças; em 1998, alcançaria 30.000 crianças e adolescentes em 17 municípios, passando, no ano seguinte, a 23 municípios. Em 2000, quando as normas do Programa se alteram, possibilitando a incorporação de atividades urbanas, o

Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado da Bahia



PETI apresenta, na Bahia, uma forte expansão, alcançando 75.000 crianças distribuídas em 48 municípios do estado (mapa). Em 2001, o PETI se estenderá a outras regiões do Estado, a exemplo do Baixo Sul, das áreas de cafeicultura na Chapada Diamantina e no Planalto de Conquista, de municípios da área metropolitana, além de crianças trabalhando em lixões em todos os municípios baianos acima de 100.000 habitantes (gráfico), alcançando, dessa maneira, no final do ano, a meta de 110.000 crianças e adolescentes atendidas, a segunda maior em todo o País, pouco abaixo do Estado de Pernambuco.

O cadastramento das crianças e adolescentes beneficiários do Programa é realizado pelo Centro de Recursos Humanos – CRH/UFBA, o que garante um levantamento baseado em critérios técnicos, isento de outras influências. A pesquisa é feita nos domicílios de cada município incorporado ao Programa, e registra não somente as informações relativas às crianças ali residentes, como também os dados socioeconômicos sobre a realidade desses domicílios constituindo, assim, uma importante base de dados municipal, que pode subsidiar a execução de diversas políticas setoriais. Essa atividade de pesquisa/cadastramento das crianças e adolescentes que integrarão o PETI, é custeado com recursos orçamentários do Governo Estadual, alocados na SETRAS.

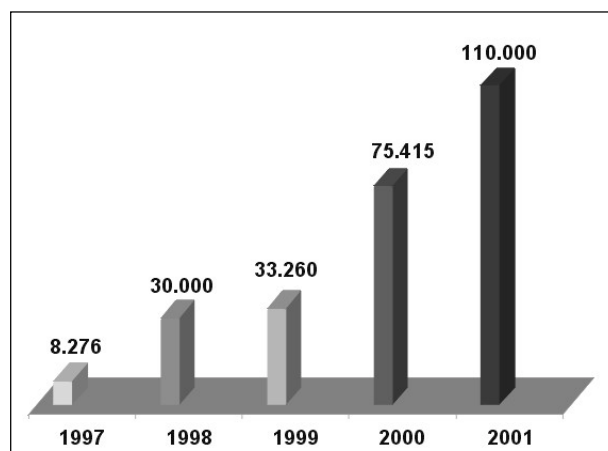
Uma outra vertente fundamental do Programa é desenvolvida na execução da Jornada Ampliada, durante a qual monitores desenvolvem uma série

de ações sócioeducativas, no turno complementar à escola. Tais monitores são selecionados nos municípios, pela equipe técnica da SETRAS e, então, passam por um processo de capacitação, custeado por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Plano Estadual de Qualificação Profissional, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho – SUDET, da SETRAS. A capacitação é realizada pelo Movimento de Organização Comunitária – MOC, entidade não-governamental de Feira de Santana, que exerce, há mais de uma década, ações de apoio à educação, ao cooperativismo e ao associativismo de pequenos produtores rurais. Além da realização da capacitação dos monitores da jornada ampliada, o MOC também executa a capacitação das famílias do PETI, em cursos que integram o Plano Estadual de Qualificação Profissional; além disso, coordena outras atividades no âmbito do Programa, financiadas pelo UNICEF, tais como a dos agentes de família, buscando integrar e mobilizar as famílias do PETI; a Mala de Leitura, incentivando, durante a Jornada Ampliada, o hábito da leitura; a capacitação de radialistas sobre o tema do trabalho infantil; e a mobilização e participação da sociedade civil.

A contratação dos monitores da Jornada Ampliada é efetivada por intermédio da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão – FAPEX, com recursos do Governo Estadual, alocados na SETRAS. Atualmente, cerca de 2.000 monitores estão atuando, nos diversos municípios abrangidos pelo Programa, com uma previsão, até o final do ano, de um quadro com 2.700 monitores, distribuídos em cerca de 70 municípios baianos. Cabe frisar que o Estado da Bahia, ao assumir a responsabilidade pela realização da pesquisa/cadastramento, por intermédio do CRH/UFBA, e pela contratação dos monitores da Jornada Ampliada, via FAPEX, destaca-se, em todo o país, por ser a unidade da Federação que disponibiliza a maior contrapartida financeira para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O PETI, pela complexidade e dimensão das questões que enfrenta, exige uma estratégia de intervenção baseada na integração e na complementaridade das ações entre as três esferas de governo, na parceria efetiva com a sociedade civil e na articulação das diversas políticas setoriais. Além de seus eixos básicos – uma bolsa que complementa

Gráfico 1
Evolução das crianças atendidas pelo PETI
Bahia, 1997-2001



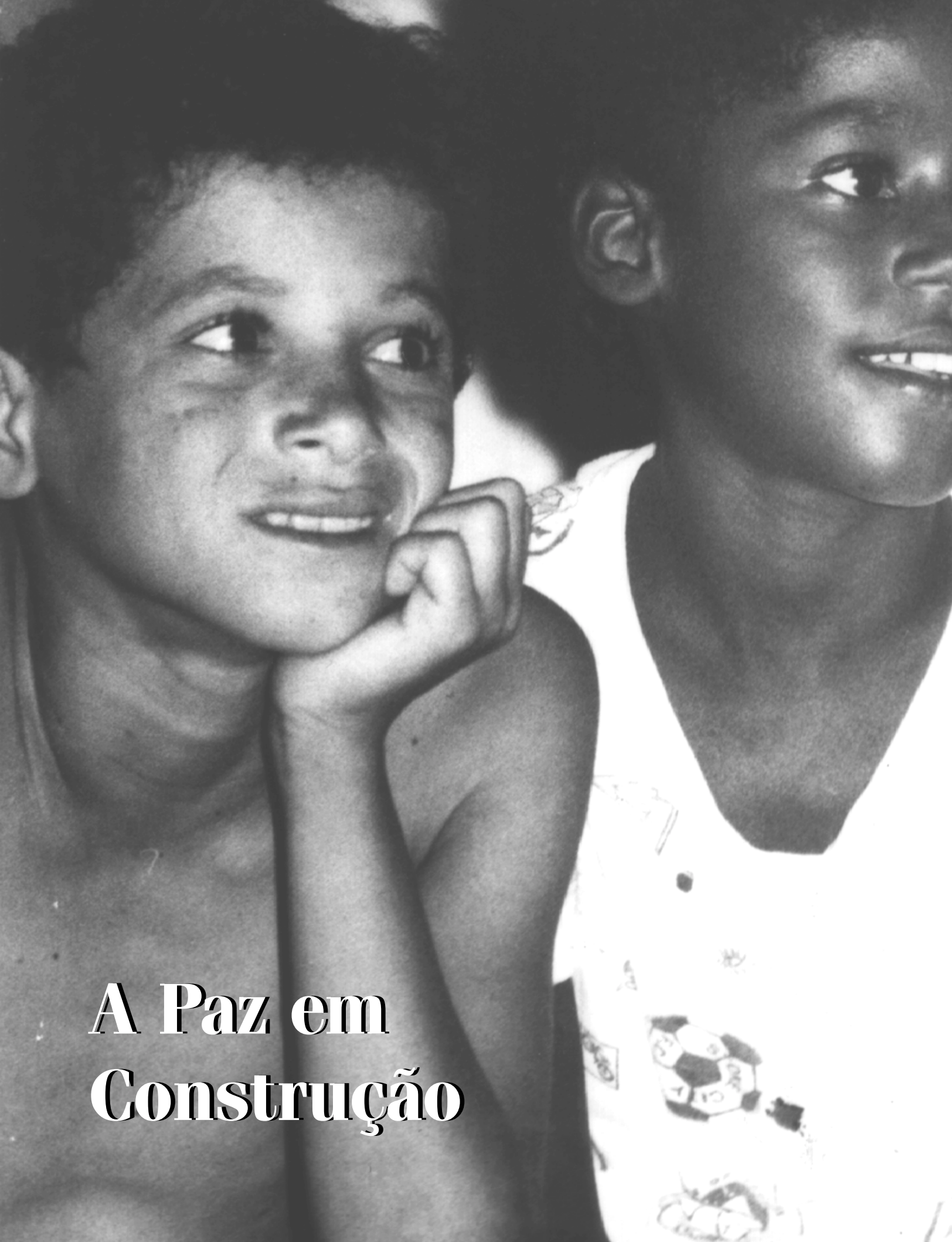
a renda familiar, tendo como contrapartida da família a retirada de seus filhos do trabalho, mantendo-os na escola e na jornada ampliada e a execução de ações socioeducativas, desenvolvidas na Jornada Ampliada – o Programa busca implementar, articular e fortalecer iniciativas, ações e experiências direcionadas para a geração de trabalho e renda das famílias envolvidas, visando a sua auto-sustentabilidade.

A concepção e as diretrizes do Programa na Bahia têm enfatizado o caráter temporário da bolsa-escola e, portanto, a necessidade do desenvolvimento de ações inter-setoriais estruturantes, de ampliação da infra-estrutura básica e dos serviços essenciais, nas regiões e municípios abrangidos pelo Programa, além da diversificação e modernização

das atividades produtivas, de forma a ampliar as possibilidades de autonomia e emancipação das famílias, o objetivo central de qualquer estratégia de combate ao trabalho infantil.

Este tem sido o grande desafio enfrentado pelo MPAS/SEAS, pela SETRAS e pelas diversas entidades que integram a Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Estado da Bahia na execução do Programa, a despeito da existência de iniciativas importantes na busca da superação dos inúmeros obstáculos que limitam as condições de vida das famílias atendidas pelo Programa.

* Frederico Fernandes de Souza é assessor especial da SETRAS e coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.



A Paz em Construção

Construindo parcerias para o enfrentamento da violência: a experiência do Fórum de Combate à Violência de Salvador

*Heloniza Oliveira Gonçalves Costa**
*Maria Eunice Xavier Kalil***

Introdução

Os avanços do processo democrático no mundo inteiro e a redemocratização dos países da América Latina começam a dar ênfase a formas de articulações intersetoriais para intervenção/ação sobre problemas complexos e multideterminados.

Por outro lado, a complexidade dos problemas oriundos das transformações sociais, o cenário de crise, as incertezas e as mudanças em ritmo acelerado vêm exigindo novas formas de relação entre o Estado e a sociedade, destacando-se as alternativas de intervenções articuladas, consideradas capazes de potencializar as ações, visando produzir um maior impacto sobre os problemas das sociedades contemporâneas. Para alguns autores, as articulações das políticas permitem superar a fragmentação das intervenções pela incorporação de fatores distintos, como percepções, saberes, poderes e recursos, contribuindo para a efetivação das ações. (Costa, 1997; Kliksberg, 1996; Reis, 1989).

Nessa perspectiva, surgem novos formatos de mediação, como fóruns de naturezas diversas, onde novos atores, ao mesmo tempo produto e produtores do processo de desenvolvimento democrático, ampliam a arena política, possibilitando focalizar demandas antes reprimidas (Sader, 1988; Doimo, 1995). O princípio básico que aproxima essas no-

vas formas de articulação é o da parceria (Santos, 1998), no qual as entidades envolvidas atuam em rede, tendo como foco um problema específico.

Entende-se por **parceria** a relação estabelecida, considerando-se a igualdade de valores das especificidades e das diferenças de cada componente, aspectos que contribuem para a consecução dos objetivos comuns. Como **rede** compreende-se o entrelaçamento de relações entre indivíduos (identificáveis e identificados nas instituições e nos grupos), inexistindo hierarquia, mas havendo igualdade e complementariedade, posto que esses indivíduos são os “nós” dessa rede. Trata-se portanto de relações pessoais e institucionais com caráter determinado, rompendo-se as concepções mecânicas de interações rígidas e hierárquicas, possibilitando uma melhor resposta para os problemas.

No trabalho em rede, a criatividade é muito mais importante que a certeza, e a compreensão o é muito mais que a predição. A rede é um modo negociado de organização em oposição a uma dimensão formal e instituída. “A rede é um convite para o participante se ver como sujeito responsável pela construção do novo”. (Junqueira, 1999).

A defesa desses novos arranjos para a confrontação de problemas complexos e multifacetados como a violência, apoia-se no argumento de que, em face de suas características, esse tipo de pro-

blema requer o exercício de intervenções que extrapolem os setores sociais específicos, ou seja, intervenções mais articuladas e engajadas entre a sociedade civil e o Estado.

O Fórum Comunitário de Combate à Violência - FCCV: as razões e o início

O FCCV inicia-se em razão de uma demanda gerada pelas comunidades participantes do Projeto UNI-Bahia¹, que identificaram a violência como o maior problema de saúde pública a ser enfrentado. Naquele momento, as queixas das lideranças comunitárias se apresentavam como um sintoma (para usar uma terminologia cara ao campo da saúde) a ser diagnosticado. Dessa forma, nasce o Fórum, cuja primeira grande missão foi a busca de dados capazes de esclarecer a magnitude do problema identificado pelas comunidades.

No Código Internacional de Doenças (CID), a violência situa-se no conjunto das “causas externas” e, no estudo **Rastro da Violência** (1998), evidenciou-se que, em Salvador, essa é a segunda causa de morte da população como um todo, e a primeira do grupo de indivíduos de 15 a 39 anos. Por isso, o problema tornou-se uma questão prioritária no elenco das situações a serem enfrentadas no campo da saúde.

Em seus quatro anos de existência, o FCCV, a partir da articulação de parcerias de líderes comunitários, instituições governamentais e não-governamentais² apresenta vários resultados, dos quais destacam-se: monitoramento da situação da violência³; produção de estudos e pesquisas sobre a violência; realização de campanhas publicitárias de prevenção da violência; elaboração de documentos analisando as políticas públicas e/ou explicitando o posicionamento e as proposições do próprio Fórum; experimentação de formas de intervenção intersectoriais sobre aspectos diferenciados da violência, como por exemplo a elaboração e a implementação do Projeto “Espaço, Paz e Ação”⁴; participação em outras iniciativas da sociedade civil, buscando a mobilização social em torno da paz e da não-violência.

Desde a sua criação, o entendimento do papel, a abrangência e as formas de atuação do FCCV têm-se modificado e ampliado, a partir de um processo contínuo de discussão. Hoje, é mais amplamente difundido a compreensão do Fórum como um ente político, um espaço e uma instância que reúne vontades, esforços e recursos públicos e privados, para propor e articular políticas e experimentar ações destinadas a apoiar a prevenção e o controle das diversas formas de violência em Salvador.

A experiência acumulada pelo Fórum permite constatar que os maiores obstáculos para enfrentar a violência são a banalização, a naturalidade e a paralisia da sociedade face a essa situação.

A experiência acumulada pelo Fórum permite constatar que os maiores obstáculos para enfrentar a violência são a banalização, a naturalidade e a paralisia da sociedade face a essa situação. Por isso, entre os princípios assumidos pelo FCCV salientam-se o estímulo, o apoio e o fortalecimento de iniciativas que contribuam para o fomento de um movimento plural pela

não-violência, baseado na defesa da vida e na integridade física e psicológica dos cidadãos.

Recentemente, buscando aperfeiçoar a interação entre seus membros e otimizar o resultado de suas articulações, o Fórum está empreendendo esforços visando definir melhor suas funções e tarefas – ainda que provisoriamente – para permitir uma socialização e um entendimento mais amplo de seus propósitos e do escopo de sua atuação.

De modo sucinto, eis as funções e tarefas do FCCV:

Reflexão – trata-se da promoção de uma discussão sobre o conceito de violência, para identificar e articular os pólos de produção de conhecimento referentes a esse fenômeno social, trazendo elementos e proposições estratégicas para definir os aspectos da violência que devem ser priorizados. Nessa discussão, o conjunto do Fórum deve atentar para distinguir os objetivos do governo daqueles do FCCV.

Articulação – tem como objetivo ampliar as parcerias do FCCV, mantendo a mobilização dos parceiros em busca de uma atuação efetiva.

Informação – pretende-se estimular e apoiar o desenvolvimento e a implantação do sistema de vigilância das violências (morbimortalidade), identificando-se formas de garantir a democratização das in-

formações configuradoras da situação de violência no município de Salvador, assim como avaliando-se o impacto das ações de prevenção e controle.

Comunicação – através da comunicação, busca-se explicitar a posição do FCCV em relação às políticas e aos fatos que ocorrem na cidade; manter o intercâmbio de informações no âmbito do FCCV; analisar as informações oriundas de notícias (meios de comunicação)/notificação de fatos de violência ou de seu enfrentamento; realizar a discussão e o confronto entre as diversas fontes de informação; colocar em evidência casos semelhantes àqueles que tiveram destaque; divulgar as informações produzidas/analizadas pelo FCCV.

Mobilização social – trata-se de discutir e adotar um conceito amplo de mobilização social, aplicando-o na promoção de ações conjuntas contra a violência.

Experimentação de ações – utilização de estratégias para enfrentar a violência na área do Distrito Sanitário Barra/Rio Vermelho, através da articulação das instituições visando desenvolver ações conjuntas e sistematizar as lições aprendidas.

Proposição de políticas públicas – elencar iniciativas, programas, projetos e normas referentes ao enfrentamento da violência; identificar outras políticas correlatas em setores como saúde, educação, justiça, meio ambiente etc.; formular e encaminhar propostas de políticas a partir das experiências de ações coletivas e do posicionamento do FCCV.

A gestão

Um grupo gestor assume a responsabilidade de coordenar e conduzir o FCCV, responsabilizando-se pelo desenvolvimento de suas funções e tarefas, mantendo-as “em pauta”, e mobilizando as instituições envolvidas de acordo com as especificidades das ações. Os componentes desse grupo gestor podem assumir, individualmente ou em equipes de duas ou três pessoas, a representação do FCCV. No entanto, essa representação pode ser exercida por qualquer um dos membros, sem que haja delegação formal do coletivo, desde que sejam mantidas explicitamente as posições do Fórum (em conformidade com seus princípios) e que sejam salientadas especificamente as posições daquele membro.

Tratando-se de um Fórum que agrega entidades distintas, previu-se esse sistema de gestão

compartida e não colegiada, pois se fosse exigida a presença de todas na realização de cada ação e de cada iniciativa, isso poderia produzir um efeito imobilizador. O grupo gestor se reúne regularmente, mas foi acordado que as iniciativas podem e devem ser desenvolvidas sem a necessidade de “aprovação prévia” pelo coletivo. Quando pertinente, possíveis discordâncias de posicionamento e de condução são discutidas e revistas. Estipulou-se também que essa forma de condução será periodicamente revista e, se necessário, modificada. A plenária do Fórum é mantida como instância máxima de deliberação e decisão.

Para se ter uma noção das atividades do Fórum, faz-se uma apresentação resumida daquelas já realizadas, no intuito também de contribuir para uma melhor elucidação da articulação conceitual indicada na introdução deste artigo, que traduz o Fórum sob a forma de produto.

No âmbito do Município do Salvador, foram executadas as seguintes ações:

- publicação e difusão do relatório “**Rastro da Violência em Salvador**”, contendo a descrição e a análise das mortes violentas ocorridas em Salvador, no ano de 1997, e registradas no Instituto Médico Legal – IML;
- elaboração do Manual de Normas e Procedimentos de Vigilância da Violência;
- organização, produção e lançamento da campanha publicitária “**Conte até 10 que a violência acaba!**”;
- elaboração e encaminhamento ao Governo do Estado, durante a comemoração dos 50º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos (dez. de 1998), de um documento contendo um posicionamento acerca de várias questões relativas ao enfrentamento da violência;
- elaboração de parecer sobre o Plano Nacional de Segurança Pública e encaminhamento ao Governos federal e a órgãos do Governo estadual;
- participação em iniciativas da sociedade civil, visando à mobilização social em prol da paz e da não-violência (“Campanha Você e a Paz”, instituída pelo Grupo Espírita da Bahia, e “Movimento Estado de Paz”, ação articulada por jornalistas e formadores de opinião);
- participação na elaboração de projeto da Secretaria de Segurança Pública, para ampliação e

melhoria da atenção às vítimas de violência sexual nas delegacias e no Instituto Médico Legal;

- recadastramento de contratos e de acordos firmados com entidades prestadoras de assistência social, jurídica, policial, médica e psicológica, para ampliação dos pontos da rede de atendimento;
- elaboração da proposta de capacitação da rede de atendimento;
- realização de debate público sobre a Polícia Comunitária, avaliando o funcionamento e perspectivas da Polícia Cidadã – nova denominação atribuída pela corporação militar, aos comandos descentralizados no município;
- discussão com os candidatos à Prefeitura de Salvador de suas propostas em relação ao enfrentamento da violência;
- discussão com a equipe da Prefeitura sobre o “Plano Intersectorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida na Cidade do Salvador”;
- realização de eventos sobre temas de interesse do Fórum: Seminário de Prevenção de Acidentes, em parceria com a Escola Bahiana de Medicina, Faculdade de Medicina da UFBA e Conselho Regional de Medicina; oficina de modelo de policiamento e conferência aberta ao público com professor da Universidade dos Andes e Mérida; Seminário “Violência e Mídia”, realizado em parceria e sob a coordenação do Departamento de Comunicação Social da UNEB, Rede Unida e do Instituto de Saúde Coletiva; oficinas de comunicação voltadas para os representantes da comunidade, com a participação de representante da Universidade de Salamanca (Espanha);
- realização da campanha de vacinação contra a violência, nas áreas de atuação do Projeto EPA, nos terminais rodoviário e marítimo e em três grandes “shoppings centers” de Salvador, (dez. de 2000 e na anterior ao Carnaval de 2001);
- articulação com as Secretarias estaduais da Segurança Pública e da Saúde, para estruturação de um “Observatório da Violência”, coordenado pelo Fórum, através do Instituto de Saúde Coletiva;
- ampliação da participação comunitária no Fórum, incluindo a representação da Federação de Associação de Bairros de Salvador –FABS.

Na área do Distrito Sanitário Barra/Rio Vermelho, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- treinamento dos profissionais responsáveis pela vigilância epidemiológica em cada unidade de saúde e investigação de alguns casos suspeitos de homicídios;
- elaboração, publicação, lançamento e distribuição do Guia de Serviços de Atendimento a Vítimas de Violência;
- cursos sobre cidadania e direitos humanos, destinados a policiais e representantes das comunidades;
- atividades artísticas e culturais em escolas;
- formação de guarda social mirim (30 pré-adolescentes e adolescentes), no Engenho Velho da Federação;
- cursos de primeiros socorros para adolescentes e jovens adultos, em várias comunidades;
- desenvolvimento da campanha “Declare amor ao seu bairro”, nas comunidades participantes do Projeto UNI, e em bairros situados fora dos limites do Distrito;
- elaboração e desenvolvimento do projeto estratégico “Espaço, Paz e ação – EPA”, que se propõe à experimentação de ações integradas e articuladas de prevenção e controle das diversas formas de violência em territórios específicos. As linhas de ação desse projeto são: mobilização social, ocupação e convivência do espaço público; educação e cidadania; geração de ocupação e renda; rede de assistência às vítimas de violências; gestão, monitoramento e avaliação. Essa experiência é realizada com o apoio financeiro da Fundação Kellogg.

O experimento do Fórum: Projeto EPA

Cada linha de ação do Projeto “Espaço, Paz e Ação” se desdobra em vários sub-projetos complementares entre si, executados de modo coordenado, por iniciativa de um ou mais parceiros, em cada um dos territórios envolvidos na ação; por outro lado, essas ações podem ser estendidas a territórios que não fazem parte do Projeto, mas que estão em sua área de cobertura (ou de influência), por estarem situados em espaços institucionais ligados a funções de estado e/ou de governo.

As quatro primeiras linhas desse projeto abrangem ações “finalísticas”, desdobradas em sub-projetos que englobam atividades das quais participam pessoas e instituições das áreas, e visam à produção de efeitos sobre a situação detectada. A 5ª linha envolve sub-projetos relacionados entre si e que servem de suporte para as demais linhas de ação, através da coordenação da intervenção e da manutenção da articulação e do sinergismo entre os vários sub-projetos, estruturando o sistema de informação para um conhecimento mais aprofundado da situação e para o seu respectivo monitoramento; acompanhando o desenvolvimento do Projeto e avaliando seus produtos e resultados; sistematizando o aprendizado e difundindo a experiência; capacitando os atores envolvidos; desenvolvendo o instrumental teórico, metodológico e técnico que potencialize as possibilidades políticas da intervenção social organizada em situações complexas.

A gestão do Projeto guarda coerência com as diretrizes de sua formulação. Assim, os grupos de trabalho são constituídos por entidades governamentais e não-governamentais, de acordo com a especificidade de sua atuação e com a linha de ação do Projeto, e por representantes das comunidades das áreas escolhidas para a intervenção, buscando concretizar o cruzamento entre as linhas e os territórios. Cada GT tem um gerente temático, escolhido pelas entidades participantes, e um gerente por território de atuação.

A coordenação geral do Projeto cabe a um grupo gestor (GT Gestão, Monitoramento e Avaliação), formado pelo colegiado dos gerentes territoriais e temáticos, sob a dinamização da diretora-executiva do Projeto UNI-Bahia, cujo estrutura administrativa tem funcionado também como apoio administrativo e logístico para o EPA.

No decorrer de seu primeiro ano de desenvolvimento, o EPA realizou:

- atividades de reforço escolar e discussão dos Direitos Humanos e da Cidadania com todos os grupos envolvidos nos cursos e atividades de “ocupação e renda” (Nordeste de Amaralina);
- desenvolvimento do Projeto Viver: pais e adolescentes prevenindo DST/Aids – para a prevenção das DST/Aids e combate às drogas, envolvendo 30 pais e 30 adolescentes (Nordeste de Amaralina);

- implementação e ampliação das atividades do Grupo de capoeira (Nordeste de Amaralina);
- organização do Grupo de crianças e adolescentes nas escolas, para trabalhar com leitura e compreensão da realidade – Projeto Texto e Contexto (Alto das Pombas);
- organização do Grupo de adolescentes, composto por 40 adolescentes, para atuarem como multiplicadores das ações de educação e cidadania (Alto das Pombas);
- desenvolvimento de oficinas de dança, capoeira e futebol, no âmbito do Projeto Engenho do Futuro (Engenho Velho da Federação);
- implantação do Projeto “Escola, espaço de ação para a paz”, na Escola Henriqueta Catarino, com a realização de oficinas para a sensibilização de alunos e professores;
- apoio e articulação, no âmbito do Programa da Comunidade Solidária, para apresentação e desenvolvimento dos seguintes projetos: “Um som que candeia” (30 jovens do Engenho Velho da Federação); “Desenvolvimento da percepção visual através da arte do mosaico” (30 jovens do Alto das Pombas) e “Auxiliares de creche” (30 jovens do Nordeste de Amaralina);
- início do processo de capilarização da Rede de Atenção a pessoas em situação de violência, através da instalação de Núcleos Locais de Apoio às pessoas em situação de violência (núcleos formados por voluntários de cada comunidade);
- organização e capacitação do grupo de gestão, composto de gerentes de “linha” – profissionais de serviços ou da universidade e gerentes territoriais. A gerência territorial, assumida pelos representantes das comunidades, inclui a questão financeira.
- desenvolvimento de cursos (manicure, informática, corte e costura, gráfica, mosaico, auxiliares de creche), visando à organização de empreendimentos auto-sustentáveis e de ganho para os grupos em situação de maior vulnerabilidade, nas três áreas do Projeto – Nordeste de Amaralina, Engenho Velho da Federação e Alto das Pombas.

Esses processos tiveram uma repercussão maior do que as expectativas iniciais, mostrando também

que é necessário aprofundar e ampliar as ações para que seja assegurado o impacto desejado, não só no que se refere à redução das violências, mas nos aspectos relacionados ao efeito demonstrativo que essa experiência vem trazendo, fornecendo subsídios para intensificar as reivindicações e propor políticas públicas mais conseqüentes.

Entendeu-se ainda que o EPA tem as suas possibilidades de resultados influenciadas pelas relações e pelos compromissos assumidos por instâncias mais amplas, influenciando também essas relações e esses compromissos. A participação das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e de Educação, da Secretaria de Segurança Pública e do SEBRAE, assim como o papel e o significado do reconhecimento público do Fórum, pela mídia e pelos membros dos poderes legislativo e executivo, tiveram uma importância fundamental para o desenvolvimento das ações do Projeto, sendo também exemplos dessa influência mútua, que deve ser trabalhada de modo mais estratégico ao longo do desenvolvimento do Projeto.

Limites e possibilidades: algumas reflexões

A experiência revela que as propostas de intervenção têm que aliar diferentes perspectivas de ações institucionais, coletivas e individuais, visando não somente coibir atos e situações de violência, mas promover valores relativos à paz e à solidariedade. Têm também que estar submetidas ao acompanhamento e controle sociais, como forma de permitir melhor identificação do alcance de seus resultados.

O Fórum, a cada instante, se defronta com a não-tradição de trabalho intersetorial e em rede, com a dificuldade de financiamento para execução das propostas e com a inexistência de maneiras claras e definitivas de tratamento da violência, em razão da complexidade de suas determinações (como a crise econômica e as desigualdades sociais) que não podem ser resolvidas no âmbito de um projeto particular, mas com mudanças mais radicais na sociedade.

No entanto, a experiência tem consolidado a idéia de que se faz necessário criar canais de expressão

das demandas sociais a serem confrontados com as possibilidades oferecidas pela articulação de instituições públicas e organizações não-governamentais. Importa também repetir que, além dos problemas concretos das violências, uma questão a ser enfrentada, de modo imperativo, diz respeito à banalização e à naturalização da violência em nossa sociedade. Por isso, o Fórum empreende ações que visam recuperar a capacidade de indignação do cidadão e das instituições, rejeitando todas as formas de violência.

A experiência revela que as propostas de intervenção têm que aliar diferentes perspectivas de ações institucionais, coletivas e individuais, visando não somente coibir atos e situações de violência, mas promover valores relativos à paz e à solidariedade.

Notas

- 1 O Projeto UNI-Bahia, integrante do Programa UNI, financiado pela Fundação Kellogg, busca promover mudanças nos modelos de atenção e de ensino das profissões da saúde, e apoiar o controle social do Sistema de Saúde, no espaço territorial do Distrito Sanitário Barra-Rio Vermelho – DSBRV. O Projeto tem como objetivo a resolução dos problemas na área da saúde, priorizados em função de sua magnitude e transcendência, e considerando-se a exequibilidade de intervenção. São parceiros no Projeto os cursos de medicina, enfermagem, nutrição, odontologia, farmácia, psicologia e medicina veterinária, e os Institutos de Saúde Coletiva e de Ciências da Saúde da UFBA, os serviços públicos de saúde do DSBRV e as organizações comunitárias da área. O DSBRV corresponde a 28 bairros de Salvador e tem uma população estimada em 319.000 habitantes, para o ano 2000 (projeção baseada nos censos IBGE 1991 e 1996).
- 2 Associação Nacional dos Advogados Afro-Descendentes – ANAAD; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA; Centro Espírita Caminho da Redenção; Centro Projeto Axé; CIPÓ – Comunicação Interativa; Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador – CJP; Comissão da Cultura da Paz da Câmara Municipal de Salvador; Comitê das Entidades no Combate à Fome e Pela Vida; Conselho Municipal da Mulher; Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA; Defensoria Pública do Estado – DPE; Engenho Novo Publicidade e Promoções; Federação Espírita do Estado da Bahia; Fundação Cidade Mãe; Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; Grupo Gay da Bahia; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia; Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania – MIAC; Ministério Público; Instituto Roerich da Paz e Cultura do Brasil; Ordem dos Advogados da Bahia – OAB; Organização das Nações Unidas pela Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO; Organização do Auxílio Fraternal – OAF; Organizações Comunitárias participantes do Projeto UNI (Alto das Pombas, Calabar, Engenho Velho da Federação, Nordeste de Amaralina, Roça da Sabina, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas); Pacto Comuni-

tário de Combate à Violência Intra Familiar; Pastoral da Criança; Projeto Educarte; Projeto Encontro das Tribos; Projeto UNI; Rede UNIDA; SEBRAE; Secretaria de Segurança Pública (Delegacia de Proteção à Mulher – DPM, Delegacia de Repressão a Crimes contra Criança e Adolescentes – DERCA, Instituto Médico Legal Nina Rodrigues/Departamento de Polícia Técnica, Departamento de Trânsito – DETRAN, Polícia Militar do Estado da Bahia); Secretaria Estadual de Educação (Escola Euricles de Matos, Escola Carlos Sant’Anna I, Escola Henriqueta Catharino); Secretaria Estadual de Saúde (SUPECS/SUVISA/Centro de Referência do Adolescente – CRADIS); Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Barra-Rio Vermelho; SENAC; SINDIVIGILANTES; UNI-PAZ; União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Departamento de Ciências Humanas, Campus 1, Curso de Comunicação Social); Universidade Federal da Bahia – UFBA (Pró-Reitoria de Extensão/Programa UFBA Cidadania e Aprendizagem para o Trabalho, Curso de Psicologia, Escolas de Belas Artes, de Comunicação, de Dança, Direito – Serviço de Assistência Jurídica - SAJU, de Enfermagem, de Medicina Veterinária, Nutrição e Politécnica; Faculdades de Educação, de Medicina e de Odontologia, Instituto de Saúde Coletiva – ISC).

- 3 Organização, em 1977, do Sistema de Vigilância das Violências, com o apoio da UNICEF e do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, para levantamento das mortes violentas em Salvador. Em 1998, esse levantamento resultou em um estudo, publicado e difundido através do relatório: “Rastro da Violência em Salvador”, que permitiu um maior conhecimento da situação e, tornando o problema mais visível, permitiu uma mobilização mais intensa da sociedade, traduzida pelo aumento do número de instituições participantes do Fórum.
- 4 O Projeto: “Espaço, Paz e Ação” – EPA constitui-se em um experimento de desenvolvimento de ações, que possam ter efeito demonstrativo da possibilidade de enfrentamento intersetorial de problemas, tendo como linhas de ação: Geração de Ocupação e Renda; Educação e Cidadania; Rede de Assistência às Vítimas da Violência; Mobilização Social; Gestão, Acompanhamento e Avaliação das Ações.

Referências bibliográficas

- COSTA, S. Contextos de construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, 1997.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.
- JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. Artigo a ser publicado na Revista FEA-PUC/SP, no número de nov. 1999.
- KLIKSBERG, Bernardo. A modernização do Estado para o desenvolvimento social: algumas questões-chave. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.1, p.78-90, jan./fev. 1996.
- REIS, Elisa P. Política e políticas públicas na transição democrática. In: MOURA, Alexandrina de (Org.). *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice, ed. Rev. dos Tribunais, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p.90-104.
- SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Sandra Maria Chaves do. Programa comunidade solidária: Uma abordagem à luz dos processos de reforma do Estado. In: 23º ENCONTRO DA ANPAD, 23. Foz do Iguaçu, 19 a 22/09/1998. *Anais...* Foz do Iguaçu, 1998. CD-ROOM.
- *Heloniza Oliveira Gonçalves Costa é professora assistente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia e membro do Grupo Gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência.
- **Maria Eunice Xavier é médica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, mestra em Saúde Coletiva e membro do Grupo Gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência.

Nordeste de Amaralina: a violência não é a única medida¹

Patrícia Lima Velame Branco*

Notícias da violência no Nordeste de Amaralina

O viciado em maconha Edmilson Betiman Ferreira, 30 anos, matou com 14 golpes de faca a ex-companheira Ednice Teles da Silva, 24 anos, na noite de sábado, na casa da vítima, Rua 17 de Julho, 98 E, Nordeste de Amaralina. Ele foi preso horas depois, no Posto Policial do Hospital Geral do Estado, onde chegou com graves ferimentos no tórax, transferido do Hospital Eduardo Alencar, de Simões Filho. Para confundir os agentes de plantão, ele deu o nome trocado e disse ter sido ferido numa briga em Simões Filho (22km de Salvador)...(A TARDE, 22 nov. 1999. p. 20)

Chegamos ao Nordeste de Amaralina, bairro onde vivia Ednice, a jovem assassinada pelo ex-companheiro, e onde vivem ainda seus pais, filhos, parentes, e outras tantas vítimas de violência, com suas histórias de dor e sofrimento, medos e revoltas.

As grades nas portas de muitas residências e de estabelecimentos comerciais evidenciam o clima de instabilidade no local e, conseqüentemente, o receio que moradores e comerciantes têm de assaltos e homicídios. Observando a paisagem ao redor – o esgoto a céu aberto, os buracos nas ruas, as lajes que se multiplicam em cima das casas humildes para receberem os netos, as noras, os genros, os filhos desempregados – vislumbram-se também outras formas de violência que vitimam os moradores do bairro: falta de saneamento básico e de condições dignas de habitação, desemprego, inexistência de áreas de lazer etc. No Nordeste de

Amaralina, observa-se uma negação do discurso de modernização e progresso apregoado pelos Governos do Estado e Federal.

No bairro, moram pedreiros, pintores, carpinteiros, eletricitas, motoristas e cobradores de ônibus, cozinheiras, manicures, empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras, babás, garis, recepcionistas, balconistas, enfim, uma infinidade de personagens que trabalham nos espaços nobres da cidade, cujas “magias” e “encantos” atraem turistas do mundo inteiro. O Nordeste de Amaralina, por sua vez, não se localiza nessa parte da cidade que tem sido traduzida como a imagem de Salvador. No mesmo jornal² que anuncia o Farol da Barra e o Centro Histórico como cenários do Réveillon do milênio – *Mais de 150 mil turistas celebram chegada de 2001 na “cidade mágica”* – o Nordeste de Amaralina aparece na editoria de polícia, como palco de uma ronda policial que culmina com a morte de um morador do bairro – *PMS matam jovem e ficam impunes*³.

Por aqui há farmácias, padarias, lojas, mercados, academias de ginástica, locadoras de vídeo, casas de materiais de construção, oficinas, igrejas etc. “Só não tem banco”, lembra um morador. Também o Estado está presente, através dos postos de saúde, das escolas públicas e da polícia. Mas a precariedade do ensino e do atendimento médico confirma o quanto a sua ação, além de ineficiente, é seletiva – está voltada para o atendimento de espaços determinados como de “relevância”. Por sua vez, os episódios de violência policial praticados contra a população do bairro evidenciam uma faceta

autoritária e ilegítima deste Estado, bem como confirmam a incapacidade de suas políticas de segurança no gerenciamento da violência. De acordo com representantes da comunidade, há denúncias de servidores policiais que se envolvem com o tráfico de drogas, e de pessoas inocentes que se tornam vítimas da ação policial. Como afirma Tânia Palma, moradora do bairro:

(...) a polícia... tem uma atuação muito violenta, aqui na comunidade, sempre teve, e agora com a polícia comunitária está pior. Eu não tenho visto eles diferentes em nada. E quase todos os dias tem acontecido invasão de domicílios; abordagem de jovens, que vão passando aí na rua, que estão aí, sentados na rua, jogando bola; eles botam arma na cabeça dos jovens, batem, tiram a roupa, deixam nus. Essa prática que a polícia está tendo aqui, a gente está condenando mesmo, e a gente não tem como fazer um trabalho articulado com a polícia (Cordeiro, Assunção, Velame, 2000, p. 20-21).

No Nordeste de Amaralina, a violência representa um dos principais problemas enfrentados pela comunidade. Para se ter uma idéia, de janeiro a outubro de 2000 houve 36 homicídios no bairro⁴. Como nos informa uma criança de 12 anos: “Dizem que a gente não deve assistir muita televisão, mas a gente tem que ver televisão porque a gente não pode brincar lá na rua, por causa da violência”.

Os índices de mortes violentas registrados no local confirmam o que os estudos sobre o perfil das vítimas de violência em Salvador (Comissão de Justiça e Paz, 2000; Fórum Comunitário de Combate à Violência, 1998) têm revelado: os homens negros, jovens, moradores de bairros populares, subempregados e com baixo grau de escolaridade são os mais atingidos.

De acordo com o relatório *O Rastro da Violência em Salvador* (Fórum Comunitário de Combate à Violência, 1998), a violência constitui-se na segunda causa de morte na capital baiana, superada apenas pelas doenças cardiovasculares. No conjunto das violências, os homicídios representam a causa de maior incidência e crescimento, acentuando-se, principalmente, entre as pessoas do sexo masculino e da faixa etária de 15 a 49 anos.

Embora os homens representem as vítimas principais dos crimes de homicídio, a situação de opressão à qual a mulher está submetida não é

menos dramática. A mulher não só é vítima de estupro, de espancamentos e de diversas formas de agressões físicas e morais praticadas pelos homens⁵. Ela está, também, submetida a uma jornada de trabalho mais longa (trabalha dentro e fora de casa), recebendo, muitas vezes, salários inferiores em comparação aos indivíduos do sexo masculino.

Nesse sentido, a história de Ednice não é um caso isolado: dona de casa, mãe de dois filhos, a jovem de 24 anos garantia o sustento da família trabalhando como empregada doméstica em um prédio na Pituba, um dos bairros nobres de Salvador. Em 20 de novembro de 1999, ela foi assassinada pelo ex-companheiro, Edmilson. O rapaz fazia biscoito. “Ele trabalhava mais ninguém via um tostão dele. Chegava em casa e pedia: ‘bota minha comida aí’”, lembram os pais de Ednice, Sr. Anacleto e Dona Maria, que desde a morte da filha, assumiram o sustento e a criação dos dois netos pequenos. Quando usava drogas, Edmilson ficava com um comportamento violento e ameaçava Ednice de morte. No dia 23 de outubro de 1999, ela prestou uma queixa contra o companheiro na Delegacia de Proteção à Mulher.

Ednice deixou a casa em que vivia com Edmilson e foi morar com os pais. “Ele não deixava ninguém dormir; se ajoelhava, chorando, pedindo para ela voltar, prometia largar o vício”, recorda Sr. Anacleto. Depois da primeira audiência, Ednice voltou à delegacia para prestar nova queixa contra o ex-companheiro – “ele estuprou ela”, afirma dona Maria. “Ela disse tudo. A segunda audiência foi marcada para o dia 30 de dezembro, mas antes disso ele matou ela”, lembram os pais da vítima. Sr. Anacleto afirma que o crime foi premeditado: “ele estava com a faca na cintura esperando por ela”. Quando da apuração do crime, Edmilson alegou legítima defesa: “ele se fureu e alegou que foi ela; esfaqueou ela, depois ainda entrou em casa e tirou a camisa dele de sangue”, assegura o pai da jovem.

O assassinato de Ednice foi notícia nas páginas policiais dos jornais *A TARDE*, como vimos, e *CORREIO DA BAHIA* (22 nov. 1999. p.9), mas a mídia não fez nenhuma grande investigação sobre a sua morte. Casos como o da filha do Sr. Anacleto e Dona Maria são “banais”, e tendem a ser esgotados como assunto de polícia. Não é à toa que, normalmente, delegados ou policiais são as únicas

fontes citadas nas notícias de violência praticada contra as camadas mais baixas da população⁶.

Estigma da violência e exclusão midiática

Como afirma Certeau (1994, p. 286) “O grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. Ontem constituído em segredo, agora o real tagarela”. Dessa forma, se a mídia tem o poder de conferir existência real aos fatos ao torná-los conhecidos pelas pessoas, é também verdade que aquilo que não aparece nos jornais, no rádio e na televisão está confinado a uma “não-existência”.

Um problema enfrentado pelo Nordeste de Amaralina e por outros bairros pobres, vitimados pela criminalidade, refere-se ao fato de que as únicas imagens desses locais divulgadas pelos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, conhecidas pela população da cidade de um modo geral, são as da violência. Por sua vez, as cotidianas ações de paz, solidariedade e tolerância existentes nessas regiões não encontram acolhimento na televisão ou em outros meios de comunicação de massa. Como mencionou um representante da comunidade, quando de uma caminhada organizada por grupos de capoeira do bairro em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra: “a mídia não está aqui, hoje, filmando a nossa manifestação, mas se estivesse tendo um tiro-teio no bairro ela estaria aqui.”⁷

A imagem pública do bairro constitui-se, assim, a partir de um pequeno número de fatos que, como afirma Goffman (1978, p. 82), podem ser verdadeiros, mas que se “expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção, sendo, posteriormente, usados como um retrato global”. Quer dizer, o lugar está reduzido à criminalidade como se não existisse nada além disso. A situação descrita, além de negligenciar a complexidade do fenômeno da violência e de revelar uma imagem fácil e limitada do lugar, não estimula em nada as ações de paz, provocando, ao contrário, mal-estar e constrangimento aos moradores. “Se eu colocar no meu *Curriculum* que moro num lugar desse, ninguém vai querer me contratar”, afirma um jovem.

Segundo Elias (2000, p. 30-31), estudos demonstram que crianças marginalizadas estão mais propensas à agressividade e podem materializar, pelo menos até certo ponto, os estereótipos que lhes são atribuídos. A esse respeito, vale a pena lançar mão de um exemplo empírico: crianças e adolescentes do Nordeste de Amaralina demonstraram, pelo menos em um primeiro momento, um certo grau de dificuldade para relatarem seus sonhos e identificarem as cotidianas ações de tole-

rância, solidariedade, paciência e justiça existentes no bairro onde moram. “Não tenho nenhum caso para contar”, diziam. A dificuldade por eles apresentada em reconhecer ações de paz no espaço onde vivem é uma evidência de como o estigma da violência desestimula a memória de paz no imaginário desses indivíduos. Além disso, o fato desses jovens desconsiderarem a

importância dos seus sonhos e o valor das suas histórias de vida, é um exemplo patente de como o estigma pode penetrar na auto-imagem do indivíduo, abalando o seu amor próprio e levando-o a crer que é humanamente inferior.

Um morador do local se pronuncia: “Mas não é só aqui que é violento, não”. O que existe por trás desta “despretensiosa” sentença? Além de demonstrar um aparente cansaço, causado pelo peso do estigma carregado nas costas, esse morador quer nos lembrar que a violência não é uma propriedade do Nordeste de Amaralina, que ela está presente em outros lugares da cidade, pobres ou ricos, através das suas variadas formas de expressão. Existem aquelas, inclusive, que são próprias dos ambientes endinheirados e responsáveis, direta ou indiretamente, pelas manifestações de violência nos bairros miseráveis. Afinal, não são também violências os “crimes de colarinho branco”? A violência não é um problema de determinados espaços ou indivíduos; ela diz respeito a toda sociedade.

A falta de espaço na mídia para as ações de paz que acontecem na comunidade, assim como a fragilidade do movimento social frente à complexidade da violência – o que coage as fontes populares a se calarem – apontam para um quadro de marginalização midiática, que acaba por naturalizar es-

tigmas e assegurar silêncios. Em primeiro lugar, a violência é tomada, freqüentemente, de modo particular e individual, o que dificulta o realce do seu caráter social. O consenso que lhe é contrário também não se expressa em ações coletivas de colaboração concreta; nesse sentido, pode-se falar em revolta passiva e não em movimento organizado. Além disso, a violência impõe a “Lei do Silêncio”, o que dificulta a reversão desse quadro de exclusão mediática, pois as fontes populares não podem falar⁸. Isto termina por alimentar o modelo de enunciação da mídia, no qual as notícias sobre a violência são construídas baseadas, predominantemente, no discurso de delegados e policiais.

Todavia, é possível identificar tentativas de romper o silêncio instaurado: *crianças denunciam tráfico de drogas no Nordeste de Amaralina*, é manchete em um jornal de Salvador. Embora arriscar-se a desafiar traficantes não se constitua em uma regra, pode-se reconhecer a resistência surda e cotidiana dos moradores do local: eles estudam, trabalham, sonham com um futuro sem violência.

Paz silenciosa

Semanalmente, jovens moradores do Nordeste de Amaralina – alunos da Escola de Capoeira Afro-Bahia – se reúnem com o grupo de Comunicação Social do Fórum Comunitário de Combate à Violência⁹, na Associação de moradores do bairro. Nestes encontros, essas crianças e adolescentes são estimuladas a reconhecer as ações de paz que acontecem no bairro, a contar suas histórias de vida, a sonhar. Em uma das atividades desenvolvidas, esses jovens imaginaram e escreveram como seria uma cidade sem violência.

Na cidade dos sonhos, descrita por essas crianças e adolescentes, existe muito espaço para se divertir. As ruas, repletas de canteiros, praças e jardins, são largas, limpas, asfaltadas e iluminadas. Não há mendigos, becos, buracos, esgotos entupidos, drogas e armas. Todo mundo se conhece; pode-se dormir de portas abertas! Essas ruas são calmas,

mas ao mesmo tempo, alegres. A escola, por sua vez, é uma segunda casa, pois tem tudo de bom para oferecer: quadra de esporte, sala de multimídia, laboratório, biblioteca e merenda escolar para todos. Quanto ao transporte coletivo, ele é de graça e cobrado junto aos impostos da família; assim, “como chegaria alguém para roubar o dinheiro?”

E quais são as pessoas mais importantes dessa cidade? Todos são importantes e iguais sem distinção alguma. As crianças têm direito a uma educa-

ção digna e não precisam trabalhar prematuramente. Felizes e cheias de opções, não pensam em crimes nem em drogas; são ouvidas pelos adultos e estudam bastante para serem “alguém na vida”. Assim, é difícil encontrar algum problema na cidade sem violência. Porém, é possível que surja algum, pois, afinal, onde existem seres humanos, há problemas. Mas aqui tudo se resolve com o velho ditado: “conversando todo mundo se entende”. Sem brigas ou discussões, as pessoas se reúnem na praça na tentativa de arranjar uma solução.

O habitante da cidade dos sonhos tem direito à vida, moradia, saúde, emprego, salário digno. É um direito seu, brincar, passear, estudar, seguir a religião que quiser, sem nenhum preconceito. Mas ele também tem como deveres manter a cidade limpa, ajudar um amigo, ouvir o outro, não brincar de bater, trabalhar, proteger a natureza, não fazer barulho, não brigar. Aqui, todo mundo tem o “dever de respeitar e o direito de ser respeitado”.

E, finalmente, os alunos da escola de Capoeira Afro-Bahia se imaginam como moradores da cidade dos sonhos por eles construída. Eles acreditam que seriam mais felizes e mais tranquilos, afinal, poderiam ir em qualquer lugar sem medo algum. Uma menina de 14 anos imagina: “eu seria como uma pena leve, pois não ia me preocupar com o que existe na vida real. A violência não ia existir no meu dicionário”.

A partir dos sonhos desses jovens do Nordeste de Amaralina, é possível observar que eles desejam uma cidade mais justa, que garanta aos cidadãos o acesso aos seus direitos: na cidade dos

**A partir dos sonhos
desses jovens do
Nordeste de Amaralina,
é possível observar
que eles desejam
uma cidade mais justa,
que garanta aos cidadãos
o acesso aos
seus direitos:
na cidade dos sonhos,
as casas são “lindas,
conforme qualquer
cidadão tem
direito de ter”.**

sonhos, as casas são “lindas, conforme qualquer cidadão tem direito de ter”. Quando descrevem as casas, as ruas, as escolas perfeitas, estas crianças e adolescentes denunciam as carências e as precariedades por que passam: na cidade dos sonhos, as escolas “eram boas, ensinavam bem e não tinha brigas nas horas das merendas”, as casas “eram todas grandes e não eram uma em cima da outra”.

Eles sonham com um mundo sem violência e sugerem formas de se evitar o problema: quando sabiam da existência de lugares onde ocorrem crimes, os habitantes da cidade sem violência “procuravam se reunir para dar solução, cursos profissionalizantes para os jovens, emprego para os pais, porque tudo isso acontece devido à falta de emprego”. Também a igualdade é aclamada como forma de prevenção contra a criminalidade: “as casas seriam todas do mesmo tamanho para que não ocorressem brigas”. Estes jovens estão entre as principais vítimas da violência. Não é justo que sejam confundidos com as ocorrências violentas do bairro em que vivem. E eles sonham com saídas:

Meu sonho é concluir o segundo grau o mais rápido possível; ter um computador em casa, porque eu pretendo fazer vestibular para contabilidade, e um dos meus sonhos é esse: passar no vestibular. Tem outro sonho que é continuar treinando capoeira – não pretendo parar tão cedo. Um sonho meu e de todos é ter paz, sossego, harmonia e acabar com as drogas, vícios e violências. Meu nome é Jacó.

Através dos sonhos, esses jovens estão não somente negando a violência e projetando possibilidades de salvação, como também “rompem a fronteira da marginalização e se integram à cidade da magia” (Cordeiro, 2000, p. 146). O sonho de Tiago é ter a “mulher mais bonita do mundo e ser o cara mais sortudo do mundo”. Outro aluno imagina: “meu sonho é ser alguém na vida, ser milionário; quero ser ator e que todas as garotas me vejam na televisão; e ser mais bonito do que eu já sou”. Estas fantasias dos jovens do Nordeste de Amaralina evidenciam uma perspectiva individual,

mas são as aspirações “dos homens dos dias de hoje, valores cultivados socialmente. Estão nos anúncios dos jornais, nas publicidades, nas escolas, nas vias públicas, nas músicas, no papo entre amigos, na vida dos artistas (...)” (Cordeiro, 2000, p. 146). Porém, os sonhos dos alunos do Afro-Bahia não são investigados; eles não dispõem de poder simbólico capaz de despertar a curiosidade.

Esses sonhadores também identificam ações de

generosidade, compreensão, tolerância e respeito em seu cotidiano. Essas imagens, que passam despercebidas e que não são colhidas pela mídia, são indicadoras de que no Nordeste de Amaralina, bairro onde se registram tantas mortes violentas, também se executam, de forma *silenciosa*, ações de paz. “São gestos miúdos, corriqueiros, desinteressados e anônimos. Sinais de grandeza e humanidade que devem ser objeto da atenção de todos”, assinala Cordeiro (2000, p. 147).

Rafael lembra que quando tinha uns 10 anos, quebrou o braço, e foi a vizinha quem o ajudou, levando-o ao hospital. Também o pequeno Edneidson, 10 anos, filho de Ednice recorda-se que no momento em que soube que a mãe havia sido assassinada por Edmilson, os vizinhos e amigos cuidaram dele e o impediram de ver o corpo dela. Como Cordeiro (2000, p. 148) assinala, “o silêncio em torno desses flagrantes de paz os desclassifica enquanto saídas a serem multiplicadas, enquanto espelhos de convivência, sinais de civilização”.

No Nordeste de Amaralina, os moradores estão habituados a assumir, em mutirões, tarefas como a construção da própria rede de esgoto, a abertura e a pavimentação de ruas, etc. Quer dizer, a solidariedade entre os vizinhos é uma necessidade vital dentro desse modelo de urbanização autônomo, que é desenvolvido frente ao descaso do Estado para com o bairro. Enquanto isso, em muitos lugares nobres da cidade, os vizinhos nem ao menos trocam cumprimentos como um “bom dia”, “como vai”, “até logo”.

No Nordeste de Amaralina, os moradores estão habituados a assumir, em mutirões, tarefas como a construção da própria rede de esgoto, a abertura e a pavimentação de ruas, etc. A solidariedade entre os vizinhos é uma necessidade vital dentro desse modelo de urbanização autônomo.

União de esforços no combate à violência

O Nordeste de Amaralina está na luta contra a violência. A associação de moradores do bairro é uma das organizações componentes do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV). E como a participação nessa parceria pode contribuir para o enfrentamento do problema? Maria Helena, representante da associação de moradores, argumenta:

O FCCV está contribuindo com a interação, essa parceria que está acontecendo entre as instituições; para a comunidade isso vem a fortalecer o nosso trabalho. Tem algumas instituições que trabalham com a questão dos adolescentes, a questão da mulher, violência policial, violência intra-familiar, todas essas questões têm uma problemática aqui na comunidade. Não que o Fórum vá resolver, mas pode clarear, só o fato de você poder ir lá e discutir onde a gente quer chegar. (Cordeiro, Assunção, Velame, 2000, p. 19-20)

Convém ressaltar que o Fórum não deve ser entendido como uma instância executiva ou entidade que vise a substituir as competências de organizações governamentais ou não-governamentais. Como afirma Francisco Santana:

Como entender o Fórum? Como sendo uma caixa de ressonância para essa denúncia [violência policial] e também como meio de prevenir a violência, atraindo, através das entidades que fazem parte, projetos de geração de emprego e renda. Outra expectativa é mobilizar amplamente a população, não só para a questão da violência, mas para os trabalhos comunitários do bairro mesmo; envolver a comunidade na luta política...Uma coisa que deve ser enfatizada é que a gente não pretende substituir o poder público, ao contrário, a gente só quer, através do efeito demonstrativo, cobrar do governo ação concreta, pois a responsabilidade é dele. (Cordeiro, Assunção, Velame, 2000, p. 19)

O Nordeste de Amaralina foi uma das primeiras comunidades envolvidas na Campanha de Vacinação Contra a Violência¹⁰, lançada pela entidade. No dia 27 de outubro de 2000, ocorreu vacinação em 10 escolas e na associação de moradores do bairro. Os vacinadores foram lideranças locais, bem como alunos do grupo de teatro do “Projeto Viver” e da Escola de Capoeira Afro-Bahia. Foram estes úl-

timos, também, que realizaram a vacinação no Shopping Center Lapa. Em relação a sua experiência como vacinadora, Gisele se manifesta, reproduzindo a conversa que teve, na escola, com a sua professora de 4ª série: “Eu fui lá, pró, a gente não veio ontem porque a gente participou da vacinação contra a violência. Ai, ela falou: ‘É? Muito bom! Vocês não podem fazer aqui também, não?’ Parece assim que ela ficou orgulhosa da gente”.

“A campanha vem trabalhar a consciência das pessoas; a fita, que é o símbolo da vacina, é bem vinda na comunidade”, afirma o professor Careca. Argumentos como “a pessoa, mesmo com a fita no braço pode continuar praticando a violência”, são rebatidos por alunos da Escola de Capoeira Afro-Bahia da seguinte forma: “o bairro leva a fama de ser muito violento; você fica preso dentro de casa; tem violência em qualquer lugar, mesmo que a gente mude de bairro. A fita demonstra que estamos contra violência”.

Como evidenciam os discursos precedentes, a campanha pode contribuir para a mobilização social no interior das comunidades, bem como para que um número cada vez maior de pessoas reflitam sobre os problemas que causam as violências. Finalmente, ela quer mostrar que as comunidades estigmatizadas, como é o caso do Nordeste de Amaralina, são as mais vitimadas pela violência, estando, no entanto, em busca de soluções.

Assim, os meios de comunicação podem fazer circular na esfera pública as ações de paz e as mobilizações contra a violência que acontecem no Nordeste de Amaralina e, com isso, contribuir no sentido de alterar a imagem de “marginais” que é associada aos moradores do bairro por uma outra que os identifique como cidadãos que lutam pela paz. A comunicação deve atuar, também, no sentido de fazer valer um conceito mais abrangente para a violência¹¹, que em áreas carentes como o Nordeste de Amaralina, associa-se a questões que extrapolam o âmbito da segurança pública. Como afirma Francisco Santana, uma liderança da comunidade:

A violência, que a gente identifica como primária, é a institucional do governo, da política econômica. Essa é a primeira e, sempre, em todos os atos que fazemos sobre a questão da violência, a gente procura conscientizar a população de que é preciso se mobilizar e que essa violência, do desem-

prego, da fome, da falta de saneamento básico, da falta de educação (as escolas e os centros de saúde estão destruídos) é que gera outras violências. (Cordeiro, Assunção, Velame, 2000: 18-19)

Ademais, a mídia fortalece o sistema democrático se ela confere legitimidade às vozes de vítimas, organizações e movimentos sociais para que estes possam combater a violência no plano simbólico. Todavia, não podemos perder de vista que esse combate deve se dar, principalmente, no plano real. E para tanto, os sonhos daqueles jovens moradores do Nordeste de Amaralina e o conceito de violência defendido no discurso precedente parecem nos indicar caminhos a serem seguidos.

Notas

- 1 Este texto é uma síntese da monografia “Nordeste de Amaralina: a violência não é a única medida”, apresentada pela autora, em fevereiro de 2001, para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social pela Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da professora Tânia Cordeiro, e com o apoio da comunidade do Nordeste de Amaralina e do Fórum Comunitário de Combate à Violência.
- 2 A *TARDE*, 31 dez. 2000.
- 3 A situação descrita aponta para uma divisão dos moradores da Cidade entre aqueles que vivem nos bairros nobres e turísticos e aqueles que habitam os bairros pobres, com altos índices de criminalidade, configurando-se, assim, uma relação do tipo “estabelecidos” e “outsiders”, de acordo com a terminologia de Nobert Elias (2000). Enquanto a imagem que os estabelecidos têm de si e transmitem aos outros está pautada na “minoría dos melhores”, ou seja, tende para a idealização, a imagem dos *outsiders* tende a se modelar numa “minoría anômica”, isto é, tende a ser denegrida. É conveniente ressaltar que também existem dentro do Nordeste de Amaralina relações entre “estabelecidos” e “outsiders”. É possível que os moradores de determinadas ruas do bairro considerem a si mesmos e aos seus vizinhos como tendo um status superior àqueles que vivem nas áreas mais insalubres e onde se concentram ladrões e traficantes. Uma desigual distribuição de poder, portanto, é o que está no cerne das tensões entre os grupos envolvidos, quer dizer, um grupo só pode estigmatizar um outro com eficácia, quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.
- 4 Números igualmente alarmantes foram constatados em outros bairros pobres de Salvador. Só para citar alguns exemplos, foram registrados, no referido período, 32 homicídios na Liberdade e, na Sussuarana, 25 casos foram contabilizados. (Fonte: IMLNR – Setor de Arquivos e Estatísticas).
- 5 De acordo com a Dr^a. Isabel Alice de Pinho, Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Mulher (DPM), a instituição registra, em média, mil queixas por mês. Na maioria dos casos, a violência contra a mulher é praticada por pessoas que têm uma relação de parentesco, de conjugalidade e/ou vizinhança com as vítimas: companheiros ou ex-companheiros são os principais responsáveis por esses crimes.
- 6 Em 2000, nos últimos meses do ano, os assassinatos de um casal de adolescentes e de uma jornalista, provenientes da classe média, geraram na mídia uma postura de indignação. Os meios de comunicação, agora, falam em uma “onda de violência” na cidade de Salvador. Matérias publicadas nas páginas policiais do *A TARDE*, nos dias 6 e 8 de janeiro de 2001 alertam que a classe média está “na mira dos criminosos”. Convém recordar que foram registrados, de janeiro a outubro de 2000, 36 homicídios no Nordeste de Amaralina. Na Barra, ocorreram dois e, na Graça, nenhum homicídio foi registrado (IMLNR). Quer dizer, a “onda de homicídios” atinge principalmente os moradores de bairros pobres e periféricos, com pouca infra-estrutura e grande densidade populacional, mas a morte dessas pessoas não desencadeia debates na mídia, nem caminhadas ou ações pela paz.
- 7 É pertinente salientar que, embora a mídia confira projeção pública aos crimes que acontecem no Nordeste de Amaralina, isso não significa, necessariamente, que os problemas de violência enfrentados por essa população estejam sendo objeto de atenção por parte dos organismos políticos, e nem que as audiências estejam sendo convidadas a tomá-los como relevantes. A importância conferida pelos meios de comunicação a um determinado tema não pode ser avaliada somente em termos do número de notícias, do espaço ou do tempo que lhe são dedicados. Como Sampedro (1997, p. 43) assinala, “mais importante que a quantidade de informações resultam os argumentos com os quais são debatidas as questões sociais nos meios”. E como já afirmamos, os episódios de violência que acontecem no bairro se esgotam na mídia como assunto de polícia.
- 8 As associações de bairros que lutam contra a violência, por exemplo, não podem denunciar os traficantes que atuam em suas comunidades sob a ameaça de sofrerem represálias. Além disso, muitas vezes, a vítima depende direta ou indiretamente do agressor, como na situação a seguir: a maioria das queixas registradas na Delegacia de Crimes contra a Criança e o Adolescente é praticada por pais, padrastos ou namorados. A mãe da vítima é quem normalmente denuncia; é ela também quem retorna à instituição para dizer que, embora ele seja estuprador, é ele quem sustenta a casa, e que portanto, não pode ficar preso.
- 9 O Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV) é uma instância que reúne esforços e recursos (públicos e privados), para a proposição e articulação de ações e políticas destinadas a prevenir e a controlar as diversas formas de violência em Salvador. São parceiros do Fórum, entidades governamentais, não-governamentais e comunitárias.
- 10 Essa campanha teve início em 24 de outubro de 2000, com uma vacinação no Shopping Center Lapa. O seu diferencial

é a definição da violência como uma questão de saúde pública, bem como o fato de ela ser desenvolvida por comunidades afetadas pelo problema. A atividade quer chamar a atenção da opinião pública para o problema, como uma questão social, e não apenas associado a ocorrências isoladas e individuais. A campanha de vacinação contra a violência apoia-se no fato de que o ritual de vacinação dispõe de uma imagem pública, e nesse sentido, busca-se uma aproximação com os elementos habituais que o compõem: carimbo, mapa estatístico, cartão, folheto informativo para os pais e a vacina, propriamente dita, materializada em uma fita que é amarrada no pulso da pessoa. Esta traz a seguinte inscrição: "FCCV – Diga não à violência – FCCV".

- 11 A mídia exerce uma função essencial, como assinala Sampedro (2000), que é a de "lograr que todos coincidamos na definição do que é violência legítima e ilegítima, assim como nas soluções que devemos aplicar."

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.

CORDEIRO, Tânia. Violência: imagens singulares de um drama social. In: OLIVEIRA, Nelson de, RIBEIRO, Lutz M. S., ZANETTI, José Carlos (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador: CJP, 2000. 157 p.

_____. ASSUNÇÃO, Ana Elisa, VELAME, Patrícia (Org.). *Fórum comunitário de combate à violência: quem somos e o que fazemos*. Salvador: EDUFBA, 2000. 78 p.

ELIAS, Nobert, SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA. *O rastro da violência em Salvador*. Salvador: UFBA, 1998.

_____. *Relatório de avaliação: campanha de vacinação contra a violência* (outubro a dezembro de 2000). Salvador, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de M. L. Nunes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 158 p.

SAMPEDRO, Victor. *Movimientos sociales: debates sin mordaza. Desobediencia civil y servicio militar (1970-1996)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. (Colección estudios políticos).

_____. *Seminário comunicação e silêncios: o olhar da saúde sobre a violência*. Salvador, 2000.

* Patrícia Lima Velame Branco é bacharel em Comunicação Social.

Proposta de ação para redução da morbimortalidade por causas externas no Estado da Bahia: relato e experiência

*Cristina Aguiar Pereira, Gerluce Alves Pontes da Silva, Isabel Cristina Souza Drumond, Joselita Nunes Macedo, Lorene Louise Pinto, Marlene Tavares Barros de Carvalho, Zenaide Calazans Oliveira**

A morbimortalidade por violência, expressa por meio das causas externas, vem sendo reconhecida como um problema de saúde pública, observando-se um aumento gradativo na atenção e na preocupação das instituições de saúde no sentido de transformar o tema em prioridade nacional.

Na Bahia, a análise da mortalidade, no período 1985-1997 (Gráfico 1), indica um aumento de 43,6% na mortalidade proporcional e de 24,0% no coeficiente de mortalidade por causas externas. O perfil desses agravos segue a tendência nacional, com maior proporção de vítimas no sexo masculino, jovens e adultos jovens, tendo como principais causas homicídios e acidentes de trânsito (Gráfico 2).

Na distribuição espacial dessas ocorrências, observa-se que em nove das 30 Diretorias Regionais de Saúde (DIRES) verificava-se risco elevado de morte por causas externas (> 40/100.000 habitantes – Gráfico 3).

Numa análise mais aprofundada percebe-se que a violência tem diversas vertentes e afeta a população de forma diferenciada. Enquanto os homicídios atingem em sua maioria os homens e ocorrem mais em espaços públicos, as maiores vítimas da violência no espaço doméstico são mulheres, crianças e adolescentes.

Diante da gravidade do problema o Plano Estadual de Saúde da Bahia (1996-1999) reservou um

capítulo especial ao tema. O Departamento de Vigilância da Saúde, em 1998, resgata a intenção institucional de atuar sobre a violência e elabora o **PLANO DE AÇÃO PARA A REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS NA BAHIA (PARMCEX)**, aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde, e que prevê três linhas de ação:

1. **Sistema de vigilância da violência** – busca analisar o estado de saúde e o perfil epidemiológico da violência, visando identificar situações de risco e implantar sistemas integrados de vigilância epidemiológica de acidentes de trânsito e homicídios, que contribuem com mais de 50% das mortes violentas identificadas;
2. **Assistência às vítimas da violência** – para a redução de riscos e para a prevenção, recuperação e reabilitação de danos físicos, psicológicos e sociais, além das ações de segurança pública e justiça;
3. **Mobilização social, educação e cidadania** – voltada para a mobilização, educação e participação da comunidade na prevenção e controle da violência.

Com a compreensão de que um plano não torna factível e viável, automaticamente, uma dada proposição, sendo necessário para tanto um processo

político institucional mediado pelos esforços e vontades dos sujeitos sociais, apresenta-se neste relato os caminhos já percorridos, com os avanços e os obstáculos encontrados nos mesmos.

Avanços do PARMCEX

Sistema de Vigilância das Violências

No âmbito do sistema de vigilância das violências, foi priorizada, em 1999 a implantação de um sistema integrado de informação para causas externas, especialmente a partir de articulações entre a Secretaria de Saúde (SESAB) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (Instituto de Medicina Legal – IML e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN). O principal produto foi um diagnóstico dos sistemas de informações existentes nas várias instituições, visando ao estabelecimento de instrumentos e fluxos para a construção do sistema integrado.

Com relação ao IML, foi incluído o número da Declaração de Óbito no registro do Instituto, e está sendo estudada proposta de Implantação do Sistema de Informação de Mortalidade/SIM nesse órgão, que passaria a dar entrada diretamente às mortes violentas, viabilizando a atualização e modificação da causa básica no sistema, com consequente agilização do fluxo da informação.

Certamente que a institucionalização do sistema integrado de informações ainda é um desafio. Quanto à morbidade, o caminho a ser seguido será o do registro de eventos em “unidades sentinelas”, responsáveis pelo atendimento de urgências/emergências.

Com as informações disponíveis, buscar-se-á a implantação de um sistema de vigilância epidemiológica dos homicídios e de acidentes de trânsito.

Assistência às Vítimas das Violências

Nessa linha de ação, a Secretaria Estadual de Saúde vem atuando em duas frentes:

• Programa de Referência Hospitalar para Atendimento à Urgência e Emergência

Tem como um dos objetivos a melhoria da qualidade do atendimento às vítimas de traumas nas

unidades de urgência e emergência, e a consolidação do sistema de referência, incluindo a atenção pré-hospitalar. O convênio com o Ministério da Saúde, no valor de R\$ 8,5 milhões de reais, já teve um repasse de R\$ 2,7 milhões, destinados à aquisição de equipamentos para sete das nove unidades de referência para o programa no Estado da Bahia. Na atenção pré-hospitalar o Programa busca reestruturar o Atendimento Metropolitano de Emergência (AME), já existente, e apoiar o Projeto Salvar, do Corpo de Bombeiros, além de implantar a Central de Regulação para pactuação do fluxo de atendimento.

• Implantação de uma rede de assistência às vítimas de violência e seus familiares

Este trabalho vem sendo desenvolvido na área do Projeto Espaço, Paz e Ação (EPA), uma proposta de intervenção intersetorial para enfrentamento da violência em duas áreas do município de Salvador, desenhado no interior do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV). Esse Fórum é um encontro de entidades comunitárias, instituições governamentais e organizações não-governamentais preocupadas com a violência, constituído no Distrito Sanitário Barra/Rio Vermelho (DSBRV), em Salvador-Ba, que atua como um espaço onde se definem e organizam estratégias de intervenção conjunta.

Por intermédio do EPA pretende-se experimentar estratégias de enfrentamento da violência mediante ações coletivas. A SESAB coordena, no referido projeto, a linha de ação rede de assistência às vítimas de violência e seus familiares, que busca uma ampla articulação de instituições e entidades que atendem ou podem vir a atender, em sua rotina de trabalho, pessoas em situação de violência. Com isso, vai ser possível o desenho e a implementação de um sistema de referência para o atendimento dessas vítimas e seus familiares, além de tornar-se viável a construção de tecnologias de capacitação de profissionais dos diversos setores para o trabalho com um problema de complexa determinação como a violência.

Mobilização social, educação e cidadania

No que diz respeito à mobilização da sociedade, a SESAB, como integrante do Fórum, vem partici-

pando do processo de formulação e encaminhamento de propostas de políticas a partir das experiências das ações coletivas desenvolvidas, principalmente das que envolvem educação e cidadania. É também no Fórum que estão sendo construídos os acordos e entendimentos sobre como trabalhar o tema da mobilização social, uma vez que o problema da violência, por envolver toda a sociedade, não pode ser equacionado por um setor isoladamente.

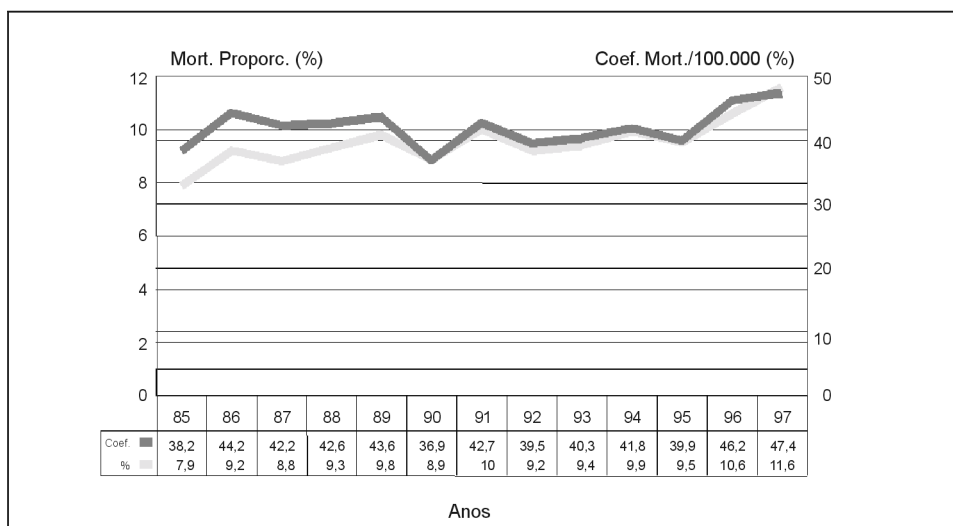
Refletindo sobre os limites e perspectivas

Um dos grandes obstáculos ao avanço da proposta é a não-acumulação de experiência de trabalho articulado e intersetorial na busca de soluções para problemas complexos que requerem um conjunto de ações capazes de superar os limites disciplinares, setoriais e institucionais.

Nessa etapa do processo, o grande ganho está sendo o aprendizado do trabalhar com um novo olhar. A experiência tem ajudado também a compreender a resistência dos profissionais do setor saúde que ainda não incorporaram os fenômenos da violência como um problema de saúde pública.

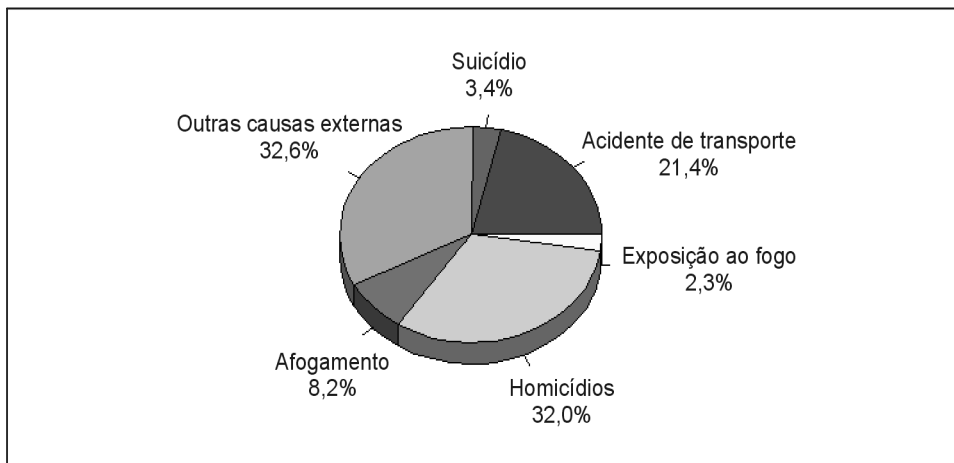
A despeito das dificuldades abre-se um campo de possibilidades na construção de uma nova abordagem sobre o tema e a incorporação do mesmo na agenda do setor saúde e do cotidiano dos serviços. Há, da mesma forma, a importante perspectiva da abordagem das políticas públicas sociais a partir da utilização das urgências/emergências não só como observatório das condições de saúde da população, mas também como reflexo da organização dos serviços.

Gráfico 1
Óbitos por causas externas (mortalidade proporcional e coeficiente de mortalidade por 100.000 hab), segundo local de residência e ano de ocorrência Bahia, 1985-1997



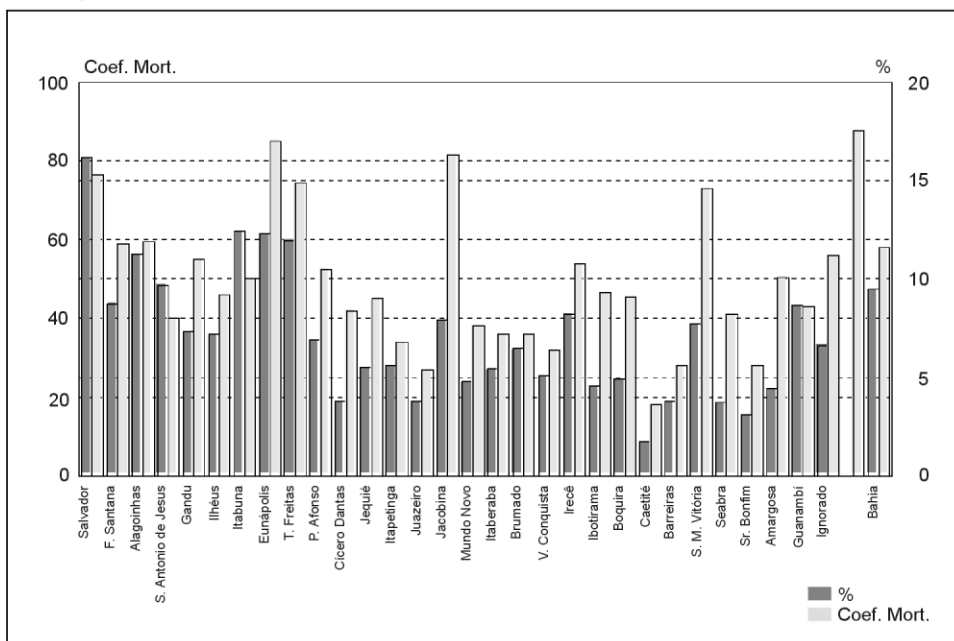
Fonte: SESAB/DICS/SIM

Gráfico 2
Óbitos por causa externas segundo causa específica
Bahia, 1997



Fonte: SESAB/DICS/SIM

Gráfico 3
Coeficiente de mortalidade (por 100.000 hab) e mortalidade proporcional
segundo causas externas e DIRES de residência
Bahia, 1997



Fonte: DICS/SESAB/SIM
 Dados processados até 25/11/99, sujeitos a revisão

Técnicos da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Reivindicação, cidadania e direitos humanos

Gino Tapparelli *

“Raro era o dia em que o sr. Pedro de Azevedo Gordilho não mandava, quando não o fazia em pessoa, espancar os presos correccionais. Os gritos de dor e as súplicas lancinantes das vítimas indefesas chegavam-me como punhaladas...

Um, coitado, nesse dia (5 de abril de 1924, domingo dos Ramos) apanhou mais do que os outros. Era um ex-sargento de polícia, segundo me informou um dos meus guardas. Depois de muito ter apanhado, vomitando sangue das pauladas recebidas na caixa tórax, o “doutor” grita-lhe, ameaçador:

- Abra as pernas, cabra!

O miserável, tremulo, mal podendo sustentar-se de pé, afastou as pernas.

O “doutor” então applicou-lhe violento ponta pé.

O pobre rapaz cahiu sem sentidos.

Depois disso, o “doutor” saíu calmamente, como se acabasse de praticar a acção mais meritória deste mundo. Mais adiante vi-o cumprimentar, como um perfeito gentleman, uma senhora que se achava á janela de sua casa, a Praça da Piedade.

Ninguém que o visse, assim cortez, seria capaz de suppo-lo autor de tamanhas façanhas.

Este artigo, forte, enérgico, mas sereno, foi publicado no “O Jornal” de 5 de Abril deste ano, vespertino que se edita nesta Capital, sem, contra elle, se articular a mais pallida consternação. Dir-se-ia que os chacaes ainda não despertaram da digestão dos seus nefastos crimes, ou que a sua insensibilidade moral é superior, em resistência, á pelle do rhinoceronte” (Cosme de Farias, 1926).

Direitos e cidadania

Certas temáticas, que por longo tempo ficaram confinadas ao dicionário e ao mundo acadêmico, vêm ao público e ganham sua visibilidade na mídia e na política. O tema dos Direitos Humanos está hoje em evidência, consolidando lutas, levantando questionamentos, despertando ressentimentos, e se torna, felizmente ou infelizmente, um tema polêmico.

O reconhecimento e a proteção dos Direitos Humanos são vistos como a condição indispensável para a construção da cidadania, da democracia e da paz, pois “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia,

não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos” (Bobbio, 1992).

Ao mesmo tempo, os Direitos Humanos, na visão de Bobbio, são “direitos históricos” no sentido que acompanham a evolução do processo histórico, amadurecem junto aos movimentos operários, às lutas que os homens realizaram para sua emancipação, às reivindicações individuais, e precisam, portanto, ser encarnados no contexto político e social de uma nação.

A obra clássica e básica da relação entre Cidadania e Direitos é a de T. H. Marshall, *Citizenship and Social Class*, a partir da qual se colocam, com diferentes posicionamentos críticos, quase todos os estudos sobre o assunto. Marshall, tendo como

ponto de partida de sua análise a história política e social da Inglaterra, a revolução industrial e a instituição do capitalismo, coloca a cidadania como a base e o fundamento dos direitos civis, políticos e sociais e apresenta um esquema linear, otimista e progressivo do desenvolvimento da cidadania através de três momentos.

A primeira fase é a da cidadania civil que confere aos indivíduos os direitos à vida, à integridade física, à segurança, à liberdade, à propriedade; são os direitos básicos e necessários para a liberdade individual que constituem o alicerce dos direitos políticos e sociais: “o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” (Marshall, 1988, p.10).

A cidadania política se desenvolve no século XIX e reflete as reivindicações das classes subalternas, o direito dos cidadãos de participar do poder político.

A cidadania social se afirma durante o século XX, associada ao Estado do Bem-Estar social, e consiste no direito à educação, segurança, saúde, moradia, aposentadoria. Os direitos sociais, para Marshall, abrangem “tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar plenamente da herança social” e de viver a vida de pessoa civil, segundo os cânones vigentes na sociedade” (Marshall, 1988).

A partir desses três elementos – o civil, o político e o social – Marshall define a cidadania como o “pleno pertencimento a uma comunidade” e “um status que é conferido àqueles que são membros de pleno direito de uma comunidade”. Esta visão de cidadania que se amplia sempre mais, permite a reconstrução dos processos políticos e sociais que constituem a história da Europa moderna e do capitalismo.

É a partir desta visão da indissociabilidade dos direitos de cidadania do sistema capitalista que começam as críticas a Marshall. Pois o capitalismo é um sistema não de igualdade, mas de desigualdade, baseado, portanto, em um conflito fundamental. Como pode um sistema de desigualdade criar um processo de igualdade de cidadania? Evidencia-se, portanto, o antagonismo entre a lógica seletivo-competitiva do mercado e a lógica cooperativa dos direitos de cidadania, entre os direitos reputados essenciais para a

democracia e os direitos considerados essenciais para a economia de mercado (Zolo, 1999).

Mesmo assim, a cidadania é vista em nossos dias como um conceito que carrega um grande valor político e social, e uma idéia estrategicamente importante como “uma categoria central de uma concepção da democracia que permaneça fiel à tradição liberal-democrática e, ao mesmo tempo, possibilita preencher “como idéia estratégica e expansiva o vazio teórico aberto após “a revolução do ‘89” na teoria política ocidental (Zolo, 1999).

O percurso da cidadania no Brasil não é tão pacífico e progressivo como Marshall o apresenta. José Murilo de Carvalho, após uma crítica ao esquema interpretativo desse autor, estudando o processo histórico e evolutivo dos Direitos Humanos no Brasil, oferece uma visão panorâmica da evolução da cidadania e dos direitos. (Carvalho, 1996).

O autor, fundamentado no instrumento conceitual de Tuner e Almond e Verba, e fazendo convergir a perspectiva histórica e cultural, apresenta os vários tipos e percursos da cidadania no Brasil dentro da tradição ibérica da iniciativa estatal. De acordo com a sua hipótese, a cidadania no Brasil é construída de cima para baixo com predominância de uma cultura política súdita, quando não-paroquial. Este tipo e percurso de cima para baixo, diferente do modelo anglo-saxônico de Marshall, cria a figura do cidadão negativo.

Durante o século XIX, a iniciativa do Estado em regulamentar o registro civil de nascimento, casamento e óbito e o recenseamento, caracteriza-se, segundo Carvalho, como cidadania negativa, pelo fato de manifestar uma reação negativa à intervenção do Estado no cotidiano das pessoas e na quebra de suas tradições, impondo assim uma cidadania de cima para baixo.

Por outro lado, alguns fatos significativos, como a participação nas eleições, no Poder Judiciário mediante o serviço do júri e no Exército, revelam mudanças que podem ser interpretadas como incipientes movimentos de construção da cidadania de baixo para cima.

Para Carvalho, o cidadão brasileiro do século XIX era um cidadão limitado, que pode ser entendido através da escravidão, do patriarcalismo e do latifúndio. As elites que realizaram a modernização foram “eficientes em cooptar os setores dominan-

tes mais do que a população para dentro do sistema". A criação do cidadão de cima para baixo cria a figura do cidadão em negativo, no sentido que "havia um potencial de participação que não encontrava canais de expressão dentro do arcabouço institucional e que, também, não tinha condições de articular arcabouço alternativo" (Carvalho, 1996, p. 356).

Temos assim a visão do homem brasileiro, caracterizado como um trabalhador, um sofredor e um conformado.

Nessa perspectiva, analiso neste artigo a relação entre Cidadania, Direitos Humanos e as reivindicações de direitos. Os dados utilizados são os inquéritos policiais da Corregedoria da Polícia Civil do Estado da Bahia a partir das queixas relativas à prática da tortura por prepostos da Polícia Civil. Esses dados, ainda em fase de estudo, fazem parte de uma pesquisa mais ampla sobre tortura, na década de 90, no Estado da Bahia.

Reivindicação de direitos e cidadania ativa

Geralmente, as reivindicações de cidadania e direitos são atribuídas às grandes instituições da sociedade civil: Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, sindicatos, organizações internacionais. Um dado surpreendente na análise dos inquéritos instaurados é que pessoas simples, como mães analfabetas, e pequenas organizações de moradores também reivindicam direitos.

A resistência das vítimas de tortura à violência policial alia-se à tomada de consciência de sua posição como cidadão, que não pode ser violado impunemente. As queixas revelam um amadurecimento da cidadania de baixo para cima, contrariando, aparentemente, a visão tradicional do cidadão negativo. Temos, ao contrário, um cidadão ativo, consciente de seus direitos e deveres e capaz de organizar-se para agir em sua defesa.

Que valor social e político têm as reivindicações e queixas contra a tortura feitas por simples cidadãos? Para responder a esta pergunta, precisa-se reafirmar que o direito à segurança e à integridade física compõe o campo dos direitos civis, considerados fundamentais na construção da cidadania. As reivindicações dos direitos civis são um exercício de poder, portanto um ato político, uma reivindicação da fala e do uso da palavra, contra o Estado;

os direitos sociais são simples direitos de consumo, ou seja, benefícios que devem ser fornecidos pelo Estado (Barbalet, 1990).

Ora, a problemática dos direitos humanos não é tanto a sua fundamentação, mas a sua prática e reivindicação, "o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político" (Bobbio, 1992, p. 24). Os inquéritos instaurados na Corregedoria da Polícia Civil demonstram essa reivindicação de direitos e, portanto, se tornam um ato político significativo.

Essas reflexões limitam a problemática dos direitos humanos aos artigos 3 e 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os quais atribuem ao indivíduo o direito à vida, à segurança pessoal, a não ser escravizado ou tratado de maneira cruel, desumana ou degradante: "Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Artigo III). Ninguém será submetido à tortura, nem tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (Artigo V)."

A tortura teve sua revelação pública durante o período militar, de 1964 a 1985, mas sua prática continua nos distritos policiais e no cotidiano da polícia militar contra o preso comum, apesar da rejeição da sociedade brasileira.

O Brasil apresentou este ano o "Primeiro Relatório à Implementação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes", reconhecendo abertamente e sem dissimulação o uso da tortura pelos policiais militares e civis nas delegacias e nos presídios. O Relatório reconhece que "A persistência desse quadro significa que policiais continuam a usar a prática da tortura para extrair informações, confissões forçadas, obter ganhos com extorsão ou como forma de punição. São ainda significativos os números de confissões sob tortura e altos índices de denúncias, principalmente de presos em delegacias, do uso de espancamentos, choques elétricos, extorsão e outras ameaças com o objetivo de se obter informações para a instrução dos inquéritos policiais" (Primeiro Relatório, 2000). Vale salientar que, segundo o mesmo Relatório, a Bahia até início de janeiro de 1999 figurava entre os poucos Estados que ainda não tinham enviado qualquer informação sobre a prática da tortura.

Quando visitou o Brasil, Nigel Rodley, relator especial da Organização das Nações Unidas para assuntos relacionados à tortura, recebeu do grupo “Tortura Nunca Mais” de Salvador dados comprovados sobre casos de tortura no Estado da Bahia.

A luta contra a tortura representa uma longa caminhada, consolidada durante o período militar em favor dos presos políticos, e visando ainda hoje a defesa de presos comuns. O processo de democratização fez-nos esquecer as práticas antidemocráticas, como a tortura, que ainda persistem em nossa sociedade.

O Brasil é signatário da “Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, adotada pela Resolução nº 39/46 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, sendo assinada em 1985 e ratificada em 1989; o País também aprovou e ratificou em 9 de novembro de 1989 a “Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura”.

Em 7 de abril de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.455, denominada Lei da Tortura, motivada e apressada pelos fatos ocorridos na favela Naval em Diadema, na Grande São Paulo, veiculados pela televisão, apresentando cenas de espancamento, golpes de cassetete e torturas, praticadas por policiais militares contra pessoas indefesas.

Todos esses fatos confirmam como a tortura não é algo do passado, mas continua sendo uma prática que persiste nas delegacias brasileiras como punição e como meio de obter a confissão dos acusados.

As vítimas preferenciais não são mais os militantes políticos, mas o pobre, o trabalhador rural, o sindicalista, os grupos minoritários, as crianças e adolescentes e quem luta pelos Direitos Humanos. O crime de tortura é também alimentado por uma discriminação enraizada na sociedade contra o negro, o pobre e o infrator.

A bibliografia relativa ao tema tortura, direitos humanos e cidadania fica restrita a relatos, documentos e livros apresentados por pessoas que dela foram vítimas durante a ditadura militar, constituindo-se uma exceção o livro “Democracia e Cidadania: Os Direitos Humanos e O Pensamento Político de Esquerda no Brasil”, cujo autor, Luciano Oliveira, faz um histórico sobre os principais grupos de

defesa dos direitos humanos durante e depois da ditadura. Outra exceção é Guaracy Mingardi que para estudar o tema da violência policial, ingressou nos quadros da corporação, publicando, como resultado, o livro “Tiras, Gansos e Trutas”, no qual retrata pessoas e práticas de uma instituição viciada e favorecida pela impunidade (Mingardi, 1999).

Na visão de Oliveira, durante o período do regime militar de 1964 a 1979, as duas vozes que mais se fizeram ouvir foram a da Igreja Católica e a da Ordem dos Advogados do Brasil.

A partir de 1979 com a Lei da Anistia, a volta dos exilados e a libertação gradual dos presos políticos, era de se esperar que a luta desaparecesse. Aconteceu o contrário; cresceu e se expandiu, voltando-se para os prisioneiros comuns. Na década de 80, consolidaram-se as reivindicações dos direitos socioeconômicos das classes populares: salário, educação, saúde, habitação. Outros grupos, negros, índios, mulheres, homossexuais, começaram também a falar a linguagem dos direitos humanos (Oliveira, 1995, p. 55). Nesse período tomaram maior visibilidade as Comissões Justiça e Paz, os Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDDHs), culminando com o nascimento do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Em 1996, apressado pelo massacre de Eldorado de Carajás, o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos, através do Decreto 1.904/96.

Na Bahia, no campo dos Direitos Humanos, temos a Comissão dos Direitos do Cidadão da Câmara Municipal de Salvador, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Fórum de Entidades de Direitos Humanos da Bahia, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador – CPJ; Comissão de Direitos Humanos – OAB/Bahia, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, vários grupos e movimentos contra o racismo e, ultimamente, o Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência do Estado da Bahia – PROVITA/BA que se tem revelado um importante instrumento de combate à impunidade e de defesa de direitos. O grupo “Tortura Nunca Mais”, que nasceu em defesa dos presos políticos durante o período militar, volta agora sua atenção à luta contra a tortura nas delegacias e nas prisões,

desenvolvendo uma atividade importante na lutas dos direitos humanos.

Tortura e cidadania

Nesta parte, serão apresentados alguns inquéritos policiais, cujas queixas foram encaminhadas pelas vítimas da tortura ou seus parentes, mãe, avó, irmã. O objetivo é levantar questionamentos sobre quem e como se reivindicam direitos. Essa escolha foi motivada pelo fato de todos esses inquéritos terem sido instaurados a partir da queixa de indivíduos comuns, pequenos grupos informais e associações de moradores. Serão analisados 36 casos de queixas na Corregedoria da Polícia Civil da Bahia. Os sete exemplos, aqui registrados, têm a finalidade de revelar o ambiente e as contingências nos quais se dão as torturas e as queixas.

Na apresentação dos fatos estarão presentes três aspectos: a caracterização da vítima, tendo como indicadores o sexo, idade, cor, profissão, escolaridade, estado civil, preservando sempre o anonimato. Em seguida são descritas as torturas e as ações dentro da Delegacia para conhecer melhor os atores e circunstâncias em que se dão. Finalmente os indícios que caracterizam quem prestou queixa e defendeu direitos.

1º caso – A vítima: Agnaldo, 23 anos, sexo masculino, cor parda, religião católica, pobre, desempregado. Quem denuncia é a mãe de Agnaldo, que se “queixou nesta Corregedoria contra o policial”, relatando o que aconteceu com o filho.

Agnaldo e dois amigos foram agarrados no meio da rua por três policiais. Na ocasião, um dos policiais “colocou o cano do revólver na garganta do rapaz, provocando que vomitasse sangue e em consequência encontra-se hospitalizado”. O mesmo policial tentou ainda colocar um revólver na cintura de seu filho Agnaldo, para mostrar aos moradores que ele estava armado, fazendo com que o filho “desesperado gritasse que não estava armado e abaixasse a calça para mostrar que não estava armado”. Os moradores dos prédios manifestavam seu repúdio à ação policial, gritando de suas janelas: “querem matar os meninos”. Os três rapazes foram levados para um matagal onde foram torturados “a fim de que dissessem onde se encontrava” um suposto marginal. Agnaldo não estava na lista dos

procurados, mas como tinha sido agarrado, devia também apanhar”. Os disparos efetuados pelos policiais atraíram a atenção dos moradores, que chamaram a polícia militar. Tendo “uma viatura surgido no local, oportunidade em que indagaram o que estava acontecendo”. Os policiais civis responderam, acusando os três jovens de estarem fumando maconha. Agnaldo pediu para um policial militar, seu conhecido, que lhe cheirasse a boca para comprovar que não estava usando tóxicos.

2º caso – A vítima: Reginaldo, sexo masculino, 21 anos, analfabeto, negro, foi submetido a espancamentos, sevícias e torturas dentro da Delegacia, durante quatro dias, por dois policiais civis, terminando por receber, durante o interrogatório, um tiro de um dos policiais. A mãe de Reginaldo vai até a Corregedoria, denuncia, dá nomes e apelidos dos policiais. A abertura do inquérito termina com as impressões digitais da mãe de Reginaldo. A mãe declara que os policiais que prenderam seu filho o “espancaram em plena praça pública, em presença de centenas de pessoas... comovendo e revoltando todos que ali se encontravam, especialmente pessoas idosas, pais de família que clamavam por piedade aos endemoniados policiais militares”. A mãe e a companheira de Reginaldo acompanharam a vítima durante os quatro dias em que permaneceu na delegacia, tentando liberá-lo. Um dos policiais chegou a pactuar a liberdade do preso com a companheira deste: “olhe minha filha, se você me fizer uma gracinha eu impeço de matar o seu esposo, ele vai morrer de qualquer forma e você vai ficar viúva, agora se você dormir comigo hoje à noite ele sairá daqui livre e andando com os próprios pés”.

3º caso – A vítima: Edinaldo, solteiro, pedreiro, cor parda, católico, dois filhos, 1º grau incompleto, “compareceu a esta Corregedoria para solicitar providências”. Edinaldo foi abordado no local de trabalho por dois policiais civis, e convidado para ir até a delegacia, acusado de ter roubado algo no local de trabalho. A mãe, avisada pelos vizinhos, corre até a delegacia e testemunha a sessão de torturas a que o filho está sendo submetido: chutes, espancamentos, pontapés, sendo puxado pelos cabelos e arrastado. Ao presenciar a cena, a mãe começa a gritar e tenta tirar o filho das mãos do policial, que reage e aplica um tapa no rosto da mãe. “Ao ver a mãe sendo agredida Edinaldo se descontrolou,

partindo para cima do policial". Em seguida, o filho tenta dar um cartão telefônico à mãe, para que esta telefone a um advogado. O policial arrebatou o cartão "dizendo que não iria telefonar prá porra de advogado nenhum". Dona Lia, 52 anos, 1º grau incompleto, cor parda, católica, pobre, não conseguindo com seus gritos parar a fúria do policial que "estava tão enfurecido e totalmente descontrolado" se atraca com o "representante da ordem" e rasga-lhe a camisa.

É interessante, visando o objetivo deste artigo, notar que no inquérito estão inseridas 9 folhas de abaixo-assinados e declarações testemunhando a honestidade e o bom comportamento do pedreiro: o síndico do prédio onde Edinaldo trabalhou, um grupo de vizinhos, outras pessoas para as quais ele prestou serviços de pedreiro, todos afirmando "não conhecer nenhum fato que venha desabonar a sua conduta de cidadão" ou declarando que "nunca houve um fato que desabonasse sua conduta". Ao todo são 10 declarações e abaixo-assinados.

É, também, esclarecedor transcrever a versão do policial torturador, que se disse "surpreendido" com a gritaria de Edinaldo: [ele] "meteu a mão no bolso e tirou a carteira, pedindo a sua mãe que ligasse para o Desembargador", e para sua surpresa, Edinaldo começou a gritar; por isso, tomou-lhe a carteira e, para evitar tumultos, convidou Edinaldo a acompanhá-lo até a cela de custódia. Só que o mesmo estava nervoso e a mãe a todo momento falava alto, questionava, chegando a puxá-lo "pelas costas, rasgando a sua camisa e ferindo-o com suas unhas".

4º caso – Vítima: Elinaldo, 24 anos, solteiro, negro, pedreiro, 1º grau, religião católica foi "até a delegacia afirmando ter sido vítima de lesões por um policial civil". As agressões aconteceram na rua durante as festas de largo e na Delegacia. Elinaldo "tentava tirar da bolsa uma carteira de cigarros e o policial imaginando que iria pegar alguma arma" começou a agredi-lo com socos, pontapés, coronhadas na cabeça e o arrastou até o Módulo Policial. Três dias após o fato, a vítima foi para a delegacia solicitar guia para se submeter ao exame de lesões corporais, mas o Delegado não estava presente. Retornou duas outras vezes, "porém em nenhuma delas o Delegado se fazia presente a Delegacia" e então "recebendo orientação de seu patrão" vai para

a Corregedoria. O agressor foi um policial civil, 26 anos, sexo masculino, negro, solteiro, agente detetive, 2º grau completo, 2 filhos, religião católica.

5º caso – A vítima: Everaldo, sexo masculino, 19 anos, cor parda, lavrador, pobre, 1º grau incompleto, evangélico, é agredido barbaramente por policiais militares e civis. A vítima vai até a Corregedoria, registra a queixa e descreve os policiais. Em seguida é "convidado a descrever os policiais que o espancaram e torturaram na Delegacia... apontou os policiais que o torturaram colocando-o em pau-de-arara, aplicando choques elétricos, socos e ponta pés".

6º caso – Edivalda, solteira, 38 anos, cor parda, doméstica, 2 filhos, 1º grau incompleto. Trabalhava como diarista na casa de uma juíza e um advogado. Foi levada à delegacia por um policial civil, "que estava fazendo um serviço particular para o advogado", acusada de roubo; ao entrar na delegacia, um policial a "agrediu com um rolo de fio grosso e desferiu um violento tapa no ouvido". Foi presa pela manhã, e à tarde, dois policiais civis tiraram-na da cela e "mandando que ela abrisse as mãos e suspendesse os pés", bateram com uma palmatória. Em seguida, outros quatro policiais torturaram-na com socos, pontapés, palmatórias nas mãos e nos pés. Permaneceu detida por quatro dias, sofrendo ameaças de ir para o pau-de-arara e ser mandada para a casa de detenção. Foi liberada "após quatro dias porque a família lhe descobriu e providenciou um advogado". Em seguida a vítima recorreu aos jornais e à televisão para defender sua inocência e denunciar as torturas. "...a declarante veio até esta Corregedoria, que lhe expediu guia para exame de corpo delito".

7º caso – Erivaldo, 52 anos, casado, cor parda, 3 filhos, católico, 1º grau incompleto, motorista; Elinaldo, 23 anos, solteiro, negro, auxiliar de serviços gerais; Eduarda, solteira, professora, cor parda, 1 filho, se perderam e erraram o caminho nos entroncamentos do Pólo Petroquímico de Camaçari. Acusados de ter armas escondidas, foram submetidos a todo tipo de tortura, com socos, pontapés, choques elétricos, espancamentos, bolos de palmatória a fim de confessar onde estavam as armas. Ao ver o policial espancar seu pai, Elinaldo pediu que batessem nele, pois seu pai não agüentaria aquela violência. Após averiguação o policial que

os torturou, liberou as três vítimas, pois ficou sabendo que “se tratava de gente direita e que tinha havido um engano”. “Então o policial foi até a máquina datilografar em um papel e deu para seu pai assinar, o qual não sabia do que se tratava, pois não estava em condição de ler e não conseguiu assinar pois estava com as mãos inchadas”.

As três vítimas foram até a Corregedoria “a fim de denunciar o ocorrido e solicitar providências”.

Breves considerações

Os casos selecionados evidenciam como pessoas simples, gente do povo, pequenos grupos de moradores e associações de bairro, tomam a iniciativa e requerem a instauração de inquéritos policiais em defesa de seus direitos, sua integridade física e em respeito à sua dignidade humana. São mães que registram suas queixas e, pelo fato de serem analfabetas, deixam suas impressões digitais; são declarações de vizinhos ou amigos, que manifestam reprovação aos atos de violência e solidariedade; são abaixo-assinados organizados por associações de moradores e síndicos de prédio; um contingente de pessoas que desfaz a imagem de que brasileiro não defende seus direitos.

É necessário pôr em evidência que a apresentação de uma queixa na Corregedoria não se reduz a um simples ato formal, mas a uma ação que envolve dificuldades, ameaças, constância, enfrentamento de quem em nome da lei se coloca contra a lei, como é o caso de maus policiais.

São muitas as análises e os escritos sobre quem reivindica direitos. Alguns dizem que as reivindicações de direitos ocorrem quando as necessidades básicas são satisfeitas. Outros afirmam que, a partir do momento em que uma pessoa se torna consumidor, ela começa a reivindicar e a reclamar. Para alguns, o ato de reclamar tem a ver com o status e a posição social. As pessoas das classes populares são caracterizadas como alienadas, cidadãos sem consciência, que não reivindicam; são os cidadãos passivos.

Costuma-se afirmar que os movimentos populares estão em crise e que as suas reivindicações

são breves, limitadas, não atingindo a estrutura social, e que não visam às mudanças de poder. As organizações populares são demarcadas em um universo clientelista, com trabalhos às vezes reacionários, e não são percebidas como um grande potencial transformador, mas como uma base para outras conquistas. Atribui-se-lhes um papel subordinado, que funciona como mecanismo de mediação. Ao se abordar a prática das associações de bairro, enfatizam-se os seus limites, considerando-as

como meras auxiliares de lutas mais amplas e mais representativas.

Há uma variedade de paradigmas teóricos a respeito dos movimentos sociais, sua evolução e transformação. Gohn sintetiza as teorias sobre movimentos sociais, a partir das décadas de 70 e 80, em dois grandes paradigmas: o macro, influenciado pela corrente estruturalista e o micro, pela corrente conjuntural e cultural (Gohn, 1992).

A abordagem macro tem como ponto de partida a perspectiva do sistema, da estrutura social, e coloca sua ênfase na análise econômica e política, dando prioridade à objetividade, e considerando os discursos mistificadores como frutos da não consciência da realidade. A abordagem macro se preocupa com as diferenças e com as desigualdades, afirmando que os movimentos sociais só adquirirão importância quando incorporarem a visão da totalidade a suas ações.

A abordagem micro tem um caráter localizado, restrito e determinado aos acontecimentos e eventos em si. Na análise micro predomina a subjetividade, a singularidade, a igualdade e a fala dos indivíduos, vistos como sujeitos históricos atuantes. A preocupação é com as carências, as necessidades, o fato cotidiano, as ações pontuais, localizadas e imediatas (Gohn, 1992).

A realidade, naturalmente, é bem mais diversificada e inter-relacionada, como é demonstrado pela corrente dos historiadores ingleses Hobsbawnn e Thompsons, ao valorizar as experiências coletivas dos trabalhadores, seus atos de protestos, manifestações e movimentos. Disso decorre que a cidadania e os direitos podem ser vistos como uma forma de participação e uma bandeira de luta.

O campo das queixas, abaixo-assinados, petições e cartas dirigidas ao público e às autoridades, as reivindicações e a defesa dos direitos tornam-se novos espaços de manifestação e de construção da cidadania, de uma cidadania silenciosa, talvez. A resistência à violência policial alia-se a uma tomada de consciência da posição de cidadão, que não pode ser violado impunemente.

É preciso salientar que a reação à tortura, durante o período militar, foi motivada mais por uma forte conotação política do que pela defesa dos direitos, tal como ocorre quando relacionada ao preso comum. Talvez, isso possa explicar porque, junto a uma maior reivindicação de direitos, encontra-se hoje uma maior rejeição, quando esses direitos são invocados a favor dos desfavorecidos. Tanto do ponto de vista das reivindicações, como das atitudes em relação à tortura, há posicionamentos diferentes. Enquanto os relatos das torturas dos presos políticos, oriundos da classe média, causavam revolta e emoção,

o relato de tortura que atinge pessoas das classes desfavorecidas passa despercebida. Quando a igualdade aumenta, é fácil sentir a miséria do outro, mas quando é a desigualdade, o sofrimento não é percebido. O sofrimento que pertence à classe considerada ameaçadora torna-se silêncio e banalização.

“A luta pelos direitos não pode acabar em palavras genéricas e retóricas, nem desdobrar-se no eterno apelo à lealdade, ao senso de responsabilidade e aos deveres morais dos cidadãos. Apelos desse tipo têm exclusivamente a finalidade de reforçar o vínculo de obrigações políticas para com as autoridades “democráticas”, e são pouco eficazes”. O direito à cidadania, como todos os outros direitos são oportunidades que permitem reforçar as esperanças sociais e lutar com maior possibilidade de sucesso para a confirmação dos valores individuais e coletivos (Zolo, 1999).

Conclusão

Neste artigo, fizemos breves considerações sobre o assunto. Sabemos, no entanto, que a tortura

é uma temática que exige uma análise mais aprofundada e ampla. Citamos também alguns exemplos e lições transmitidos por pessoas simples, que reivindicam seus direitos, sem alarde. A defesa dos direitos é como um aprendizado que transmite a convicção de que eles existem e não podem ser violados impunemente. A resistência à violência policial alia-se à tomada de consciência da posição de cidadão. A pura denúncia não resolve. O recurso às instituições públicas, recusando-se a fazer justiça

com as próprias mãos, revela uma confiança na justiça, apesar de uma avaliação negativa feita por uma parcela expressiva da população (ACTIVA, 1996). As queixas se tornam um instrumento político, pois a “parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996) torna pública sua fala, isto é, faz política exatamente onde há um “grave desconhecimento desses direitos e sua garantia, baseada sobretudo no sistema policial e jurídico, é de longe a mais deficiente” (Carvalho, 1996, p. 260). Essas atitudes podem ser vistas

como um caminho de construção da cidadania de baixo para cima. As denúncias e as queixas registradas na Corregedoria da Polícia Civil são uma resposta à indiferença, e mesmo à hostilidade, em relação aos direitos humanos de cidadãos das classes desfavorecidas. Os excluídos demonstram que não lhes podem ser negados os seus direitos como cidadãos. Essas reivindicações podem ser interpretadas a partir do “desentendimento” (Rancière, 1996), pois manifestam o escândalo de querer falar e reivindicar. Ensinam a fundamentar a cidadania, não pela posição, nem pela classe, nem pela honra, mas pelos direitos, pelo caminho da política. “A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum” (Rancière, 1996, p. 39). A tortura se torna política no recurso à Lei como fundamento comum da cidadania. As reivindicações criam portanto, um ponto em comum: o “desentendimento” entre ricos e pobre sobre a igualdade e a justa aplicação da Lei. É a construção da cidadania de baixo para cima, a partir da “parcela dos sem-parcela”. Reivindicar o direito à segurança, ao respeito, à integridade física e a pu-

As denúncias e as queixas registradas na Corregedoria da Polícia Civil são uma resposta à indiferença, e mesmo à hostilidade, em relação aos direitos humanos de cidadãos das classes desfavorecidas. Os excluídos demonstram que não lhes podem ser negados os seus direitos como cidadãos.

nição do infrator, o Estado, representado pelos maus policiais, é uma atitude política, pois a reivindicação é o uso da “palavra” que manifesta não só a dor, mas o justo e o injusto (Rancière, 1996).

A prática da tortura atinge, preferencialmente, as pessoas das classes desfavorecidas, sem nenhum capital econômico, social e cultural e revela a face violenta e discriminadora da sociedade. Sofrimentos, injustiças, práticas criminosas, perpetuadas por maus policiais, que nascem e morrem dentro das delegacias de polícia. Dor silenciosa que não fere nenhum ouvido, não suja nenhum vestido, não atrapalha nenhuma rotina diária. Uma dor que não tem valor. É o silêncio das classes perigosas. É a racionalidade silenciosa que perde seu silêncio quando perde sua racionalidade. Demora para ser escutado, para fazer barulho.

O silêncio da tortura incomoda, desconcerta, inquieta, mas fala, fala no silêncio, na alma e desperta sentimentos, vergonhas e injustiças. O barulho está mais em cima, manda, domina, usufrui. O silêncio das vítimas se torna o silêncio da justiça. O silêncio não tem toga, não aparece no Diário Oficial, não tem fórum. Silêncio indefinido que não tem nome, pois aparece nas impressões digitais. Silêncio que é dor, dor da tortura, dor silenciosa. Silêncio que é o depoimento de uma das vítimas:

porque até hoje a justiça não fez nada. Então você fica ferida... sinceramente eu não sei, é como se a gente fizesse com a mão e limpava com a outra. Parece que tudo desaparece. Parece que todo o esforço da gente para fazer justiça, não com a justiça da gente, mas a justiça da lei... parece que tudo desaparece. Até hoje nada foi resolvido... é coisa assim: você apanha de graça e ninguém é por você hoje. É uma sensação de você estar sozinha... é como se eu vivesse no limite... eu tenho o pensamento que me consome, eu não tenho mais controle hoje das coisas... de ele (delegado) viver na boa, eu ter sido espancada e ter que correr atrás de tudo, correr atrás de justiça, correr atrás de médico... então, chegou um dia que eu não supor-tei, queria acabar com tudo (Uma vítima de torturas).

As denúncias e as reivindicações partem de cidadãos que ensinam o caminho da legalidade para quem, guardião da legalidade, agiu na ilegalidade; constroem o estado de direito, onde funciona regularmente um sistema de garantias aos direitos do homem. As queixas registradas na Corregedoria da

Polícia Civil do Estado da Bahia representam um passo decisivo na busca e na defesa da cidadania, feito por pessoas julgadas indiferentes, alienadas e acomodadas.

Dos 36 inquéritos instaurados para apurar denúncias de tortura praticadas por maus policiais, somente um não foi concluído, pelo fato de a vítima não ter se apresentado para identificar o policial agressor. Fala-se que a Lei da Tortura não está sendo aplicada, que são raros os casos de condenação em decorrência de sua aplicação. Há na Corregedoria, um inquérito instaurado por Edinaldo que, algemado e espancado em sua residência, é arrastado e conduzido até a Delegacia, “ocasião em que um dos policiais lhe jogou um jato de um conteúdo em “spray” que o deixou sem poder ver mais nada”. Edinaldo é apresentado à delegada plantonista e levado para uma sala, onde foi espancado, “contudo a delegada nega haver presenciado a ida da vítima à delegacia”. O Corregedor termina o processo indiciando os agentes policiais e a delegada, de acordo com o artigo 1º da Lei 9.455, de 07 de abril de 1997. É certamente um passo significativo na defesa dos direitos, na justa aplicação da Lei e na quebra da impunidade. É um sol que ilumina as nuvens carregadas da impunidade.

A questão da cidadania permite analisar os acontecimentos e o destino da democracia do ponto de vista dos direitos fundamentais dos cidadãos. A cidadania e os direitos do homem se revelam assim um indicador adequado para analisar de baixo para cima os processos que a teoria política tradicional analisa de cima para baixo e avaliar sua efetiva democratização.

Referências bibliográficas

AMERICAN WATCH. Relatório: *Violência policial no Brasil*. São Paulo: OAB/SP – USP by The American Watch Committee, 1997.

AMNESTY INTERNAZIONALE. *Tortura*. Torino: Edizioni Gruppo Abele, 1985.

BARBALET, J. M. *Citizenship*, open. Milton Keynes: University Press, 1998. (trad. It. Cittadinanza, Padova: Liviana, 1992).

BELLA di Franco. *Storia della tortura*. Milano, 1961.

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARVALHO, José. Cidadania: Tipos e percursos. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p.357-424, 1996.
- CASSESE, Antonio. *I diritti umani nel mondo contemporaneo*. Bari: Gius. Laterza, 1999.
- CHEVALIER, I. *Classi lavoratrici e classi pericolose*. Bari: La Terza, 1976.
- GOHN, Maria da Glória M. O papel dos movimentos sociais para o avanço teórico da questão urbana e regional. *Cadernos de Ceam Neur*, v.2, n.1, 1993.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- HALLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JURICIC, Paulo. *Crime de tortura*. São Paulo: J. de Oliveira, 1999.
- MARSHALL, T.H. *Class, Citizenship and social development*. Chicago: The University of Chicago press, 1964.
- _____. *Cidadania e classe social*. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.
- MATTOSO, Glauco. *O que é tortura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MELLOR, La. *Torture: son histoire-son abolition-as réapparitionn* ao XX siècle. Paris: Les Horizons Littéraires, 1994.
- NORBERT, Elias. Planeta dei diritti. *Rinascita*, v.1, n. 17, jun. 1990.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA. *Os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: NEV/USP, 1996.
- PRIMEIRO relatório relativo à implementação da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça.
- OLIVEIRA, Luciano. *Imagens da democracia: Os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil*. Recife: Pindorama, 1995.
- PAIXÃO, Antônio. *Crimes, vítimas e policiais*. *Tempo Social*: São Paulo: USP, v. 9, n.1, 233-248, maio 1997.
- PINHEIRO, Sérgio. Violência, crime e sistema social em países de nova democracia. *Tempo Social*, São Paulo: USP, n. 1, p.155-167, maio 1997.
- PINHEIRO, P.S. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ZOLO, Danilo. *La cittadinanza - Appartenenza, identità, diritti*. Bari: Editori Laterza, 1999.
- VERRI, Pietro. *Observações sobre a tortura*. Tradução F. Carotti. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1992.

*Gino Tapparelli é professor da
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
(Dep. de Educação – Campus I – Salvador – Bahia).

Construindo uma cultura de paz: um modelo diferenciado de gestão na Prefeitura Municipal de Salvador

*Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa**

O conceito de violência

Violência é uma palavra de origem latina (violentia), criada em 1215, significando abuso da força. No século XVI, o conceito inicial foi ampliado passando a significar agir sobre qualquer um submetendo-o, ou fazendo-o agir contra sua vontade, empregando a força ou a intimidação. No século XXI, a violência pode ser definida como qualquer ação intencional realizada por um indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais.

Analisando o conceito no contexto da sociedade contemporânea, percebe-se que VIOLÊNCIA não é um fenômeno natural, que se possa explicar através de idéias como “a maldade inerente ao ser humano” ou a simples oposição entre bem e mal, como se houvesse uma pré-determinação natural para a prática de atos violentos em alguns indivíduos ou grupos em maior proporção do que em outros. A compreensão do que é violência deve se dar de forma mais ampla, através da análise global da sociedade, pois a violência pode estar vinculada aos aspectos culturais, às questões sociais e de saúde pública, ao planejamento urbano e ambiental, enfim às questões de gestão financeira e administrativa das cidades.

Constata-se assim, que a violência se converteu em uma realidade cotidiana e que qualquer cidadão pode ser submetido a atos de violência ainda que não esteja envolvido com atitudes agressivas ou com um modo de ser violento.

Segundo Paulo Batista Neto, há diversos fatores que contribuem para o aumento da criminalidade e da violência no Brasil.

É possível identificar três perspectivas analíticas principais no debate sobre as causas e as soluções do problema [...] que podem ser caracterizadas como “econômica”, “política” e “social”. (Neto, 2001, p. 29)

Na abordagem econômica, destacam-se as crises econômicas que tendem a causar impactos desestabilizadores como a pobreza, o desemprego, os conflitos de classe. A abordagem política identifica a diminuição do poder do Estado com o enfraquecimento das instituições estatais que se tornam, pouco a pouco, inoperantes na manutenção da ordem e na repressão das ações violentas, cedendo lugar a grupos que praticam o crime organizado. A abordagem social procura mostrar o quanto a sociedade civil tem se mostrado incapaz de assegurar os direitos fundamentais do cidadão, no processo ainda frágil de consolidação dos valores e práticas do Estado democrático.

Foi a percepção desse novo contexto da vida urbana, onde o crescimento do crime e da violência é entendido como estratégia para a resolução de conflitos, tomando o lugar dos meios legais e pacíficos desejados, que levou a Prefeitura Municipal de Salvador a se preocupar, de forma mais profunda, com o aumento da criminalidade, da violência e

dos acidentes na cidade de Salvador. Entre os anos de 1999 e 2000, de maneira mais específica e com olhar mais atento, a administração do Prefeito Antônio Imbassahy pôde constatar que a violência tem múltiplas causas, o que torna o fenômeno ainda mais complexo, gerando a necessidade de intervenções muito diversificadas e em várias áreas de ação ao mesmo tempo, para que o problema possa ser abraçado da forma mais global possível, e se possa obter o efeito desejado em curto espaço de tempo.

O conceito contemporâneo de violência tomou nova feição, na qual a banalização da vida e a desestruturação da família tem tido papel preponderante. Os danos físicos, psicológicos, morais e sociais que os atos violentos trazem aos cidadãos, individualmente ou em grupo, contribuem para uma má/péssima qualidade de vida e, conseqüentemente, não permitem a disseminação de atitudes pacíficas e equilibradas no desenrolar da vida cotidiana.

Crianças abandonadas e desnutridas; ruas sem iluminação adequada; equipamentos urbanos destruídos ou mal administrados; processos morosamente encaminhados na justiça; discriminação racial, social e étnica; ineficiência policial quer seja nos contingentes humanos, quer seja nos equipamentos e materiais necessários ao trabalho eficaz; desemprego; fome; abusos psicológicos, sexuais e econômicos; todas essas situações são consideradas de extrema violência, tendo em vista que não contribuem para a dignidade de vida a que todo cidadão tem direito.

Considerando-se a violência como fenômeno de tamanha amplitude, é necessário buscar uma convergência equilibrada entre as ações repressivas e as ações preventivas, de modo que seja possível reduzir e/ou extinguir os elevados índices constatados anualmente, na maioria das cidades que ultrapassam o número de 100.000 habitantes.

Entendendo que a conquista da paz se faz não só através do desarmamento material, porém certamente com muito maior eficácia através da formação de uma consciência pacífica, da educação para a cidadania e do provimento de condições adequa-

das para uma vida digna, a Prefeitura Municipal de Salvador está se empenhando em unir esforços para que as ações em benefício da paz sejam fruto de uma construção coletiva da sociedade, na qual a própria Prefeitura será mais um órgão a colaborar.

Construindo o plano de promoção da paz

Em maio de 2000, a Prefeitura Municipal de Salvador encomendou à Universidade Federal da

Bahia, através do Instituto de Saúde Coletiva, a elaboração de um Plano de Ação, que enfocasse a promoção da paz e a qualidade de vida na cidade de Salvador porque considerou que a reunião entre o saber teórico da academia e a aplicabilidade da teoria na prática cotidiana urbana é fundamental para que os governos, e no caso específico, o governo municipal, possam desenvolver uma ação eficaz

direcionada à cidadania e a melhores condições de vida na cidade.

Entretanto, é pertinente reafirmar que esse Plano de Paz, tendo sido pensado em conjunto pela Prefeitura e a Universidade Federal da Bahia é, na verdade, um Plano de todos os cidadãos, um programa que estimula a participação solidária e criativa. É muito importante promover a integração da população com as ações do poder público, como condição básica para o sucesso. Quando todos se tornam responsáveis pelo que acontece com as comunidades, forma-se uma rede cidadã responsável e dinâmica capaz de trabalhar conjuntamente para a resolução dos problemas básicos.

Quando se fala em combate à criminalidade e redução dos índices de violência, naturalmente pensa-se nas ações repressivas e de força das Polícias Militar e Civil, pois são estas que atuam nos casos de assaltos, roubos, seqüestros, estupros, entre outros. Compreende-se a necessidade e a importância de se combater a violência através da ação policial, pois coibindo os atos de violência e vandalismo promove-se a segurança imediata dos cidadãos. Entretanto, a característica que dá maior qualidade e que demonstra a diferença criativa desse Plano de Promoção da Paz na cidade do Salva-

Quando todos se tornam responsáveis pelo que acontece com as comunidades, forma-se uma rede cidadã responsável e dinâmica capaz de trabalhar conjuntamente para a resolução dos problemas básicos.

dor é a busca pela qualidade de vida, através do incentivo à conscientização do cidadão sobre o valor do bem comum. Por isso, o Plano privilegia a ação intersetorial, a participação coletiva e comunitária na construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Exemplo disso são as ações conjuntas com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, as quais têm contribuído para que se consiga reduzir alguns dos principais índices de violência. Este tema será abordado mais adiante neste artigo.

Antes de explicitar em detalhes a metodologia e as estratégias do Plano de Paz, é pertinente demonstrar como a violência urbana é percebida pela Prefeitura de Salvador:

- a violência é um fenômeno multicausal e precisa ser combatida de forma ampla, através de ações norteadas por princípios educativos, de formação de consciência coletiva solidária e atitude permanente de paz;
- a ação intersetorial é de fundamental importância para que exista uma coesão nas várias instâncias governamentais. Isso contribui para a objetividade, a redução de custos, evita o desperdício de tempo e a duplicação de ações semelhantes feitas de forma isolada;
- a participação comunitária é a pedra de toque para o êxito do Plano, seja na implantação, seja na manutenção de uma sociedade mais justa e pacífica.
- a Polícia Administrativa deve ser orientada para zelar pela conservação do patrimônio público (monumentos, prédios, equipamentos urbanos, etc) e colaborar com a educação patrimonial da população;
- a Polícia Comunitária deve servir às ações de cidadania, orientando o cidadão sobre como agir em coletividade e sobre as regras a serem respeitadas, fiscalizando e buscando fazer da população uma aliada nas atitudes de paz.

Com base nesses pressupostos, já estão sendo desenvolvidas desde junho do ano 2000, ações intersetoriais, comunitárias e modulares, estimuladoras de uma cultura de paz. Estas ações têm sido voltadas para atender aos aspectos preventivos e repressivos, sendo que a ênfase do processo de construção de uma cultura de paz é dada à preven-

ção por meios educativos e conseqüentemente, formativos na intenção de estimular uma cidadania responsável.

Considerando as ações preventivas como base para uma política pública multidisciplinar no combate à violência, podem ser citados alguns exemplos de ações, desenvolvidas entre 1999 e 2000, e que são entendidas como básicas, diria mesmo fundamentais, para o desenvolvimento de políticas públicas multidisciplinares no combate à criminalidade e à violência em geral, políticas estas que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e de convivência pacífica:

- o uso adequado do solo urbano identificando áreas apropriadas à criação de conjuntos habitacionais. Exemplos significativos são o programa MINHA CASA, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, as obras de estabilização de encostas em 120 áreas de maior risco de deslizamento de terras, reduzindo riscos, o eficiente sistema de limpeza urbana, a regularização de mais de 5.800 escrituras de posse e a criação de uma Secretaria Municipal de Habitação para tratar diretamente das questões de moradia adequada e oficialmente correta.
- a construção de equipamentos urbanos adequados, tais como calçadas protegidas com guarda-corpo, escadas e rampas de acesso em bairros populares e de classe média, construção de quadras poli/esportivas, melhoria e/ou construção dos prédios escolares da rede municipal e de creches.
- a recuperação de corredores de tráfego, a adaptação e pavimentação de ruas e acessos, a sinalização adequada de trânsito e de nomes de ruas, a melhoria de eficiência da iluminação pública, o que em muito contribuiu para a redução dos acidentes de trânsito.
- a renovação e criação de praças e jardins. Por exemplo, a reorganização da Av. Sete de Setembro, artéria principal que liga o Centro Histórico ao bairro da Barra, sendo dividida em zona comercial e residencial. Fez-se ali a reorientação do espaço destinado aos ambulantes, a reforma no sistema de iluminação (reforma de postes, novas luminárias e novo tipo de lâmpadas), a reurbanização da Praça da Piedade (que significou a redução para índice zero dos pequenos

assaltos e furtos, além do fato significativo de a população ter recriado um espaço de convivência na praça, onde os idosos, aposentados, jovens e crianças se encontram e têm tranquilidade para estabelecer diálogos entre as gerações). Especificamente neste caso, torna-se pertinente citar Alfredo Sirkis:

Na cidade de Salvador, as calçadas da Rua Sete de Setembro, que dá acesso à famosa Praça Castro Alves, eram de tal maneira ocupadas pelos ambulantes, que não havia outra alternativa para os pedestres a não ser disputar a pista de rolamento com os automóveis. A intervenção que liberou as calçadas e concentrou os vendedores num espaço próximo, mas fora da área de passagem, foi um elemento sinalizador de um ciclo de reabilitação urbana daquela área. (Sirkis, 1999, pág.23)

- a melhoria da infra-estrutura urbana, sendo que nos dois últimos anos foram realizadas muitas obras, em várias partes da cidade. Foram criadas e/ou refeitas: 130 áreas de esporte, 23 praças, 4 parques que hoje são centros de lazer muito apreciados por milhares de freqüentadores semanais.

Essa atuação da Prefeitura Municipal de Salvador é exatamente o que se deve esperar de uma administração de cidade, voltada para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, a gestão de uma cidade tão peculiar como Salvador exige ainda mais.

Em 1999, Salvador registrou uma população de 2.844.241 habitantes, conforme dados do Anuário Estatístico 2000. Uma de suas principais características é o fato de estar incluída entre as cidades históricas consideradas como Patrimônio da Humanidade. Este fato, que é motivo de orgulho para a população, é também motivo de grande preocupação, pois existe um permanente contraste entre a preservação e a manutenção do passado histórico/cultural e o constante avanço, dinâmico e acelerado, do desenvolvimento em direção às modernas e sofisticadas tecnologias de comunicação, de equipamentos urbanos, de procedimentos científicos, entre outros.

Assim sendo, como conciliar o passado e o presente, na preparação do futuro urbano? Como permitir à cidade manter sua história e sua cultura sem

impedir o crescimento moderno, evitando os choques naturais que podem ocorrer entre espaço/tempo tão distintos?

Evidentemente que o processo de salvaguardar e de preservar a memória coletiva é um processo de muitos atores sociais trabalhando em conjunto. É necessário que especialistas em patrimônio e membros da coletividade estejam envolvidos em um trabalho de educação permanente na qual os sujeitos se reconheçam como parte do patrimônio global. As bases para esse trabalho conjunto estão na adoção de uma abordagem holística e interdisciplinar que se debruce sobre o uso social do patrimônio coletivo. (Costa, 2000)

Ao buscar enfrentar adequadamente este desafio e permitir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, compreendendo o valor inerente e permanente dos bens culturais para o fortalecimento dos valores profundos de uma nação, cidade ou região, a Prefeitura Municipal de Salvador adotou uma atitude determinada e pioneira, criando um diferencial extremamente importante e decisivo no modelo de gestão municipal, preocupando-se em unir a cultura e a educação em benefício do desenvolvimento de uma sociedade de paz. Dessa preocupação surgiu o PLANO INTERSETORIAL E MODULAR DE PROMOÇÃO DA PAZ NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA e para gerir esse Plano, fazendo-o funcionar com a eficiência e amplitude peculiares a um Plano dessa natureza, foi criada a Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania, que se ocupa também do Planejamento Familiar de forma educativa e preventiva e da reorganização das Administrações Regionais, popularmente conhecidas como AR's.

O plano de promoção da paz e da qualidade de vida na cidade de Salvador

Os objetivos gerais do Plano são estabelecer uma política pública visando estimular valores e atitudes de paz e convivência saudável, elevar a qualidade de vida e reduzir a violência, decorrentes de fatores sociais, políticos e econômicos.

O Plano é composto de 11 módulos com temáticas distintas, mas interligadas, sempre visando à educação do cidadão através de ações diversas nas áreas de educação, saúde, habitação, geração de empre-

gos, cultura, esporte e lazer, e tem a finalidade de capacitar os indivíduos para diferentes níveis de ação e o conseqüente exercício dos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, o Plano prevê ações integradas entre as várias Secretarias Municipais e as organizações de administração indireta do município, e para o seu adequado e eficiente desenvolvimento, estão sendo realizados convênios com órgãos federais, estaduais, agências internacionais de financiamento e organizações governamentais. Todas as ações vêm sendo pensadas em conjunto com a Universidade Federal da Bahia, através principalmente do Instituto de Saúde Coletiva, mas também de outras unidades da UFBA. Vários professores integram o Grupo Executivo do Plano da Paz, assim como funcionários da Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania.

O funcionamento do Plano se dá em dois níveis básicos. Existem um Grupo Executivo de Trabalho e um Comitê Intersectorial. O Grupo Executivo contém professores doutores, que obtiveram seus diplomas de PhD em universidades estrangeiras e brasileiras, e que buscam conciliar as experiências bem sucedidas dos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, com a sabedoria inerente àqueles que estão lutando pela sobrevivência digna em situações indignas. Dessa forma, o saber popular se alia às análises científicas e aos diagnósticos.

O Grupo Executivo tem o duplo papel de ser idealizador e articulador de ações, pois é extremamente importante unir esforços e direcioná-los para a prática de ações conjuntas entre o poder público e a comunidade, de maneira integrada, interdisciplinar e solidária, estratégia complexa na medida em que os órgãos públicos não tem tido o hábito de trabalhar “em equipe e como equipe”. Esse Grupo Executivo contém em seu quadro os gerentes de módulos, os técnicos responsáveis pela captação de recursos, um gerente de operações de base, um coordenador de projetos e um mediador estratégico que atua como um coordenador geral das atividades do grupo. Fazem parte ainda, desse Grupo Executivo, os assessores técnicos da Universidade Federal da Bahia. O Comitê Intersectorial (COIN) é formado por membros designados para representarem cada Secretaria Municipal ou órgão da administração indireta e também contém especialistas em saúde, educação, lazer, trabalho, ação comunitária, entre outros.

Os dois grupos se reúnem quinzenalmente para promoverem a articulação das ações, e ambos se compõem de forma indispensável, de maneira que um não poderia funcionar sem o outro, já que o COIN é a esfera de promoção imediata das ações e serve de elo entre as várias unidades da Prefeitura. Ambos formam uma grande comunidade de agentes de paz com tendência a formar multiplicadores em seus ambientes de trabalho e a agregarem voluntários para a construção da paz.

É importante salientar que os dois grupos de trabalho recebem treinamento periódico em vivências para administração de conflitos, conscientização sobre a construção da paz individual e coletiva, participam de seminários, workshops e eventos diversificados que possam contribuir para a formação do que se poderia chamar sentinelas da paz. Esse esforço coletivo tem a intenção de fortalecer o grupo e os indivíduos, levando em conta a imensa pressão recebida da comunidade e também das autoridades envolvidas no processo de construção de uma sociedade mais digna, justa e saudável, com efeitos duradouros.

Os 11 módulos que compõem o Plano são assim denominados:

1. Educação para a paz e a cidadania via arte, esporte e lazer;
2. Estudo e Trabalho;
3. Implantação e reforma de equipamentos urbanos e espaços de convivência saudável;
4. Salvador saudável;
5. Ações interinstitucionais de prevenção e controle das violências e acidentes e assistência às vítimas;
6. Treinamento;
7. Programa de Investigação;
8. Eventos;
9. Sistema de informação da Violência e Acidentes;
10. Sistema de Vigilância epidemiológica de homicídios;
11. Legislação e fiscalização.

Para cada módulo, a equipe executiva elabora sub-projetos que são encaminhados às agências de financiamentos para obtenção dos recursos mínimos necessários à execução dos mesmos. Porém, a experiência de trabalhos comunitários que

permeia entre o grupo, permite-lhe ir avançando com o Plano e assim, ao mesmo tempo em que se planeja, também se age.

Por exemplo, o módulo Estudo e Trabalho tem como objetivo a criação de estágios e de geração de empregos para jovens de classes populares, principalmente através do programa Bolsa Escola que é vinculado a um compromisso das famílias de manterem as crianças na escola, evitando-se a presença delas na rua, atuando como pedintes ou realizando pequenos serviços em troca de pagamento. Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura desenvolve um programa com a ONG UNIPAZ e a UNICEF, para treinar professores e alunos na construção de atitudes de paz a partir dos vínculos que se pode criar com o currículo oficial. Por seu turno, o Setor de Promoções Culturais da Fundação Gregório de Mattos leva aos bairros os projetos Boca de Brasa (que estimula a criatividade artística dos moradores do bairro e as atrações são selecionadas pela própria comunidade) e o Cinema na Praça, privilegiando filmes e desenhos animados que preconizam a solidariedade, o companheirismo, as tradicionais brincadeiras ao ar livre. E em complemento a estas ações, a Polícia Militar está se articulando com o Plano para receber treinamento humanizado na prática de ações disciplinadoras com base no convívio solidário, na informação precisa, no linguajar pacífico e na forma equilibrada de tratar o cidadão, o qual muitas vezes se excede inadequadamente por estar no limite da fome, da disputa do espaço privado, da cobrança em família, da falta de emprego, entre outras causas que podem vir a gerar atitudes violentas. Paralelamente, prevê-se o estudo conjunto sobre as condições de trabalho dos funcionários públicos, a fim de que sejam apontadas as condições de melhor qualidade e que ações podem levar a atingir essa melhoria.

O módulo Treinamento prevê uma série de cursos profissionalizantes para jovens entre 15 a 18 anos, resgatando profissões antigas no sentido de valorizá-las como trabalho cotidiano de gerações passadas, assim como prevê cursos de nova geração, como os da área de informática. Não estão esquecidos os cursos de alfabetização para adultos e os de língua portuguesa, tendo em vista que se constatou uma agressividade latente nos jovens adultos,

que não conseguem obter empregos porque não sabem ler e, conseqüentemente ficam submetidos a todo tipo de biscoito ou prostituição para conseguir algum meio de sobrevivência.

No Brasil, algumas experiências têm mostrado que uma das formas de fomentar a criação de novas fontes de emprego no interior de uma comunidade começa por identificar as suas potencialidades criativas, advindas das suas especificidades culturais. O mais interessante é observar que essas experiências, ainda que isoladas e pouco expressivas em termos de abrangência, começam a mostrar resultados animadores que chegam mesmo a ganhar visibilidade em importantes jornais do país, tal como foi citado por Gilberto Dimenstein na Folha de São Paulo de 31 de outubro de 1999, no artigo *FEBEM somos nós*, elogiando as escolas municipais de Salvador.

Nesse particular, cabe registrar a instalação da Casa do Trabalhador, em Fazenda Coutos II, com treinamento de cerca de 300 alunos, como uma das iniciativas relevantes para a implantação dessa política de não violência e valorização de atitudes de paz. Acrescente-se que esta é 19ª Casa do Trabalhador implantada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS), que também está desenvolvendo há um ano o programa PETI, de Erradicação do Trabalho Infantil com o apoio da UNICEF, buscando atender 5.250 crianças de sete a 14 anos, distribuídas em 3.450 famílias cuja renda per capita é de meio salário mínimo. Também se destaca a criação do pólo de confecções na Cidade Baixa, com o objetivo de expandir e dinamizar áreas comerciais visando à geração de empregos.

Um outro exemplo de ação integrada proposta no Plano é a reorganização de espaços em desuso, que se transformarão em espaços polivalentes, com a ajuda voluntária e o trabalho comunitário sob a orientação de agentes e líderes locais e supervisão dos Gerentes de Módulos do Grupo Executivo. Na prática, a Prefeitura assinou um convênio com os produtores culturais da peça de teatro Cidadão de Papel, baseada no livro de mesmo nome do jornalista Gilberto Dimenstein e apresentada por um grupo de adolescentes provenientes de famílias de baixa renda. No período de junho a dezembro/2001, a peça será apresentada e discutida com o público

local em diversos bairros, no âmbito de um programa denominado *Do cidadão de papel ao papel de Cidadão*. Das questões levantadas, surgirá um trabalho integrado de potencialização das ações já em curso para a melhoria da qualidade de vida, trabalho esse que a exemplo dos demais, vem sendo planejado e executado em conjunto pela comunidade, pelo grupo executivo do Plano de Paz e pelas várias Secretarias Municipais de Salvador. Importante lembrar que o Plano avalia todas as propostas de trabalhos voluntários e de projetos formulados pela população e os utiliza quando possível, responsabilizando cada grupo proponente pela execução, sob a orientação e a supervisão do Grupo Executivo. Por exemplo, as oficinas de musicoterapia, de artesanato, de reciclagem de papel e de plástico. Há também uma proposta de que a Polícia Militar ofereça aos meninos carentes um treinamento profissionalizante de cuidados com os animais (cavalos e cães).

Entendendo que o esporte e o lazer exercem papel preponderante no uso adequado da energia coletiva e no fortalecimento de ações que integrem as famílias e as gerações de maneira lúdica, alegre e participativa, a Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania junto com a EMTURSA criaram o Projeto Rua de Lazer, que vem sendo promovido em vários bairros da cidade, aos domingos, onde se estimula a participação efetiva de famílias, cujas atividades musicais e esportivas são conduzidas por animadores culturais.

Tendo por base os princípios derivados da Conferência Interamericana sobre Sociedade, Violência e Saúde (Washington d.c., 1994), o Plano não se configura prioritariamente como um combate à criminalidade, com resultados de curto prazo, não obstante envolva também medidas que tendem a reforçar a segurança pública. Seu intuito é o de instituir uma cultura propiciadora de uma sociabilidade pacífica.

Isso faz a diferença e está elevando o nível de segurança na cidade, situando-a entre as mais humanizadas do país. Sabe-se que ainda há muito para ser feito, mas essa prática democrática de ouvir o semelhante tem significado bastante para a comu-

nidade, e tem contribuído para fazer de cada cidadão um elemento responsável pelo bem coletivo e, conseqüentemente, pela segurança individual e coletiva.

À guisa de conclusão

Esse plano de ação em benefício da paz tem a finalidade de congregar a sociedade civil, através das associações comunitárias, do empresariado, dos profissionais liberais, das instituições governamentais em diversos níveis, enfim de todos que se interessem e desejem viver melhor, para trabalhar em busca da dignidade de vida e da cidadania plena.

Entretanto, tendo sido pensado pela Prefeitura, trata-se, na verdade, de um Plano de todos os cidadãos, que tem estimulado a participação solidária e criativa. Foi criado em caráter intersetorial e modular, de maneira que todas as Secretarias

Municipais e órgãos da administração indireta da Prefeitura de Salvador estejam envolvidos e trabalhem integrados, a fim de que os diversos módulos se desenvolvam eficazmente.

Em dezembro de 2000, as primeiras ações pontuais foram realizadas no bairro de Valéria, região metropolitana de Salvador, quando várias atividades educativas, esportivas, culturais e de saúde deram forma a uma atividade piloto denominada Semana da Paz, que obteve excelente repercussão na comunidade. A partir dos resultados obtidos nesse trabalho comunitário, no qual a atuação interdisciplinar de um diversificado grupo de profissionais foi fundamental, a Prefeitura de Salvador, entendendo a importância de se estimular a formação de uma atitude de paz nas ações coletivas e individuais, decidiu implementar efetivamente o plano.

Dessa forma, Salvador inicia o terceiro milênio com um PLANO INTERSETORIAL E MODULAR DE PROMOÇÃO DA PAZ E DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DE SALVADOR.

Entendendo que a conquista da paz se faz não só através do desarmamento material, mas certamente com muito maior eficácia através da formação de uma consciência pacífica, da educação para

a cidadania e do provimento de condições adequadas para uma vida digna, essa gestão diferenciada da cidade de Salvador procura envolver poder público e coletividade na união de esforços para que as ações em benefício da paz sejam fruto de uma construção coletiva da sociedade, na qual a Prefeitura será apenas mais um órgão a colaborar.

Compreende-se a necessidade e a importância de se combater a violência através da ação policial. Entretanto, esse Plano de Promoção da paz privilegia a ação intersetorial, a participação coletiva e comunitária na construção de uma sociedade mais justa e pacífica. O trabalho vem sendo desenvolvido através de ações preventivas que, sem sombra de dúvida, devem ser norteadas por princípios educativos, de formação e capacitação de agentes comunitários multiplicadores de atitudes cidadãs em benefício do convívio social pacífico.

Tendo em vista essa necessidade de compartilhar as ações para que o Plano funcione e tenha sucesso, a Prefeitura de Salvador deseja, estimula, até mesmo convoca a sociedade civil e os organismos institucionais, estaduais e federais e internacionais a se unirem, para a execução desse Plano de Ação para a Promoção da Paz e a Qualidade de Vida. No momento em que a maior parte da sociedade civil estiver sensibilizada e participando de um projeto com tamanha magnitude, é possível sonhar que a construção de uma cidade mais saudável

estará sendo feita, porque como dizia o encantador poeta gaúcho Mario Quintana,

sonhar é acordar-se por dentro” e o acordar-se por dentro é, sem dúvida, a tomada de consciência da necessidade de se construir juntos uma sociedade justa e digna, à altura da amplitude do ser humano como uma das partes fundamentais da construção e manutenção do Planeta e da vida, não somente para que se possa viver, mas sobretudo para que se possa existir em plenitude, deixando um rastro de harmonia, de luz e de paz.

Referências bibliográficas

COSTA, Heloisa Helena F. G. da. Culturas urbanas: identidades e diversidades. In: *Atas do Seminário das Mercocidades: cidade e memória na globalização*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

MESQUITA NETO, Paulo de. Crime, violência e incerteza política no Brasil. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 2, n.1, mar. 2001.

PLANO intersetorial e modular de ação para a promoção da paz e da qualidade de vida na cidade do Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Universidade Federal da Bahia/ISC, 2000. Digitado para publicação

SIRKIS, Alfredo. Ecologia urbana e poder local. Salvador: Edição Onda Azul, 1999.

* Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa é PhD em Sociologia, mediadora estratégica do Plano de Paz e professora adjunta da Universidade Federal da Bahia.

Basta! EU (quem?) quero paz!

*Zilda Fátima da Silva Paim**

"Tentativa de assalto a ônibus acaba em morte"; "Assalto a ônibus: testemunha acaba executada a tiros"; "Assalto a ônibus em Vila Verde"; "Polícia prende dezenas de acusados de assaltar ônibus"; "Blitz não impede assaltos a ônibus"; "Dezoi-to coletivos saqueados"; "PM é morto em assalto a ônibus".¹

Percebidos no imaginário dos habitantes da cidade como espaços de insegurança máxima², os transportes coletivos, não raro, aparecem nas páginas policiais dos jornais como cenários, na verdade como não-lugares³, do medo. De tão comuns, as experiências, narradas ou vivenciadas, acabaram por não chamar mais a atenção. Não causam mais espanto. Não mais é preciso ler a notícia para saber do seu conteúdo, na medida em que é só mais um acontecimento igual a tantos outros que têm ocorrido rotineiramente.

Rio de Janeiro, segunda-feira, 12 de junho do ano de 2000, 14h:10min. Tem início o assalto ao ônibus da linha 174 (Central-Gávea). Seria este apenas mais um assalto a coletivos? Como em qualquer assalto, estavam presentes no não-lugar do crime as vítimas, o algoz, as testemunhas e, por sorte (!), a polícia. Tudo "normal", não fosse o fato de o episódio ter alcançado uma cobertura nacional. Em tempo real, no conforto do lar, foi possível acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

O tom da notícia, o espaço dentro da programação (o telespectador, a depender da emissora, podia escolher entre uma transmissão ao vivo e não perder nenhum detalhe do evento, caso da Rede Record, ou não perder o seu programa favorito e,

ainda assim, manter-se informado, através de flashes, sobre o episódio, caso da Rede Globo), a voz dos repórteres, a trilha sonora utilizada, ofereciam condições "ideais" para o espetáculo. Durante quatro horas e meia os telespectadores tele-vivenciaram um espetáculo real.

Nos dias seguintes, os jornais e revistas estampavam as fotos do "assalto à linha 174". E todos ficaram sabendo dos sonhos de Geísa Firmo, a professora que morava na favela da Rocinha: ser independente, ter sua própria casa e família; levar seus alunos para visitarem o monumento do Cristo Redentor e, um dia, aparecer na TV. Não teve tempo para nada disso. Sua "hora da estrela", sem que pudesse se preparar para ela, chegou e foi transmitida, em cores, para o mundo. Também ficaram sabendo que Sandro Nascimento, ou Sérgio, ou Alex, ou Mancha Candelária, o "bandido" da história, foi vítima um dia. Ele foi um dos sobreviventes de uma chacina contra menores, quando tinha 14 anos. Oito amigos seus morreram na famosa "chacina da Candelária". Um fato que, à época, ganhou tanto destaque na mídia quanto o que acabou por sentenciar a sua morte. Mas Sandro também tinha sonhos: ter sua própria barraca de cachorro-quente, não mais catar comida no lixo e mudar de vida. Também não teve tempo para realizar seus sonhos⁴.

O episódio protagonizado por Geísa e Sandro acabou por mobilizar vários setores da sociedade. Para além da mal sucedida ação policial, denunciadora de uma crise institucional que coloca sob suspeita a credibilidade das instituições públicas

responsáveis pela manutenção da segurança e controle social⁵, chama atenção o fato de a sociedade civil ter organizado duas manifestações como resposta à violência cotidiana: uma no dia 18 de junho, seis dias após “o assalto à linha 174” e, outra, dia 07 de julho, denominada de “*Basta, eu quero paz!*”. Ambas com o mesmo objetivo: reclamar, reivindicar, a Paz.

Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, domingo, 18 de junho de 2000. Seis dias após o “assalto à linha 174”, um ato ecumênico convocado pelos moradores da Rocinha foi realizado no local onde o ônibus seqüestrado ficou parado. Apesar de ter sido convocado pela TV, das 270 pessoas presentes⁶, 200, levadas em 4 ônibus e alguns carros, eram da Rocinha. Vestidos de branco e portando cartazes contrários ao governador Anthony Garotinho, sem imaginar que estariam sozinhos, os moradores da Rocinha levaram panfletos com a letra de uma canção chamada “Paz”. Uma das estrofes, dizia: “*A paz que pede a favela, no eco que vem do alto, é a paz de Jesus Cristo, de Gandhi. Que seja a paz do asfalto.*” (A Folha de São Paulo, 18/06/2000).

A três 3 km do Jardim Botânico, nas praias do Leblon e Ipanema, cerca de 900 pessoas reuniram-se, vestidas de preto, também com o propósito de protestar contra a violência e pedir a Paz. O movimento, protagonizado pela classe média, não admitia portadores de cartazes e panfletos contrários ao governador e ao prefeito. Segundo o coordenador da organização não-governamental Viva Rio, o antropólogo Rubem César Fernandes, que esteve primeiro na manifestação do Jardim Botânico e depois na passeata da praia, aquele movimento não poderia misturar-se com fins políticos. (A Folha de São Paulo, 18/06/2000).

A distância geográfica entre as duas manifestações revela a diferença entre o “morro” e o “asfalto”, expressões que, na linguagem cotidiana carioca, sintetizam o abismo social entre favelados, populações periféricas e populações de maior renda. Diferença evidenciada na estrofe da canção “Paz”,

A assimetria entre “morro” e “asfalto” é ampliada, na medida em que esses espaços possuem diferenças de valor, que são cotidianamente vividas e experimentadas tanto na imediatez do dado sensível quanto na aplicação dos códigos de diferenciação que, necessariamente, implicam em classificações, avaliações, hierarquizações e subordinações.

impressa nos panfletos distribuídos pelos moradores da Rocinha, e explicitada no anseio de que a paz que vem da favela *seja* a paz do asfalto. Mas é possível sonhar com mais de um tipo de paz? Do “alto”, do “morro”, os que vestem branco pedem a paz. De “baixo”, ao nível do mar, “do asfalto”, os que vestem preto também pedem a paz.

Na medida em que esses atores sociais não ocupam o mesmo lugar no cenário público, a consciência do espaço ocupado transforma-se em re-

curso necessário à constituição de identidades. Nesse sentido, “morro” e “asfalto” definem territórios simbólicos identitários diferentes. O lugar de onde falam é diferente. O jogo de forças entre ambos está marcado pela maior ou menor possibilidade de impedir que certas demandas sociais alcancem o status de problemas políticos e econômicos. O que significa ter o controle dos mecanismos de exclusão. Assim, a assimetria entre “morro” e “asfalto” é ampliada, na medida em que esses espaços possuem *diferenças de valor*, que são cotidianamente vividas e experimentadas tanto na imediatez do dado sensível quanto na aplicação dos códigos de diferenciação que, necessariamente,

implicam em classificações, avaliações, hierarquizações e subordinações.

É importante indicar que a identidade dos aqui representados como os do “morro” e os do “asfalto” carrega, em si, “*fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes*” (Bhabha, 1998, p. 22). O que significa dizer que as estratégias de representação, exercício e/ou aquisição de poder, no interior de cada grupo (o do “morro” e o do “asfalto”), apesar das histórias comuns de privação e discriminação, intercâmbio de valores, partilha de significados e prioridades, podem ser colaborativas, conflituosas e até incomensuráveis. Daí a descontinuidade, as desigualdades reveladas na auto-presença dos grupos no contexto mais amplo do imaginário da cidade, onde cada um tende a atribuir ao outro características “ruins” da sua porção pior (sua minoria anômica), forman-

do a sua auto-imagem a partir do seu setor exemplar (mais nômico ou normativo). Tal procedimento constitui-se em um ato de possessão, cujo objetivo é a subjugação do outro através da difusão de construções imaginárias capazes de sustentar processos discriminatórios e de exclusão. (Guerra, 1994).

Um dos retratos perversos do modo como se verifica, socialmente, esse tipo de enunciação de identidades, e conseqüente exclusão do outro, vem com a imagem do pobre, do desempregado, do morador do “morro”, como um ser potencialmente perigoso ou bandido. Sob essa perspectiva, a eliminação de parcela desta população passa a ser aceitável como uma forma de limpeza social. Aos habitantes da cidade cartão-postal, o medo e o pânico de perderem as riquezas acumuladas. Aos excluídos, àqueles que habitam as periferias, parte da cidade que passou a ser socialmente representada como a cidade do medo, o estigma de criminosos aplicado a todos que vivem naquele local.

A diferença concretizada no outro territorializado – o do “morro”, o do “asfalto” – faz diferença na medida em que produz diferença, ou seja, provoca, no campo das representações, novas diferenças em função dela ou contra ela (Pierucci, 1999). Partindo dessa perspectiva e assumindo o fato de que o contrário da violência não é a não-violência de origem cristã, mas uma **paz** que seja a tradução das garantias dos direitos e o reconhecimento da cidadania (Minayo, 1997), multiplicam-se as distâncias entre os discursos reivindicativos de paz aqui evidenciados, enquanto que a paz que o “morro” pede está balizada em parâmetros diferentes daqueles profetizados pelos moradores do “asfalto”.

A paz que os vizinhos de Geísa e Sandro estavam a exigir pressupõe a explicação das desigualdades de fato e a reclamação da igualdade de direitos. Contudo, a própria existência formal, através dos textos constitucionais, de leis que garantem a igualdade entre *todos* os sujeitos sociais é denunciadora do seu oposto. Se por *direito* entende-se a medida de equivalência que articula dife-

renças identitárias capazes de fundir, e ao mesmo tempo, fender modos de mútuo e auto-reconhecimento (Bhabba, 1998), infere-se que ser cidadão de direitos pressupõe a “falta de” (moradia, saúde, alimentação, lazer, transporte, etc.) como critério de julgamento do outro, evidenciando, assim, a exclusão, o não-estar, o não-possuir, o não-pertencer a uma sociedade. A Diferença. Lutar pela igualdade, em termos práticos, portanto, paradoxalmente, significa lutar pela demarcação dessas diferenças, a fim de que elas possam ser respeitadas.

A universalização dos direitos, profetizada pela Constituição Federal, nunca causou problemas àqueles que têm a sua identidade de grupo lastreada na tradição, na autoridade e na influência seja ela econômica, seja ela política. O caráter universal dos direitos, em verdade, deixa à mostra a distância abissal entre a enunciação dos direitos e a sua realização.

Estariam os moradores do “asfalto” dispostos a não mais lutarem pela manutenção da sua supremacia? Estariam dispostos a reduzir as distâncias entre a enunciação e a realização dos direitos, a fim de que a paz pudesse se instalar no cotidiano dos habitantes da cidade?

Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. (Bobbio, 1992, p. 24)

O problema encontra-se, sobretudo, no acesso às instâncias e aos mecanismos capazes de garantir a concretização dos direitos adquiridos constitucionalmente. O acesso a esses caminhos do poder tende a ser preservado e reservado a poucos. E nem mesmo Jesus Cristo e Gandhi, utilizados como figuras de reforço às justas reivindicações dos moradores da Rocinha, são capazes de seduzir os membros do grupo oposto.

Estariam os moradores do “asfalto” dispostos a não mais lutarem pela manutenção da sua supremacia? Estariam dispostos a reduzir as distâncias entre a enunciação e a realização dos direitos, a fim de que a paz pudesse se instalar no cotidiano dos habitantes da cidade? A paz desse grupo social se efetiva exatamente no exercício da sua diferença. Ela acontece na medida em que este desfruta o prazer, sobretudo através do consumo, de explorar

o outro sem nenhum tipo de culpa, significando dizer sem a renúncia da sua posição dentro do espaço dominante (Hooks, 1994). Os direitos por eles reivindicados celebram, pois, a diferença. A diferença de ser dominante. A diferença para e pelo controle dos dominados.

A natureza da relação entre os moradores do “morro” e os do “asfalto” não pode ser definida por nenhum dos dois grupos isoladamente. Os moradores da Rocinha não podem, simplesmente, desejar que a sua paz *seja*, também, a paz dos que estão do lado de lá, de baixo, no “asfalto”. Estes, por seu turno, tão pouco, podem acreditar que a solução para a distância que existe entre ambos, evidenciada no ato de negação de participação da mesma passeata, concretizar-se-á através da invasão do “asfalto”. Segundo Rubem César Fernandes, “*o asfalto vai subir à Rocinha. Vamos trabalhar na integração.*” (Folha de São Paulo, 18/06/2000). O

simples desejo de contato com o outro não elimina a política de dominação praticada. Somente o reconhecimento mútuo da diferença, que se viabiliza através do exercício cotidiano da negociação dos espaços enunciadores dessas diferenças, e a consciência do seu impacto em dominantes e dominados pode tornar possível um *encontro* entre grupos que, apenas em aparência, são binariamente constituídos (asfalto/morro).

Caso contrário, o contato superficialmente estabelecido produzirá, em uns, o lenitivo redentor, aquele que promove o prazer de estar com o outro, de devorá-lo e, ao mesmo tempo, voltar diferente, ao lugar de sempre, sem que a sua condição de dominador seja alterada; em outros, a sensação de verem suas diferenças reconhecidas, caindo assim, na sedução da reconciliação com a sua alteridade, sem que qualquer modificação na sua condição de oprimido seja operada (Hooks, 1996).

A violência que, segundo Michel de Certeau, “*em primeiro lugar, não constitui uma matéria oferecida à reflexão nem um objeto que se oferece ao observador. Ela está inscrita no lugar de onde eu falo. Ela o define*” (1995, p. 88), funciona como lugar paradigmático para o encontro entre os estabele-

lecidos, os moradores do “asfalto” e os *outsiders*, os moradores do “morro”. Na medida em que uma delimitação, uma territorialização, de espaços “próprios” ou, no mínimo, mais propícios para a incidência de práticas violentas – que, na realidade, constitui-se em uma delimitação sócio-político-econômica – não pode mais ser concebida, a partir do momento em que todos os lugares tornaram-se cenários possíveis para a vigência de atos criminosos, como sustentar a idéia de que o crime vem do

“morro”, está no morro?. O “assalto à linha 174” não aconteceu no Jardim Botânico, em plena Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro?

Se o controle da violência nos lugares imaginariamente percebidos e vivenciados como “espaços do medo” – as fronteiras, determinadas zonas urbanas, sobretudo as periferias, as montanhas – em função das suas especificidades, sempre foi de difícil operacionalização, o que se pode dizer do con-

trole da violência nos cenários outrora pacíficos, ou pelo menos, imaginariamente percebidos como tal – as escolas, os lares, os locais de trabalho, os espaços de diversão (bares, restaurantes, estádios, ginásios), os lugares de passagem, os não-lugares (não seria esse o caso das sinaleiras e dos coletivos?)⁷

A desterritorialização da violência, os sentimentos de medo suscitados pelos fatos, narrados ou vivenciados, que, de algum modo, evidenciem a experiência, sobretudo da violência criminal, acabam por fazer do combate à violência uma fronteira, um *entre-lugar* que, segundo Homi Bhabha, fornece “*o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidades e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade.*” (Bhabha, 1998, p. 20).

Cabe aos diversos atores e movimentos sociais a difícil tarefa de buscar a proposição de empreendimentos capazes de resgatar a auto-estima da população, de modo a privilegiar a (re)constituição de uma identidade a partir da **paz**. Nesse sentido, programas voltados para o preenchimento de carências cognitivas que levem em consideração a diversidade de cada lugar devem ser estimulados, da mes-

Cabe aos diversos atores e movimentos sociais a difícil tarefa de buscar a proposição de empreendimentos capazes de resgatar a auto-estima da população, de modo a privilegiar a (re)constituição de uma identidade a partir da paz.

ma forma que a luta pela justiça social e pelos direitos básicos de cidadania.

Mas, e as diferenças entre os grupos? Como articular o direito à diferença tanto dos moradores do “morro” quanto dos moradores “do asfalto”? Quão inevitáveis são as oposições aqui evidenciadas? Qual é a norma – sobretudo, quem tem o poder de exercê-la – a medida, a partir da qual serão estabelecidos os parâmetros sobre o que significa um “estado de paz”? Ainda segundo Homi Bhabha, é somente “na emergência dos interstícios – sobreposição e deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação (*nationaless*), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados.” (1998, p. 20). As diferenças aqui demarcadas revelam, pois, identidades diversas a buscarem uma idéia compartilhada acerca do que pode ser feito no combate à violência, na manutenção de um “estado de paz”. Encontram-se em constante negociação distintas percepções, expectativas, imagens, práticas, experiências sobre **como viver em paz**.

Geísa Firmo e Sandro Nascimento, como vítimas da violência, operaram uma importante função no contexto social. Além da sociedade civil organizada, também o Estado se viu obrigado a responder, de algum modo, pelos acontecimentos compartilhados por todo o país via satélite. O Presidente da República realizou um pronunciamento, em cadeia de rádio e TV, durante quinze minutos, onde expressou a sua insatisfação com a ação da polícia fluminense, mas também, o seu desabafo e indignação (?!). (Isto É, nº 1603, 21 de juho/2000). Para além da indignação do presidente, a resposta do Estado, a quem cabe a versão “oficial” do problema, e do qual se espera uma intervenção normativa e disciplinadora que se concretize através de diferentes instituições, visando realizar uma intervenção mais precisa quanto à temática da violência, somente ocorreu oito dias após o “assalto da linha 174”, no *Plano Nacional de Segurança Pública*. Criticado por vários setores da sociedade, a sua validade decorre exatamente da possibilidade de uma discussão pública sobre as ações cabíveis no combate à violência, uma vez que as recomendações presentes no Plano supracitado têm muito poucas chances de efetivamente responder às demandas da questão suscitada pela violência.

Um total de R\$700 milhões (setecentos milhões de reais) estariam previstos para o *Plano de Segurança Nacional*. Boa parte das verbas, porém, deveria ser destinada a um programa de iluminação pública – cerca de R\$ 300 milhões (trezentos milhões de reais). Segundo estudos do Ministério da Justiça, a luz é um fator inibidor de violência, o que justificaria a inclusão do referido programa no *Plano de Segurança*. Mas o “assalto à linha 174” não teve início às 14:h10min.? Em plena luz do dia? Como conceber um programa de “Iluminação Pública” como estratégia para o combate à violência em um país à beira de um colapso em seu sistema de energia elétrica? Há um ano, não era possível identificar a crise iminente? Como fica o *Plano de Segurança Nacional*, durante o período de racionamento de energia?

Brasil, 07 de julho de 2000. Este foi o dia escolhido para que em todo país fosse deflagrado um movimento denominado “*Basta! Eu quero paz!*” A proposta era que, nesse dia, todos os brasileiros vestissem branco. Às 20:00hs, todas as luzes deveriam ser apagadas e, nas janelas, uma vela deveria permanecer acesa como sinal de protesto e indignação. A partir das 16:00hs, em todas as capitais do país, seriam realizadas passeatas, que deveriam terminar em um ato ecumênico de repúdio à violência. Nos lugares de passagem, onde houvesse um maior número de pessoas, deveriam ser organizados murais, nos quais parentes e vítimas da violência pudessem expor suas fotos, seus rostos e, desse modo, oferecer um espaço para a enunciação de um sentimento, cuja tradução é de difícil expressão: a dor.

A campanha em questão contou com apoio de diversos setores da sociedade civil organizada, com muitos nomes famosos a emprestarem seus capitais simbólicos à nobre causa – artistas, políticos, intelectuais, jogadores de futebol, esportistas, etc. Como toda campanha, fez uso de uma série de instrumentos capazes de propagar sua marca, sua idéia – camisas, *bottons*, adesivos, bandeiras, etc. Conseguiu aglutinar um número expressivo de pessoas e, por isso mesmo, chamou a atenção dos grandes meios de comunicação.

Mas, além de um sentimento generalizado de que é preciso fazer algo, de que é preciso a mobilização, qual o efeito provocado, efetivamente, por

esse movimento? Não é o caso, contudo, de negar a sua importância, a sua iniciativa. O que se quer evidenciar é a impossibilidade deste tipo de mobilização oferecer respostas satisfatórias às diversas demandas engendradas pela própria heterogeneidade das práticas violentas. Mais: quantos e diferentes Eu's estão contidos no desabafo "*Basta! Eu quero paz?*" Que paz esses diferentes "Eu's" estão a reivindicar? Este slogan poderia expressar a paz defendida por moradores do "asfalto" ou do "morro"?

Se a referida campanha tinha como objetivo a reivindicação da paz e se a **paz** deve ser entendida como a tradução das garantias dos direitos constitucionais, estariam os participantes das diversas passeatas realizadas por todo o país lutando pela igualdade de condições de acesso ao poder, por garantias de vida, pelo exercício da cidadania? Nesse caso, a exigência que se faz é uma exigência política de fato e de direito. Se a paz defendida pela campanha tivesse essa perspectiva, o Estado deveria a ser cobrado pela manutenção de uma sociedade cuja ambivalência igualdade-diferença teria que ser a menor possível.

Mas a leitura que os indivíduos normalmente fazem desse tipo de movimento pode ser evidenciada pela fala do coordenador da Campanha, Rubem César Fernandes, que também coordenou a manifestação dos moradores do "asfalto" no Leblon. Naquela passeata, diante de participantes que portavam cartazes e panfletos que faziam alusão às figuras do governo do estado e da prefeitura, ele afirmou: "Não vamos misturar a manifestação com fins políticos pequenos" (Folha de São Paulo, 18/06/2000). O embotamento das questões políticas implícitas e explícitas nos discursos reivindicativos da paz, guarda, obviamente, lugares e poderes. É lícito, então questionar, que paz essas pessoas estão a exigir? Junto a quem? Aos bandidos? Ao Estado? Aos cidadãos?

Brasil, 12 de junho de 2001. Um ano após a morte de Sandro e Geísa. Suas histórias não oferecem mais condições espetaculares para figurarem nas manchetes dos jornais. Estão em baixa cotação. Sandro Nascimento é apenas um cadáver e Geísa Firmo um processo na justiça contra o Estado do Rio de Janeiro. A referência feita ao "assalto à linha 174" no jornal televisivo de maior audiência

do país tem o tom das tragédias que são lembradas nas suas datas de "aniversário". Como outras tragédias sociais que ganharam o cenário midiático nacional – a Chacina da Candelária, o assassinato de Chico Mendes, a Chacina de Eldorado dos Carajás, Vigário Geral – seu fim é o esquecimento. A morte de Geísa e Sandro, estes até então desconhecidos cidadãos, a experiência dos fatos narrados e vivenciados, por eles e por todos os que acompanharam o desfecho do "assalto à linha 174", os desdobramentos que esta história proporcionou, social e burocraticamente, uma vez que o *Plano de Segurança Nacional* está pronto e a aguardar aprovação no Congresso Nacional, revela o complicado exercício de nos fazer ir "*além*". E, segundo Homi Bhabha, ir "*além*" é

ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá. Nesse sentido, então, o espaço intermédio "*além*" torna-se um espaço de intervenção no aqui e agora. (Bhaba, 1998: 27)

A intervenção e a invenção do social *no aqui e agora*, a partir da história de Sandro e Geísa, mas também de tantos outros anônimos que acabam compondo quadros estatísticos, no que se refere à questão da violência, pressupõe a defesa de um discurso reivindicativo de **paz**, que seja mesmo a tradução das garantias dos direitos constitucionais e o reconhecimento da cidadania como uma referência do nosso cotidiano. Nesse sentido, a **paz** não deve ser vivenciada como algo excepcional. Ela não tem data certa, lugar apropriado, atores principais, limites, a não ser aqueles previstos pelo exercício de um estado verdadeiramente democrático. E a afirmação "*Basta! Eu quero paz!*", para além de um slogan, deve vir acompanhada das questões: de onde Eu falo? O que Eu falo? A quem Eu falo? Caso contrário, este slogan terá o mesmo fim de um outro que andou circulando há pouco tempo: "*Eu sou da paz*". Eu também sou, mas, na verdade, quem não é?

Notas

- 1 Manchetes retiradas das páginas policiais do jornal A Tarde.

- 2 Segundo dados do Projeto Activa, na região metropolitana do Salvador, dos indivíduos entrevistados, 91,9% consideram os transportes coletivos como espaços de insegurança máxima.
 - 3 O não-lugar é diametralmente oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metrô, e pelos meios de transporte – mas também pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados. (Augé, 1994).
 - 4 Revista Isto É, nº 1603, 21 de junho de 2000.
 - 5 Segundo dados do Projeto Activa, na região metropolitana do Salvador, 71% dos indivíduos entrevistados desenvolvem uma cultura de descrédito em relação às prisões; 43,1% avaliam de modo pessimista a justiça e 42,4% não acreditam nas polícias civil e militar.
 - 6 Estimativa apresentada pelo jornal Folha de São Paulo.
 - 7 Ver dados sobre esta questão em Projeto Activa, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobransky. Campinas: Papirus, 1995.
- GUERRA, Lucía. "Ejes de la territorialidad patriarcal". In: *La mujer fragmentada: historia de un signo*. Havana: Casa de las Américas, 1994.
- HOOKS, bell. "Devorar al Otro: deseo y resistencia". *Debate Feminista*, México, v. 7, n.13, abr. 1996. ("Otredad").
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência, direitos humanos e saúde. In: CANESQUI, Ana Maria. (Org.). *Ciências sociais e saúde*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Ed. 34, 1999. Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.
- PROJETO Activa: atitudes e normas culturais frente à violência em cidades selecionadas da região das Américas. Salvador: UFBA/UNEB, 1997.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.
- BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

*Zilda Fátima da Silva Paim é professora da Uneb e mestranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Educação para a paz: uma solução para o grande problema da violência¹

*Pierre Weil**

A violência impera no mundo, seja nos países ricos ou pobres. As causas aventadas, em geral, são o narcotráfico, a pobreza gerando a fome e o fanatismo sob todas as suas formas ideológica, política, religiosa, racial, etc. O aumento de excluídos sem nenhum compromisso cultural é também um fator relevante.

Há, no entanto, um fator praticamente ignorado: a ausência de educação para a Paz no mundo. No ano passado, em reunião promovida pela UNESCO, no Bureau Internacional da Educação, os Ministros da Educação de todo o mundo votaram, em unanimidade, uma recomendação para que seja introduzida a educação para a paz em todos os estabelecimentos de ensino. Já quando de sua criação, a UNESCO, em seu preâmbulo, declarava: “As guerras nascem no espírito dos homens; logo, é no seu espírito que precisam ser erguidos os baluartes da paz”.

Uma profecia bíblica diz que haverá um dia em que as espadas se transformarão em arados. Isto pode ser interpretado como sendo uma transformação, no nosso espírito, da agressão e violência simbolizados pela espada, em amor e tolerância simbolizados pelo arado. Se deixarmos de fazer isto, pode-se desarmar o mundo inteiro, tirando todas as “espadas”, que os homens irão à violência e atacarão com arados ou pontapés.

Esta transformação é antes de tudo um processo educacional, não somente de crianças e adolescentes, mas também de adultos, pois estes últimos têm de dar o bom exemplo. Somos convencidos de que não adianta apenas “ensinar” a paz, por meio

de frases bonitas e de argumentos intelectuais. É preciso atingir o caráter, as emoções, os sentimentos. E isto é uma questão de educação muito mais que de ensino e instrução.

O ensino atinge o conhecimento, modificando as opiniões. Mas sabemos hoje que podemos ter opiniões bem pacíficas na mente e perdemos a paciência e agredimos na primeira pequena frustração. Por isto, a questão só pode ser resolvida por uma educação integral para a paz e não violência.

Um dos programas que a Universidade Holística Internacional de Brasília – UNIPAZ realiza, por meio de um novo método de Educação para a Paz, intitulado “A Arte de Viver em Paz”, publicado pela UNESCO e traduzido para o português e editado em seis línguas, segue o seguinte processo de conscientização:

- A paz consigo mesmo (Ecologia e consciência pessoal);
- A paz com os outros (Ecologia e consciência social);
- A paz com a natureza (Ecologia e consciência planetária).

No plano individual, é preciso mostrar e experimentar o que é a paz no corpo. Também é necessário trabalhar as emoções, como a raiva, o ciúme, o apego para alcançar o despertar da paz no coração. Isto se faz, em parte, aprendendo a relaxar e silenciar a agitação dos pensamentos, alcançando a paz da mente. Enfim, é preciso despertar a plenitude do espírito e os valores ligados a ele, o amor e

a sabedoria. No social, fatores culturais, políticos e econômicos da Paz. E no plano ecológico, para salvar a vida no planeta, precisamos educar o respeito e harmonia com a matéria e a vida.

Vamos agora retomar estes tópicos para um maior aprofundamento.

No nível do indivíduo, da pessoa

A educação para uma arte de viver em Paz, começa pela harmonia, o equilíbrio interior entre o corpo, as emoções e a mente, entre a vida física, emocional e intelectual.

A educação atualmente enfatiza apenas o corpo, educação física e o intelecto, como disciplina mental. Há uma necessidade urgente de restabelecer o contato da consciência, ou do espírito com a vida emocional, inclusive aprendendo a lidar com esta corrente energética selvagem e destrutiva que representam as emoções, tais como a raiva, o apego, o ciúme, o orgulho.

Assim sendo a metodologia da Arte de Viver em Paz, recomenda, que no plano do corpo se procure manter a saúde, isto é, o equilíbrio o qual acabamos de nos referir e que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

No plano da vida emocional, enfatizam-se o cultivo da alegria, do verdadeiro amor, da compaixão e da equanimidade. Alegria de compartilhar alegria com os outros; amor no sentido de querer alegria e felicidade para os que convivem conosco; compaixão como o querer aliviar o sofrimento das pessoas e saber se colocar no lugar delas; equanimidade, significa estimular constantemente os sentimentos acima referidos, para todos os viventes, para todos os seres, e não somente para a família, o clube, o partido político; não somente para os seres humanos mas também para os animais e mesmo seres invisíveis.

No plano da vida mental, se trata de ajudar os educandos dissolverem a fantasia da separatividade, dando-lhes uma visão sistemática e holística, de que tudo depende de tudo, e que estamos todos “feitos”, ou constituídos do mesmo espaço-energia consciencial, da mesma essência que muitos chamam de divino.

Ao realizar este último ponto, estamos desperdiçando em cada um a capacidade de superar os limi-

tes do seu pequeno ser para ele descobrir que ele é o Ser, ou sair dos limites do seu pequeno espírito limitado por um ego ilusório.

No nível da sociedade

Lidar com as pessoas não é suficiente. É preciso, paralelamente, agir sobre os principais aspectos e variáveis da sociedade, que pertencem a cultura, à vida, à política e ao habitat e aspectos materiais e econômicos.

Na cultura, precisamos reintroduzir através, sobretudo, das mídias o espírito ligado aos grandes valores da humanidade, também chamados de valores espirituais. Mikhail Gorbachev, na sua Perestroika, mostrou que o comunismo fracassou por reprimir estes valores. Podemos dizer que o mesmo se dá atualmente com o capitalismo. Estes valores são bastante numerosos mas podemos aqui enunciar os mais importantes. São os que fazem parte do que chamamos de o Bem: a verdade, a beleza e o amor. Eles são indissociáveis e se reforçam mutuamente: a verdade só é fria e pode ferir; a beleza isolada pode se tornar a serviço do egoísmo; o amor sem sabedoria pode levar a ações inconseqüentes.

São também os valores enfatizados na revolução francesa, também indissociáveis, tais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. O fracasso dos regimes políticos e econômicos atuais, provém do fato de que a liberdade tem sido enfatizada pelo capitalismo que sacrificou a igualdade; a igualdade foi o que o comunismo quis estabelecer, mas sacrificou-se nisto a liberdade; e a fraternidade tem sido relegada à espiritualidade, ignorada ou mesmo reprimida pelos dois sistemas políticos e econômicos de cunho materialista.

No plano cultural precisa-se também enfatizar a não dualidade e a não fragmentação da realidade, através da educação e das mídias.

É preciso também dissolver as “normoses”, isto é, crenças, hábitos e comportamentos que provêm de um consenso geral ou parcial, e que levam ao sofrimento, à doença ou mesmo à morte. Existem inúmeras normoses, isto é, normas anormais e patológicas, tais como as que levam ao uso da violência e à guerra “justa”, normoses de consumo, normoses de competição e assim por diante.

No plano social e político, substituir uma sociedade fundamentada na competição pela cooperação e pela sinergia, isto é, pela capacidade e ação de juntar os esforços de todos em benefício da harmonia e do bem de todos. Consiste em colocar entre partidos políticos e entre as religiões um entendimento inspirado por estes valores superiores a que nos referimos acima. É preciso desenvolver o transpartidarismo político e a interreligiosidade. União, respeitadas as diferenças, unidade diferenciada.

No plano econômico, o nosso mundo se ressentia de uma nova economia em que se aproveitava as experiências do passado, conservando o que teve de positivo em ambos os lados, socialistas e capitalistas.

Algumas idéias e ações estão despontando neste sentido. Nos países ricos e regiões ou camadas abastadas dos países pobres, surge um movimento de “simplicidade voluntária”, visando reduzir o excesso de consumo, o que se inscreve dentro das recomendações das Nações Unidas de um “desenvolvimento sustentável”, ou melhor, “viável”.

Uma nova economia deverá ser obrigatoriamente o que Cristóvam Buarque recomenda como sendo uma “econologia”.

Nos países pobres em que impera a miséria e a fome, um novo conceito será indispensável: o “conforto essencial”.

Destes dois movimentos, de simplicidade voluntária de milhões de cidadãos abastados de um lado e da implantação “conforto essencial” (alojamento, alimentação sadia, vestimenta, transporte e educação evolutiva assistência médica), resultará talvez esta nova economia.

Possivelmente se desenvolverá uma economia inserida numa civilização do lazer como preconizou o sociólogo Jofre Dumazedier. Com o aumento irresistível do desemprego devido a automação informatizada, chegará um momento em que não haverá mais ninguém para comprar as mercadorias produzidas automaticamente. Então surgirá uma remuneração universal garantindo ao mesmo o sustento individual e empresarial.

No plano social e político a expectativa é substituir uma sociedade fundamentada na competição pela cooperação e pela sinergia, isto é, pela capacidade e ação de juntar os esforços de todos em benefício da harmonia e do bem de todos.

Tudo isto começa com a pesquisa e educação econômica.

Como mostramos, a economia terá de levar em consideração as limitações de exploração do planeta Terra. Isto nos leva ao último nível.

No nível da natureza

Já é fato consumado e divulgado que estamos numa situação de catástrofe, de controle difícil e de reversibilidade questionável e duvidosa.

Desde a Eco 92, no Rio de Janeiro, as mídias têm realizado um trabalho notável no sentido de divulgar os perigos de destruição de um lado, e os meios para remediar e evitar esta violência para com a natureza.

Estamos aqui tocando na questão da educação ambiental.

Ela começa por uma harmonia com a matéria. Saber lidar com a terra sem poluí-la, com a água viva e saudável, com o fogo, sem ele

nos destruir, com o ar indispensável a vida.

Se trata também de educar para o respeito à vida em todas as suas formas, inclusive a vida humana...

A tecnologia, desenvolvida pelas universidades e utilizada pelas empresas de todo o mundo, pode se colocar à serviço de valores destrutivos ou construtivos. Nisto entram em caráter de urgência, programas de desenvolvimento organizacional holístico, tal como o preconizamos em outro trabalho.

Em direção à uma cultura de paz

No seu discurso de posse e segundo mandato, o Senhor Frederico Mayor, Diretor Geral da UNESCO afirma: “O mundo está dominado por uma Cultura de Guerra e de Violência; é preciso transformá-la numa Cultura de Paz”.

É nisto que estamos empenhados na Universidade da Paz de Brasília. Esta missão, é ainda mais complexa, se considerar que o Brasil é uma Cultura de Paz, ameaçada pela Cultura de Violência no Mundo.

Aqui é a terra do mutirão, do jeitinho, do “deixa disto”, da convivência harmoniosa de várias raças e culturas, da alegria da Escola de Samba e sobretudo do abraço.

O Brasil tem muitos abraços para exportar...

Notas

- 1 Texto retirado do site www.pierreweil.pro.br

*Pierre Weil é Reitor da Universidade Holística Internacional de Brasília (UNIPAZ)

Buscando uma solução para a violência

A *Bahia Análise & Dados* entrevistou* Djalma B. N. Ferreira, coordenador do escritório regional da UNESCO-BA, sobre as alternativas que vêm sendo debatidas no sentido de minimizar a violência nas escolas.

BA&D - *Quais as causas do crescimento da violência nas escolas?*

R – A resposta a esta pergunta pode ser obtida nas palavras do próprio diretor Geral da UNESCO, o Sr. Koïchiro Matsuura: A miséria econômica e a injustiça social estão, sem sombra de dúvida, nas raízes profundas de certas manifestações de violência nas escolas. Mas essas não são as únicas causas. Elas são certamente o reflexo de uma crise bem mais global que inúmeras sociedades contemporâneas conhecem: crise de valores, crise de pontos de referência, tensões ligadas ao desconhecido. Os jovens reproduzem na escola as violências e tensões do mundo exterior. A família, a sociedade no seu conjunto, mas também e, sobretudo, a escola são locais de

transmissão desses valores culturais. A escola é, portanto, o local onde novos valores humanistas podem e devem ser transmitidos e onde eles devem desabrochar nas vivências cotidianas da sala de aula e da escola.

BA&D - *Existe uma associação entre a pobreza e a violência nas escolas?*

R – Várias pesquisas, com esse intuito, vêm sendo promovidas pela UNESCO, no Brasil. Seus resultados já permitem destacar que a violência envolvendo jovens – como vítimas ou como agentes diretos – tem comportamento irregular, sendo em número mais significativo nos fins de semana. Isto, por si só, já eliminaria esta associação direta entre pobreza e violência nas escolas.

BA&D - *A violência existe apenas nas escolas públicas?*

R – Não é certo associar violência e escola pública. A associação que existe, decididamente, é entre as dimensões da não-cidadania refletida pelo desencanto com os aparatos institucionais, pela discriminação em suas várias formas, pelas exclusões político-econômico-sociais e pela perda do referencial do conjunto de valores éticos coletivos. Tudo isso levando a uma baixa auto-estima com propensão a violências, drogas e atos de vandalismo.

Poder-se-ia dizer ser este o retrato de algumas sociedades contemporâneas. Ora, sendo a escola – por excelência, o lócus de crianças, adolescentes e jovens – uma extensão da sociedade, evidentemente esses aspectos são aí refletidos levando, da mesma

forma que na própria sociedade, a uma cultura de violência.

BA&D - Qual o papel da escola e do corpo administrativo no combate à violência?

R – A cultura de não-violência só poderá ser atingida mediante um processo educacional que valorize o indivíduo em sua totalidade. E essa valorização, por sua vez, implica o reconhecimento do próximo com direitos iguais, da liberdade de expressão, do diálogo e da solidariedade. As políticas educativas devem ser impregnadas, portanto, de um profundo respeito pelo ser humano.

Sendo assim, o papel principal de todas as instâncias administrativas do setor educacional seria assegurar a valorização do indivíduo em todo o processo educativo, através dos valores democráticos, da liberdade de expressão e do respeito às diversidades culturais.

BA&D - Quais as possíveis soluções para essa problemática da violência nas escolas?

R – Na discussão sobre a forma que a educação e a cultura podem se transformar em instrumentos para o fim da violência, é preciso atentar para alguns conceitos.

Primeiramente, o conceito de cidadania. Dentro de toda sua complexidade, conceitual, seria fundamental considerar cidadania como sendo o direito de ter voz e lugar no sistema de tomada de decisões, visando obter lugar ativo na produção, na responsabilidade de gestão e no usufruto dos bens e serviços que a sociedade produz. Evidentemente, esse direito está

intimamente relacionado com o combate à ignorância e à universalização do acesso de todos ao conhecimento disponível.

Outro conceito importante, para se entender como buscar soluções para o problema da violência nas escolas, seria considerar a educação como fator de coesão e de inclusão social. No cenário contemporâneo de desigualdade social inerente aos atuais modelos de desenvolvimento econômico que são excludentes e concentradores de renda, é fundamental pensar em uma educação que contemple os desafios do futuro.

Finalmente, considerando a escola como o lócus do jovem e do adolescente, há que se introduzir a idéia de protagonismo juvenil.

O jovem quer pertencer, quer participar, mas quer sim, ser sujeito de sua própria história e de seu processo de desenvolvimento. Protagonismo juvenil, nesse sentido, é reconhecer o jovem como sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento, reconhecê-lo como sujeito pleno e capaz de construir sua história e sua vida a partir de oportunidades iguais de acesso e de condições concretas de participação e expressão. Protagonismo juvenil, compreendido como participação plena, ouvir a voz do jovem em todos os sentidos, desde o desenho dos Programas onde o jovem é o principal foco. A expressão protagonista é tomada emprestada do teatro, da arte, onde o protagonista é o ator principal, o personagem que domina a cena, que inova, a quem é permitido alterar o roteiro, mudar a fala, criar durante a cena. (Noletto, 2000)

Portanto, na medida em que se busquem soluções considerando

fundamentais os conceitos de cidadania, a educação voltada para os desafios do futuro e o reconhecimento do jovem como sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento, só problemas ora vivenciados de violência nas escolas serão, certamente, reduzidos.

BA&D - Como a Unesco vem atuando para ajudar a resolver o problema?

R – A atuação da UNESCO, no Brasil, ocorre através de projetos de cooperação técnica em suas áreas de mandato, cujo objetivo é auxiliar na formulação e na operacionalização de políticas públicas que estejam de acordo com as linhas de atuação do Governo Federal. Mas, mesmo trabalhando em uma variedade de campos de atuação, é missão da UNESCO construir uma cultura de paz e não-violência, como estabelecido em sua Ata de Constituição:

O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo. (UNESCO, 1945)

Pela sua vasta experiência na área da educação, a UNESCO vem implantando, atualmente, o Programa “Abrindo espaços: educação e cultura para a paz” em algumas cidades brasileiras, buscando o caminho para construir a cultura de paz e considerando a fundamentalidade da cidadania, da educação e do protagonismo juvenil.

Esse Programa se insere no marco mais amplo de ação da UNESCO, voltado para a construção da cultura de paz, de educação para todos, de erradicação e combate à pobreza, e de construção da nova escola para o século XXI.

O Programa baseia-se em uma série de pesquisas promovidas pela UNESCO, e realizadas nas maiores cidades brasileiras, so-

bre juventude, violência e cidadania. Essa pesquisas demonstram não somente a falta de acesso e de oportunidades dos jovens aos domínios da cultura, do esporte e do lazer, mas também a enorme vontade por eles demonstrada de participarem dos processos que os levem à tomada de decisões sobre a sua formação, o seu futuro e a sua vida profissional.

Referências bibliográficas

NOLETO, M. J. Trabalho apresentado na Conferência Nacional de Educação da UNESCO, Brasília, 2000.

UNESCO. Convention on the creation of a United Nations Organization for Education. Science end Culture, London UK, 1945.

*Esta entrevista foi concedida em 17/07/2001.



Apresentação

A Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação Luís Eduardo Magalhães e UNESCO, com o envolvimento da Prefeitura Municipal de Salvador, organizações da sociedade civil e setor privado, realizaram uma oficina para construção da **Agenda Social para os Jovens de Salvador**. Este documento está voltado para adolescentes e jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, no sentido de prevenir a violência e combater a pobreza e exclusão social.

Uma agenda social representa etapa significativa no processo de formulação de políticas públicas, proporcionando a discussão de propostas gerais, que poderão contribuir para a reversão de problemas diagnosticados como prioritários.

Por este motivo, a metodologia utilizada contemplou um momento inicial de apresentação de dados sobre adolescentes e jovens no mundo contemporâneo, seguindo-se da identificação dos principais problemas que os atingem. Esta etapa foi concebida como de análise da situação atual.

Tomando-se como base este quadro, construiu-se uma missão comum, entendida como a situação desejada ou a situação objetivo, para a qual todos os esforços e iniciativas devem estar voltados.

A partir da identificação desses dois pólos, o presente e o futuro, foram formuladas diretrizes gerais que servirão de condutores das políticas e projetos voltados para a juventude do município de Salvador.

Foi consensual, entre os atores construtores da agenda social, a necessidade de articulação e de continuidade dos projetos voltados para os jovens e a deficiência do sistema educacional, num sentido mais abrangente. A presença de jovens integrantes de entidades e de projetos educacionais nesse processo foi decisiva para que a Educação fosse vista como questão prioritária. Essa agenda constitui o resultado de um processo participativo e de pactuação de compromissos coletivos entre parceiros, possibilitando uma articulação entre Estado e Sociedade. Esta parceria deve oferecer condições de implementação e implantação de políticas sociais visando a melhoria da qualidade de vida da juventude do Estado da Bahia.

Missão:

Promover maior integração entre instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, visando implementar políticas que fortaleçam e otimizem ações voltadas aos jovens de Salvador, assegurando-lhes o direito constitucional de uma vida cidadã plena.

1. Situação Problema

Desarticulação intra e intersetorial na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para juventude, determinadas, entre outros, por:

- Diferentes modalidades e concepções de propostas de intervenção;
- Adoção de diferenciadas faixas etárias para definição das políticas, limitando a realização de acordos para trabalhos conjuntos.

Propostas de Intervenção

Instituir um grupo estratégico intersetorial, coordenado pelo Poder Público, com o objetivo de garantir a articulação, implementação, continuidade e acompanhamento de políticas voltadas para a juventude. De forma a cumprir a função estratégica proposta, este grupo deverá orientar suas ações para:

- Realizar pesquisa diagnóstica com instituições competentes, conhecendo melhor a realidade do jovem em todas as dimensões (econômica, social, etc);
- Identificar, avaliar e legitimar projetos voltados para os jovens, oportunizando a articulação e continuidade das ações;
- Discutir o planejamento das diversas secretarias com os vários setores da sociedade, através de fóruns, seminários, debates, dentre outros;
- Planejar em conjunto, através de comitê composto por representantes das diversas Secretarias municipais, estaduais e de setores da sociedade civil, ações voltadas para a juventude;
- Divulgar, através dos meios de comunicação, as competências, atribuições e serviços existentes no município de Salvador dirigidos aos jovens;
- Identificar, valorizar e promover condições que possibilitem multiplicar as iniciativas exitosas na área de Educação, Saúde, Ação Social, Justiça,

ONGs, entre outras;

- Criar condições de implementação, monitoramento e avaliação das ações sócio-educativas, desenvolvidas pelas instituições parceiras, com vistas à construção de um processo participativo na formulação de políticas públicas para a juventude;
- Sensibilizar os dirigentes das instituições garantindo a participação dos técnicos que atuam na operacionalização dos programas junto ao grupo focado, pactuando ações.

2. Situação problema

Formação e atuação inadequadas dos profissionais envolvidos com políticas para a juventude.

Propostas de Intervenção

- Investir em políticas de formação de gestores e escolares sensíveis e comprometidos com a função social e o papel político da educação;
- Promover a qualificação (valorização e capacitação) dos profissionais da área de Educação para atuar como facilitadores com temas e conteúdos transversais;
- Possibilitar a ampliação da carga horária do professor, de tal forma que garanta, na jornada de trabalho, horas diárias remuneradas de planejamento, sem prejuízo para o docente;
- Promover, sistematicamente, capacitação para diretores, professores e funcionários das escolas;
- Promover cursos específicos para profissionais das áreas envolvidas voltadas para a problemática da juventude, garantindo a interação posterior da discussão dos diversos segmentos.

3. Situação problema

Sistema educacional deficiente, para responder às necessidades de inserção social e econômica dos jovens, considerando:

- Oportunidades restritas de acesso, permanência e êxito escolar nos vários níveis e modalidades de ensino;
- Falta de clareza sobre o papel social da escola;
- Falta de preparo dos profissionais na área da Educação.

Propostas de Intervenção

Novas Práticas Pedagógicas

- Reconhecer, avaliar e disseminar programas de capacitação de jovens multiplicadores;
- Capacitar jovens multiplicadores para atuarem na escola, família, comunidade, no combate à violência e garantia dos direitos humanos e sociais;
- Possibilitar, dentro da hierarquia escolar, espaço de escuta ao adolescente;
- Repensar o papel da escola, focando conceitos, atitudes e procedimento voltados para a formação do ser humano integral nas dimensões do saber; saber fazer; saber ser e aprender a aprender;
- Realizar ações que favoreçam a construção da identidade pessoal e cultural do jovem e a prática de atividades esportivas e artísticas;
- Oportunizar ações criativas e lúdicas operacionalizadas por profissionais capacitados, estimulando no aluno o prazer da permanência na escola, garantindo o êxito escolar, respeitando as diferentes aptidões;
- Desenvolver ações que viabilizem a implementação efetiva dos temas transversais no currículo escolar.

Escola, Família e Comunidade

- Discutir, conjuntamente, através de fóruns constituídos por representantes da escola, jovens, famílias e comunidade, o currículo escolar e a proposta pedagógica, adequando-os à realidade vivenciada pelo jovem;
- Buscar a participação ativa da família no processo pedagógico da escola;
- Integrar a comunidade à escola, através da disponibilização do espaço físico e cooperação mútua.

Espaço da Escola

- Melhorar os espaços educativos existentes e

construir novos, com infra-estrutura que possibilite uma ambiência agradável (quadras, teatro, praças, etc);

- Assegurar recursos financeiros, materiais e humanos para melhoria do sistema educacional no município de Salvador;
- Oferecer espaços alternativos na escola e na comunidade, para convivência de jovens, em atividades que lhes dêem prazer e propiciem a sua inclusão social.

4. Situação problema

Inserção precoce dos adolescentes no mundo do trabalho, pressionados pelas dificuldades familiares impostas pelas condições financeiras e a baixa instrução e qualificação dos jovens dificultando a sua inclusão social.

Propostas de Intervenção

- Desenvolver políticas de formação do jovem para o trabalho, com aproveitamento para atender às demandas da sua comunidade;
- Garantir o desenvolvimento de habilidades específicas, para a formação de valores que atendam a motivações pessoais do adolescente e interesses do mundo de trabalho;
- Instituir o programa de bolsa-escola no âmbito estadual e municipal;
- Acompanhar os avanços tecnológicos e metodológicos, contemplando cursos de idioma estrangeiro e formação básica em computação e informática.

Promoção:

Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Realização:

Fundação Luís Eduardo Magalhães e UNESCO

Apoio:

Prefeitura Municipal de Salvador

Local:

Fundação Luís Eduardo Magalhães

Data:

13 e 14 de dezembro de 2000.

Facilitadoras:

Dra. Sandra Silva Chaves

Dra. Maria do Carmo Lessa Guimarães

Participantes:

- Org. das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
- Fundação Luís Eduardo Magalhães
- Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC
- Superintendência de Planejamento Estratégico - SPE
- Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia - SSP
- Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC
- Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB
- Centro de Referência do Adolescente Isabel Souto - CRADIS
- Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - SJDH
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETRADS
- Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI
- Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia - FAMED
- Federação de Indústrias do Estado da Bahia - FIEB
- Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE
- Centro do Voluntariado Bahia - CVB
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA
- Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - CEDECA
- Fórum Comunitário de Combate à Violência
- Comissão da Justiça e Paz
- Juizado de Menores
- Centro de Referência Integral do Adolescente - CRIA
- Movimento de Intercâmbio Artístico e Cultural pela Cidadania - MIAC
- Liceu de Artes e Ofícios
- Centro Projeto AXÉ
- Grupo de Adolescentes Voluntários - OXÊNTE
- Escola PRACATUM
- Sociedade 1º de Maio
- Movimento Jovem Integração sem Discriminação
- Universidade Holística Internacional - UNIPAZ
- Comunicação Interativa - CIPO
- Centro de Estados Sócio-Ambientais - PANGEA
- Lar da Criança
- Rede de Protagonismo Juvenil